

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO

THAIANE CORREA CRISTOVAM

MULHERES, POLÍTICA E DIREITO: EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS DE
VEREADORAS MUNICIPAIS DA CÂMARA DE PORTO ALEGRE NA
INTERSECÇÃO ENTRE MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E
CONSCIÊNCIA JURÍDICA

Porto Alegre
2023

THAIANE CORREA CRISTOVAM

**MULHERES, POLÍTICA E DIREITO: EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS DE
VEREADORAS MUNICIPAIS DA CÂMARA DE PORTO ALEGRE NA
INTERSECÇÃO ENTRE MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E
CONSCIÊNCIA JURÍDICA**

Tese de doutorado apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Professora Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roberta Camineiro Baggio

Porto Alegre

2023

THAIANE CORREA CRISTOVAM

**MULHERES, POLÍTICA E DIREITO: EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS DE
VEREADORAS MUNICIPAIS DA CÂMARA DE PORTO ALEGRE NA
INTERSECÇÃO ENTRE MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E
CONSCIÊNCIA JURÍDICA**

Tese de doutorado apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovada em ____ de ____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Roberta Camineiro Baggio

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Motta Costa

Prof^a. Dr^a. Juliane Sant'Ana Bento

Prof^a. Dr^a. Vitória Pinheiro Grunvald

Prof^a. Dr^a. Alice Hertzog Resadori

CIP - Catalogação na Publicação

Correa Cristovam, Thaianie
Mulheres, Política e Direito: experiências e
histórias de Vereadoras municipais da Câmara de Porto
Alegre na intersecção entre marcadores sociais da
diferença e consciência jurídica / Thaianie Correa
Cristovam. -- 2023.
252 f.
Orientador: Roberta Camineiro Baggio.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de
Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. consciência jurídica. 2. interseccionalidade. 3.
marcadores sociais da diferença . I. Camineiro Baggio,
Roberta, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho às Vereadoras e a todas as mulheres, em todas as suas formas e identidades, que ousam participar da política.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha corajosa e fantástica orientadora, a Prof^a. Dr^a. Roberta Baggio, que nunca soltou minha mão, nem nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, minha rede de suporte primária, pessoas fundamentais para a minha experiência de privilégios e que nunca me deixaram cair no chão sem estar ao meu lado para estender a mão e ajudar a me levantar. Amo vocês do fundo do meu coração.

Ao André, meu companheiro e parceiro que entrou na minha vida no meio desse percurso acadêmico, enfrentou bravamente comigo o percurso de distância em razão do sanduíche no México e nunca permitiu, nem nos momentos mais pesados para a minha saúde mental, que eu desistisse ou desse algo a menos do que eu poderia dar para este trabalho. Obrigada, meu amor, tu e o teu abraço foram indispensáveis.

Aos meus amigos Juliane e Maximiliano, às nossas jantas de segundas-feiras, às nossas risadas. Obrigada por deixarem a minha vida melhor e por me ajudarem de todas as formas possíveis durante os 4 anos e meio que foi meu percurso de doutoramento.

Ao querido amigo que o doutorado e a UFRGS me proporcionaram, Jéferson. As nossas trocas estão guardadas no lugar mais precioso do meu coração. Eu tenho muita honra de poder chamar uma pessoa tão brilhante de amigo. As tuas contribuições para esse trabalho foram inestimáveis.

À Rosemara, aquela que faz todo o trabalho invisibilizado para que eu pudesse trabalhar e viajar, sabendo que o André estaria cuidado pela melhor pessoa possível.

Às Vereadoras Abgail Pereira, Cláudia Araújo, Karen Santos, Lourdes Sprenger e Mariana Pimentel. Essa tese não existiria sem as contribuições de vocês.

À CAPES e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que me proporcionaram essa experiência no Brasil e no México. Viva a Universidade pública.

Mito

Há muito tempo, Édipo, velho e cego, vagava pelas estradas.

Ele parou ao sentir um cheiro familiar. Era a esfinge.

Édipo disse: “Gostaria de fazer-te uma pergunta.

Por que eu não reconheci a minha mãe?”

“Porque você deu a resposta errada”, lhe disse Esfinge.

“Mas foi tal resposta que tornou tudo possível”, disse Édipo.

“Não”, ela disse. “Quando eu perguntei ‘O que caminha com quatro pernas pela manhã, duas à tarde e três à noitinha’, tu respondestes ‘Homem’.

Você não disse nada sobre a Mulher”.

“Mas quando você diz Homem”, falou Édipo,

“isso inclui as mulheres também.

Todo mundo sabe disso”.

Ela lhe replicou: “Isso é o que você pensa”.

(Muriel Rukeyser)

RESUMO

De que maneira os marcadores sociais da diferença interferem e complexificam a consciência jurídica expressa pelas Vereadoras da Câmara Municipal de Porto Alegre? Esta foi a pergunta que norteou a presente pesquisa. A contribuição proposta nesta tese de doutorado sobre mulheres, política e direito é de duas ordens: metodológica e teórica. Metodológica porque a tese tenta trazer ao Brasil a novel proposta dos estudos sobre a consciência jurídica que, em que pese consolidados no norte global, aqui são pouco explorados. Teórica porque propõe uma análise da própria consciência jurídica a partir da interseccionalidade, algo pouco explorado e compreendido como uma lacuna na produção do conhecimento. Foi na interligação entre esses dois marcos que propus uma análise a partir do que intitulei *consciência jurídica interseccional*. O que se extrai do trabalho, assim, é que a consciência jurídica das Vereadoras de Porto Alegre se manifesta de três formas: direito como insuficiência, papel de fiscalizadoras e legalidade enquanto hegemonia. Na primeira, a consciência jurídica aparece intrinsecamente conectada a raça e o gênero na medida que, por um lado, estes marcadores são o motor que subjaz à aprovação e à implementação de medidas legislativas que buscam nivelar as desigualdades por eles geradas na disputa eleitoral, e, por outro, esses mesmos mecanismos são *insuficientes* para concretizar a realidade a que se propõe. Na segunda percepção, a consciência jurídica se materializa no papel de fiscalização que assume protagonismo na compreensão da função das Vereadoras enquanto tal. Essencialmente, as narrativas das entrevistadas revelam que a fiscalização exercida pelas por elas está diretamente ligada à defesa dos direitos já estabelecidos por lei, mas que, na prática, não são desfrutados pela população, especialmente aqueles em situações social e economicamente desfavoráveis. Finalmente, a consciência jurídica surge na legalidade enquanto hegemonia e resistência, na medida que perpassa as narrativas das Vereadoras, por um lado, a capacidade potencial da legalidade de se estender quando confrontada por movimentos que a percebem como um sistema que protege e perpetua uma ordem social fundamentalmente ilegítima, resultando em desigualdades sistemáticas, e, por outro lado, ela transparece na figura da mobilização estratégica do direito, ainda que este seja desfavorável no caso, como forma de fomentar o debate e/ou instigar as demais instituições a tomarem uma posição sobre determinados temas.

Palavras-chave: consciência jurídica; interseccionalidade; marcadores sociais da diferença.

ABSTRACT

How do the social markers of difference interfere and complicate the legal conscience expressed by the City Councilors of Porto Alegre? This was the research question that guided the present research. The contribution proposed in this doctoral thesis on women, politics and law is of two orders: methodological and theoretical. Methodological because the thesis tries to bring to Brazil the novel proposal of studies on legal consciousness that, despite being consolidated in the global north, are little explored here. Theoretical because it proposes an analysis of legal consciousness itself based on intersectionality, something little explored and understood as a gap in the production of knowledge. It was in the interconnection between these two landmarks that I proposed an analysis based on what I titled *intersectional legal consciousness*. What is extracted from the work, therefore, is that the legal consciousness of the City Councilors of Porto Alegre manifests itself in three ways: law as insufficiency, the role of inspectors and legality as hegemony. In the first, legal consciousness appears intrinsically connected to race and gender insofar as, on the one hand, these markers are the engine that underlies the approval and implementation of legislative measures that seek to level the inequalities generated by them in the electoral dispute, and, on the other hand, these same mechanisms are insufficient to achieve the proposed reality. In the second perception, legal consciousness materializes in the supervisory figure that assumes a leading role in understanding the function of councilors as such. Essentially, the interviewees' narratives reveal that the supervision exercised by them is directly linked to the defense of rights already established by law, but which, in practice, are not enjoyed by the population, especially those in socially and economically unfavorable situations. Finally, legal consciousness emerges in legality as hegemony and resistance, as it permeates the narratives of the Councilors, on the one hand, the potential capacity of legality to extend itself when confronted by movements that perceive it as a system that protects and perpetuates a fundamentally illegitimate social order, resulting in systemic inequalities, and, on the other hand, it appears in the figure of strategic mobilization of the law, even if this is unfavorable in the case, as a way of encouraging debate and/or instigating other institutions to take a position on certain topics.

Key-words: legal consciousness; intersectionality; social markers of difference.

RESUMEN

¿Cómo los marcadores sociales de diferencia interfieren y complican la conciencia jurídica expresada por las Concejalas municipales de Porto Alegre? Esta fue la pregunta que orientó la presente investigación. El aporte que se propone en esta tesis doctoral sobre mujeres, política y derecho es de dos órdenes: metodológico y teórico. Metodológico porque la tesis intenta traer a Brasil la novedosa propuesta de estudios sobre conciencia jurídica que, a pesar de estar consolidada en el norte global, aquí son poco exploradas. Teórico porque propone un análisis de la propia conciencia jurídica a partir de la interseccionalidad, algo poco explorado y entendido como un vacío en la producción de conocimiento. Fue en la interconexión entre estos dos hitos que propuse un análisis basado en lo que denominé *conciencia jurídica interseccional*. Lo que se extrae del trabajo, entonces, es que la conciencia jurídica de las Concejalas de Porto Alegre se manifiesta de tres formas: la ley como insuficiencia, el papel de los inspectores y la legalidad como hegemonía. En la primera, la conciencia jurídica aparece intrínsecamente ligada a la raza y el género en la medida en que, por un lado, estos marcadores son el motor que sustenta la aprobación e implementación de medidas legislativas que buscan nivelar las desigualdades que generan en la disputa electoral, y, por otro lado, estos mismos mecanismos son insuficientes para lograr la realidad propuesta. En la segunda percepción, la conciencia jurídica se materializa en el rol fiscalizador que asume un rol protagónico en la comprensión de la función de las Concejalas como tales. Esencialmente, los relatos de las entrevistadas revelan que la supervisión ejercida por ellas está directamente ligada a la defensa de derechos ya establecidos por la ley, pero que, en la práctica, no son disfrutados por la población, especialmente en situaciones social y económicamente desfavorables. Finalmente, la conciencia jurídica emerge en la legalidad como hegemonía y resistencia, ya que permea las narrativas de las Concejalas, por un lado, como la capacidad potencial de la legalidad para extenderse cuando se enfrenta a movimientos que la perciben como un sistema que protege y perpetúa un orden social fundamentalmente ilegítimo, que redundando en desigualdades sistemáticas, y, por otro lado, aparece en la figura de la movilización estratégica del derecho, aunque sea desfavorable en el caso, como forma de fomentar el debate y/o instigar otras instituciones a adoptar una postura sobre determinados temas.

Palabras-clave: conciencia jurídica; interseccionalidad; marcadores sociales de la diferencia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Delimitação do objeto de pesquisa	26
Tabela 2 - Participantes em potencial	31
Tabela 3 - Codificação inicial	35
Tabela 4 - Códigos e referências por entrevistada	36
Tabela 5 - Revisão dos temas	37
Tabela 6 - Vereadoras eleitas em Porto Alegre entre 1988 e 2020	60
Tabela 7 - Relação de Vereadoras e respostas	116
Tabela 8 - Vereadoras entrevistadas	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CAAE - Certificado de Apresentação Ética

CEP - Comissão de Ética em Pesquisa

CJ - Consciência Jurídica

CONTRACS - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FP - Fundo Partidário

MSD - Marcadores Sociais da Diferença

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PL - Projeto de Lei

RI - Regimento Interno

STF - Supremo Tribunal Federal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

CF - Constituição Federal

EC - Emenda Constitucional

Sumário

1 INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	14
1.1 Situando a pesquisadora	19
1.2 Delimitando o objeto	24
1.3 Construindo o desenho de pesquisa e o material empírico	27
1.4 Análise de dados	33
PARTE I: SITUANDO TEORICAMENTE A PESQUISA	39
2 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	39
2.1 Pensando representação política a partir da diferença	40
2.2 Legislação, sistema político e inclusão política pós-88	46
2.3 <i>Locus</i> de pesquisa: um breve histórico das Vereadoras eleitas para Câmara de Porto Alegre	56
3 APRESENTANDO A CONSCIÊNCIA JURÍDICA E A INTERSECCIONALIDADE	63
3.1 Pensando consciência jurídica	64
3.2 Pensando interseccionalidade	75
3.3 Proposta para uma consciência jurídica interseccional	84
PARTE II: CONTANDO HISTÓRIAS INTERSECCIONAIS SOBRE A CONSCIÊNCIA JURÍDICA	92
4 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA, MATERIAL EMPÍRICO E SILÊNCIOS	92
4.1 Os silêncios	93
4.2 Reflexão teórica sobre os marcadores sociais da diferença a partir do material empírico	98
5 O DIREITO E A CONSCIÊNCIA JURÍDICA DAS VEREADORAS DE PORTO ALEGRE	114
5.1 O direito como insuficiência	122

5.2 O papel de fiscalizadoras: narrativas de gênero, classe e raça	133
5.3 A legalidade enquanto hegemonia e resistência	140
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE I - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA	168
APÊNDICE II - ABGAIL PEREIRA	170
APÊNDICE III - CLÁUDIA ARAÚJO	200
APÊNDICE IV - KAREN SANTOS	225
APÊNDICE V - LOURDES SPRENGER	251
APÊNDICE VI - MARIANA PIMENTEL	272

1 INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O retrato do Poder Legislativo brasileiro é dominado por exclusões. Ele é demasiado branco, demasiado masculino, demasiado cisgênero, demasiado rico, demasiado corponormativo. O retrato da sociedade brasileira, por outro lado, é composto precisamente por esta diversidade de recortes identitários.

Em que pese tenhamos uma carta constitucional que reconhece formalmente a igualdade entre todas as pessoas, há também uma estrutura jurídica em ação que permite que o sistema político opere e reproduza-se desta maneira desigual e excludente. Há, portanto, uma íntima relação entre os sistemas político e jurídico e as estruturas de opressão social.

É por isso que a presença na política é fator importante dentro dessa equação. A existência de corpos representativos, de existências determinadas por outros marcadores sociais da diferença (MSD), de ocupação de espaços institucionais impulsiona o girar das engrenagens estruturais e, em alguns casos, até mesmo o seu desmantelamento.

Destaco, nesse contexto, que esta pesquisa é uma construção coletiva, de todas e todos que vieram antes de mim, e que, com alguma sorte, virão depois. Eu, enquanto pesquisadora cuja formação provém do campo do direito, sempre fiquei intrigada com a relação entre as normas jurídicas e a política, sobretudo quando falamos da participação e da representação política daquelas parcelas da população que são socialmente oprimidas, sobretudo, no meu caso, das mulheres.

Com isso em mente, me aventurei no mundo acadêmico na busca de problemas possíveis que envolvessem essa temática: as mulheres (em suas múltiplas e variadas formas corporificadas de ser), a política e o direito. Todos os trabalhos, ou pelo menos a sua grande maioria, versavam, contudo, sobre como criar um sistema jurídico capaz, de fato, de transformar a realidade; de transformar o dever em ser; de realmente incluir politicamente essas pessoas, ou ainda, sobre como podemos explicar a visível disparidade e sub-representação das populações oprimidas no campo da política.

Para este trabalho, contudo, em razão da construção coletiva e da ajuda de professoras e colegas, eu resolvi dar um passo um pouco diferente. Decidi me interessar não sobre como criar normas que aspirem fazer com que as

mulheres cheguem lá, ou inquirir sobre como o campo político é da forma como ele é, mas sim em compreender como aquelas que já conseguiram, com o sistema jurídico-eleitoral no formato atual, chegar a cargos eletivos e como se relacionam com a etapa anterior: a da produção do direito.

E isso é da maior relevância. Ainda que o direito e as normas que regem o processo político-eleitoral sejam dadas e elaboradas a partir de um sistema de poder (BUTLER, 1990) colonizado, branco e cis-hetero-patriarcal, estas mulheres conseguiram furar a bolha e acessar cargos políticos neste cenário altamente desfavorável. O que me interessa especialmente, então, é compreender de que forma elas navegam por esse sistema jurídico e pelas instituições políticas, haja vista que ambos são altamente hostis para elas.

É a partir deste horizonte de compreensão que concebi o presente trabalho. O que pretendo com esta tese de doutoramento é compreender como os marcadores sociais da diferença que corporificam a existência de mulheres que ocupam posições políticas, no caso, das Vereadoras da Câmara de Porto Alegre, relacionam-se com a maneira pela qual estas sujeitas navegam, vivem, (re)produzem e expressam o direito em sua vida cotidiana no cargo.

O tema deste trabalho, portanto, é a consciência jurídica (CJ) em sua intersecção com os marcadores sociais da diferença, compreendendo a primeira como a forma pela qual as pessoas vivem e se relacionam, ou não, com o direito em suas vidas cotidianas, seja ele protagonista ou coadjuvante na situação, isto é, as formas a partir das quais as pessoas comuns fazem sentido do direito e das instituições jurídicas; e o segundo enquanto sistemas sociais de classificação das sujeitas, a partir daquilo que as distingue do que é socialmente classificado como a norma, tais como gênero, raça, classe, sexualidade, religião, corponormatividade.

À vista disso, formulei a pergunta que norteia a construção e o desenvolvimento dessa investigação: de que maneira os marcadores sociais da diferença interferem e complexificam a consciência jurídica exprimida pelas Vereadoras da Câmara Municipal de Porto Alegre? Para responder esta indagação, a proposta de tese foi construída a partir de uma investigação empírica, mediante entrevistas realizadas em julho de 2022 e abril de 2023 com as Vereadoras Municipais da Câmara de Porto Alegre, cujos mandatos

estão compreendidos na legislatura de 2021 a 2024, que aceitaram o convite para conversar comigo.

Destaco, no ponto, que esta não é uma tentativa de construção de uma proposta normativa sobre a relação entre a consciência jurídica e os marcadores sociais da diferença. Isso quer dizer, por conseguinte, que minhas considerações sobre meu objeto de investigação (e haja vista o caráter qualitativo deste trabalho) falam coisas sobre este lugar: sobre as entrevistas que realizei, com estas mulheres. Isso não quer dizer, entretanto, que elas não forneçam pistas para vislumbrar um panorama mais amplo sobre essa dinâmica.

Como, então, percorri o caminho desta pesquisa? Eu abro este texto mediante uma proposta de honestidade metodológica que me acompanhou ao longo de todo o caminho no doutorado. Neste sentido, na introdução deste trabalho, a leitora¹ encontra um texto cujo objetivo é enunciar a perspectiva do conhecimento situado a partir da qual parto, assim como quem é esta pesquisadora que escreve, qual é o objeto da investigação, qual o desenho metodológico seguido para o processo de entrevistas. Por fim, apresento a metodologia da análise de dados. Considero este movimento inicial indispensável para uma pesquisa que se pretende parcial e objetivamente responsável.

Feito este movimento, enuncio que a tese está estruturada em duas partes. A parte I foi estruturada de modo a situar teoricamente a pesquisa. Início este movimento no capítulo 2, abordando a questão da representação política e dos marcadores sociais da diferença (MSD), tendo como marco temporal a promulgação da Constituição de 1988. Aqui, começo por meio de uma reflexão sobre as perspectivas da representação política e da diferença. No segundo tópico, trato da evolução da legislação e da jurisprudência eleitoral e constitucional no que diz respeito, principalmente, à inclusão política das mulheres e de negras e negros no Brasil. Encerro o capítulo trazendo à leitora um tópico sobre um breve histórico da representação política desses grupos populacionais na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

¹ Saliento, aqui, que neste trabalho eu emprego o feminino como universal para referir-me a toda a coletividade de pessoas.

O capítulo 3, que encerra a parte I do trabalho, é eminentemente teórico. Isso para poder analisar as entrevistas realizadas, as histórias contadas, e, como o direito (não) aparece na vida cotidiana das participantes da pesquisa, necessito, antes de mais nada, situar as perspectivas e as lentes teóricas que vou movimentar para empreender essa tarefa. Me sirvo aqui, sobretudo, de dois marcos teóricos: (i) o dos estudos sobre a consciência jurídica; e (ii) o da interseccionalidade.

Pretendo propor, nesta tese, em alguma medida, um avanço dos estudos sobre a consciência jurídica, desenvolvendo uma análise dela a partir de um entrecruzamento com a interseccionalidade. Considerando, sempre, que este projeto teórico é feito por uma latino-americana, que fala e escreve a partir do sul global, almejo pensar uma consciência jurídica interseccional voltada para essa realidade e para esse contexto histórico. Desta forma, pensei o capítulo 3 em três tópicos - cada um cuja função é levar à leitora os enlaces teóricos pelos quais passo e por meio dos quais me guio.

O primeiro deles destina-se a aclarar e a revisar o estado da arte dos estudos realizados sobre a consciência jurídica ao redor do globo. Como veremos em seguida, ainda que este tipo de investigação tenha se expandido para além do norte global, observamos também que seus cânones seguem sendo (re)produzidos principalmente a partir dele.

O segundo tópico expõe, conceitua e precisa o que está sendo acadêmica e politicamente chamado de interseccionalidade. Navego, aqui, pelo que os estudos interseccionais têm proporcionado em termos de aprofundamento de compreensão teórica sobre as desigualdades sociais e seus entrelaçamentos com os marcadores sociais da diferença.

Finalmente, no terceiro tópico, proponho o que aqui chamo de *consciência jurídica interseccional*. Isto é, reflito sobre a impossibilidade de operarmos um descolamento entre a identidade e as operações das estruturas jurídicas. Desta feita, preconizo que pensar a consciência jurídica internacionalmente implica partir da premissa de que os atravessamentos por marcadores sociais da diferença nos diferentes corpos afetam a forma pela qual as sujeitas se relacionam, acionam e pensam sobre o direito.

Com isso, almejo assentar as bases e as lentes que guiam este trabalho, ao entrevistar, ler, analisar e interpretar as entrevistas que, muito gentilmente, foram concedidas pelas Vereadoras.

Na parte II da tese, a leitora encontrará os enlaces entre teoria e análise do material empírico, por meio de um recontar histórias interseccionais sobre a consciência jurídica. No capítulo 4, dividido em dois tópicos, apresento, primeiro, uma reflexão cujo objetivo é aprofundar o cruzamento do material empírico com os MSD, para, em seguida, apresentar uma reflexão sobre os silêncios e as ausências de respostas com os quais me deparei ao longo da realização do trabalho, os quais vieram, mormente, das Vereadoras que ideologicamente posicionam-se no espectro político de direita dentro da Câmara de Porto Alegre. Essas ponderações vêm amparadas, sobretudo, na relação entre o posicionamento e a postura política adotadas pela extrema-direita brasileira na sua relação com a ciência e a produção do conhecimento.

O capítulo final da tese, por seu turno, aprofunda-se mais na análise do material empírico. É quando exponho minhas considerações sobre a consciência jurídica das Vereadoras de Porto Alegre. Os três tópicos do capítulo 5 do trabalho, neste sentido, destinam-se a apresentar os arquétipos da consciência jurídica que surgiram na análise do material empírico. No tópico chamado de “o direito como insuficiência”, reflito sobre as narrativas das Vereadoras concernentes à legislação eleitoral e decisões judiciais sobre a igualdade de gênero na política, notadamente a lei de cotas e as regulações sobre o financiamento de campanhas. Nesse ponto, o direito aparece como insuficiência porquanto transparece nas narrativas, de forma reiterada, as tentativas (e os êxitos) dos partidos em burlarem estas normas garantidoras.

No tópico o “papel de fiscalizadoras”, pondero como a legalidade relaciona-se com o papel de Vereadora de uma forma inesperada; não enquanto legisladoras, mas sim fiscalizadoras. É por meio da mobilização de seus recursos e habilidades enquanto parlamentares que as Vereadoras irão atuar não para propor novos direitos, mas sim para efetivar aqueles que já estão positivados, mas que não são cumpridos, particularmente aqueles concernentes às parcelas mais vulneráveis da população.

Finalmente, no tópico que encerra a tese, intitulado “a legalidade enquanto hegemonia e resistência”, examino como a legalidade permeia as narrativas das participantes como uma ferramenta de produção de hegemonias ou de resistências, isto é, de reforço e estabilização de estruturas sociais excludentes, ou ainda, de mobilização estratégica das ferramentas jurídicas. Feitas estas observações iniciais, passo às minhas considerações posicionais e metodológicas.

1.1 Situando a pesquisadora

Não há discursos neutros.
(KILOMBA, 2019, p. 58)

Assim como Donna Haraway (1995), me encaixo em uma vertente acadêmica e científica segundo a qual compreendo que os saberes são localizados. Isso significa dizer que falo a partir de “uma doutrina de objetividade corporificada” (HARAWAY, 1995, p. 18), comprometida com uma objetividade feminista, de forma que, tanto a construção do material empírico, como as análises e teorizações que a partir dele realizo, serão marcadas pela minha perspectiva corporificada enquanto pesquisadora. É uma escrita que vem da carne (REA, 2018, p. 121), da minha carne, dos meus sentidos. O que não significa que eu deixe de lado o compromisso com a objetividade. Entretanto, o meu compromisso é não me mascarar, não tentar me esconder por detrás de “um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p. 18).

O que quero apresentar nesta tese, por conseguinte, é uma pesquisa que vá além das noções limitantes e cartesianas de objetividade e de neutralidade que pautam a investigação científica, objetividade esta que, diga-se, esconde por detrás de si uma violência colonial (KILOMBA, 2019). Neste sentido, pensando mais especificamente na academia jurídica, o que pauta essa maneira “objetiva”, “neutra” e “científica” de produzir conhecimento é uma forma de ler, ver, viver e ensinar o direito a partir de uma perspectiva branca que se esconde e se normaliza nesses ideais (MOREIRA, 2019).

Proponho, desta feita, deixar para trás estes tipos de investigações fixadas em metodologias conservadoras, que menoscabam a potência de novos métodos de pesquisa apresentados por pesquisadoras historicamente colocadas em um local de sujeitas vítimas/excluídas e que, por conseguinte, não poderiam produzir “ciência”, tão somente “relatos” (MOREIRA, 2019). Aposto, assim, numa tentativa de “fornecer uma forma diferente de pensar o mundo” (AKOTIRENE, 2020b, p. 34), proposta por estas pesquisadoras excluídas e subalternizadas pelo que chamo de *mainstream* científico.

Pretendo, desta forma, aventurar-me neste projeto proposto por Carla Akotirene: o de tentar pensar o mundo de uma maneira diferente. Parto, então, do fato que toda pesquisa científica está inexoravelmente ligada ao horizonte de compreensão daquela que escreve/pesquisa/modela/analisa o que delimitou como seu objeto. É preciso situar-se; comprometer-se com uma investigação científica que abandone noções falaciosas de neutralidade, porém que permaneça afiançada à objetividade, na medida que “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p. 21). A corporificação e a demarcação, portanto, dizem respeito ao compromisso de deixar claro quem é que fala e pesquisa, possibilitando responsabilizar esta sujeita, e abandonando ideias como as de transcendência, ausência de limites e irresponsabilização diante de uma sujeita neutra.

Começo este trabalho, por conseguinte, me apresentando. Deixando claro à leitora quem é a pesquisadora, de onde ela fala, a partir de quais lentes identitárias, de forma a comprometer-me com uma investigação cientificamente responsável, cujo saber proposto é localizado. Esse exercício inicial do trabalho, o do meu situamento enquanto pessoa que pesquisa, é uma tarefa absolutamente indispensável para colocar em perspectiva a maneira como a minha trajetória enquanto ser humano e os marcadores sociais que acompanham a minha existência corporificada foram fatores fundamentais na construção desta tese de doutorado.

Por outro lado, este empreendimento inicial serve também para fazer com que a leitora e eu compreendamos que a minha experiência de mulher cisgênera, branca me coloca em uma posição privilegiada na produção do conhecimento. Foram poucos, ou raros, os momentos em que eu me senti fora

do lugar dentro da academia. A minha branquitude assegurou meu pertencimento, sobretudo no nível do doutoramento.

Contrasto essa minha vivência do pertencer acadêmico com a narrativa de Grada Kilomba - uma mulher negra - sobre a sua experiência no processo seletivo para ingresso no doutorado na Alemanha, quando esta foi questionada pela diretora do departamento de registros - uma mulher branca - se ela “tinha certeza absoluta” que queria se inscrever no programa, e que ela poderia escrever a sua tese “de casa” (KILOMBA, 2019, p. 61). A autora interpreta essa cena de maneira que a “casa” a que se referia a diretora seria a margem de que nos fala bell hooks (2019), trabalhando para a manutenção de Grada neste local marginal, ao passo que a diretora, em seu posicionamento de mulher branca, ao pertencer, falava desde o centro.

O lugar a partir do qual eu falo, por conseguinte, é determinante. Falo de um local e a perspectiva que trago a esse trabalho é marcada por ele. É um lugar de mulher cisgênera, branca, bissexual, corponormativa, latinoamericana, com alto nível de educação formal e muitos privilégios econômicos e sociais. Penso, ademais, que o tema dessa pesquisa não me chegou ao acaso. A minha vida, a minha trajetória e a minha forma de existir no mundo me jogaram em direção a ele.

Digo isso porque o “ser mulher” (a partir da minha experiência sobre o que isso significa), para mim, sempre foi algo incômodo. Odiei, por muitos anos, o meu corpo. Já fui bulímica, já vomitei todas as vitaminas e nutrientes que meu corpo precisava em nome de ser magra, e, por consequência, “bonita”. A misoginia gritava dentro de mim, desde a infância, sem que eu soubesse por quê.

Olhando retrospectivamente para minha trajetória, penso que a minha jovem mente identificava de alguma forma a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres e aqueles que não se enquadravam nesse esquema binário. E eu, por me identificar enquanto mulher, sentia que eu valia menos. Em razão disso, acredito, rejeitei o que eu achava ser *coisa de mulher*; repeli, por muito tempo, aspectos que hoje vejo serem constitutivos da forma como me enxergo e me insiro no mundo.

Ao ingressar na faculdade de direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, percebi que a minha experiência não só não era isolada,

como era compartilhada por outras colegas, tanto aquelas que, como eu, se enquadravam em padrões raciais e estéticos e expectativas performativas e de estabilidade de gênero-sexo-sexualidade, como aquelas que transgrediam essas fronteiras. Isso fez (e ainda faz) borbulhar o meu sangue.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Mestrado, um novo universo abriu-se para mim. A Universidade pública foi uma mudança de paradigmas. Nela me defrontei não só com experiências mais ou menos homogêneas de mulheres brancas cisgêneras de classe média. A UFRGS me colocou em contato com pessoas que a bolha da Universidade privada não tinha me permitido. E isso, espero, se reflete nesta tese.

Descobri os livros, as teorias, os fundamentos, os dados. Encontrei pesquisas sobre temas relacionados a essas hierarquias e opressões que eu vivia - e que não vivia - na minha carne de mulher, como a *dominação masculina* (BOURDIEU, 2010), e sobre como a categoria *mulher* pode mascarar exclusões e hierarquias sociais de raça (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020), de sexualidade (WITTIG, 1992), de identidade de gênero (BUTLER, 1990), de classe (DAVIS, 2016), de colonialidade (PERRA, 2015) e de normatividade corporal (ALVES; CRISTOVAM, 2022). Compreendi, assim, que:

Hoje, a classe social, a raça, a educação, a localização, incidem dentro do conceito de gênero, ainda que alguns apaixonados pela heteronorma não queiram abrir seus olhinhos conservadores e ver a realidade exposta em seus próprios narizes (PERRA, 2015, p. 05).

A Universidade pública também tornou possível o sonho de realizar um período sanduíche durante o doutoramento. A minha ida ao México e a vida que eu tive no país latino-americano foram marcos para a minha trajetória pessoal e acadêmica. A minha história é, sem dúvidas, uma de privilégios.

Nesse contexto, percebi que minha tese doctoral não poderia versar sobre algo que não um tema que me atravessasse diretamente, como é o que eu apresento aqui. Isso porque a política nos toca a todas, independentemente de quaisquer recortes identitários que possamos fazer. Ainda que assim seja, são poucas, porém, as que têm acesso aos locais onde ela ocorre em sua

versão institucional, que aqui compreendo como os parlamentos e os poderes executivos.

O tema de como essas diferentes identidades que compõem o “ser mulher” se inserem politicamente dentro das instituições oficiais do Estado, neste contexto, é para mim uma convocação, uma necessidade (é o sangue que ferve). Que há poucas mulheres (sejam ela cis, trans, negras, brancas, indígenas, deficientes) que atuam como representantes eleitas tanto em nível de América Latina - em 2018, elas representavam 29,6% da composição dos poderes legislativos locais, em cargos de Vereadoras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018) -, quanto de Brasil - 13,5% (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018) - é um fato. No país, segundo estudo realizado pelo Senado Federal, as chances de os homens elegerem-se equivalem a duas vezes e meia às chances de as mulheres serem eleitas (DATASENADO, 2019).

Ainda que contemos com uma legislação eleitoral relativamente sensível à questão do gênero na política – mesmo com uma linguagem exacerbadamente binária –, tal como a lei de quotas (art. 10, §3º da Lei 9.504/97), a lei que prevê destinação específica de recursos do Fundo Partidário (FP) para a criação e a manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (art. 44, V da Lei 9.096/95), e a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5617, na qual determinou-se a equiparação entre o percentual mínimo de candidaturas femininas ao mínimo de recursos do Fundo Partidário que devem ser destinados para as campanhas das candidatas, ou seja, 30% (BRASIL, 2019), as instituições políticas permanecem hostis à presença das mulheres, ainda que estas sejam brancas, cisgêneras e performem feminilidade nos termos da heteronormatividade. Exemplo disso é a Deputada Federal Joice Hasselmann, que recebeu em sua casa uma caixa que continha uma cabeça de porco e um bilhete onde estava escrito: “vai sofrer e vai morrer” (CERIONI, 2019). Ou ainda, a ex-candidata à prefeitura de Porto Alegre, Manuela D’Ávila, que sofre com ataques de ódio e fake news de forma reiterada (D’ÁVILA, 2020).

É neste cenário que se insere este trabalho, assim como as perguntas que inicialmente o instigaram: de que forma as mulheres que conseguem chegar às instâncias formais da representatividade política navegam por estes

locais? O direito molda essas experiências? As instituições são formatadas pelas manifestações da consciência jurídica dessas mulheres? Se sim, de que forma essa consciência sobre o direito se intersecciona com os diferentes marcadores sociais da diferença que se corporificam nessas mulheres?

Nesse contexto, saliento desde logo que neste trabalho não teço considerações com pretensões universalizantes sobre o meu objeto de estudo, na medida que falo e ofereço conclusões sobre um recorte bastante pequeno dentro de um macrocosmo que são os estudos empíricos feministas em direito. Aqui também fica delimitado meu comprometimento com a objetividade feminista, que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p. 21).

Essas foram as instigações iniciais a partir das quais formulei meu projeto de tese, a pergunta de pesquisa e a hipótese que busco responder neste trabalho. Comprometida com uma parcialidade cientificamente objetiva, assim como com o situamento do conhecimento que produzo, pareceu-me indispensável tecer essas considerações iniciais sobre a perspectiva que apresento, assim como sobre o lugar de onde falo na escrita desta tese.

1.2 Delimitando o objeto

Objetos são feitos em lugares e tempos particulares. Objetos têm agência²
(M'CHAREK, 2014)

Este é um trabalho sobre direito³, política⁴, mulheres e seus marcadores sociais da diferença. É uma investigação sobre como esses fatores se interseccionam, se influenciam e se constituem mutuamente, analisados por

² Tradução livre. No original: “Objects are made at particular places and times. Objects have agency.”

³ Compreendo que o direito não é um campo autônomo e alijado do mundo social. Ao revés, nele vemos que “[...] as práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo de soluções propriamente jurídicas” (BOURDIEU, 2012, p. 211).

⁴ Entendo aqui o campo político conforme o define o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012, p. 164), como um “[...] campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”

meio de uma ferramenta teórica proveniente, sobretudo, dos estudos sociojurídicos estadunidenses: a consciência jurídica.

Para delimitar meu objeto de pesquisa, eleger meu método de procedimento e a respectiva metodologia fiz alguns questionamentos a partir dos tipos ideais propostos por Simon Halliday (2019). Por que? O que? Quem? E como pesquisar?

Decidi adotar, assim, uma abordagem interpretativa da consciência jurídica, pautada pela escola da identidade (que explico em maior detalhe subsequentemente). A abordagem interpretativa implica que o objetivo da investigação é compreender como sujeitas específicas (no caso, as Vereadoras) compreendem o direito e quais são as implicações dessas compreensões sobre a sua forma de agir e seus comportamentos (HALLIDAY, 2019).

É dizer, meu objetivo primordial, o meu “por quê”, é compreender como sujeitas que exercem cargos políticos relacionam-se com o direito. Meu foco principal, por conseguinte, deriva do “quem”: as Vereadoras, e “como estes indivíduos particulares percebem o direito e que significado estas percepções têm para seu comportamento?”⁵ (HALLIDAY, 2019, p. 7).

No que concerne ao “o que” eu pesquiso, decidi dar esse passo atrás, investigando não a consciência jurídica em relação ao direito enquanto produto já pronto, mas sim ela enquanto resultado de uma percepção tanto sobre o direito quanto sobre o sistema político, na medida que estes dois são codependentes. Isso porque “a consciência jurídica está imersa em percepções sobre o sistema político”⁶ (HERTOGH; KURKCHIYAN, 2016, p. 417).

Noto, aqui, que a escolha das participantes de pesquisa não se deu de maneira aleatória. Antes, ela partiu do reconhecimento da importância de conceber o direito como parte de um panorama mais amplo, relacionado diretamente com o sistema político, e não como produto não-histórico de algo que vem de lugar nenhum.

⁵ Tradução livre. No original: “[...] how do these particular individuals perceive law and what significance do those perceptions have for their behavior?”

⁶ Tradução livre. No original: “[...] legal consciousness is immersed in perceptions of the political system”.

O direito, nesse sentido, é precisamente considerado como um produto do sistema político, concebido a partir de suas estruturas e das relações sociais e políticas que nele são travadas. Neste sentido:

Em primeiro lugar, o sistema político é considerado uma importante fonte do direito. Por esta razão, as percepções das pessoas sobre o direito são moldadas pelo seu nível de confiança nas autoridades políticas que são consideradas a fonte do direito, geralmente parlamentos e governos (HERTOGH; KURKCHIYAN, 2016, p. 415).⁷

Daí que não vou investigar a consciência jurídica das participantes da pesquisa em relação a dispositivos específicos ou a uma lei determinada, o que também é absolutamente possível dentro do marco teórico da consciência jurídica. Me preocupo, no entanto, com a legalidade em geral. Isto é, com o que as Vereadoras entendem quando dizemos a palavra *direito*.

Por fim, no que tange ao como conduzir a pesquisa para obter as respostas que busco, elegi o método tradicional da abordagem interpretativa: o qualitativo, por meio de entrevistas em profundidade (*in-depth interviews*) - conforme explico no tópico subsequente.

Sumarizando, na Tabela 1, as perguntas e as respostas que me coloquei para delimitar meu objeto:

Tabela 1 - Delimitação do objeto de pesquisa

Por quê?	O quê?	Quem?	Como?
Para compreender como sujeitas que exercem cargos políticos se relacionam com o direito	A legalidade em geral	As Vereadoras da Câmara Municipal	Método qualitativo; entrevistas em profundidade

Fonte: elaboração própria

Observo nessa delimitação do objeto um passo que ainda não foi dado pelos estudiosos da consciência jurídica, na medida que não se inquiriu, ainda,

⁷ Tradução livre. No original: "First, the political system is considered to be an important source of the law. For this reason, people's perceptions of law are shaped by their level of trust in the political authorities that are regarded as the source of law, generally parliaments and governments".

e na extensão da revisão bibliográfica que realizei, como opera a consciência jurídica daquelas pessoas cujo trabalho primordial é legislar, ou seja, é o direito - ao menos em tese. Parece-me relevante essa perspectiva que tento trazer aos estudos da CJ porque a compreensão sobre o que o direito é na vida das pessoas não só deriva de suas experiências pessoais enquanto seres que vivem em uma sociedade organizada por meio de instrumentos jurídicos. Para além disso, o processo político também tem um papel importante na conformação dessas percepções sobre o direito (HERTOGH; KURKCHIYAN, 2016, p. 415).

O tema que se aprofunda, nesse contexto, é a relação entre a consciência jurídica e as múltiplas formas que esta pode tomar, na sua intersecção com os marcadores sociais da diferença que permeiam as existências corporificadas das Vereadoras da Câmara Municipal de Porto Alegre, em seu trabalho enquanto produtoras do direito.

Feitas estas considerações, a partir da delimitação e das respostas acima, formulei a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os marcadores sociais da diferença inscritos nos corpos das Vereadoras municipais interferem, complexificam e/ou criam a consciência jurídica? Ancorada nesta pergunta, apresento a hipótese de trabalho da qual parti no início da minha investigação.

Acredito que as intersecções identitárias que marcam as experiências vividas e corporificadas das Vereadoras na forma como elas transitam pela Câmara de Vereadores são fatores fundamentais para a maneira como expressam sua consciência jurídica. Isso porque, ao se depararem com uma instituição que não foi feita para que seus corpos a habitem, as Vereadoras necessitam instrumentalizar o direito para que ele as sirva, mobilizando seus recursos e habilidades, individuais e coletivos, tanto em seus discursos e ações, como em termos de judicialização estratégica de determinadas pautas. Os marcadores sociais, nesse sentido, serão determinantes para que elas tenham uma postura estratégica em relação ao direito.

Espero, com as considerações acima delineadas, deixar claro e delimitado o objeto da investigação (e as respectivas perguntas e respostas que me levaram a ele), suas perguntas e hipóteses para que a leitora possa guiar-se de forma sistemática na leitura deste trabalho.

1.3 Construindo o desenho de pesquisa e o material empírico

Pesquisar empiricamente o direito é um desafio por si só, que se põe, sobretudo, quando praticamente inexistem estudos cujas ferramentas teóricas e metodológicas tenham sido utilizadas pela academia jurídica brasileira. Esse é o caso deste trabalho. Aí também reside, contudo, a inovação que se propõe ao estado da arte dos estudos sociojurídicos no Brasil, que, sobremaneira, é o objetivo primordial de uma tese de doutoramento.

Com isso em mente, a proposta organizacional que fiz foi iniciar o trabalho por um primeiro capítulo pautado pela honestidade metodológica. Nele, a leitora se depara com a descrição da pesquisadora que escreve, e as razões para fazê-lo, assim como pela delimitação do objeto de pesquisa e do desenho metodológico que segui na tese.

No segundo capítulo, introduzo os marcos teóricos e suas respectivas ferramentas de análise. No caso, iniciei realizando uma revisão bibliográfica daqueles que elegi como meus marcos teóricos, cujas justificativas de escolha serão devidamente exploradas no capítulo 2 da tese.

O primeiro deles é aquilo que chamo de consciência jurídica, uma ferramenta teórico-metodológica proveniente dos *law and society studies* estadunidenses (CHUA; ENGEL, 2021), cujo termo em sua língua original é *legal consciousness*, mas que, aqui, porém, por razões de horizontalização do conhecimento, opto por usar em sua tradução à língua portuguesa. O segundo, por sua vez, é a teoria interseccional, proveniente dos estudos feministas negros, que proporcionará lentes teóricas para contar histórias singulares a partir dos marcadores sociais da diferença.

O terceiro capítulo da tese, por sua vez, será dedicado ao trabalho empírico realizado, mediante entrevistas com as Vereadoras da Câmara de Porto Alegre. Aqui, é importante dizer e é indispensável deixar claro que reconheço minhas próprias limitações enquanto pesquisadora e, em decorrência disso, fiz dois recortes no que toca à pesquisa empírica. O primeiro diz respeito à instituição analisada (a Câmara Municipal de Vereadores) e o segundo concerne às participantes da pesquisa (as Vereadoras).

Em relação ao primeiro (o recorte institucional), decidi fazê-lo, para além das limitações factuais já acima delineadas, por compreender que a Câmara

Municipal é o *locus* político-institucional que possui maior proximidade com a vida cotidiana das cidadãs comuns, que é, justamente, o objeto do marco teórico da consciência jurídica. É o Município a menor unidade política da Federação no Brasil e é nele que são tomadas algumas das decisões mais próximas que interferem no dia a dia das pessoas. Consideremos, neste sentido, que, em tempos de pandemia, o Supremo Tribunal Federal (STF) compreendeu que os Estados e os Municípios tinham autonomia para tomar decisões concernentes às medidas contra a COVID-19 (BRASIL, 2020a).

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi escolhida na medida que esta instituição está localizada no mesmo Município onde fica a sede do Programa de Pós-Graduação em Direito e da Universidade em que eu estou realizando o meu doutoramento. É, por conseguinte, a Câmara de Vereadores com a qual possuo mais “intimidade”. Nela estão “as minhas Vereadoras”, mulheres cujas decisões e votos cotidianos influem de forma direta na minha vida.

Neste sentido, destaco que a perspectiva teórica a que me filio, dos saberes localizados, me urge reconhecer as participantes da pesquisa como coconstrutoras do material empírico e não enquanto sujeitas passivas de um (do meu) olhar colonizador. As participantes desta investigação e o meu objeto de pesquisa, por conseguinte, são vistas por mim como atrizes e agentes, e não como sujeitas passivas, “telas” sobre as quais eu vou produzir um conhecimento asilado e objetivo (HARAWAY, 1995, P. 36). Elas são, por conseguinte, protagonistas na construção desta tese.

Feitas estas observações, assevero que a Câmara de Vereadores Municipal onde foi realizado o trabalho empírico possuía, no segundo semestre de 2022 (período em que foram realizadas as primeiras 4 entrevistas), 11 Vereadoras que se identificam como mulheres, em um universo de 36 parlamentares. Estas são provenientes dos mais diversos espectros político-ideológicos, e possuem diversas marcas identitárias diferentes, o que traz riqueza para a pesquisa, especialmente no que concerne ao entrecruzamento e à complexificação da expressão da consciência jurídica analisada a partir da perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença.

Após o pleito de 2022, entretanto, 3 Vereadoras foram eleitas para outros cargos eletivos nos parlamentos estadual e federal. Após a convocação das suplências, apenas 1 mulher tomou posse, de forma que, em 2023, a Câmara de Porto Alegre conta com 9 Vereadoras mulheres.

O segundo recorte metodológico, por sua vez, é o gênero, o que me levou a delimitar como participantes da pesquisa somente as Vereadoras da Câmara Municipal que se identificam como mulheres. Uma vez que o que pretendo com a tese é compreender de que forma as marcas sociais da diferença se interseccionam com as categorias da consciência jurídica, se são determinantes para sua forma de expressão e para a dinâmica institucional, o recorte de gênero é uma primeira forma de marcar, já de início, a primeira diferença.

Neste sentido, considerando que o marco teórico empregado (o dos marcadores sociais da diferença a partir da interseccionalidade) e a perspectiva adotada (a da objetividade parcial) me levam a sair daquilo que configura a norma social, do lugar da não-marca, o recorte de gênero me concede, de antemão, um lugar privilegiado de análise. Isso não quer dizer, contudo, que essa diferença seja tomada teoricamente como relevante *a priori* (HENNING, 2015). Isso porque, ainda que eu tenha recortado metodologicamente o trabalho a partir do gênero, a importância que este marcador social vai possuir na análise do material empírico vai depender inteiramente das respostas concedidas pelas participantes. Essa perspectiva (de não conceber de antemão quais marcadores sociais serão destacados) vem na esteira de uma produção de conhecimento localizada e contingencial.

Reforço, assim, que decidi entrevistar somente as Vereadoras, primeiro por uma questão de viabilidade da pesquisa, é dizer, tempo necessário tanto para realizar as entrevistas, quanto para realizar análise dos dados e observar como foi ocorrendo a construção do material empírico. Segundo, porque me interessa saber, a partir dos marcos teóricos eleitos, como, a partir das suas manifestações (in)conscientes sobre o direito, elas vão se construindo materialmente dentro da instituição que fazem parte.

Considerando, ademais, as delimitações postas na Tabela 1 (o porquê, o quê, o quem e o como), a pesquisa tem caráter eminentemente qualitativo, e foi realizada na modalidade empírica, empregando técnica de entrevistas em

profundidade com roteiros semiestruturados de perguntas. O caráter qualitativo dá-se, precisamente, pelo fato de que a interseccionalidade compreende que cada corpo é marcado por diversas avenidas identitárias que somente podem ser apreendidas por uma pesquisa aprofundada.

Me preocupei, desta forma, em escutar as narrativas de todas as Vereadoras titulares da Câmara Municipal. Conforme se depreende da Tabela 2, abaixo, o universo de participantes em potencial soma um total de 12 Vereadoras.

Tabela 2 - Participantes em potencial

Nome	Espectro político ⁸	Resposta
Bruna Rodrigues	Esquerda	Aceitou (com a condição de apresentar as respostas por escrito)
Claudia Araujo	Centro	Aceitou
Comandante Nadia	Direita	Recusou
Daiana Santos	Esquerda	Aceitou (entrevista não realizada)
Fernanda Barth	Direita	Não respondeu ao convite
Karen Santos	Esquerda	Aceitou
Laura Sito	Esquerda	Aceito (entrevista não realizada)
Lourdes Sprenger	Centro	Aceitou
Mariana Pimentel	Centro	Aceitou
Monica Leal	Direta	Não respondeu ao convite
Tanise Sabino	Direta	Não respondeu ao convite
Biga Pereira ⁹	Esquerda	Aceitou

Fonte: elaboração própria

⁸ Classificação feita pela pesquisadora. Considerando as posições político-ideológicas manifestadas pelas Vereadoras nas entrevistas e em suas redes sociais, a classificação deu-se em três níveis: direita, centro e esquerda. Optei por não fazer uma divisão binária entre direita e esquerda na medida que três Vereadoras entrevistadas claramente se posicionaram como de centro.

⁹ Tomou posse em 2023, após as eleições de 2022, uma vez que várias membras da Casa foram eleitas para outros cargos eletivos.

Vide Tabela 2, não foram todas, entretanto, que concordaram em ser entrevistadas. Das 12 Vereadoras, 8 aceitaram ser entrevistadas - sendo que com 3 delas não foi possível a realização da entrevista por motivos de agenda -, 1 recusou explicitamente e 3 não responderam aos convites enviados.

Ressalto que antes da ida ao campo, por se tratar de uma pesquisa empírica que envolve seres humanos, o projeto de tese foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mediante seu cadastro junto à Plataforma Brasil, conforme Certificado de Apresentação Ética (CAAE) nº 56802622.7.0000.5347.

No que tange ao roteiro das entrevistas, este contou com caráter duplo. Estruturado, em princípio, no que toca às perguntas direcionadas a determinar o perfil da participante; e semiestruturado no restante da entrevista.

Por semiestruturado quero dizer um roteiro de perguntas abertas, que não podem ser respondidas com sim ou não, mas que possibilitam que as entrevistadas expandam e elaborem as respostas. Assim como outros roteiros de pesquisa que se enquadram dentro de uma abordagem interpretativa (HALLIDAY, 2019), as perguntas iniciais do questionário não se referiram ao direito de maneira explícita, “possibilitando que eu observasse a invocação do direito pelo entrevistado (ou sua ausência)”¹⁰ (KIRKLAND, 2008, p. 407).

As perguntas formuladas, ademais, buscaram, da maneira mais abrangente possível, tentar apreender de que forma as intersecções entre os marcadores sociais da diferença das participantes se relacionam com a consciência jurídica, assim como se essa consciência marcada é determinante na relação entre as instituições jurídicas e políticas. Faço aqui, uma última observação no que tange às limitações do meu desenho metodológico, que já podem ser vislumbradas de antemão. A primeira delas é o número de entrevistadas e as consequências que este fato possui para as minhas conclusões, afinal, eu investigo uma parcela bastante limitada de pessoas que foram especificamente escolhidas dentro do meu recorte.

Por se tratar de uma pesquisa cujo caráter é eminentemente qualitativo, as eventuais conclusões a que chego ao final da tese dizem respeito, tão

¹⁰ Tradução livre. No original: [...] making it possible for me to watch for the interviewee's invocation of law (or its absence)”.

somente, ao cenário que investiguei. Elas podem, evidentemente, ser indicativas para conclusões e tendências mais generalizáveis.

Uma segunda limitação diz respeito ao espectro político ao qual pertencem as Vereadoras que concordaram em conversar comigo. Conforme se pode denotar da Tabela 2, nenhuma parlamentar de direita concordou em ser entrevistada (somente de centro-direta), o que significa que eu não posso comparar os polos mais opostos dos espectros políticos em termos de como essas mulheres se relacionam com seus marcadores sociais e se a consciência jurídica manifesta-se de forma diferenciada entre mulheres que se consideram de direita e de esquerda.

Uma terceira e última limitação que vejo desde já em minha pesquisa é o fato de que todas as Vereadoras da Câmara onde a investigação foi realizada são mulheres cisgêneras e corponormativas - isto é, nenhuma se declarou como travesti ou transsexual ou como Pessoa com Deficiência. Nenhuma delas, ademais, se declarou como indígena. Este fato, por um lado, fala bastante alto sobre as ausências na política e é relevante por si só. Por outro lado, me impossibilita incluir esses marcadores sociais como variáveis da pesquisa.

Com esse recorte metodológico, e tendo em mente estas limitações, pretendo contar histórias. Narrativas de como o direito, o discurso, o corpo, a materialidade e a vida institucional se cruzam de forma singular.

1.4 Análise de dados

Dedico este tópico a um passo importante desta investigação. Aqui exponho à leitora a maneira a partir da qual o *corpus* empírico foi analisado.

Uma vez transcritas as entrevistas, estas foram alimentadas ao software Nvivo 15 (versão 1.7.1) para codificação e categorização. Para isso, empreguei a técnica de análise temática, que é um método da investigação qualitativa empregado para “analisar, organizar, descrever e reportar temas encontrados em um conjunto de dados”¹¹ (NOWELL et al., 2017, p. 02). O objetivo da análise temática é, portanto, identificar padrões ou temas a partir das narrativas

¹¹ Tradução livre. No original: “[...] analyzing, organizing, describing, and reporting themes found within a data set”.

coletadas por meio das entrevistas com as Vereadoras da Câmara de Porto Alegre.

Para uma análise temática consistente, Nowell et al (2017) apresentam seis passos a serem seguidos pela investigadora. São eles: (1) a familiarização com os dados; (2) codificação inicial; (3) busca por temas; (4) revisão dos temas; (5) definição e nomeação de temas; (6) produção do texto.

A familiarização com o material foi feita por meio da leitura de cada entrevista ao menos três vezes. Este processo teve por objetivo a documentação de possíveis códigos e temas que surgissem ao longo da leitura.

A segunda etapa, codificação inicial, foi feita a partir de uma quarta etapa de leitura. O processo de codificação em sede de pesquisa qualitativa é, friso, um processo bastante subjetivo e reflexivo dentro da investigação. É também em decorrência disto que adoto a perspectiva parcial da objetividade corporificada (HARAWAY, 1995) como pedra fundante deste trabalho. As etapas de codificação inicial e de busca por temas, ressalto, devem ser feitas tendo em consideração o norte da pesquisa, isto é, sua pergunta e os seus marcos teóricos de análise: são estes os pontos de interesse que devem ser destacados dentro do material empírico.

A codificação, neste contexto, deu-se por meio da inclusão das entrevistas no Nvivo e criação dos códigos na plataforma de forma manual e aberta. Neste estágio da análise de conteúdo, o material empírico foi codificado a partir das seguintes doze classificações: (1) burocracia; (2) classe; (3) cotas; (4) financiamento; (5) fiscalização; (6) instrumentalização do direito; (7) machismo na política; (8) maternidade; (9) mulheres; (10) mulheres negras; (11) racialização e racismo; e (12) tempo e negociação política. Estes códigos foram identificados a partir da análise cruzada entre a bibliografia e os conceitos chave que pautam esta tese e o conteúdo das entrevistas.

Ressalto que o processo inicial de codificação e a concepção das palavras-chave utilizadas neste processo foram baseados nas orientações sobre análise temática feitas por Udo Kuckartz (2014). Assinala o autor que, neste ponto da técnica de pesquisa, a pergunta da investigação tem um papel fundamental. Isto é, é a partir desse questionamento que são extraídas as palavras e temas que guiam a pesquisa.

A codificação inicial, por conseguinte, partiu de dois temas centrais da pergunta: marcadores sociais da diferença e consciência jurídica. Do primeiro, extraí os códigos classe, machismo na política, maternidade, mulheres, mulheres negras e racialização e racismo. Do segundo, burocracia, cotas, financiamento, fiscalização, instrumentalização do direito e tempo e negociação política.

Cada um destes códigos gerou um determinado número de referenciamentos nos cinco arquivos das transcrições. Nem todos os códigos aparecem em todas as entrevistas. Há códigos que perpassam e predominam a fala de alguma(s) Vereadora(s) e que sequer foram mencionados na de outra(s).

Apresento abaixo, na Tabela 3, o compilado da codificação inicial, acompanhado do número de entrevistas em que apareceu e do número de referenciamentos a ele.

Tabela 3 - Codificação inicial

Código	Arquivos	Referências
Burocracia	5	29
Classe	3	15
Cotas	2	3
Financiamento	5	12
Fiscalização	5	34
Instrumentalização do direito	5	19
Machismo na política	4	19
Maternidade	3	23
Mulher	5	38
Mulheres negras	2	6
Racialização e racismo	3	15

Tempo e negociação política	4	18
-----------------------------	---	----

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 4 abaixo, por outro lado, apresento o número de códigos e de referências que aparecem por entrevistada:

Tabela 4 - Códigos e referências por entrevistada

Nome	Número de códigos	Referências
Abigail Pereira	12	71
Cláudia Araújo	8	26
Karen Santos	12	47
Lourdes Sprenger	9	34
Mariana Pimentel	10	58

Fonte: elaboração própria.

A busca por temas compreende a terceira etapa da pesquisa. Os temas são conceitos mais amplos que surgem a partir do referenciamento cruzado que é feito entre o *corpus* empírico e a codificação. Isto é, são categorias criadas pela investigadora para identificar e agrupar trechos do material que abordam determinados assuntos comuns.

Neste ponto, eu reuni os trechos codificados a partir de tópicos similares. Foram reunidos em um único tema os termos: cotas e financiamento; mulheres negras, racialização e racismo; maternidade, mulheres e machismo na política; e instrumentalização do direito e tempo e negociação política. Permaneceram como um tema único: burocracia; fiscalização; e classe.

Na quarta etapa da análise temática operei a revisão dos temas a partir da reunião e do isolamento dos códigos feitos na fase anterior da análise temática. Renomeei, assim, alguns dos temas, de forma que se tornassem mais compreensivos e abrangentes em referência ao seu conteúdo.

Meu objetivo, com isso, foi obter um panorama geral e coerente do material e da história que ele está contando (NOWELL et al., 2017). Neste íterim, reúno na Tabela 5, abaixo, a revisão dos temas, com o intuito de tornar esta operação melhor visualizável:

Tabela 5 - Revisão dos temas

Códigos reunidos	Tema renomeado	Referências
Cotas e financiamento	Narrativas sobre a legislação eleitoral de gênero	15
Mulheres negras, racialização e racismo	Processos de racialização	21
Maternidade, mulheres e machismo na política	Experiências na política	80
Instrumentalização do direito e tempo e negociação política	Direito e ferramentas do jogo político	37
Burocracia	O direito como uma muralha burocrático	29
Fiscalização	O papel de fiscalizadoras	34
Classe	Narrativas sobre classe	15

Fonte: elaboração própria

Permaneci, então, com estes sete temas. Para a última etapa, conforme ensinam Nowell et al. (2017), que é a definição e a nomeação dos temas, eu olhei para o material empírico questionando o entrecruzamento destes temas. Isso porque, em alguns casos, as experiências com o direito e os marcadores sociais da diferença foram categorizados em temas separados, porém isso não significa que eles não tenham relação na construção da narrativa das Vereadoras.

Ao contrário. Faço notar aqui que esta etapa da proposição de categorias surgiu a partir de um questionamento feito ao material empírico: de que forma as narrativas sobre o direito são informadas pelas narrativas referentes aos marcadores sociais da diferença?

É a partir dessa pergunta que os temas identificados a partir de códigos concernentes ao direito (cotas, financiamento, instrumentalização do direito, burocracia, fiscalização e tempo e negociação política) foram referenciados de forma cruzada com os códigos relativos aos MSD (mulheres, mulheres negras, racialização e racismo, maternidade, machismo na política, classe), gerando como resultado as categorias que passo a apresentar.

Em um primeiro momento, o tema “narrativas sobre a legislação eleitoral de gênero” aparece permeado pelos temas “processos de racialização”, “experiências na política” e “narrativas sobre classe”. Desta leitura extraí o fato de que no amalgamento destes temas, o direito é narrado ora como uma falta, ora como algo limitado. Esta consideração conforma, desta maneira, a primeira categoria concebida: *o direito como ausência*.

A segunda categoria proposta foi formatada a partir do cruzamento das narrativas reunidas sob os temas “experiências na política”, “o papel de fiscalizadoras”, “processos de racialização” e “narrativas sobre classe”. Aqui, chamei-a de *o papel de fiscalizadoras: narrativas de gênero, classe e raça*.

A terceira categorização, finalmente, partiu da intersecção dos temas “processos de racialização”, “experiências na política”, “direito e ferramentas do jogo político” e “o direito como uma muralha burocrática”. A esta categoria dei o nome de “a força hegemônica do direito”.

Esclareço, finalmente, que pretendi, com este tópico, trazer a maior clareza e a honestidade metodológica possível sobre a técnica de análise temática dos dados e sobre como procedi a minha conversa com o material empírico, assim como sobre o meu processo final de categorização, justamente por tratar-se de um procedimento cuja confiabilidade vem amparada nesta abertura.

PARTE I: SITUANDO TEORICAMENTE A PESQUISA

2 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição Federal (CF) de 1988 inaugurou um novo momento político para o Brasil. Em seu processo de elaboração, surgiram “novas” sujeitas políticas e grupos sociais (CARNEIRO, 2019) cujas lutas e articulações vêm gerando resultados mediante a elaboração de leis, políticas públicas e alterações constitucionais cujo intuito é o de retificar desigualdades sociais históricas. Essa mobilização social não deixa de vir acompanhada por um debate sobre representação e representatividade políticas.

Isso porque, ao olharmos para as instâncias políticas onde, de fato, são discutidas e aprovadas essas medidas, os Poderes Legislativos, vemos figuras que não espelham esses grupos. Observamos que os órgãos legislativos brasileiros possuem uma composição mais ou menos homogênea, proveniente de elites políticas com recortes similares de gênero, raça e classe (SACCHET, 2012).

O sistema político, nesse contexto, (re)produz ausências que possuem reflexos para a qualidade da própria democracia e sua capacidade de atingir e chegar a todas as brasileiras. A representação política não alcança a todas, eis que aquelas cujas diferenças e outridade marcam suas existências e experiências sociais de opressão não ocupam esses espaços.

É preciso pensar, então, sobre representação, sistema representativo e marcadores sociais da diferença. É o que faço neste capítulo.

Início, por conseguinte, a partir de uma breve reflexão sobre as interpretações a respeito do conceito de representação política e a sua relação com a identidade. Em um segundo momento, traço um histórico a partir da Constituição de 1988, das idas e vindas da legislação e da jurisprudência brasileiras cujo tema é a inclusão política, com foco, sobretudo, na participação política das mulheres e das pessoas negras. Encerro este capítulo tratando sobre o histórico do *locus* onde esta pesquisa foi realizada, isto é, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, dando ênfase, especialmente, a como as mulheres e as pessoas negras ocuparam este espaço desde 1988.

2.1 Pensando representação política a partir da diferença

Pensar sobre a relação entre a consciência jurídica de representantes eleitas a partir da interseccionalidade é um debate que perpassa, em um primeiro momento, por uma reflexão sobre representação e diferenças e sobre o que essa relação significa dentro de um regime democrático. Pensemos, neste sentido, que um regime político que se pretende verdadeiramente democrático propõe-se a estabelecer uma conexão entre democracia e inclusão política, na medida que observa o grau de envolvimento e de participação social na vida política do país (SACCHET, 2012, p. 399-400) como pilares fundantes.

Isso implica, em maior ou menor grau, que a formação dos órgãos político-institucionais é algo importante, sobretudo quando pensamos nos Poderes cujos membros são eleitos - os Executivos e os Legislativos. A composição destes espaços (notadamente o Poder Legislativo), quero dizer, significa pensar em identidade e representação. Quem são essas pessoas e o que elas representam é significativo para o que é, ao fim e ao cabo, produzido dentro dos órgãos legislativos, isto é, para o direito.

A incorporação das diferenças (não só ideológicas, como também identitárias) no processo de tomada de decisão que ocorre nestes espaços institucionais do Estado, por conseguinte, é algo diretamente relacionado com o conteúdo da representação política (SACCHET, 2012, p. 418). E é por isso que falamos tanto que “representatividade importa”.

O fato de que os Poderes da República, sobretudo aqueles sujeitos ao escrutínio eleitoral (Executivo e Legislativo), tendem a ser mais masculinos, ricos, brancos e instruídos (MIGUEL; QUEIROZ, 2006) do que a média geral da população do país, por conseguinte, é um problema se observamos a representação política a partir da perspectiva acima. O que significa, então, representação política nesse contexto? Um dos cânones sobre o tema é o livro da teórica política estadunidense Hanna Pitkin, “O Conceito de Representação”¹² (1972), no qual ela apresenta uma tipologia a partir de quatro

¹² Tradução livre.

interpretações do conceito. A formalística, a descritiva, a simbólica e a substantiva (agir por).

Pitkin apresenta a representação formalística a partir do que chama de “argumento Hobbesiano” sobre a autorização. Isto é, a representante é aquela a quem foi dado o direito de agir, da mesma forma que, em Hobbes, as sujeitas, ao formalizar o contrato e deixar o estado de natureza, estão autorizando a soberana a representá-las. É este ato autorizativo que gera poder e legitimidade para as representantes e a elas cabe a responsabilidade sobre as consequências derivadas desse ato de representar (PITKIN, 1972, p. 3). O foco da representação formalística, por conseguinte, está nas formalidades, no ato transacional que ocorre antes que a representação, de fato, ocorra. Os seus contornos, nessa esteira, estão sempre dados a partir das limitações da autoridade que foi transmitida. É uma visão tudo ou nada da representação. Isto é, ou a sujeita representa (e está dentro dos limites da autorização que foi conferida) ou não (porque ultrapassou as fronteiras da autorização). Inexiste, por consequência, um juízo de valor sobre a qualidade da representação.

A representação descritiva, por outro lado, parte da ideia que o corpo representativo deve ser selecionado de modo a reproduzir a imagem e semelhança do corpo social (PITKIN, 1972, p. 60). Essa interpretação de representação tem como arquétipo a ideia de *espelho*. O que jaz por detrás disso é a concepção de que a exclusão de determinados grupos das instâncias de representação pode gerar resultados políticos desfavoráveis para esses grupos (SACCHET, 2012, p. 411). A crítica de Pitkin vem no sentido de que a representação descritiva trataria as representantes como provedoras de informação sobre algo/alguém que não está presente, de maneira que o ato de agir em nome ou pelas representadas não teria lugar (PITKIN, 1972, p. 90). Desta feita, a representação descritiva enfatizaria demasiadamente a identidade das representantes, deixando o que Pitkin compreende como a pedra fundamental da representação para um segundo plano, é dizer, o seu conteúdo, assim como acarretaria perdas no que tange à responsabilidades das representantes perante as representadas.

Abro um parêntese aqui para destacar que as políticas de cotas eleitorais são enquadradas pela literatura na perspectiva da representação

descritiva (ARAÚJO, 2009). A política de presença e a defesa das cotas eleitorais por Anne Phillips (1995), nesse contexto, parte da premissa que o foco proposto do Pitkin, de que o que verdadeiramente importa para a representação é o *que* (as ideias) e não o *quem* (identidade), ao fim e ao cabo, criou problemas de exclusão política que dizem respeito aos resultados e, justamente, à responsividade das representantes para com as representadas pertencentes a minorias de gênero, raciais e étnicas.

A terceira interpretação tratada por Pitkin se refere ao que ela chama de representação simbólica, segundo a qual toda a representação é, em alguma medida, uma espécie de simbolização, tal como, por exemplo, uma bandeira representa um país ou um emblema um culto religioso (PITKIN, 1972, p. 92). A crítica que faz Pitkin sobre a representação simbólica é da vagueza e da dependência dos sentimentos e das emoções a que os símbolos se sujeitam. Compreender a representação política a partir da capacidade da representante de simbolizar implica que a sua avaliação depende do quanto as representadas acreditam nela. Seria impossível, por conseguinte, avaliar objetiva e racionalmente a qualidade da representação.

Finalmente, Pitkin apresenta e defende a ideia de representação substantiva (o agir por). Aqui a representação é vista como um agir pelos interesses dos representados de uma forma responsável perante eles (PITKIN, 1972, p. 209). Fundamental é a noção de independência da representante, de que ela age e toma decisões a partir da sua própria agência pessoal, e que, ainda que as suas ações possam gerar conflitos com as representadas, ela deve guiar-se para evitá-los o máximo possível. O argumento defendido por Pitkin, por conseguinte, é que devemos focar no que as representantes fazem (os resultados políticos), no lugar de quem elas são.

O que acontece, contudo, é que esta ênfase das democracias liberais no que Pitkin chama de representação substantiva vêm historicamente apresentando consequências exclusionárias, na medida que o funcionamento dos sistemas políticos vêm demonstrando que há um espelhamento entre quem são os representantes (o aspecto identitário) e os resultados apresentados. Neste contexto, conforme destaca Clara Araújo (2009), existe implicitamente uma relação entre a representação descritiva e a substantiva. Isto é, entre os resultados do sistema político, a responsividade das

representantes perante as representadas e quem essas representantes são. É por isso que diversas pensadoras da teoria política feminista fazem críticas a esse modelo de representação política que leva à exclusão de diversos grupos da população, sobretudo aqueles compreendidos como minorias, dos espaços *formais de poder*.

A obra seminal de Carole Pateman, “O Contrato Sexual”¹³ (1988), é, sem dúvidas, a pedra de toque deste debate no que tange às mulheres (e eu acrescento, a partir de uma perspectiva de mulheres brancas, cisgêneras e de classe média e alta). A grande contribuição da teórica britânica é precisar que a relação intrincada entre o Estado, o direito e a disciplina patriarcal são dimensões complexas das estruturas de dominação fundantes das sociedades modernas.

Contando a história do contrato sexual, Pateman demonstra que a construção das diferenças sexuais binárias entre homens e mulheres se dá por meio da diferenciação política entre eles e este é um elemento central da sociedade civil. A separação entre as esferas pública (masculina) e privada (feminina), constata a autora, é elemento edificante do Estado moderno. A própria noção liberal do “indivíduo” e, por consequência, a proposta de universalidade abstrata de liberdade que a acompanha são apresentados por Pateman (1988, p. 02) como um projeto masculino e branco, amparado por direitos patriarcais.

A cidadania, nesse contexto, é algo alocado no âmbito do público, onde, por sua vez, reina, dentro da separação binária de gênero, imagens e construções associadas com à masculinidade branca cis-hetero-patriarcal. Portanto, a própria essência da noção liberal de indivíduo e da liberdade civil está intrinsecamente conectada com a sujeição das mulheres na esfera privada (PATEMAN, 1988, p. 11).

O que faz Carole Pateman em “O Contrato Sexual” (1988) é focar nos obstáculos estruturais e institucionais ao acesso das mulheres à cidadania, o que Clara Araújo (2012) chamou de a hipótese patriarcal. Nesta seara, Pateman: (i) apresenta a subordinação das mulheres com um problema; (ii) faz

¹³ Tradução livre.

dela um problema político; e (iii) demonstra que o “nós” político, a individualidade e a cidadania, é masculino e branco.

Acrescentando uma profunda camada crítica à noção filosófico-política de contrato social, a feminista francesa Monique Wittig (1992) o apresenta a partir da noção de heterossexualidade. Viver em sociedade, aponta Wittig (1992, p. 40), é viver na heterossexualidade, na medida em que ela é um efeito de algo que não pode ser materialmente objetificado, que afeta a forma pela qual as pessoas agem, movem-se e pensam. A perspectiva apresentada pela materialista francesa é a de que o contrato social é a heterossexualidade. Ela é, ademais, tanto um objeto imaginário quanto real. É dizer que a heterossexualidade possui um caráter instituinte, na medida em que ela permeia as regras e convenções sociais de forma “invisível”, eis que ainda que não enunciada, ela está presente tanto nas “obviedades” das convenções sociais como na própria linguagem.

Uma outra perspectiva a esse debate é dada pelas feministas que tratam sobre o tema da cidadania e participação democrática com foco especial na participação das mulheres na vida política e na sociedade civil, dando mais protagonismo às diferenças e diversidades de gênero, raça e classe, e, por conseguinte, à noção de representação de grupos.

Anne Phillips (2011) argumenta que as democracias liberais devem ter suas práticas pautadas por mecanismos e princípios que tornem a composição dos órgãos representativos mais reflexiva e responsiva em relação às interseções raciais, de gênero e de classe da população considerada em seu todo. Isso porque, salienta Phillips, na medida que a divisão entre o público e o privado é o fundamento da cidadania liberal, as mulheres seguem em posição política de subordinação em razão de a divisão sexual do trabalho na esfera privada/familiar ter consequências importantes para as possibilidades de envolvimento e protagonismo político e social. Pensando a partir de Phillips para o contexto brasileiro, no qual a esmagadora maioria do trabalho do cuidado é terceirizado, sobretudo, para mulheres negras (BERNARDINO-COSTA, 2015), o argumento tem consequências bastante fortes para a qualidade da democracia e da representação política dessa parcela da população.

Clara Araújo (2012, p. 154) explicita o ponto:

Na democracia representativa, como processo democrático, podemos pensar que as mulheres enfrentam uma desvantagem dupla: a exclusão formal inicial da cidadania, derivando posicionamento efetivamente desvantajoso; e a exclusão atual, que denomino de exclusão estendida. Estendida porque muitos de seus efeitos e aspectos se originam indiretamente e não mais formal e diretamente dessa exclusão de base (ARAÚJO, 2012, p. 154).

Essas premissas, no contexto da representação, são fundamentais quando pensamos na exclusão de grupos socialmente subordinados, na medida que a participação política está intrinsecamente conectada com a cidadania que, essencialmente, está atrelada à esfera pública (ARAÚJO, 2012, p. 148). Grupos socialmente minoritários, tais como mulheres, negras e negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+, por conseguinte, não tiveram suas experiências consideradas quando da construção basilar do conceito moderno de cidadania (ARAÚJO, 2012, p. 153). Essas pessoas, de maneiras diferentes e específicas, foram desvinculadas da esfera ativa da cidadania e da vida pública.

Penso aqui, neste contexto, na indissociabilidade entre a masculinidade e a branquitude na construção do indivíduo e na separação das esferas pública e privada que nos aponta Carole Pateman (1988). Também, em como essa esfera privada inicialmente teorizada pelas críticas feministas estava vinculada a uma noção cis-hetero-classista e branca de mulher.

Isso porque pessoas não enquadradas nesse esquema binário e branco de heterossexualidade compulsória sequer estavam no horizonte de compreensão da fabricação do conceito de cidadania. Homens e mulheres negros, nesse contexto, sequer eram compreendidos como seres humanos, mas sim como propriedade (DAVIS, 2016). Refletir sobre mulheres negras e representação política é compreender as consequências estrondosas desse “pecado original” da cidadania, é observar ausências e a força que as determinações de raça e gênero possuem sobre elas (CARNEIRO, 2020).

Estas mesmas ausências, no Brasil, são refletidas também na falta ou na escassez de estudos que abordem e expliquem as razões pelas quais homens e mulheres negros não ocupam cargos políticos no país (CAMPOS; MACHADO, 2015; ALMEIDA; MACHADO, 2021). Daí a importância e a preocupação com a representatividade, com a identidade das parlamentares e com a perspectiva descritiva da representação. Isso porque as diferenças,

ensina Anne Phillips (1995), não são expressas somente em termos de opiniões e crenças, mas também em identidades e experiências. Isso porque as ideias não devem ser separadas daquelas que as apresentam, sobretudo, em instâncias políticas institucionais.

A inclusão política de grupos histórica e politicamente marginalizados, dentro de uma perspectiva da política de presença, nesse ínterim, aparece como elemento democratizador do processo político, na medida que apresenta novas agendas, perspectivas e soluções para as questões públicas (SACCHET, 2012), além de, evidentemente, atentar para as especificidades e os problemas que somente a experiência vivida e corporificada da diferença pode trazer para dentro dos Poderes Legislativos.

Desta feita, se compreendermos o processo democrático a partir da perspectiva de que a inclusão política das diferenças é um elemento fundamental, e que a representação descritiva precisa ser considerada, a efetiva participação e representação de grupos sociais não pertencentes às elites políticas e sociais cujas existências corporificadas são marcadas a partir de MSD, em alguma medida, mais ou menos homogêneos (SACCHET, p. 401), é um componente basilar para superar as debilidades desse sistema político-eleitoral de “cartas marcadas”.

A análise feita e apresentada neste trabalho parte, precisamente, dessa perspectiva de que a representação política e a diversidade que deve acompanhá-la não podem dizer respeito somente a ideias. Ela deve ser também avaliada a partir da pluralidade de cruzamentos identitários implicados em que são as representantes políticas.

É em razão disso que, no tópico subsequente, me debruço sobre a evolução e as idas e vindas da legislação eleitoral e da jurisprudência brasileiras naquilo que elas pretendem aprimorar os resultados humanos produzidos pelo sistema político. Isto é, quem ele elege.

2.2 Legislação, sistema político e inclusão política pós-88

A Constituição de 1988 foi um marco civilizatório ímpar na história brasileira recente, sobretudo quando pensamos nos projetos políticos e nos movimentos que disputaram o espaço da Assembleia Nacional Constituinte

(ANC) de 1987-1988. É impossível, então, discorrer sobre representação política e marcadores sociais da diferença a partir da Carta Constitucional de 1988 sem, brevemente, falar sobre a participação da bancada feminina e do movimento negro na ANC e suas conquistas, considerando-as como pautas reflexos de reivindicações que espelham o momento histórico em que foram feitas.

Dentre os 559 parlamentares, 26 eram mulheres¹⁴. Delas, apenas uma era negra, a parlamentar Benedita da Silva (PT/RJ). A bancada negra, por sua vez, era composta por 4 constituintes¹⁵, contando com Benedita da Silva como a única mulher. Ambas, note-se, absolutamente subrepresentadas no quadro geral da composição da ANC.

A partir do trabalho desempenhado por estas bancadas, diversas foram as previsões incluídas no texto constitucional. No que diz respeito ao *lobby do batom*¹⁶, direitos tais como o status de igualdade, assim como direitos sociais referentes à não discriminação no mercado de trabalho, regras diferenciadas de aposentadoria e o dever de coibição da violência intrafamiliar (LOIS, CASTRO, 2018) foram positivados no texto constitucional a partir do trabalho direto dessas mulheres.

A bancada negra, por outro lado, logrou incorporar no texto demandas relacionadas à criminalização do racismo, à não discriminação como princípio fundamental e como direito social, a proeção a manifestações culturais, tombamento dos antigos quilombos e direito de propriedade das áreas remanescentes, assim como o o ensino da história da formação étnico-cultural brasileira nas escolas (SANTOS, 2015).

Em que pese esses avanços trazidos a partir dos esforços desses parlamentares, a alocação específica dessas constituintes em subcomissões

¹⁴ Abigail Feitosa (PSB/BA), Ana Maria Martins (PSDB/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Bete Mendes (PMDB/SP), Beth Azize (PSDB/AM), Cristina Tavares (PDT/RJ), Tutu Quadros (PSDB/SP), Eunice Michiles (PFL/AM), Irma Passoni (PT/SP), Lídice da Mata (PCdoB/BA), Lúcia Braga (PFL/PB), Lúcia Vânia (PMDB/GO), Márcia Kubitschek (PMDB/DF), Maria de Lourdes (PSDB/DF), Maria Lúcia Mello (PMDB/AC), Marluce Pinto (PTB/RR), Moema São Thiago (PSDB/CE), Myriam Portella (PSDB/PI), Raquel Cândido e Silva (PDT/RO), Raquel Capiberibe (PSB/AP), Rita Camata (PMDB/ES), Rita Furtado (PFL/RO), Rose de Freitas (PSDB-/ES), Sadie Hauache (PFL/AM), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Wilma Maria (PDT/RN)

¹⁵ Paulo Paim (PT/RS), Edmilson Valentim (PCdoB/RJ), Carlos Alberto Caó (PDT/RS) e Benedita da Silva (PT/RJ).

¹⁶Lobby do batom foi o nome pejorativo por meio do qual ficou conhecida a bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte.

cujos temas seriam “específicos” de seus interesses (LOIS, CASTRO, 2018) e a sua não inclusão ou massiva subrepresentação em Comissões mais “protagonistas” do processo constituinte, tais como, por exemplo, a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, tem impactos políticos grandes para a realidade da representação política até hoje.

Isso porque o caminho percorrido pela legislação eleitoral durante este período posterior a 1988, notadamente aquela cujo objetivo principal é sanar esse quadro histórico de subrepresentação de grupos sociais minoritários junto às instâncias representativas, advém e tem como quadro maior justamente esse cenário.

Conforme destaca Clara Araújo (2001b), as cotas eleitorais foram um dos primeiros instrumentos adotados, sobretudo por países latino-americanos, a partir dos esforços dos movimentos feministas, com intuito de inserir as mulheres nas instâncias de poder. A autora também aponta para o fato de que este fenômeno ser observado na América Latina pode ser lido a partir da trajetória da redemocratização pela qual passaram esses países e com o destacado papel que as mulheres e os movimentos feministas tiveram nesses processos.

No Brasil, a primeira legislação que introduziu a política de cotas eleitorais veio por meio da Lei nº 9.100/1995, que tinha o objetivo de regulamentar as eleições municipais de 1996 e dar outras providências. No §3º de seu art. 11 a legislação prevê que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

Em 1997, com a edição da Lei nº 9.504 (Lei das Eleições), foi introduzida a reserva de vagas de gênero para todos os pleitos, na proporção de 30% e de 70%, no §3º do art. 10 do diploma legal¹⁷. O que ocorreu aqui, contudo, é que os partidos encontraram uma forma de “burlar” a legislação, na medida que a interpretaram no sentido de que a lei determinava a reserva das vagas e não necessariamente o seu preenchimento (CRISTOVAM, 2021). Para não diminuir o número de candidaturas de homens aumentou-se o número de

¹⁷ Redação original do §3º do art. 11 da Lei nº 9.504/97: “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.”

vagas das listas eleitorais para 150% das cadeiras em disputa, o que, por sua vez, diminuiu o impacto das cotas eleitorais nas candidaturas masculinas (ARAÚJO, 2001a).

À vista disso, em 2009 foi promulgada a Lei nº 12.034, por meio da qual foram introduzidas reformas na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) e no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65). Para os fins que interessam aqui, destaco que essa legislação alterou a redação do §3º do art. 10 da Lei das Eleições, determinando, agora, que os partidos ou coligações *preenchem* o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.¹⁸

Enfatizo, no ponto, que em 2018, por meio da Consulta nº 0604054-58.2017.6.00.0000 (BRASIL, 2018), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) orientou-se no sentido de que a expressão “cada sexo” prevista no §3º do art. 10 da Lei das Eleições refere-se ao gênero, de maneira que as pessoas transsexuais podem¹⁹ ser contabilizadas nas respectivas cotas que representam a sua identidade de gênero. Fixou-se, ademais, a possibilidade de utilização do nome social nas urnas eletrônicas, conforme a identificação de gênero da candidata.

A Lei nº 12.034/2009, ademais, introduziu a redação original do inciso V do art. 44 da Lei dos Partidos Políticos. Nessa versão, o inciso previa que um mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário deveria ser aplicado para a criação e a manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. No que toca à propaganda partidária gratuita, a legislação incluiu o inciso IV no art. 45 por meio do qual se previu que no mínimo 10% do tempo seria destinado para a promoção e difusão da participação política feminina.

A reforma eleitoral de 2015, vide Lei nº 13.165/2015, alterou a redação do inciso V do art. 44 e do inciso IV do art. 45 da Lei dos Partidos Políticos. Em que pese a mudança, em ambas as redações foram mantidos os percentuais de aplicação de 5% da verba do FP na criação e manutenção de programas de

¹⁸ Redação atual do dispositivo legal: “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”

¹⁹ Podem (e não devem) foi o termo utilizado pelo próprio TSE na Consulta.

promoção e difusão da participação política das mulheres e da reserva de 10% do tempo de propaganda eleitoral para as mesmas.

Atualmente, o inciso V do art. 44 da Lei dos Partidos Políticos conta com redação dada pela Lei nº 13.877/2019, mantido o percentual de mínimo 5%. O art. 45 da Lei dos Partidos Políticos, por outro lado, foi inteiramente revogado pela Lei nº 13.487/2017.

No que tange à legislação das cotas, reconhecida a importância dessa alteração legislativa, diversas são as críticas feitas, dada sua ineficiência em, de fato, eleger mais mulheres no cenário Brasileiro (ARAÚJO, 2009). Dentre elas, cito as tendências dos partidos a burlar essas normas eleitorais por meio de candidaturas laranja²⁰ (CAMPOS, 2019), assim como outros fatores sócio-econômicos e institucionais (ARAÚJO, 2009).

Abriu-se, neste cenário, um debate sobre a necessidade de complementar política de cotas mediante a adoção de medidas que efetivamente fomentassem o aumento no número de mulheres eleitas (CAMPOS, 2019). A diferença e o desequilíbrio nos recursos captados e investidos pelas candidatas e candidatos em suas campanhas assumiu o protagonismo na discussão, eis que, como destacam Teresa Sacchet e Bruno Speck (2012), há uma correlação alta entre os recursos investidos na campanha e as chances de sucesso eleitoral pela candidata.

O Congresso Nacional, então, no ano de 2015 aprovou uma minirreforma eleitoral por meio da Lei nº 13.165. No art. 9º do diploma legal determinou-se que nas três eleições que ocorressem após a publicação da Lei os partidos deveriam reservar entre 5% e 15% dos recursos do Fundo Partidário para financiamento das campanhas de suas candidatas mulheres. Também determinava o dispositivo que nestes percentuais mínimo e máximo já estavam abarcadas as verbas previstas no inciso V do art. 44 da Lei dos Partidos Políticos - que determinada a aplicação de, no mínimo, 5% dos

²⁰ Conforme ensinam Kristin Wylie, Pedro dos Santos e Daniel Marcelli (2019) as candidaturas laranjas são aquelas chamadas de *não viáveis*. Isto é, candidatas que recebem zero ou um número ínfimo de votos. Nesse sentido, apresentam as autoras uma tipologia das laranjas, afirmando que no Brasil, a esmagadora maioria das candidaturas que se enquadram no conceito de laranja são de mulheres. Destaco, ademais, que o estudo apresenta que os partidos utilizam esse recurso das candidaturas laranjas como uma forma de cumprir formalmente a legislação eleitoral sem, contudo, fazê-lo de forma material e, por conseguinte, preservando o status quo. Esta conclusão vem absolutamente na esteira da fala da Vereadora Karen Santos.

recursos do FP na criação e manutenção de programas de difusão da participação política das mulheres.

Essa disposição, contudo, foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal (STF) pela Procuradoria-Geral da República por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617 (BRASIL, 2019b) em cujos autos a Corte declarou a inconstitucionalidade do período em que duraria a medida (próximos três pleitos eleitorais), assim como deu interpretação conforme a Constituição ao artigo 9º da Lei nº 13.165/2015 para equiparar o patamar mínimo de candidaturas (30%) ao mínimo de recursos do FP que devem ser destinados ao seu financiamento e determinou que, caso a proporção de candidaturas fosse maior do que 30%, o respectivo direcionamento de recursos do FP deveria ser-lhe equiparado.

Assim restou ementada a decisão:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ART. 9º DA LEI 13.165/2015. FIXAÇÃO DE PISO (5%) E DE TETO (15%) DO MONTANTE DO FUNDO PARTIDÁRIO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A APLICAÇÃO NAS CAMPANHAS DE CANDIDATAS. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar as alegações de inconstitucionalidade de norma, deve fixar a interpretação que constitucionalmente a densifique, a fim de fazer incidir o conteúdo normativo cuja efetividade independe de ato do Poder Legislativo. Precedentes. 2. O princípio da igualdade material é prestigiado por ações afirmativas. No entanto, utilizar, para qualquer outro fim, a diferença estabelecida com o objetivo de superar a discriminação ofende o mesmo princípio da igualdade, que veda tratamento discriminatório fundado em circunstâncias que estão fora do controle das pessoas, como a raça, o sexo, a cor da pele ou qualquer outra diferenciação arbitrariamente considerada. Precedente do CEDAW. 3. A autonomia partidária não consagra regra que exima o partido do respeito incondicional aos direitos fundamentais, pois é precisamente na artificiosa segmentação entre o público e o privado que reside a principal forma de discriminação das mulheres. 4. Ação direta julgada procedente para: (i) declarar a inconstitucionalidade da expressão “três ” contida no art. 9º da Lei 13.165/2015; (ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãos), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do fundo alocado a cada partido, para eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhes seja alocado na mesma proporção; (iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/95. (ADI 5617, Relator(a): EDSON FACHIN,

Tribunal Pleno, julgado em 15/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-211 DIVULG 02-10-2018 PUBLIC 03-10-2018)

Um dos efeitos da decisão do STF foi a edição pelo TSE da Resolução nº 23.575/2018, por meio da qual se alterou a Resolução TSE nº 23.553/2017 - que dispunha sobre a arrecadação e os gastos de partidos e candidatas e prestação de contas. No §3º do art. 19 do instrumento normativo previu-se que, além de aplicar, no mínimo, 30% dos recursos do FP em candidaturas de mulheres, os partidos devem, também, destinar esse percentual mínimo de recursos advindos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) nas campanhas de suas candidatas.

Essas normas, contudo, foram revogadas por meio da Resolução-TSE nº 23.607/2019 (que é a norma que hoje rege a arrecadação e os gastos de partidos e candidatas e prestação de contas). O diploma infralegal manteve a determinação da aplicação dos recursos do FP e do FEFC proporcionalmente ao número de candidaturas por gênero, em patamar mínimo de 30% - art. 17, §4º, I e art. 19, §3º, I.

No ano de 2017, por meio da Lei nº 13.488 foi alterado o art. 93-A da Lei das Eleições, passando o dispositivo a prever que o TSE, entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais promoverá propaganda institucional “destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro”. Foi a primeira disposição introduzida na legislação eleitoral que tratou especificamente da participação política da população negra.

Considerando este cenário, em 2019, o TSE foi consultado sobre quatro pontos:

i) garantir às candidatas negras percentual dos recursos financeiros e do tempo em rádio e TV destinados às candidaturas femininas no montante de 50%, dada a distribuição demográfica brasileira; (ii) instituir reserva de 30% das candidaturas de cada partido a pessoas negras, nos termos da cota de gênero prevista na Lei nº 9.504/1997; (iii) determinar o custeio proporcional das campanhas dos candidatos negros, destinando-se a estes no mínimo 30% do total do FEFC; e (iv) assegurar tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão proporcional às candidaturas de pessoas negras, respeitando-se o mínimo de 30% (BRASIL, 2020b).

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000 (BRASIL, 2020b) deu-se no sentido de (i) determinar que a aplicação dos recursos do FP e do FEFC, assim como o tempo de rádio e TV, destinados para as candidatas, devem ser repartidos entre mulheres negras e brancas na proporção dessas candidaturas; (ii) não instituir reserva de vagas para candidaturas de pessoas negras, por não ser esta a função da Corte; (iii) assegurar que os recursos do FP e do FEFC e o tempo de rádio e TV devem ser destinados ao custeio das candidaturas de homens negros na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações; e (iv) não aplicar estas regras já a partir do pleito de 2020, eis que já tinham sido apresentados pelos partidos os critérios de distribuição de recursos financeiros, de maneira que este entendimento só passaria a valer a partir das eleições de 2022.

Diante desta decisão, foi protocolada junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 738 (BRASIL, 2020c). Em sede de decisão cautelar, proferida em 10 de setembro de 2020, o Ministro Relator Ricardo Lewandowski determinou a aplicação imediata, já para as eleições de 2020, do entendimento firmado pelo TSE na Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000, no que tange aos incentivos das candidaturas de pessoas negras. A decisão monocrática foi referendada pelo plenário da Corte em 05 de outubro de 2020.

Após toda essa controvérsia, o TSE aprovou a Resolução nº 23.665/2021, alterando a Resolução-TSE nº 23.607/2019 para incluir dispositivos que regulamentam a matéria do financiamento e da forma proporcional de distribuição dos recursos do FP e do FEFC no que toca às candidaturas de pessoas negras. Inclui-se, por meio deste instrumento, o §6º ao art. 17 (regulamenta o FEFC) e o §5º ao art. 19 (regulamenta o FP), ambos prevendo que as verbas do FP e do FEFC destinadas ao custeio de campanhas femininas e de pessoas negras devem ser aplicadas exclusivamente nestas, consignando a ilicitude da aplicação destes valores no financiamento de outras campanhas não contempladas pelas cotas.

Destaco, no ponto, o descompasso entre a promoção da participação política das mulheres, por exemplo, contrastada com aquela referente à

população negra brasileira. Veja-se, neste sentido, que as cotas eleitorais de gênero, por mais críticas à sua ineficiência tenham sofrido desde a sua implementação, foram introduzidas na legislação brasileira no ano de 1995. Por outro lado, esse debate, no que concerne à subrepresentação da população negra, não avançou da mesma forma (CAMPOS; MACHADO, 2015).

Um dos sintomas disso é o fato de que foi somente em 2017 que algo específico sobre a população negra foi introduzido na legislação eleitoral brasileira (art. 93-A da Lei das Eleições). Ademais, apenas em 2020 o TSE manifestou-se pela primeira vez em matéria relacionada à destinação de recursos e tempo de propaganda para pessoas negras, vide decisão da Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000 (BRASIL, 2020b), tendo a regulamentado somente em 2021, conforme Resolução TSE nº 23.665/2021. Neste mesmo sentido, segundo destacam Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015, p. 122), a própria coleta de dados realizada pelo TSE no que tange às informações das candidatas. Isso porque foi somente a partir do ano de 2014 que a variável raça/cor foi incluída nessa relação de elementos coletados. Segue inexistindo, entretanto, dados estatísticos da Corte eleitoral que relacionem raça e gênero (ALMEIDA; MACHADO, 2021).

Em que pese esse tardar das instituições brasileiras em reconhecer e adotar medidas para sanar a subrepresentação a partir dos recortes de gênero e raça, em 2021, o TSE aprovou a Resolução nº 23.664/2021, que alterou a Resolução TSE nº 23.605/2019 - a qual estabelece diretrizes para a gestão e distribuição do FEFC. Aqui também a Corte regulamentou os critérios de distribuição de recursos desse fundo pelos partidos, adequando-os aos percentuais mínimos e proporcionais às candidaturas a partir dos recortes de gênero e raça, conforme as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5617 e ADPF 738 e pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral na Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000.

Em 2019 também foi instituída a Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres), vinculada à Presidência da Corte, por meio da Portaria nº 791/2019, cujos objetivos são o planejamento e o acompanhamento de ações relacionadas ao incentivo (i) à participação das mulheres na política; e (ii) à participação institucional das mulheres na Justiça Eleitoral.

Finalmente, em 5 de abril de 2022, foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional (EC) 117, por meio da qual foram introduzidas alterações no art. 17 do texto constitucional (dispositivo que regulamenta os partidos políticos). A EC incluiu no art. 17 da CF os §§7º e 8º, constitucionalizando: (i) o dever de as agremiações partidárias aplicarem o mínimo de 5% dos recursos do FP na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (§7º); e (ii) a reserva de, no mínimo, 30%, respeitada a proporcionalidade das candidaturas, dos recursos do FEFC e do FP, assim como do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão para suas candidatas (§8º).

Essa Emenda Constitucional, no entanto, não deixou de vir sem suas polêmicas. Veja-se, neste sentido, que o que a EC 117/2022 fez foi constitucionalizar dois temas que já estavam previstos na legislação infraconstitucional e na decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 5617, regulamentada pelas Resoluções do TSE supracitadas, o que, sem dúvidas, demonstra um grande avanço dessas pautas.

A polêmica, contudo, é que em seus arts. 2º e 3º a EC positivou uma espécie de “perdão” para as agremiações partidárias que, antes da promulgação da Emenda, não tivessem aplicado os recursos em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, vedando a Justiça Eleitoral de condenar os partidos em processos de prestação de contas de exercícios financeiros anteriores à publicação da EC que ainda não tenham transitado em julgado. No mesmo sentido, para os partidos que não tiverem destinado o mínimo de 30% dos recursos para suas candidatas em decorrência de gênero e raça nas eleições ocorridas antes da publicação da Emenda, a EC vedou a Justiça Eleitoral de aplicar qualquer tipo de sanções, inclusive devolução de valores, imposição de multa ou suspensão do FP.

Um último ponto que destaco neste explanado sobre o caminho percorrido pela legislação eleitoral e jurisprudência brasileiras pós-Constituição de 1988 no que tange à promoção de políticas para o fomento da representação política de parcelas da população historicamente marginalizadas, sobretudo a partir dos recortes de gênero e raça, diz respeito aos efeitos práticos, em números de eleitas, que essas medidas tiveram ao longo dos anos.

Ainda que este trabalho seja sobre o Poder Legislativo Municipal, o que apresento aqui terá como foco a Câmara Federal, na medida que estes números, no que tange à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, serão tratados no tópico subsequente. Saliento, ademais, que um maior número de mulheres e de pessoas negras eleitas não significa necessariamente uma progressão de pautas relacionadas aos direitos das mulheres e de negras e negros, mas é somente um primeiro passo na possibilidade dessa direção.

Feitas essas observações, enfatizo que, embora o número de mulheres junto à Câmara de Deputados siga sendo bastante baixo, desde 2014 ele vem aumentando gradativamente. Isso porque, em 2014, a Câmara de Deputados contava com 51 Deputadas (9,94%). Em 2018, esse número passou para 77 (15%) (RESENDE, 2022, p. 381). Já no pleito de 2022, 91²¹ mulheres foram eleitas Deputadas Federais (17,7%) (RONES, 2023), delas, apenas 9 são negras²², 4 indígenas²³ e 2 transsexuais²⁴.

Um último comentário sobre o marcador de classe deve ser feito. Do caminho histórico percorrido pela legislação e pela jurisprudência brasileiras pode-se depreender o fato de que o recorte de classe não aparece de forma explícita. Isso é especialmente preocupante sobretudo se considerarmos a tendência apontada por Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015, p. 27) de que as/os candidatas/os não brancos aparecem mais bem concentrados em grupos com menor patrimônio declarado e, por conseguinte, com o acesso bastante mais dificultado a extratos mais competitivos dos pleitos eleitorais. Dinheiro e sucesso eleitoral, afinal de contas, estão intimamente relacionados.

No tópico subsequente, finalizo este capítulo apresentando o histórico da representação política das mulheres no *locus* onde esta pesquisa foi desenvolvida. Isto é, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Com isso, pretendo finalizar um panorama histórico e numérico que serve de pano de

²¹ A lista das Deputadas Federais eleitas para a legislatura 2023-2027 está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1>. Acesso em: 17 mai. 20223.

²² Daiana Santos (PCdoB-RS), Denise Pessôa (PT-RS), Carol Dartora (PT-PR), Erika Hilton (PSOL-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Dandara (PT-MG), Taliria Petrone (PSOL-RJ), Jack Rocha (PT-ES) e Marina Silva (REDE).

²³ Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (PSOL-SP).

²⁴ Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG).

fundo para o debate realizado neste trabalho sobre mulheres, política e direito, sua consciência jurídica e marcadores sociais da diferença.

2.3 *Locus* de pesquisa: um breve histórico das Vereadoras eleitas para Câmara de Porto Alegre

A eleição para as Câmaras de Vereadores é uma porta de entrada para a política representativa. A disputa eleitoral para a vereança é a menos custosa financeiramente e, dado o tamanho da unidade territorial, é o local “mais fácil” de se fazer conhecer pela população (BOHN, 2009). O pleito eleitoral municipal é observado pela literatura como o menos resistente no que concerne à participação política das mulheres (MIGUEL; QUEIROZ, 2006; CAMPOS; MACHADO, 2015; MORITZ, 2019). Não obstante, a sua subrepresentação, ainda que no âmbito municipal, é um fato (MORITZ, 2019).

Pesando mais especificamente em outros atravessamentos interseccionais para além do recorte de gênero, tais como a raça, a ausência na ocupação das esferas político-representativas torna-se ainda maior. Conforme expus no tópico anterior, essa falta de mulheres e homens negros em cargos políticos veio absolutamente acompanhada por silêncios no que tange a essa parcela da população, da legislação e da jurisprudência, que até as eleições de 2020 nada tratavam sobre o tema.

Esta, veremos, é a realidade da vereança em Porto Alegre. Quando questionamos quantas mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência alcançaram o cargo de Vereadoras municipais, nos deparamos com um quadro histórico de escassez.

Neste tópico, por conseguinte, objetivo apresentar o panorama da ocupação do ambiente da Câmara por essas parcelas da população após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Isto é, em números, como esse espaço político-institucional foi sendo apropriado (ou não) por Vereadoras com o passar do tempo.

Início, contudo, fazendo um breve comentário sobre a dominância político-ideológica dentro daquele ambiente. Isso porque a Câmara de Vereadores de Porto Alegre passou por diversas fases políticas. No estudo realizado por Maria Izabel Noll e Manoel Caetano de Araújo Passos (1996)

sobre as eleições municipais da cidade entre 1947 e 1992, as autoras verificaram três fases que caracterizam a política municipal. A primeira, compreendida entre 1945 e 1966, na qual há uma predominância do PTB. A segunda, ocorrida entre 1966 e 1982, com domínio do MDB. E a terceira, entre 1989 e 2004, com protagonismo do PT.

Considerando que o marco temporal que interessa aqui é a partir da promulgação da Constituição de 1988, temos, portanto, que a terceira fase exposta pelas autoras, de protagonismo do PT, inaugura o lapso de tempo aqui apresentado concernente ao acesso das mulheres à posição de Vereadoras em Porto Alegre. Destaco, no ponto, que as condições desse protagonismo da esquerda e do PT como um novo ator político no Município (e no país) devem ser compreendidas a partir de um cenário de abertura política pós ditadura militar e da própria promulgação da nova Constituição Federal no ano de 1988.

Jorge Barcellos (2012), por outro lado, acrescenta uma quarta fase àquelas apresentadas por Maria Izabel Noll e Manoel Caetano de Araújo Passos, que chamou de *retrocesso da esquerda*, e a situa entre os anos de 2005 a 2012. Neste momento, afirma o autor, o Poder Legislativo municipal dá uma guinada à centro-direita.

O que interessa aqui, dado esses contextos, é explorar de que maneira pessoas cujas experiências corporificadas são permeadas por seus marcadores sociais da diferença lograram alcançar o espaço institucional da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

O primeiro pleito eleitoral municipal após a promulgação da Constituição de 1988 ocorreu em 15 de novembro de 1988²⁵. Nesta eleição, foi eleita a primeira mulher Vereadora do pós-redemocratização, Letícia Arruda (PDT)²⁶, para o exercício do mandato na 10ª Legislatura, compreendida entre 1989 e 1992. Dos 33 parlamentares eleitos na oportunidade, apenas 1 era mulher.

Nas eleições de 1992, para a 11ª Legislatura (1993-1996), dos 33 Vereadores eleitos, 3 eram mulheres: Maria do Rosário Nunes (PCdoB),

²⁵ Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/historia-e-cultura/cronologia-das-eleicoes>. Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁶ Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1988-porto-alegre/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1988%20Porto%20Alegre.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

Helena Gomes Bonumá (PT) e Clenia Leal Maranhão (PMDB)²⁷. Foi nas eleições de 1996 para a 12ª Legislatura (1997-2000) que, pela primeira vez no Brasil, houve a implementação de cotas de gênero, por meio do §3º do art. 11 da Lei nº 9.100/1995, o qual dispunha que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

Na oportunidade, das 33 vagas em disputa, 5 foram preenchidas por mulheres: Maria do Rosário Nunes (PT), Teresa Franco (PTB), Clenia Leal Maranhão (PMDB), Sonia Mari Coelho Felipe dos Santos (PTB) e Ana Maria del Hoyo Negroni (PSDB).²⁸ Neste pleito foi eleita a primeira mulher negra Vereadora titular da Câmara de Porto Alegre, Teresa Franco (PTB). Ela e a Vereadora Saraí Soares (PT) foram as primeiras mulheres negras a assumir o cargo em Porto Alegre²⁹. Destaco, ademais, que até o pleito de 2020, quando foram eleitas Karen Santos, Daiana Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito, Teresa Franco permaneceu sendo a única Vereadora negra que tinha sido eleita como titular na capital do estado.

No pleito de 2000, para a 13ª Legislatura (2001-2004), dos 33 eleitos, 6 eram mulheres Vereadoras: Sofia Cavedon (PT), Maria Celeste de Souza da Silva (PT), Maristela Maffei (PSB), Margarete Costa Moraes (PT), Helena Gomes Bonumá (PT), Clênia Leal Maranhão (PMDB).³⁰

Para a 14ª Legislatura (2005-2008), eleições de 2004, das 36 vagas, 7 foram preenchidas por mulheres: Maria Celeste de Souza da Silva (PT), Manuela D'Ávila (PCdoB), Sofia Cavedon (PT), Margarete Costa Moraes (PT), Maristela Maffei (PT), Clênia Leal Maranhão (PPS), Maristela Meneghetti (PFL)³¹. Conforme dados disponibilizados pela Justiça Eleitoral, a coligação com maior número de mulheres eleitas (5) foi a Frente Popular, composta por PT, PSL, PTN, PCB, PL, PMN e PCdoB.

²⁷ Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/1992/PORTOALEGRE.htm>. Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁸ Disponível em: Resultado das eleições municipais 1996 Porto Alegre (tre-rs.jus.br). Acesso em: 22 mai. 2023.

²⁹ Disponível em: Saraí Soares – Memorial (camarapoa.rs.gov.br). Acesso em: 22 mai. 2023.

³⁰ Disponível em; <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2000/1turno/RS88013.html>. Acesso em: 21 mai. 2023.

³¹ Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2004/1t/voto/RS88013.htm>. Acesso em: 21 mai. 2023.

Nas eleições para a 15ª Legislatura (2009-2012), ocorridas em 2008, houve uma queda no número de parlamentares eleitas em relação à tendência de crescimento observada nos pleitos anteriores. Isso porque, dos 36 eleitos, apenas 4 eram mulheres: Juliana Brizola (PDT), Sofia Cavedon (PT), Maria Celeste de Souza da Silva (PT), Fernanda Melchionna e Silva (PSOL)³².

No pleito de 2012, para a 16ª Legislatura (2013-2016), dos 36 vagas, 5 foram ocupadas por mulheres: Fernanda Melchionna e Silva (PSOL), Sofia Cavedon (PT), Any Ortiz (PPS), Jussara Cony (PCdoB), Maria de Lourdes dos Santos Sprenger (PMDB).³³

Para a 17ª Legislatura (2017-2020), eleições 2016, dos 36 eleitos, apenas 4 mulheres foram eleitas Vereadoras: Fernanda Melchionna e Silva (PSOL) - candidata mais votada do pleito -, Sofia Cavedon (PT), Mônica Leal Markusons (PP), Nadia Rodrigues Silveira Gerhard (PMDB) - Comandante Nadia³⁴. Observo, ademais, que as duas últimas permanecem como Vereadoras na Legislatura atual (18ª) e que chegam, pela primeira vez junto à Câmara de Porto Alegre mulheres eleitas com base em plataformas de extrema direita.

Finalmente, nas eleições de 2020, para a 18ª Legislatura (2021-2024) observamos um substancial aumento no número de Vereadoras mulheres e, sobretudo, de mulheres negras. Das 36 vagas em disputa, foram eleitas 11 Vereadoras mulheres: Karen Santos (PSOL) - candidata mais votada do pleito -, Nadia Rodrigues Silveira Gerhard (DEM), Laura Soares Sito Silveira (PT), Bruna Liege da Silva Rodrigues (PCdoB), Tanise Amalia Pazzim (PTB), Fernanda da Cunha Barth (PRTB), Mônica Leal Markusons (PP), Cláudia Vieira Araújo (PSD), Daiana Silva dos Santos (PCdoB), Mariana Hennig Pimentel (NOVO), Maria de Lourdes dos Santos Sprenger (MDB).³⁵

Das 11 eleitas em 2020, 4 são mulheres negras (Karen Santos, Laura Sito, Bruna Rodrigues e Daiana Santos) e 1 é membro da comunidade

³² Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2008/1turno/RS88013.html>. Acesso em: 21 mai. 2023.

³³ Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2012/1turno/RS88013.html>. Acesso em: 22 mai. 2023.

³⁴ Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2016/1turno/RS88013.html>. Acesso em: 21 mai. 2023.

³⁵ Disponível em: <https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/2020/426/RS88013.html>. Acesso em 21 mai. 2023.

LGBTQIA+, declarando-se sapatão³⁶ (Daiana Santos). Sumarizo na Tabela 6, abaixo, os dados sobre as mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre entre 1988 e 2020:

Tabela 6 - Vereadoras eleitas em Porto Alegre entre 1988 e 2020

Eleição	Nº Mulheres	Nº Mulheres negras	Nº Mulheres LGBTQIA +	Esquerda	Centro/direita	% Mulheres
1988	1	-	-	1	-	3%
1992	3	-	-	2	1	9%
1996	5	1		1	4	15%
2000	6	-	-	5	1	18%
2004	7	-	-	5	2	19%
2008	4	-	-	4	-	11%
2012	5			3	2	13%
2016	4	-	-	2	2	11%
2020	11	4	1	4	7	30%

Fonte: elaboração própria

Do cenário exposto, saliento que a quarta fase apresentada por Jorge Barcellos, entre 2005 e 2012, que chama de retrocesso da esquerda, não se reflete no posicionamento político das Vereadoras eleitas durante e após este período. Isso porque, as Vereadoras eleitas no Município, desde de o pleito de 1988 ao de 2020, foram, em sua maioria, de esquerda (com exceção das eleições de 1996). É somente nas eleições de 2016 que há um empate entre direita e esquerda, com uma virada à direita em 2020.

³⁶ Optei por denominar Daiana Santos como sapatão (e não lésbica) porque é assim que a própria ex-Vereadora e agora Deputada Federal se apresenta, por exemplo, em suas redes sociais.

Neste sentido, conforme demonstrado acima, foi somente nas eleições municipais de 2020, para a 18ª Legislatura (2021-2024), que o jogo vira, e, pela primeira vez, são eleitas mais mulheres de centro e de direita do que de esquerda em Porto Alegre.

De todos modos, o processo eleitoral de 2020 foi um marco na história do Município de Porto Alegre por vários motivos: (i) foi a eleição com maior número de mulheres eleitas Vereadoras na capital (11); (ii) elegeram-se Vereadoras 4 mulheres negras (grupo este que não alcançava vagas titulares na Câmara desde o pleito de 1996); (iii) elegeu-se pela primeira vez uma mulher sapatão Vereadora em Porto Alegre; e (iv) foi a primeira vez que chegaram ao cargo de Vereadora no município mais mulheres de centro e de direita do que de esquerda.

Para encerrar, enfatizo que o quadro geral apresentado aqui sobre as mulheres eleitas Vereadoras em Porto Alegre entre 1988 e 2020 demonstra que, até o momento, a capital não logrou eleger, por exemplo, nenhuma mulher que se reconheça como pessoa com deficiência, assim como nenhuma mulher indígena.

Destaco, ademais, o fato de que no pleito de 2020 foi a primeira vez que Porto Alegre elegeu um número plural de Vereadoras negras. A única Vereadora negra titular eleita na cidade até o momento tinha sido Teresa Franco em 1996. Este movimento veio no mesmo ano em que o Supremo Tribunal Federal determinou, nos autos da Medida Cautelar em ADPF 738 (BRASIL, 2020c), a aplicação imediata, já para o pleito de 2020, do entendimento formulado pelo TSE na Consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000, na qual a Corte resolveu que os recursos do FP e FEFC e o tempo de rádio e TV devem ser repartidos proporcionalmente entre candidatas negras e brancas e que os recursos do FP e do FEFC e o tempo de rádio e TV devem ser destinados ao custeio das candidaturas de homens negros na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações.

3 APRESENTANDO A CONSCIÊNCIA JURÍDICA E A INTERSECCIONALIDADE

Nesse trabalho eu pretendo *ficar com o problema*. Isso implica dizer, na compreensão de Donna Haraway (2016), que a pesquisa não objetiva propor, a partir das teorias movimentadas, uma visão de qual seria o mundo ideal, de qual seria a melhor proposta para resolver o que defini como meu problema de pesquisa. Ao contrário. Parto precisamente do fato de que vivemos em um mundo composto por uma miríade de disputas cotidianas. Esse é o cenário com o qual preciso lidar enquanto pesquisadora.

Desta forma, pretendo aqui estudar o direito *na* e a partir *da* sociedade, sobretudo no que toca ao campo político, sobre o que significa ser uma mulher legisladora. Assim sendo, ao invés de questionar o quanto o direito importa como um valor em si mesmo (HERTOGH, 2009, p. 222), demando o quanto e de que forma ele é acionado na dinâmica de (r)existência das Vereadoras da Câmara Municipal.

Para poder analisar as entrevistas realizadas, as histórias contadas, e como o direito (não) aparece na vida cotidiana das participantes da pesquisa, necessito, antes de mais nada, situar as perspectivas e as lentes teóricas que vou movimentar para empreender essa tarefa. Me sirvo aqui, sobretudo, de dois marcos teóricos: (i) o dos estudos sobre a consciência jurídica; e (ii) e o da interseccionalidade.

Pretendo propor nesta tese, em alguma medida, um avanço dos estudos sobre a consciência jurídica, propondo uma análise dela a partir de um entrecruzamento com a interseccionalidade. Considerando, sempre, que este projeto teórico, é feito por uma latino-americana, que fala e escreve a partir do sul global, almejo pensar uma consciência jurídica interseccional voltada para essa realidade e para esse contexto histórico.

Desta forma, pensei o capítulo que ora apresento em três subtópicos - cada um cuja função é levar à leitora os enlaces teóricos que pelos quais passo e partir dos quais me guio.

O primeiro deles destina-se a aclarar e a revisar o estado da arte dos estudos realizados sobre a consciência jurídica ao redor do globo. Como veremos em seguida, ainda que este tipo de investigação tenha se expandido

para além do norte global, veremos também que seus cânones seguem sendo (re)produzidos principalmente a partir dele.

O segundo tópico, por sua vez, pretende expor, conceituar e precisar o que está sendo acadêmica e politicamente chamado de interseccionalidade. Navego aqui pelo que os estudos interseccionais têm proporcionado em termos de aprofundamento de compreensão teórica sobre as desigualdades sociais e seus entrelaçamentos com as marcas sociais da diferença. Finalmente, pretendo encerrar este capítulo fazendo algumas considerações e propostas para a compreensão do que chamo de *consciência jurídica interseccional*.

Com isso, espero assentar as bases e as lentes que guiam este trabalho, ao entrevistar, ler, analisar e interpretar as entrevistas que, muito gentilmente, me foram concedidas pelas Vereadoras. Anseio, assim, contar histórias sobre a forma como o direito é pautado e estruturado pelos marcadores sociais da diferença nos entrecruzamentos dessas avenidas identitárias no cotidiano das participantes.

3.1 Pensando consciência jurídica

Consciência jurídica³⁷ (*legal consciousness*) é uma área de investigação dentro dos estudos de *Law and Society* surgida nos Estados Unidos a partir dos anos de 1960. A impossibilidade de separar-se a vida social e cultural do campo jurídico levou os estudiosos a buscar apreender o direito para além dos tribunais, das petições, das decisões judiciais, isto é, das instituições jurídicas como um todo.

O que também motivou esse movimento em direção a uma perspectiva sócio-jurídica foi a constatação da existência de um abismo entre o direito dos livros e o direito da realidade. Compreendeu-se, neste cenário, que esta lacuna pode ser explicada a partir do fato de que o direito e as suas instituições não são descolados de outras dimensões da vida social (NIELSEN, 2000, p. 1058). Ao contrário, são, em muitos aspectos, interconectados e moldados pelas normas sociais.

³⁷ Como a leitora verá ao longo do texto, eu intercalo os usos do termo “consciência jurídica” e da sigla CJ, sendo esse o padrão adotado.

Os estudos sobre a CJ, nesse ínterim, operaram um deslocamento e fomentaram novos interesses de pesquisa, deixando para trás investigações cujo foco estava na formalidade normativa, na dogmática e nos atores “oficiais” do direito, e passando a olhar para a pessoa comum, para a realidade social mais amplamente considerada. O direito passou a ser considerado então como uma ferramenta que ampara explicações mais complexas sobre como são construídas e interpretadas as relações sociais, ainda que em situações que ele não esteja necessária ou claramente presente (SILBEY, 2018, p. 698).

Esta gama de pesquisas, desta feita, tem como objetivo primordial e abordagem prioritária, estudar a sociedade, e não o direito enquanto produção normativa e/ou dogmática. O que busca a CJ, por conseguinte, é compreender percepções e experiências rotineiras de sujeitas comuns, isto é, que não são atrizes jurídicas (advogadas, juízas, defensoras públicas, promotoras, etc.), em relação ao direito. Não diz, por conseguinte, com os impactos e os efeitos do direito enquanto produção normativa na sociedade, mas sim com as experiências subjetivas dessas pessoas com regras, dinâmicas e instituições (COWAN, 2004, p. 929).

O conceito foi propagado, sobretudo, a partir do livro seminal de Patricia Ewick e Susan Silbey, *The Common Place of Law* (1998), no qual as autoras realizam um mapeamento e uma categorização das múltiplas formas pelas quais o direito se apresenta na vida cotidiana dos estadunidenses comuns.

A partir de entrevistas em profundidade com 430 moradores da cidade de Nova Jersey, as autoras idealizaram três categorias, que correspondem às possibilidades a partir das quais as pessoas compreendem e se relacionam com o direito. São elas: (i) perante o direito (*before the law*); (ii) com o direito (*with the law*); e (iii) contra o direito (*against the law*). Estes esquemas abrem as portas para o universo de significados que o direito pode possuir na vida de uma pessoa e as implicações que estas percepções podem acarretar em termos de configuração das instituições jurídicas. As autoras extraem, desses conceitos, três diferentes arquétipos: (i) o direito como burocracia (perante o direito); (ii) o direito como um jogo (com o direito); ou ainda (iii) sobrevivência ao direito (contra o direito).

Ainda que seu berço tenha sido primordialmente os Estados Unidos e a Europa, este campo de estudos foi sendo, ao longo dos anos, adotado e

difundido em vários outros lugares, que não somente o norte global, explorando uma gama bastante vasta de temas. Já se observa investigações sobre consciência jurídica situadas na África, na Ásia e na América Latina (ainda que não necessariamente realizadas por pesquisadoras destes locais).

Na África, menciono a investigação de Friso Kulk e Betty de Hart (2013) sobre consciência jurídica em um espaço transnacional, a partir de uma pesquisa empírica realizada com casais Holandeses-Egípcios no que toca às suas experiências com a legislação de família egípcia.

Na Ásia, por outro lado, me deparei com uma literatura bastante grande sobre a consciência jurídica. Na Tailândia, Frank Munger (2007) trata sobre participação popular, consciência jurídica e reforma constitucional. Na China Margaret Boittin (2013) estuda a relação entre a consciência jurídica e experiências de abuso sofrido por mulheres que trabalham com prostituição e o papel periférico do direito em suas vidas, enquanto pertencentes a um grupo marginalizado de pessoas.

Ainda na China, Qian Liu (2013) apresenta uma pesquisa sobre a consciência jurídica das mulheres chinesas que “sobram” (*leftover women*) no que toca ao casamento e à gravidez na relação entre o direito e o *qing* - sentimentos ou atitudes normais do público em vários contextos e circunstâncias (LIU, 2013, p. 8). Em Taiwan (ou ainda na China a depender da visão geopolítica adotada), Hsiao-Tan Wang (2019) fala sobre justiça, emoções e pertencimento na sua relação com a consciência jurídica e conflitos intrafamiliares taiwaneses, explorando como a consciência jurídica possui elementos emocionais, intersubjetivos e relacionais (WANG, 2019, p. 01).

Na Malásia, Tamir Moustafa (2013) trata da Lei Islâmica, dos direitos das mulheres e da consciência jurídica popular. Finalmente, no sul asiático, Muhammad Azfar Nisar (2017) apresenta um estudo sobre a consciência jurídica no que toca à categoria do terceiro gênero no Paquistão, a partir da comunidade Khawaja Sira, que é um grupo não conformista de gênero.

Na América Latina, cito o estudo realizado por Whitney Taylor (2018) na Colômbia sobre a ambivalência da consciência jurídica da população no que toca ao descrédito do Poder Judiciário, por um lado, e à grande instrumentalização da ação de tutela como último recurso para a efetivação de seus direitos constitucionais, por outro. Menciono também a investigação

realizada por Susan Ellison (2017) em El Alto, Bolívia, sobre a relação entre documentos, consciência jurídica e dívidas entre essa população.

No que concerne ao Brasil, ainda que o país não tenha aparecido em nenhum dos trabalhos acadêmicos que almejam revisar a bibliografia sobre consciência jurídica a que tive acesso, pesquisando bancos de dados acadêmicos brasileiros localizei quatro trabalhos que tratam sobre consciência jurídica, sendo um deles de minha coautoria (ALVES, CRISTOVAM, 2022), no qual tratamos de analisar, a partir da consciência jurídica e da teoria *crip*, como opera o trânsito entre deficiência e não deficiência entre duas pessoas que não se consideram Pessoas com Deficiência, mas que acionaram essa identidade para o gozo de direitos fundamentais.

O segundo trata de uma dissertação de mestrado sobre consciência jurídica de pessoas transgêneras (BAISSO, 2020), pensando a partir da escola da hegemonia, mediante a aplicação das categorias concebidas por Patricia Ewick e Susan Silbey (1998). O terceiro trabalho encontrado na revisão da bibliografia brasileira sobre a CJ foi o artigo de Marcelo de Castro Cunha filho (2020) sobre consciência jurídica, confiança e Bitcoin, no qual o autor buscou compreender a influência do direito sobre “as decisões de usuários e entusiastas de Bitcoin de comprar, trocar, vender ou investir na criptomoeda” (CUNHA FILHO, 2020, p. 02).

O quarto e último trabalho encontrado que emprega o conceito de consciência jurídica no Brasil foi a dissertação de mestrado de Marcelo Golfetti Pacheco (2012) na qual o autor pesquisou o processo de formação social do direito a partir do Projeto Nova Luz, que se tratou de um projeto de renovação urbana do centro da cidade de São Paulo.

O que é, afinal, consciência jurídica? Observo, primeiro de tudo, que a riqueza das investigações sobre o tema demonstra que este campo de estudos não possui uma abordagem única ou prevalente.

Uma definição, por conseguinte, deve passar por linhas gerais, de forma a lograr apreender a abundância e a diversidade das pesquisas realizadas no campo. Concebo, desta forma, a consciência jurídica como “as formas pelas quais as pessoas experienciam, compreendem, e agem em relação ao direito”³⁸

³⁸ Tradução livre. No original: “the ways in which people experience, understand, and act in relation to law.”

(CHUA; ENGEL, 2021, p. 187) em suas vidas cotidianas, ainda que este não seja protagonista na situação. É o direito, por conseguinte, como uma presença ausente, ou como uma ausência presente no dia a dia das pessoas.

Para Patricia Ewick e Susan Silbey (1992, p. 734) o termo é utilizado para denotar as formas pelas quais as pessoas fazem sentido do direito e das instituições jurídicas; é dizer, para compreender não o direito e a sociedade como fenômenos separados, mas sim o direito *na* sociedade, a forma como se dá essa relação e de que maneira o primeiro interfere e dá significado às experiências e compreensões da população e como estas, por sua vez, moldam o direito.

É um empreendimento que inexoravelmente acarreta o abandono da percepção de que o direito é somente aquilo que é produzido pela estrutura institucional do Estado. Porém, ao mesmo tempo, busca compreender como o direito é instrumentalizado e permeia o cotidiano daquelas que o (re)produzem.

Preciso definir, ademais, para além de um conceito geral de consciência jurídica, o que estes termos, em separado, implicam para a pesquisa que se utiliza deste marco teórico. Nesta senda, o “jurídico” para as finalidades deste trabalho é interpretado de forma geral, isto é, o direito considerado como um todo - ao invés de, por exemplo, uma legislação ou uma área específica (HALLIDAY, 2019, p. 7).

No que toca à “consciência”, por outro lado, estou preocupada com a perspectiva narrativa tanto do que as pessoas dizem, quanto do que elas fazem. Isto é, “é o que as pessoas podem dizer que revela o significado subjetivo que elas atribuem ao que fazem”³⁹ (HALLIDAY, 2019, p. 7).

Consideradas estas definições, é indispensável destacar que a consciência jurídica é um fenômeno plural, específico de cada contexto, multifacetado e, muitas vezes, contraditório (EWICK; SILBEY, 1992, p. 742). Daí que as conclusões e as análises que ao final serão extraídas do material empírico construído dizem respeito tão somente à área da vida social que estou investigando: a de ser mulher (com todas as demais interseções que veremos no próximo capítulo) na condição de Vereadora de determinado Município.

³⁹ Tradução livre. No original: “[...] it is what people can say that reveals the subjective meaning that they attach to what they do”.

É também em razão disso que espero encontrar variações e contradições na consciência jurídica (até mesmo entre os meus próprios *pré-conceitos*) conforme abordo participantes dos diferentes espectros políticos. Lembro, aqui, que vou *ficar com o problema*.

Neste sentido (e talvez somente nele), na medida que a pesquisa não tem pretensões normativas e que me propus entrevistar todas as Vereadoras da Câmara Municipal de Porto Alegre, é que posso afirmar que o estudo é livre de valorações ideológicas (SILBEY, 2018, p. 693), no que tange a políticas e partidos específicos, mas ainda assim crítica, em razão das premissas teóricas que perpassam a análise do material empírico construído.

A ferramenta teórico-metodológica da consciência jurídica, neste sentido, permite que olhemos não só de cima para baixo (o direito na sociedade), ou de baixo para cima (a sociedade moldando o direito), mas para esta relação como uma experiência simbiótica de mútuas influências e interdependências. Um estudo como o que aqui desenvolvo, portanto, me permite tentar mapear em que medida as transações e relações estabelecidas no âmbito da Câmara de Vereadores “assumem ou não um caráter jurídico, e as formas por meio das quais a configuração da vida cotidiana é informada pelo direito” (EWICK; SILBEY, 1992, p. 738)⁴⁰.

Sublinho, no ponto, que não somente a presença e o comportamento em relação direta ao direito são relevantes para o estudo da consciência jurídica. A ausência dele também é uma chave bastante importante. Isso porque tanto um quanto outro são importantes para alcançar o objetivo primordial dos estudos sobre a CJ: tentar compreender as experiências e as percepções das pessoas, em sua vida cotidiana, em relação ao direito. Nesse sentido, por exemplo, podemos pensar que por existir determinada regra jurídica que regulamenta determinada situação, ao inquirir-se uma pessoa que está passando por esta circunstância, é de esperar-se que, em maior ou menor medida, aquela norma seja evocada (ainda que não diretamente) pela sujeita. Pode acontecer, no entanto, que essa sequer passe pela mente ou guie as ações da pessoa diante do cenário apresentado. Nesse caso, veremos que há um vão (ou um abismo) entre o direito dos livros e o direito da realidade vivida.

⁴⁰ Tradução livre. No original: “come to assume or not to assume a legal character, and the ways in which the shape of everyday life is informed by law”.

É em razão disso que:

Portanto, pesquisadores da consciência jurídica não meramente medem a frequência do invocar o direito, ou o conhecimento - ou a ignorância - das regras jurídicas e dos direitos, mas também examinam situações nas quais as pessoas percebem que o direito é irrelevante ou não pensam ou se engajam com o direito de maneira nenhuma (CHUA; ENGEL, p. 187, 2021).⁴¹

Inquirir tanto a presença quanto a ausência do direito na vida cotidiana de pessoas, tanto o conhecimento quanto a ignorância das regras jurídicas, é o que perpassa as linhas de estudo sobre a consciência jurídica.

Neste sentido, considerando a ampla gama de temas e de métodos de abordagem dos estudos sobre consciência jurídica, Chua e Engel (2019) realizaram uma revisão dos trabalhos na área, o que os levou ao mapeamento de três grandes escolas de investigação dentro das pesquisas sobre a consciência jurídica, o que nos auxilia a melhor visualizar o panorama das investigações. São elas as escolas da Hegemonia, da Mobilização e da Identidade.

A primeira delas, a escola da Hegemonia, objetiva apreender os impactos do direito, ainda que invisíveis ou imperceptíveis, na vida das pessoas comuns. Esta escola se relaciona com os efeitos do poder jurídico, isto é, ela “vê o direito como instrumento abrangente e poderoso de controle do estado que dá forma às visões de mundo, percepções e decisões individuais, até quando não é aplicado direta ou instrumentalmente”⁴² (CHUA; ENGEL, 2019, p. 05). O trabalho de Patricia Ewick e de Susan Silbey, *The Common Place of Law* (1998), no qual as autoras buscaram expor o poder hegemônico do direito por meio de três esquemas (*before, with e against the law*), é enquadrado por Chua e Engel (2019) na escola da Hegemonia.

Em segundo lugar, apresentam os autores a escola da Mobilização. Aqui, o que almejam os estudos é apreender o potencial que o direito tem para mudar a sociedade, “particularmente pela articulação de direitos cujo objetivo é

⁴¹ Tradução livre. No original: “Therefore, legal consciousness researchers do not merely measure the frequency of invoking law, or knowledge – or ignorance – of legal rules and rights, but also examine situations in which people perceive the law to be irrelevant or do not think about or engage with law at all”.

⁴² Tradução livre. No original: “[...] views law as a pervasive and powerful instrument of state control that shapes the worldviews, perceptions, and decisions of individuals, even when it is not applied directly or instrumentally”.

atingir a justiça ou proteger populações marginalizadas"⁴³ (CHUA; ENGEL, 2019, p. 06). O interesse aqui é a relação e a interação entre a agência humana, os direitos (seu potencial e limites) e a mudança social. Nesta escola, encontramos os trabalhos de Leisy J. Abrego sobre imigrantes latinos nos Estados Unidos (2008; 2011; 2018), assim como o estudo de Laura Beth Nielsen (2002) sobre experiências e atitudes de cidadãos estadunidenses em relação ao direito e ao assédio nas ruas.

Finalmente, os autores nos falam sobre a escola da Identidade, a qual “trata a subjetividade individual em relação ao direito como o *explanandum* - o fenômeno que demanda investigação crítica e análise. Ela enfatiza a fluidez e a multiplicidade da consciência jurídica e evita categorias fixas ou tipologias”⁴⁴ (CHUA; ENGEL, 2019, p. 03). A consciência jurídica para a escola da Identidade, por conseguinte, está conectada intimamente com a percepção de si mesma da pessoa, com seu lugar no mundo, com a forma pela qual ela se apresenta e se reconhece. Isto é:

A escola da Identidade vê a consciência jurídica como um processo contínuo de construção do eu em relação ao direito e aos direitos. Tipicamente construída a partir de narrativas biográficas ou autobiográficas, os pesquisadores examinam como a relevância ou a irrelevância do direito para as experiências de uma pessoa conecta com o processo por meio do qual a identidade da pessoa - ou sentido de si - toma forma, fazendo com que as normas e instituições jurídicas pareçam naturalmente adequadas em alguns casos e inadequadas em outros (CHUA; ENGEL, 2021, p. 187).⁴⁵

Nesta escola, podemos encontrar a investigação de David M. Engel e Frank W. Munger (2003) sobre direito e identidade nas vidas de Pessoas com Deficiência estadunidenses. Também o estudo de Ana Kirkland (2008) sobre a CJ e a consciência sobre os direitos de pessoas gordas dentro do movimento de “*fat acceptance*”.

⁴³ Tradução livre. No original: “[...] particularly by deploying rights that are intended to achieve justice or protect disadvantaged populations”.

⁴⁴ Tradução livre. No original: “[...] treats individual subjectivity in relation to law as the explanandum — the phenomenon demanding critical investigation and analysis. It emphasizes the fluidity and multiplicity of legal consciousness and identities and eschews fixed categories or typologies”.

⁴⁵ Tradução livre. No original: “The Identity school views legal consciousness as an ongoing process of constructing the self in relation to law and legal rights. Typically relying on biographical or autobiographical narratives, researchers examine how the relevance or irrelevance of law to a person’s experience connects to the process by which that person’s identity—or sense of self—takes shape, making legal norms and institutions appear naturally suited in some instances and inappropriate in others.”

Dentro do mapeamento proposto por Chua e Engel, é indispensável destacar que as estratégias e os objetivos de pesquisa podem se sobrepor e as linhas que dividem as três escolas não são necessariamente claras. Reconhecendo este fato, me interessa especialmente a linha de investigação da escola da Identidade.

Isso porque, o primeiro recorte desta tese foi precisamente este: o identitário. E, para além disso, porque meu objetivo de pesquisa é, justamente, compreender de que maneira os marcadores sociais da diferença se relacionam com a consciência jurídica. É por isso que o outro marco teórico que pauta este trabalho é o da interseccionalidade, na medida que esta provê uma ferramenta teórica e metodológica para investigar “como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 244).

Esta pesquisa se enquadra na escola da Identidade na medida que o contexto social, e as marcas sociais de cada corpo, são absolutamente indispensáveis para compreender a forma como o direito (não) permeia a experiência vivida e cotidiana de cada pessoa. O objeto de estudo aqui é a relação entre a subjetividade individual (conectada com sua identidade de grupo, isto é, os marcadores sociais) e a sua relação (ou não) com o direito, ainda que perpasse, em alguma medida, pelas escolas da Hegemonia e da Mobilização, na medida que também é de interesse, ainda que não seja o primário, saber como são articulados os discursos de direitos pelas entrevistadas no âmbito da Câmara de Vereadores. Por isso reforço que as linhas que dividem as três escolas de investigação são borradas e que é possível tomar elementos e traçar objetivos provenientes de mais de uma delas, que é o que faço no trabalho.

Destaco, ademais, que a conexão entre as identidades e a consciência jurídica que investigo não está calcada em uma concepção individualista da sujeita. Ao contrário, me amparo em uma premissa de que os marcadores sociais da diferença se interseccionam com identidades de grupo, na medida que “percepções sobre o direito e a legalidade estão interconectadas com

construções mais amplas do mundo social e com as dinâmicas das estruturas sociais”⁴⁶ (FRITSVOLD, 2009, p. 810).

Nesse sentido, esta pesquisa está preocupada também com o aspecto relacional da consciência jurídica, na medida que as fronteiras que separam as consciências dos indivíduos são permeáveis e são construídas a partir de um processo grupal e co-constitutivo. É dizer que as identidades são erigidas contextualmente, de forma fluída, e a consciência jurídica acompanha este movimento.

Nesse contexto, a consciência jurídica pode operar enquanto construtora de identidades e/ou de comunidades. Penso, por exemplo, no processo de tomada de consciência sobre a ineficácia ou a ausência de direitos por parte de populações marginalizadas, que vem a formar coletivos e agremiações entorno dessas causas e buscar militar por sua implementação perante o Poder Judiciário, pela aprovação de legislação que os reconheça perante o Poder Legislativo, ou ainda, pela edição e implementação de políticas públicas que os executem perante o Poder Executivo.

Desta forma:

Estudos da identidade [...] retratam a consciência jurídica dos indivíduos e seus relacionamentos como fatores entrelaçados em processos mutuamente constitutivos. A consciência jurídica dos indivíduos é deslocada e muda na medida em que eles se engajam em diferentes situações sociais e, fazendo isso, manifestam diferentes identidades. Além disso, estudos de identidade nessa região do continuum demonstram que a consciência jurídica individual é inextricável das atividades de construção de sentido de um grupo. Em vez de tomar o grupo como um dado, eles mostram que os indivíduos podem realmente criar comunidade com sua consciência jurídica, mesmo quando a comunidade cria sua consciência jurídica e senso de identidade (CHUA; ENGEL, 2021, p. 189).⁴⁷

Daí que a consciência jurídica que busco compreender na tese é aquela calcada na premissa de que a relação entre as sujeitas e o direito é contingente

⁴⁶ Tradução livre. No original: “[...] perceptions of the law and legality are intertwined with larger constructions of the social world and the dynamics of social structures”.

⁴⁷ Tradução livre. No original: “Identity studies [...] portray individuals’ legal consciousness and their relationships as intertwined in mutually constitutive processes. Individuals’ legal consciousness shifts and changes as they engage in different social relationships and, in so doing, they manifest different identities. Moreover, Identity studies in this region of the continuum demonstrate that individual legal consciousness is inextricable from the meaning-making activities of a group. Rather than taking the group as a given, they show that individuals can actually create community with their legal consciousness even as the community creates their legal consciousness and sense of self”.

“nos discursos sociais e instituições por meio das quais o direito opera”⁴⁸ (NISAR, 2017, p. 04), como também nos marcadores sociais corporificados que circunscrevem suas experiências vividas.

Estudar, por conseguinte, a consciência jurídica na sua relação com a vivência política daquelas que são as produtoras do direito se mostra não somente um empreendimento pouco explorado dentro desta área de conhecimento, saliento aqui que somente localizei dois estudos que abordam de forma explícita a conexão entre (participação) política e consciência jurídica (MUNGER, 2007; HERTOUGH, KURKCHIYAN, 2016), mas que também compreende que as narrativas das entrevistadas e as ideias que nelas estão presentes não são fatores individuais e isolados, mas que possuem influências e que são moldados pelo contexto social local e pela cultura política (HERTOUGH, KURKCHIYAN, 2016, p. 415).

Daí a importância de pensar-se uma consciência jurídica de uma maneira não fixa, a partir de conceitos e categorias já pré-concebidos. Foi por esse motivo que decidi não conceber este trabalho primordialmente a partir da escola da Hegemonia, e, por conseguinte, não me prender ou atrelar aos esquemas conceituais propostos por Ewick e Silbey (1998) e dos subsequentes avanços teóricos propostos a partir de críticas às categorias das autoras. Cito, por exemplo, o trabalho de Kimberly Richman (2010) sobre a necessidade de uma quarta tipologia, a que ela dá o nome de “fora do direito” (*outside the law*), que a autora conceitua como motivações externas ao direito (como amor e romance, por exemplo) para engajar-se em instituições jurídicas (RICHMAN, 2019, p. 375). Ou ainda, a investigação de Erik Fritsvold (2009), e a proposição da categoria “sob o direito” (*under the law*), por meio da qual se observa o direito “como protetor e defensor de uma ordem social que é fundamentalmente ilegítima”⁴⁹ (FRITSVOLD, 2009, p. 799).

Ao me filiar à escola da Identidade, pretendo adotar uma postura teórica de deixar que as participantes da pesquisa e que o material empírico construído falem comigo. Não almejo, portanto, analisar o material a partir de

⁴⁸ Tradução livre. No original: “[...] on the social discourses and institutions within which the law operates”.

⁴⁹ Tradução livre. No original: “[...] as the protector and defender of a social order that is fundamentally illegitimate”.

categorias fixas e pré-dadas, pensadas a partir de um outro contexto político e social, mormente, os Estados Unidos.

Deixar que as participantes e o material empírico comuniquem-se comigo, por conseguinte, implica tentar, ao máximo possível, apreender e posteriormente contar histórias singulares destas mulheres e de sua relação com a consciência jurídica, na intersecção com seus marcadores sociais da diferença.

3.2 Pensando interseccionalidade

Antes de qualquer coisa, não posso dispensar reforçar o fato de que sou uma mulher branca, cisgênera, bissexual e de classe média falando sobre interseccionalidade. É este o meu *locus* social e o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019).

Isso quer dizer, em primeiro lugar, que eu estou engajada em não praticar, desde a minha posição de pessoa que escreve este trabalho, que interpreta e que analisa teoricamente as falas das Vereadoras, o que Devon W. Carbado (2013) chama de *colorblind intersectionality* - que aqui vou chamar de *interseccionalidade sem cor*.⁵⁰ Isto é, compreendo que os meus marcadores sociais da diferença e as avenidas identitárias que me atravessam, sobretudo as que me colocam no topo de estruturas sociais de opressão (como a minha branquitude, cisgeneridade, corponormatividade e status de classe), são parte fundamental da investigação que aqui ofereço.

Isso quer dizer, ademais, que a perspectiva interseccional que eu tento oferecer a minha leitora busca distanciar-se de usar as categorias de identidade enquanto sinônimos de locais sociais de opressão. É dizer, o que quero propor aqui enquanto um olhar interseccional passa por compreender que aquelas que cujos marcadores sociais da diferença colocam-nas no topo das cadeias de hierarquia social também devem ser tidas em conta

⁵⁰ Veja a leitora aqui que, diferente do termo consciência jurídica (que acima expliquei que optei pela tradução direta ao português), eu escolhi traduzir o termo *colorblind intersectionality* como interseccionalidade sem cor na medida que a tradução direta da palavra *colorblind* ao português (que seria daltônica) não carrega o mesmo horizonte de significação que a palavra leva no idioma original. Neste sentido, traduzi como sem cor na medida que a *colorblindness* implica, em inglês, este movimento de não enxergar os processos de racialização que escondem por detrás a normalização, sobretudo, da branquitude como categoria racial que não é enxergada.

(CARBADO, 2013, p. 814). Gênero, então, não é sinônimo de mulheres brancas e cisgêneras. Raça, tampouco é sinônimo de pessoas negras ou racializadas.

Em segundo lugar, as minhas marcações também implicam que não tenho pretensões, por conseguinte, de falar em nome das participantes desta pesquisa, do alto do castelo acadêmico em que me insiro. Almejo, isso sim, tentar contar e prover explicações nuançadas a partir das histórias e das narrativas que elas, de forma muito generosa, dividiram comigo. É uma produção de conhecimento em conjunto, afinal, sem as participantes esta pesquisa não existiria.

Em terceiro lugar, destaco que o local a partir do qual falo também tem implicações diretas na formulação do objeto deste estudo, na escolha de seus marcos teóricos, assim como em seus ulteriores resultados, na medida que são produtos dessa subjetividade e das estruturas sociais que dão forma aos meus marcadores sociais. Assim como Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 50), sublinho que as pesquisas sobre interseccionalidade (e ousou adicionar que isso é aplicável a toda produção de conhecimento em geral) não podem ser compreendidas como empreendimentos descolados daqueles que estão por trás do teclado, daqueles que escrevem e de seus respectivos processos individuais e coletivos de construção de identidade, na medida que é nesses locais, e é a partir desses marcadores sociais, que residem as disputas políticas pelas construções de sentidos e de legitimidade desse conhecimento.

Feitas essas observações iniciais, destaco que a interseccionalidade foi introduzida enquanto um conceito com potencial acadêmico⁵¹ explicativo no final dos anos de 1980 em uma tentativa de compreender as dinâmicas do dilema da igualdade e da diferença no contexto dos movimentos políticos antidiscriminatórios nos Estados Unidos (CHO, CRENSHAW, MCAAL, 2015, p. 786). O que ela logrou realizar, no entanto, foi quebrar paradigmas em relação a análises unidimensionais das desigualdades sociais, na medida que expôs as deficiências desses estudos no que toca ao seu potencial para pautar o

⁵¹ Introduzida enquanto conceito com potencial acadêmico. Como veremos a seguir, a interseccionalidade enquanto guia para a prática política já vinha sendo praticada muito antes disso.

pensamento jurídico, a produção de conhecimento mais amplamente concebida, assim como as lutas por justiça social:

[...] entender a trajetória da interseccionalidade como parte de uma crítica mais ampla dos direitos e das instituições jurídicas revela como a lente interseccional olhou além das demandas mais estreitamente circunscritas por inclusão dentro das lógicas da igualdade e da diferença. Em vez disso, abordou as estruturas ideológicas mais amplas nas quais sujeitos, problemas e soluções foram enquadrados (CHO, CRENSHAW, MCAAL, 2015, p. 791).⁵²

Passo, então, a tentar delinear um conceito bastante geral do que compreendo por interseccionalidade. Entendo, assim, que ela é “a expressão utilizada para designar a perspectiva teórica e metodológica que busca dar conta da percepção cruzada ou imbricada das relações de poder” (VIVEROS VIGOYA, 2016, p. 2)⁵³, cabendo a ela “oferecer uma leitura da existência social [...] quando sua identidade social é cruzada, ao mesmo tempo, por marcadores sociais diversos” (AKOTIRENE, 2020, p. 171), de forma que “remete à uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada” (BILGE, 2009, p. 70).⁵⁴

Ela é, sobretudo, e antes de mais nada, um produto do feminismo negro (AKOTIRENE, 2020a) e um “projeto de conhecimento de resistência” (COLLINS, 2022, p. 23). Seu potencial acadêmico e político é inestimável e ela vem sendo utilizada, em linhas gerais, segundo Patricia Hill Collins (2015, p. 05) e Sumi Cho, Kimberlé W. Crenshaw e Leslie McCall (2013, p. 785), de três formas: (i) a interseccionalidade como campo de estudos e objeto de investigação; (ii) a interseccionalidade como estratégia analítica (debates sobre seus objetivos e métodos como paradigma teórico); e (iii) a interseccionalidade como práxis crítica (intervenções políticas interseccionais).

⁵² Tradução livre. No original: “[...] understanding the trajectory of intersectionality as part of a larger critique of rights and legal institutions reveals how the intersectional lens looked beyond the more narrowly circumscribed demands for inclusion within the logics of sameness and difference. Instead, it addressed the larger ideological structures in which subjects, problems, and solutions were framed”

⁵³ Tradução livre. No original: “[...] la expresión utilizada para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder”

⁵⁴ Tradução livre. No original: “[...] renvoie à une théorie transdisciplinaire visant à appréhender la complexité des identités et des inégalités sociales par une approche intégrée”

A teoria interseccional, neste sentido, passa pela análise tanto das categorias de identidade, quanto dos mecanismos de opressão social que produzem esses locais de interconexão. Desta feita, explorar como os macro eixos de dominação e de opressão social se relacionam e explicam as formas pelas quais as pessoas que são marcadas e que vivem com esses marcadores identitários no nível micro é uma das razões de ser da teoria interseccional.

É um conceito, por conseguinte, que nos permite olhar para além da priorização ou da soma matemática das desigualdades sociais (VIVEROS VIGOYA, 2008) quando estas agem sobre os corpos de pessoas que são marcadas pelas diferenças. Tensiona os feminismos a pensar para além de ideias neoliberais e universalizantes de uma sujeita “mulher”, brindando lentes para compreender como operam as dinâmicas de opressão e do privilégio sociais, contextualizando histórica e socialmente de que maneira as experiências, por exemplo, de mulheres racializadas, são produtos singulares do cruzamento dos marcadores de gênero/raça/sexualidade/classe (VIVEROS VIGOYA, 2008).

As identidades, portanto, são temas que implicam questões demasiado importantes para o pensamento interseccional, na medida que ele não pode ser refletido em desconexão com o seu potencial político, sob pena de “desfazer-se” a interseccionalidade (BILGE, 2018). Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 207) nos apresentam quatro temas relacionados à identidade (como princípio organizador central das relações interpessoais de poder) da seguinte forma: (i) as identidades enquanto elementos estratégicos essenciais; (ii) as identidades enquanto coalizões de fato; (iii) as identidades compreendidas a partir de relações de poder interseccional; e (iv) a capacidade transformadora das identidades.

Essas quatro formas de compreender as identidades que nos trazem as autoras são ferramentas essenciais não só para pensar-se metodológica e academicamente a interseccionalidade. Também são formas que dão um norte para (re)produzÍ-la na prática política.

Sublinho, ademais, que compreendo a interseccionalidade assim como o fazem Sirma Bilge e Patricia Hill Collins (2021) no que as autoras a compreendem não só como ferramenta analítica de investigação, mas também como *práxis* política crítica, na medida que ela também é uma ferramenta

aplicada na mobilização política na luta em prol da justiça social. Sumi Cho, Kimberlé W. Crenshaw e Leslie McCall (2015) também assim compreendem quando afirmam que a interseccionalidade é muito mais do que somente um projeto acadêmico, uma vez que a *práxis* é uma parte integral e indispensável da prática e do pensamento interseccional.

Isso também porque, como observa Ange-Marie Hancock (2007, p. 249), uma compreensão profunda da historicidade da interseccionalidade pode nos levar a conceber formas de movimentação e de organização políticas que verdadeiramente incorporem todas as sujeitas, enquanto seres humanas, e não somente como subcategorias identitárias, como massas homogêneas de pessoas.

Daí que antes de ser um conceito analítico pensado academicamente, a interseccionalidade já permeava uma prática política, uma forma de (re)existir exercida, sobretudo, pelas mulheres negras, como bem podemos enxergar no “Manifesto das Mulheres Negras” apresentado no Congresso das Mulheres Brasileiras, por meio do qual se destacou o fato de que as experiências e as vidas das mulheres negras brasileiras, em todos os aspectos sociais (trabalho, família, existência nos espaços públicos) são conformadas e delineadas pelas categorias de gênero, raça, classe e sexualidade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 30).

Ou ainda, no movimento das trabalhadoras domésticas brasileiras, como bem observa Joaze Bernardino-Costa (2015, p. 159) ao notar em sua interação com suas entrevistadas que a movimentação e a organização política dessa categoria ao articular-se criticamente a partir “das noções de classe, raça e gênero, interpreta as relações sociais brasileiras, fazendo as articulações intelectuais e políticas necessárias em seus pleitos reivindicatórios”.

Também compreendemos a forma como a interseccionalidade permeia a prática política nas novas formas de ativismo feminista a partir das pesquisas de Flávia Rios, Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2019, p. 36) nas quais as autoras apontam para uma “nova geração de ativismo portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social”.

A partir da concepção da interseccionalidade tanto como perspectiva teórica e conceito analítico, quanto *práxis* política, Carlos Eduardo Henning (2015, p. 117) propõe uma noção de interseccionalidade que passa, primeiro, pela compreensão das formas pelas quais os marcadores sociais da diferença e seus efeitos em termos de opressão e desigualdade social se entrelaçam, e segundo, como esses locais oferecem pontos de vista privilegiados para gerar o que o autor chama de agência interseccional, a qual se vê convertida em táticas de resistência e de questionamento dessas mesmas estruturas de desigualdade, com vistas a sua desconstrução.

Esse ponto de vista privilegiado que a interseccionalidade gera, nesse sentido, no cruzamento dessas avenidas identitárias, “uma forma de compreender a sociedade desde as margens” (BUENO; ANJOS, p. 361, 2021). O que a interseccionalidade não é, por conseguinte, é uma mera ferramenta para “identificar” como operam as opressões (BUENO; ANJOS, p. 360, 2021) e como elas se aprofundam a partir de determinados cruzamentos.

Ela é uma forma de compreender por meio de uma análise não hierarquizante, que os diversos marcadores sociais da diferença se interconectam e entrelaçam de forma única e singular, ao mesmo tempo em que são produtos de determinadas estruturas sociais opressoras. É “uma maneira de interconectar experiências pessoais e análises estruturais de opressões entrelaçadas sem eludir o significado das experiências de vida, das múltiplas identificações e das comunidades políticas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 104).

Enquanto ferramenta analítica, ela provê aparato teórico para “analisar as formas diferenciadas em que diferentes divisões sociais são concretamente enredadas e construídas umas pelas outras e como elas se relacionam com construções políticas e subjetivas de identidades”⁵⁵ (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 205). Neste sentido, a interseccionalidade permite deixar para trás investigações parciais (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29) que privilegiam uma categoria de análise em detrimento de outras, ou que as coloque em segundo plano, na medida que está em sua matriz a compreensão de que as relações

⁵⁵ Tradução livre. No original: “[...] to analyse the differential ways in which different social divisions are concretely enmeshed and constructed by each other and how they relate to political and subjective constructions of identities”.

sociais são dinâmicas e que os padrões de desigualdades e de opressão operam em diferentes níveis, para diferentes pessoas, em diferentes contextos e que as estruturas que geram essas desigualdades “não se resumem a uma única raiz comum” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 50).

Neste sentido, a interseccionalidade promove um giro, saindo de propostas teóricas unidimensionais e objetiva focalizar em “configurações de diferenciações sociais e de possíveis desigualdades em termos contextualizados histórica e culturalmente” (HENNING, 2015, p. 110). É a promoção de uma interação entre análises macro e micro sociais, porquanto por meio da interseccionalidade compreende-se que as formas a partir das quais a sociedade está dividida e é interpretada são dadas a partir de macroeixos de poder. No entanto, como ensina Nira Yuval-Davis (2006, p. 198), esses eixos macro são expressos na vida das pessoas na forma como estas se organizam, se compreendem intersubjetivamente e vivem experiências humanas concretas e historicizadas.

É por isso que ela compreende que as categorias de identidade não são algo dado de antemão, pré-concebido. Elas são um produto da interação historicizada e socialmente específica desses macro e micro eixos relacionais (BILGE, 2009, p. 73) no que elas interagem para produzir e construir socialmente experiências de privilégio e de desigualdade social.

É uma ferramenta para compreender, neste contexto, que a desigualdade social se expressa de maneiras bastante diferenciadas a depender dos marcadores sociais que se entrelaçam na experiência vivida de cada sujeita. O fato de determinada pessoa ser uma mulher, cis ou transgênera, negra, branca ou indígena, uma pessoa com ou sem deficiência, criança, adulta ou idosa, são fatores que tornam a sua circulação e a sua experiência com a opressão totalmente diferenciadas e contextualmente específicas.

Ao invés, por conseguinte, de compreender ou de pretender criar uma teoria “geral” da opressão social, observando as pessoas (ainda que dentro de determinada categoria da diferença) como uma “massa homogênea”, “a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 33). Daí que há

singularidade (eixo micro) na influência das estruturas sociais (eixo macro) sobre a vida das pessoas. É dizer que a experiência do ser mulher não pode ser universalizada (ainda que no imaginário social quando pensamos em uma mulher ela quase sempre venha delineada em padrões normatizantes delimitados a partir de um recorte social de branquitude, cisgeneridade, magreza, capacidade corporal e heterossexualidade).

Antes, essa própria identidade “mulher” é revestida de inúmeras camadas identitárias que conformam a vivência única daquele corpo. A sua posição é relativa, ela não cruza o mundo tão somente como mulher, mas sim como uma mulher branca, negra ou indígena, com ou sem filhos, cis ou transgênera, profissional liberal, assalariada, etc (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 46). E este fato faz toda a diferença para a maneira como a consciência jurídica das participantes desta pesquisa é expressada e constitui sua experiência como Vereadora dentro de uma determinada instituição política.

Ao perceber e ao fornecer uma ferramenta analítica não hierarquizante das opressões e da desigualdade social, a interseccionalidade também se presta como crítica a um feminismo cego, branco e hegemônico, na medida que “traz consigo a ideia de superação de um feminismo eurocêntrico e de classe média e conjuga categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, periferia, dentre outras” (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 37).

Ela traz à luz o fato de que os marcadores sociais que descambam em experiências de privilégio (por exemplo, a branquitude, a cisgeneridade, e a riqueza material) também são produtoras de determinadas vivências de gênero, raça e classe que passam despercebidas e invizibilizadas, uma vez que normalizadas (VIVEROS VIGOYA, 2016), enquanto que aquelas mulheres que vivem sob experiências de opressão social de classe e de raça, por exemplo, percebem e são marcadas por estas.

É por isso que a branquitude e os demais marcadores do privilégio não podem ser colocados para fora da interseccionalidade, marcá-las também é um exercício político, é tirar esses marcadores de seu lugar de “neutralidade” e de “universalidade”. Neste sentido:

[...] enquadrar a branquitude para fora da interseccionalidade legitima um universo epistêmico mais amplo no que a presença racial, a diferença racial e a particularidade racial das pessoas brancas viajam

de forma invisível e imperturbável como fenômenos neutros racialmente sobre e contra a presença racial, a diferença racial e a particularidade racial das pessoas não brancas (CARBADO, 2013, p. 823-824).⁵⁶

Como nos ensina bell hooks (2019, p. 91), temos a partir de uma abordagem interseccional das desigualdades sociais uma nova forma de enxergar o mundo, onde colocamos o racismo como uma questão feminista central e fundamentalmente conectada com as desigualdades de gênero e de classe. No entanto, estudar, analisar e compreender o racismo passa inexoravelmente pelo mesmo processo no que toca à branquitude.

Com isso, o feminismo interseccional nos clama a deixar para trás uma espécie de “noção evolucionista da cultura”, e de defender a priorização da luta sexista sobre a antirracista ou a de classe, uma vez que joga luz sobre o fato de que inexistem acabar com o sexismo ou com o racismo de forma isolada, estes sistemas são interconectados e dependem um do outro.

A partir desta perspectiva conseguimos apreender as formas específicas e inseparáveis por meio das quais atuam o racismo e a heteronorma (AKOTIRENE, 2020, p. 19) sobre a produção dos corpos. Como aponta Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173), não é só o gênero que pesa na forma como as mulheres experimentam a discriminação, temos inexoravelmente que observar que há outras condições sociais da identidade, há outras “diferenças que fazem a diferença” nas experiências tanto de privilégio quanto de discriminação.

Acrescento que essas múltiplas camadas da identidade não só fazem a diferença em como essas sujeitas experimentam discriminação, mas também nas maneiras pelas quais expressam sua agência - em termos de capacidade de agir e ser diante de configurações histórico-políticas que lhes subordinam (MAHMOOD, 2006, p. 123) – e materializam corporalmente as experiências do ser mulher. É dizer que resistir, em muitos casos, também pode implicar em uma adesão estratégica às normas sociais que lhes subordinam.⁵⁷ Nem

⁵⁶ Tradução livre. No original: “[...] framing whiteness outside intersectionality legitimizes a broader epistemic universe in which the racial presence, racial difference, and racial particularity of white people travel invisibly and undisturbed as race-neutral phenomena over and against the racial presence, racial difference, and racial particularity of people of color”.

⁵⁷ Agradeço à professora Dra. Vi Grunvald por esse comentário na banca de qualificação.

sempre resistir se dá por meio de uma tentativa de subversão e de resistência às normas sociais.

Este elemento, o da agência dessas mulheres que experienciam a discriminação social é de extrema importância. Isso porque a interseccionalidade reivindica que observemos a realidade social dessa sujeitas para além do papel da “vítima” (daí a relevância de vê-la também como uma *práxis* política), evitando uma “análise engessada no âmbito de estruturas absolutas que condicionariam identidades e subjetividades, criando sujeitos meramente subalternos, submetidos, invisibilizados, silenciados e desempoderados” (HENNING, 2015, p. 117).

É uma forma de enxergar o mundo e de tentar compreender como funcionam as dinâmicas em sociedades que são marcadas pela diversidade e quais são os impactos destes fatores na experiência individual das sujeitas, não somente enquanto vítimas, sujeitas passivas dessas relações sociais. Enquanto ferramenta analítica, a interseccionalidade intervém para considerar a complexidade dos atravessamentos das categorias identitárias na produção de experiências corporificadas singulares, “é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 244-245).

À vista disso, a perspectiva interseccional me coloca um desafio: o de compreender que não há *uma* realidade a ser apreendida e que será revelada ao final do trabalho. Antes, a própria forma como eu construo meu objeto de pesquisa conforma uma opção política que possibilita que este trabalho, neste momento, neste local, fale determinadas coisas sobre esse objeto.

Quero dizer que “não há, portanto, uma realidade a priori que precederia a produção do conhecimento. A produção do conhecimento e todas as escolhas e implicações políticas que ela leva consigo é que tornam possível a ‘emergência’ de certa realidade.” (ROHDEN, 2018, p. 138). É um compromisso, nessa esteira, com uma perspectiva parcial e objetivamente responsável (HARAWAY, 1995), que enuncie, portanto, de onde vêm e quais são suas formas de compreendê-la.

3.3 Proposta para uma consciência jurídica interseccional

A partir da revisão de bibliografia que realizei sobre os estudos sobre a consciência jurídica, percebi uma lacuna na literatura: a quase total ausência de pesquisas que buscam tratar do entrelaçamento entre a CJ e os marcadores sociais da diferença. Há, portanto, um vazio que merece maior exploração no que tange a estes recortes providos pelos marcadores sociais da diferença na intersecção com a consciência jurídica.

Foi a partir dessa constatação que construí o desenho desta tese e que apresento, neste tópico, uma proposta para o que chamo de uma *consciência jurídica interseccional*. É aqui, por conseguinte, que tento amarrar os dois marcos teóricos que expus nos tópicos 3.1 e 3.2 deste trabalho.

A interseccionalidade entra aqui como uma espécie de indumentária para complexificar as lentes oferecidas pela consciência jurídica. Isso porque ela é um instrumento para contar e costurar histórias singulares, de diferenças dentro da diferença, na medida que “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2020, p. 24). É ferramenta teórico-metodológica que auxilia a compreender as formas particulares pelas quais colidem as diversas avenidas identitárias dentro de um só corpo, de uma só materialidade, de uma só existência.

Ressalto, neste contexto, que na revisão de literatura sobre trabalhos cujo objeto seja a consciência jurídica, um dos poucos que encontrei que efetivamente buscaram abordar diretamente o entrelaçamento entre a CJ e os marcadores sociais da diferença foi o artigo de Laura Beth Nielsen intitulado “Situating Legal Consciousness: Experiences and Attitudes of Ordinary Citizens about Law and Street Harassment” (2000). Nele, a autora propõe-se a analisar variações na consciência jurídica entre grupos raciais e de gênero no que concerne a discursos públicos ofensivos e como estes devem ser tratados pelo direito, a partir de observações realizadas em espaços públicos e entrevistas em profundidade feitas com 100 participantes provenientes de comunidades da parte norte da Califórnia, nos Estados Unidos.

As conclusões de Nielsen proporcionam uma primeira pista no que toca à intersecção entre os marcadores sociais da diferença e a CJ, na medida que ela afirma que “a consciência jurídica dos cidadãos não é um fenômeno unitário, mas que deve ser situado em relação a tipos particulares de leis, hierarquias sociais particulares, e as experiências de diferentes grupos com o

direito” (NIELSEN, 2000, p. 1055)⁵⁸. É dizer, a localização social de uma sujeita, determinada a partir da relação entre os marcadores sociais, o pertencimento de grupo e as experiências pessoais de opressões sociais são fatores importantes para uma análise aprofundada tanto da relação dela com o direito como de sua consciência jurídica.

Por outro lado, também localizei alguns estudos que buscaram aprofundar sobre o atravessamento entre consciência jurídica e posições sociais. Assim demonstram Friso Kulk e Betty de Hart (2013) ao estudarem a relação entre casais formados por pessoas holandesas e egípcias e a legislação islâmica de família no Egito. Isso porque, mormente em relação às holandesas que imigraram para o Egito para se juntar a seus companheiros egípcios, a mudança no posicionamento social e jurídico, que na Holanda não era considerado marginalizado por elas, ao passo que no Egito sim, afetou a forma pela qual essas mulheres migrantes privilegiadas navegam o direito, na medida que estas passaram a desenvolver estratégias para lidar com essa marginalização promovida no novo país pelos marcadores sociais de gênero e de nacionalidade. O que concluem, por conseguinte, é que a relação entre a posição social, o poder e a desigualdade tornam a consciência jurídica um processo dinâmico.

Ainda pensando o entrelaçamento entre consciência jurídica, posicionamento social e discriminação racial Elisabeth Hirsh e Christopher J. Lyons (2010) apresentam estudo no qual buscam compreender quais são os fatores pessoais e individuais que moldam as experiências de discriminação no ambiente de trabalho como experiências de discriminação racial. O que demonstram os autores é que contexto social afeta a habilidade das sujeitas e seus conhecimentos pessoais no que toca à possibilidade de nomear uma determinada experiência de discriminação como tal no ambiente de trabalho. O contexto social amplamente considerado, com suas respectivas hierarquias raciais, étnicas, de gênero, de status marital, segundo eles, está diretamente conectado com o significado de uma experiência discriminatória (HIRSH; LYONS, 2010, p. 272).

⁵⁸ Tradução livre. No original: “[...] the legal consciousness of ordinary citizens is not a unitary phenomenon, but must be situated in relation to particular types of laws, particular social hierarchies, and the experiences of different groups with the law”.

Pensar a consciência jurídica internacionalmente, neste contexto, implica partir da premissa de que os atravessamentos por marcadores sociais da diferença nos diferentes corpos afetam a forma pela qual essas sujeitas se relacionam, acionam e pensam sobre o direito. O que interessa, por conseguinte, é compreender de que forma ocorre esse processo; isto é, analisar a maneira pela qual valores políticos, identidades e posições sociais (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 200) marcam a dinâmica da consciência jurídica em contextos políticos e sociais específicos e historicamente localizados.

É em razão disso que uma perspectiva interseccional da consciência jurídica é importante. Isso porque, ainda que, por exemplo, as entrevistadas eventualmente expressem conclusões similares no que tange à presença ou à ausência do direito e a sua função em seus cargos como Vereadoras, as razões por trás dessas conclusões parecidas e as relações prévias delas com o direito enquanto mulheres cujos corpos são atravessados por diferentes marcadores sociais da diferença é que provê, de fato, uma explicação complexa e nuançada sobre a consciência jurídica.

Assim como afirmam Hertogh e Kurkchian (2016, p. 405), este trabalho está assentado na premissa de que se há uma relação entre a consciência jurídica e o contexto social no qual as pessoas vivem, o passo seguinte é questionar de que maneira essas diferenças políticas e sociais se refletem no que tange à consciência jurídica. Daí que pensar a consciência jurídica interseccionalmente não somente implica propor um avanço no estado da arte destes estudos. Significa também tentar ter uma imagem mais complexa da relação entre a realidade social e o direito como fenômenos interconectados.

Neste sentido é que ao entrar em contato com o material empírico eu estou questionando de que maneira os marcadores sociais da diferença, isto é, o fato de se tratar de uma mulher, cis/transgênera, Vereadora de uma capital, branca/negra/indígena, com ou sem deficiência, (não) heterossexual, de um determinado estrato socioeconômico, exercem influência na forma pela qual uma Vereadora se relaciona com o direito em seu cotidiano no cargo.

É importante analisar de forma interseccional a consciência jurídica de mulheres que exercem cargos políticos na medida que a própria possibilidade de alcançar essas posições está intimamente relacionada com seus marcadores sociais da diferença. Assim demonstram Cristiano Rodrigues e

Viviane Gonçalves Freitas (2021) no que toca à dinâmica eleitoral no que diz respeito aos marcadores sociais de raça e de gênero. Segundo as autoras, a raça tem efeitos negativos menores do que o gênero, isto é, “mulheres brancas recebem votações menores do que homens não brancos, e mulheres não brancas se encontram em posição mais desvantajosa ainda” (RODRIGUES, FREITAS, 2021, p. 35). Mulheres racializadas, nesse cenário, são as mais prejudicadas no contexto da política eleitoral brasileira e as que, por conseguinte, têm maiores obstáculos a vencer para acessar cargos.

Daí que é importante compreender de que forma essas mulheres, uma vez que alcançam cargos políticos, navegam por esses ambientes e, sobretudo, como se relacionam e experienciam o direito em seu cotidiano enquanto legisladoras.

Pensar e analisar a consciência jurídica a partir da interseccionalidade, considerando, por conseguinte, de que forma os marcadores sociais da diferença que atravessam as experiências vividas dessas mulheres enquanto Vereadoras, implica não somente não privilegiar uma categoria de marcadores no contato com o material empírico, mas sim observar aquilo que Carlos Eduardo Henning (2015) chama de *diferenças que fazem diferença*. Atentar, portanto, para os marcadores que surgem espontaneamente nas entrevistas, a partir do contexto em que são feitas, e da relação que eu estabeleço com as participantes.

Um operador social relevante e inesperado que apareceu muito fortemente na entrevista com a Vereadora Mariana Pimentel, por exemplo, foi a maternidade. E esta foi um fator bastante determinante para a frente de atuação da entrevistada enquanto Vereadora, direcionando seu foco pesadamente para a infância, a educação primária e o fornecimento de vagas em creches. A atuação enquanto Vereadora por parte desta entrevistada, por conseguinte, e sua relação com as normas jurídicas vem estreitamente pautada pelo status de mãe de duas crianças pequenas.

Por outro lado, a branquitude foi uma presença ausente nas entrevistas. Isto é, ao mesmo tempo que estava absolutamente presente, sobretudo no fato de que todas as Vereadoras de centro que entrevistei são mulheres brancas cisgêneras, nenhuma delas tangenciou esse marcador de forma espontânea,

somente o abordando quando diretamente questionadas. Daí que a branquitude, no contexto analisado, aparece como um *locus* da não marca, da não nomeação, que mascara diversas práticas e hierarquias sociais normatizantes (VIVEROS VIGOYA, 2008, p. 192), que se traduzem, por exemplo, na maneira como essas mulheres se apresentam perante o todo da Câmara durante as sessões plenárias.

Faço uma ressalva aqui para a Vereadora Mariana Pimentel que, ainda que não tenha tocado diretamente no reconhecimento de sua branquitude, reconheceu que os marcadores sociais da diferença - mormente a cisgeneridade, a heterossexualidade a capacidade corporal e a faixa etária - afetam a forma como ela atua em seu cargo:

Acho que afetam totalmente, porque são os olhares que eu tenho perante as situações, entendeu, e eu vou ter, tendo dois filhos pequenos, eu vou ter um olhar diferente para a cidade do que se eu fosse uma idosa, por exemplo, que tivesse dificuldade, daqui a pouco, de alguma questão de locomoção. Ou se eu tivesse uma, fosse LGBT, eu teria outro olhar perante outras situações e outras né, alguma questão de preconceitos, entendeu, que nem eu te falei (Mariana Pimentel, p. 10).

É em razão disso que proponho aqui uma leitura interseccional da consciência jurídica. Na medida que os marcadores sociais da diferença que nos constroem enquanto seres humanos são pontos fundamentais a partir dos quais construímos nossa visão de mundo e nos relacionamentos com as instituições sociais. O direito não é descolado desse contexto. As experiências e as relações que estabelecemos com ele estão absolutamente inseridas dentro dessas relações sociais de opressão que a interseccionalidade se propõe a desvelar.

A forma como a CJ manifesta-se, por conseguinte, não pode ser realmente bem compreendida se não nos aventurarmos numa análise aprofundada dos marcadores sociais da diferença que permeiam as experiências vividas daquelas pessoas que são participantes das pesquisas sobre a consciência jurídica.

Isso porque a própria CJ é um produto dessa amálgama de experiências e de identidades que constituem as sujeitas na sua relação com o direito:

[...] a orientação de uma pessoa em relação ao direito em uma determinada situação é fruto de um conjunto complexo e dinâmico de

processos envolvendo numerosos componentes – suas experiências, atitudes, compreensão de suas identidades e suas crenças sobre normas sociais. Desta forma, a consciência jurídica é constantemente criada e reconstituída (YOUNG, 2014, p. 500).⁵⁹

A identidade, desta forma, é algo que não podemos desconectar do direito e da forma como as pessoas se relacionam com ele. Primeiro porque a identidade é uma das formas por excelência que o direito utiliza para classificar os sujeitos de direitos.⁶⁰ Penso, neste ponto, sobretudo em legislações que buscam proteger direitos de minorias, que utilizam sobremaneira esse gênero de identificação identitária para determinar quem é a sujeita de direitos, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que prevê em seu artigo 2º uma definição jurídica das sujeitas dessa legislação, ou a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que define, também em seu artigo 2º, os direitos *das mulheres*, assegurados pela norma.

Nesse sentido é que o direito é um lugar absolutamente relevante e pertinente para pensarmos sobre a identidade, na medida que “o direito frequentemente ‘marca’ as pessoas com papéis formais e rótulos que carregam significados sociais” (YOUNG, 2014, p. 523).⁶¹ E esses papéis, rótulos e marcadores são indispensáveis ao pensarmos a consciência jurídica, uma vez que as pessoas têm experiências com o direito, mas o que essas experiências efetivamente significam para essas sujeitas deriva enormemente dos lugares sociais que elas ocupam (COLLINS, 2022, p. 27), seja em suas famílias, em seus locais de trabalho, em suas cidades ou no mundo.

É por isso que pensar uma consciência jurídica interseccional é uma proposta importante. Porque os trabalhos desenvolvidos sobre ela até o momento (a maioria deles, pelo menos) deixam de observar outros sistemas de opressão social que estão em jogo que não somente o direito quando estamos falando sobre a CJ. Isto é, sobretudo quando estamos diante de estudos feitos a partir da escola da Hegemonia, a CJ é pensada partindo da premissa de que

⁵⁹ Tradução livre. No original: “[...] a person’s orientation toward law in a given situation is the fruit of a complex and dynamic set of processes involving numerous components—his experiences, attitudes, understanding of his identities, and his beliefs about social norms. In this way, legal consciousness is constantly created and reconstituted”.

⁶⁰ Destaco, no ponto, que deixei a expressão “sujeitos de direitos” proposadamente no masculino. Isso com o objetivo de sublinhar o fato de que, historicamente, os sujeitos de direito foram, de fato, tão somente masculinos.

⁶¹ Tradução livre. No original: “Law frequently ‘brands’ people with formal roles and labels that carry social meaning”

o direito é um sistema de opressão social. O que falta, entretanto, é entender como esse sistema se entrelaça com outros, tais como a raça, o gênero, a sexualidade, a capacidade corporal e a classe para produção da CJ:

[...] as implicações das diferentes concepções de poder e resistência inerentes a diferentes formas de consciência jurídica devem ser desvendadas e teorizadas, e os efeitos de diferentes status sociais (por exemplo, classe, gênero, 'raça' ou etnia, sexualidade) devem ser considerados como fatores salientes na produção e efeitos da consciência jurídica (HARDING, 2006, p. 517).⁶²

A proposta de uma consciência jurídica interseccional, por conseguinte, parte dessa crítica apresentada por Rosie Harding (2006) quando a autora nos fala sobre direitos de gays e lésbicas. O que instiga Harding nesse escrito é justamente esse vácuo na literatura sobre a CJ no que tange a uma falta de engajamento da academia no que toca aos efeitos que os marcadores sociais da diferença têm sobre a consciência jurídica de um indivíduo.

Meu argumento aqui, portanto, é de que há forças que operam para a produção da consciência jurídica, que estão relacionadas com a identidade e com os diferentes sistemas de opressão que produzem a experiência vivida e corporificada de cada sujeita. A proposta de uma CJ interseccional, neste ínterim, implica reconhecer que a CJ não sai de um vácuo, de um lugar nenhum, mas sim é um produto do cruzamento desses sistemas de gênero, raça, classe, sexualidade, aptidão corporal, nacionalidade, religião, com a vivência do direito. A maneira de experimentá-lo, compreendê-lo e vivê-lo, por conseguinte, não pode ser descolada de uma análise que perpasse por sua intrínseca relação com os marcadores sociais da diferença.

⁶² Tradução livre. No original: “[...] the implications of the different conceptions of power and resistance inherent in different forms of legal consciousness should be unpacked and theorized, and the effects of differential social statuses (e.g. class, gender, ‘race’ or ethnicity, sexuality) should be considered as salient factors in the production and effects of legal consciousness”

PARTE II: CONTANDO HISTÓRIAS INTERSECCIONAIS SOBRE A CONSCIÊNCIA JURÍDICA

4 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA, MATERIAL EMPÍRICO E SILÊNCIOS

Caminhar de mãos dadas com este trabalho foi, sem dúvidas, o maior desafio da minha vida. Exigiu que eu saísse do meu lugar de conforto a partir do qual eu usualmente, até então, vinha trabalhando: sentada na frente do meu computador. Registro aqui ter absoluta ciência que eu escolhi como instituição analisada um local absolutamente privilegiado: uma Câmara de Vereadores.

A segunda demanda que esta tese me fez foi a de lidar com a rejeição e a, mesmo assim, insistir. Vieram diversos não. Eu insisti. E alguns não permaneceram. Faz parte da pesquisa e do lidar com pessoas de posicionamentos políticos e ideológicos que enxergam a ciência e a pesquisa a partir de lentes bastante negativas.

Essas rejeições e negativas às entrevistas que recebi de várias Vereadoras, sobretudo as de direita da Câmara, são objeto de análise no primeiro tópico deste capítulo. Esclareço que decidi nomear e dedicar o primeiro tópico aos silêncios que enfrentei durante o meu caminho de pesquisa. Silêncios, explico à leitora, significam a ausência de respostas sobre os convites enviados para entrevistas ou ainda, negativas “sutis” que recebi ao comparecer e entregar pessoalmente os convites junto aos gabinetes das Vereadoras. Aqui, por conseguinte, busco apresentar uma leitura sobre quais foram as Vereadoras que me trataram com esta ausência de resposta e o que ela significa dentro desta pesquisa e de um panorama político mais abrangente no Brasil.

No segundo tópico que compõe esse capítulo, por sua vez, trago uma reflexão sobre a forma como apareceram os MSD ao longo das entrevistas com as Vereadoras. O que pretendo, aqui, por conseguinte, é refletir de forma um pouco mais teórica e aprofundada sobre os diferentes marcadores sociais, a forma como eles apareceram nas entrevistas e a maneira como eles conversaram comigo na análise do material empírico e na escrita da tese.

4.1 Os silêncios

Decidi nomear e dedicar o segundo tópico deste capítulo aos silêncios que enfrentei durante o meu caminho de pesquisa. Silêncios, explico à leitora, significam a ausência de respostas sobre os convites enviados para entrevistas ou ainda, negativas “sutis” que recebi ao comparecer e entregar pessoalmente os convites junto aos gabinetes das Vereadoras.

Aqui, por conseguinte, busco apresentar uma leitura e alguns questionamentos sobre quais foram as Vereadoras que me trataram com esta ausência de resposta e o que ela potencialmente significa dentro desta pesquisa e de um panorama político mais abrangente no Brasil.

O meu processo de entrar em contato e convidar as Vereadoras para participar da pesquisa foi preenchido com diversos silêncios. Saliento aqui que estes, de minha parte (e diferente da minha estimada orientadora), em alguma medida já eram esperados, sobretudo em relação às Vereadoras com posicionamento político-ideológico de direita, e, mormente, em relação aquelas que se declaram abertamente como apoiadoras do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Essa expectativa foi imensamente confirmada, ainda que com algumas surpresas no caminho.

Explico. No momento dos contatos iniciais com os gabinetes, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre contava com 4 Vereadoras de esquerda: Bruna Rodrigues (PCdoB), Daiana Santos (PCdoB), Karen Santos (PSOL) e Laura Sito (PT). 3 Vereadoras de centro-direita: Cláudia Araújo (PSD), Mariana Pimentel (NOVO) e Lourdes Sprenger (MDB). E 4 Vereadoras de direita Comandante Nádia (PP), Fernanda Barth (PODE), Monica Leal (PP) e Tanise Sabino (PTB).

Todas as 7 primeiras Vereadoras (de esquerda e de centro-direita) me responderam aos convites, ainda que com 3 delas, ao final, não tenha sido possível realizar a entrevista por motivos de agenda ou do pleito eleitoral de 2022.

Das Vereadoras de direita, por outro lado, somente o gabinete da Vereadora Comandante Nádia me respondeu (e comento aqui que foram

absolutamente educados e solícitos comigo quando conversamos pessoalmente, ainda que tenham me questionado sobre se a pesquisa teria um “teor ideológico”), mesmo que tenha sido para negar a participação na pesquisa.

As Vereadoras Monica Leal e Tanise Sabino não me responderam de nenhuma forma, mesmo depois de o e-mail ter sido reiterado. Saliento, ademais, que não fui atendida em seus gabinetes, uma vez que quando da minha ida à Câmara para a entrega física dos convites, estes estavam fechados, de forma que o contato presencial não foi possível.

A Vereadora Fernanda Barth, por sua vez, também não respondeu ao e-mail com o convite. Contudo, quando fui atendida pessoalmente por sua assessoria para entregar o convite, uma de suas assessoras me informou que tinham visto o e-mail mas que o tema da investigação “*não era muito a pauta dela*”. Sublinho aqui que, diferente da recepção positiva que tive junto ao Gabinete da Vereadora Comandante Nádia, aqui a assessora me olhou e falou comigo de uma forma pouco gentil, de maneira que eu não me senti confortável para explicar melhor e tentar convencê-la sobre a importância da participação na pesquisa.

Confrontada com esta resposta e com esse cenário, passei a questionar se estas negativas provieram de um *locus* de alinhamento ideológico por parte das Vereadoras. Isso porque, refletindo sobre esta pesquisa e a mensagem política que ela transmite, me parece bastante claro que ela possivelmente não estabelece um diálogo ideológico com aquelas que se posicionam no espectro político oposto ao que a investigação parece representar.

Um exemplo disso foi a aprovação pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 4 de maio de 2022, da Lei Municipal nº 13.154,⁶³ a qual proíbe o uso da linguagem neutra por parte dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta. Dentre as autoras do Projeto de Lei estão, justamente, as Vereadoras Fernanda Barth e Comandante Nádia.⁶⁴

⁶³ Em que pese a Lei tenha sido sancionada pelo Prefeito Sebastião Melo em 15 de junho de 2022, destaco que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7019, declarou inconstitucional Lei similar do Estado de Rondônia, fixando a seguinte tese: “Norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União” (BRASIL, 2023).

⁶⁴ Informação disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136350>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Reflito um pouco, então, sobre o que significam estes silêncios na sua relação entre pesquisa científica (sobretudo aquelas investigações provenientes do campo das humanidades) e os posicionamentos políticos dentro do cenário político brasileiro atual, afinal, alguns dos silêncios falam muito alto.

Acho importante destacar, em primeiro lugar, que as quatro Vereadoras que neste trabalho classifiquei como sendo de direita - Comandante Nádia (PP), Fernanda Barth (PODE), Monica Leal (PP) e Tanise Sabino (PTB) - são abertamente apoiadoras do ex-Presidente Jair Bolsonaro (uma busca em suas páginas no Instagram revela, por exemplo, que todas possuem fotos com ele e/ou com seus filhos em seus *feeds* de fotos).⁶⁵ Considero, neste sentido, que estas Vereadoras estão *minimamente* alinhadas com as políticas promovidas pelo anterior governo federal, especialmente e para o que importa neste tópico, no que toca à desqualificação da pesquisa científica (reforço aqui, notadamente a das humanidades) e do ensino superior. E que este pensamento e alinhamento ideológicos faz minimamente parte da explicação das suas negativas em conversar comigo, sobretudo considerando que fui questionada pela assessoria da Vereadora Comandante Nádia se a minha pesquisa tinha “caráter ideológico” e comunicada pela assessoria da Vereadora Fernanda Barth que “não era muito a pauta dela”.

Explico melhor. A extrema direita brasileira, encabeçada mormente pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, durante seus 4 anos de governo, promoveu uma verdadeira campanha contra a investigação científica, a educação superior e as Universidades brasileiras, notavelmente as públicas.

Nesse sentido, podemos pensar na atuação afirmativa do ex-Presidente Jair Bolsonaro para o desmonte da educação superior e da ciência brasileiras. Um exemplo disso é revelado no desmonte dos órgãos de financiamento e promoção da educação superior e da pesquisa. Em 8 de outubro de 2021, o Jornal Estadão (RODRIGUES, 2021) publicou matéria na qual constatou que o então governo federal, por meio do Ministério da Economia, diminuiu em 87% o encaminhamento de verbas para os setores de ciência e tecnologia (queda de R\$ 690 milhões para R\$ 89,8 milhões) no ano de 2021.

⁶⁵ Dada a facilidade com que se pode apagar conteúdo das redes sociais, acho importante pontuar que esta busca foi realizada por esta pesquisadora em 03 de março de 2023.

Maria de Araújo e Marconi Macedo (2022, p. 11), nesta esteira, destacam que o orçamento autorizado da CAPES entre 2019 e 2021 sofreu uma diminuição de 1,41 bilhão, ao passo que sua execução financeira foi de 1,32 bilhão menor do que o orçamento autorizado para a instituição.

Esse desmonte da educação superior e da pesquisa no Brasil, contudo, não é proveniente de lugar nenhum. Muito pelo contrário. É fruto de uma ideologia política e social que enxerga essas instituições de ensino e a produção de conhecimento como um inimigo a ser combatido. Que vê nas pesquisadoras, nos pesquisadores, e nos alunos do ensino superior brasileiro, não algo positivo e um futuro para o país, mas sim pessoas que fazem “balbúrdia”, como dito pelo ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, em abril de 2019 (AGOSTINI, 2019).

A guerra contra a autonomia das Universidades também é símbolo disso. O fato de que o ex-Presidente nomeou cerca de 19 Reitoras para as Universidades Federais do país que não foram os mais votados nas listas tríplices encaminhadas pelas Instituições, quebrou uma tradição democrática estabelecida no país desde os anos de 1990 (SALDAÑA, 2021).

Esses casos que cito sobre o comportamento do ex-governo federal em relação à pesquisa e ao ensino superior são bastiões exemplares do que representa a ideologia que permeia a extrema direita brasileira, com a qual as Vereadoras que não concordaram em conversar comigo estão alinhadas, principalmente considerando o conteúdo desta pesquisa.

Interpretar a negativa e os silêncios, por conseguinte, é uma parte integral do meu caminho como mulher que está fazendo uma investigação cujo tema central são mulheres que possuem cargos políticos como Vereadoras. É evidente que elas têm todo o direito de negar-se em participar de empreendimentos com os quais elas não querem ser associadas, justamente pelo caráter público de sua profissão.

Penso ser importante destacar, ademais, que o fato de que as Vereadoras de direita não terem participado *desta* pesquisa que possui um conteúdo que está evidentemente na contramão de muitos posicionamentos seus não quer dizer que elas não concordariam em participar de outras investigações e pesquisas científicas com as quais elas gostariam de ser associadas.

Estou refletindo, reforço, justamente sobre o fato de que por esta pesquisa representar uma “pauta identitária” e um possível alinhamento político e ideológico alinhado a um espectro oposto ao qual elas se enquadram este fato, em alguma medida, é relevante para os silêncios. Não é, portanto, que elas não participariam e negariam a participação em toda e qualquer pesquisa, é que elas silenciaram no que toca à participação *nesta*, e isto deve ser pensado dentro de um quadro político mais amplo da conjuntura política brasileira neste momento histórico.

Estes silêncios, ademais, tiveram consequências no tange ao acesso às narrativas e às dinâmicas destas Vereadoras com outras parlamentares que foram entrevistadas. Neste sentido, todo o “acesso” que eu tive a estas Vereadoras foi por meio das sessões plenárias que eu assisti.

Isso também me leva a outra reflexão sobre os silêncios e os papéis sociais das mulheres na história do Brasil. Sobretudo de mulheres brancas, cisgêneras e heterossexuais - como são as 4 Vereadoras de direta da Câmara de Porto Alegre.

Penso sobre como essa filiação político-ideológica que elas ostentam e a polarização política que vivemos as coloca em um lugar de silêncio - ao menos dentro desta investigação. Como se pode denotar pelo título deste trabalho e pelo que venho tentando fazer ao longo desta tese, o que quero aqui é contar as histórias das Vereadoras, através das suas próprias narrativas sobre o direito em seus cotidianos em seus cargos; nos seus atravessamentos identitários.

Ao propor esta tese, eu não tinha a menor ideia de que eu iria estar interpretado silêncios. Especialmente silêncios e negativas de mulheres de direita. Ainda que durante as sessões plenárias essas Vereadoras não hesitem em subir na tribuna da Câmara⁶⁶ e protagonizar embates políticos bastante fervorosos, estes são, muitas vezes, “shows” para seu próprio público. Conversar comigo, por outro lado, considerando que esta pesquisa trabalha com marcos teóricos que a direta localiza no espectro político oposto ao seu e, portanto, no papel de inimiga, implica não ter controle sobre como as suas narrativas serão contadas e interpretadas. Penso que suas negativas e

⁶⁶ Nas sessões plenárias que eu acompanhei, a única Vereadora de direita que não teve a oportunidade de ver falar na Tribuna foi a Vereadora Tanise Sabino.

silêncios provém potencialmente deste não querer vincular-se a um trabalho como este.

O público primário deste trabalho, afinal de contas, é majoritariamente as fazedoras de balbúrdia da Universidade Pública. Em razão disso, essas 4 mulheres colocam a si mesmas em um lugar de silêncio, de obscuridade, performando contundentemente seus papéis normativos de gênero - o que impede, contudo, que elas sejam coautoras nessa análise que eu ora apresento.

O que parece irônico é que quando elas estão atuando ativamente enquanto Vereadoras elas são combativas, tentando defender o projeto de sociedade que lhes parece o mais adequado, elas são justamente o oposto disso. Nesse papel elas aparecem, justamente, como produtoras ativas de suas narrativas.

Os silêncios e as negativas que eu obtive dessas 4 Vereadoras, nesse sentido, foram barreiras que impediram esta pesquisa de trazer um olhar mais aguçado sobre o que ela propôs: como os marcadores sociais da diferença produzem consciência jurídica no cotidiano de uma Vereadora, no caso, de direita. Tudo que pude interpretar, neste caso, foram ausências.

4.2 Reflexão teórica sobre os marcadores sociais da diferença a partir do material empírico

Antes de adentrar em profundidade na análise das entrevistas, parece-me importante discorrer teoricamente sobre os marcadores sociais da diferença com os quais me deparei ao longo dos meus encontros com a Vereadoras. O que pretendo, aqui, por conseguinte, é refletir de forma um pouco mais teórica e aprofundada sobre os diferentes marcadores sociais, a forma como apareceram nas entrevistas e a maneira como eles conversaram comigo na análise do material empírico e na escrita da tese.

Isso faz-se necessário na medida que a proposta teórica da interseccionalidade, encampada como marco teórico desta tese, demanda uma análise integrada das identidades (BILGE, 2009) e das conseqüentes relações de poder que a partir delas são socialmente estruturadas. Refletir de forma mais aprofundada sobre quais e como estes marcadores identitários aparecem

no material empírico, por conseguinte, é um passo necessário para responder ao problema de pesquisa: de que forma os marcadores sociais da diferença inscritos nos corpos das Vereadoras municipais de Porto Alegre interferem, complexificam e/ou criam a consciência jurídica?

Destaco inicialmente que os marcadores sociais da diferença são sistemas sociais de classificação das sujeitas, a partir daquilo que lhes distingue do que é socialmente classificado como a norma. As diferenças, nesta senda, são aspectos relacionais e somente podem ser compreendidas se contrastadas com determinados padrões sociais normativos aos quais os diferentes não pertencem (PELÚCIO, 2011, p. 81). Pensar a partir do MSD, nesse contexto, significa compreender que os indivíduos e as suas experiências subjetivas corporificadas são construídos a partir destes cruzamentos identitários em que os seus marcadores se entrelaçam para produzir realidades complexas de subjetivação. É justamente nesses entrelaçamentos da diferença entre gênero, raça, classe, geração, corponormatividade, sexualidade que conseguimos apreender a materialização das estruturas sociais no nível macro da experiência individual de uma sujeita.

Falo, então, dos marcadores que surgiram ou que podem ser extraídos das entrelinhas das narrativas das Vereadoras entrevistadas. São eles o gênero, a raça e a classe. A maternidade aparece, também, como um operador social da diferença.

Compreendo aqui o conceito de gênero conforme definido pela historiadora Joan Scott (1995, p. 86) a partir de duas proposições interconectadas. A primeira delas o define como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. A segunda, por sua vez, prescreve que o gênero “é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Na medida que esta proposta é interseccional, acrescento que essas relações de poder são sempre imbricadas e cruzadas (VIVEROS VIGOYA, 2016, p. 2), de forma que este marcador identitário, ainda que seja uma forma primária de significação, não é a única, e, muitas vezes, também não é a prevalente.

Ao conversar com as Vereadoras, essa complexidade de como esses cruzamentos materializam o gênero de formas diferentes fica bastante clara.

Isso porque este elemento surge sobremaneira imbricado com outros operadores da diferença. Isto é, ele aparece, como regra, materializado a partir de seu cruzamento com outros componentes, tais como a maternidade, a divisão sexual do trabalho e a raça.

A maternidade enquanto um operador social da diferença é eminentemente um fenômeno interseccional. Isso porque a sua própria materialização está intimamente conectada com os marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade e idade. É a partir dessas intersecções, inclusive, que a parentalidade pode, ou não, tornar-se socialmente cognoscível ou pensável (ZAMBRANO, 2006).

É justamente nesse existir de parentalidades que são impensáveis que observo a maternidade como um fenômeno social que passa por um processo histórico de construção de configurações normativas. Aqui vemos que socialmente há um determinado discurso que materializa uma “maternidade ideal”, que é construída dentro de uma família nuclear, heterossexual, com determinado número de filhas, que são geradas “no tempo certo”, em um momento financeiramente estável (MOREIRA; NARDI, 2009).

Neste esquema, a idade (sobretudo a relação idade da Vereadora e idade das filhas) entra como um elemento definidor do protagonismo da maternidade na vida da mulher trabalhadora. Veja-se que dentre as entrevistadas, somente a Vereadora Karen Santos não tem filhos. Das quatro Vereadoras mães, três possuem mais de 50 anos e filhas já adultas. Para estas, a maternidade, ainda que tenha aparecido - conforme veremos abaixo - não foi um elemento proeminente em suas falas. Para a Vereadora Mariana Pimentel, contudo, o caso foi bastante diferente. Com 36 anos e duas crianças pequenas (3 e 6 anos), para esta parlamentar a maternidade é elemento definidor do seu processo de subjetivação.

Isso porque, o fato de a Vereadora ser mãe de duas crianças pequenas aparece o tempo todo como um elemento definidor da sua atuação - em termos de pautas e de perspectivas representadas por ela no cargo - e da sua rotina e presença na Câmara de Vereadores:

E quando eu vejo uma criança, eu consigo olhar, poxa, uma criança de 4 anos, eu comparo com a minha filha, entendeu? [...] Tu vai comparar com a realidade do teu filho e tu vai ver, poxa, precisamos

olhar de frente. Mas isso é diante do que que eu sou e que que eu vivo, entendeu? (Mariana Pimentel, p. 11).

Destaco, nesta senda, que o fato de a maternidade estar totalmente imbricada com a sua performance de gênero, assim como com a própria perspectiva que ela traz para o seu ser enquanto Vereadora é um processo consciente para a parlamentar. Ela demonstra de forma bastante clara em sua fala o quanto a sua identidade de mãe é um fator determinante para as suas proposições, inclusive jurídicas, dentro da Câmara de Vereadores.

Aqui, saliento que a Vereadora Mariana apresenta uma visão bastante perspicaz sobre o papel das identidades dentro da política, sobretudo se pensarmos naquilo que Anne Phillips chama de política de presença e de política de ideias (PHILLIPS, 1995), quando afirma sobre a necessidade de que instituições políticas sejam ocupadas por pessoas cujas identidades sejam o mais plurais possível, de maneira a melhor representarem diferentes “dores” que existem na sociedade:

Acho que isso é um desafio, sabe, por isso que quanto mais mulheres, mais pessoas que vêm de comunidades diferentes, de realidades diferentes, entendeu. A dor de um LGBT, eu não vou sentir, entendeu? Eu não senti. Eu posso ter empatia perante, mas eu não... Então, isso é legal, sabe? Que nem eu te falei, a questão de saber que o online ele é ótimo para uma mãe, só uma mãe de duas crianças pequenas, entendeu (Mariana Pimentel, p. 08).

Para esta Vereadora, o gênero aparece sobremaneira imbricado com a maternidade. Seja porque este cruzamento é definidor do que ela, enquanto uma mulher-mãe, pode ou não fazer em termos de horários, disponibilidade e responsabilidade, seja porque ele aparece como um elemento chave na compreensão da atuação dela enquanto uma Vereadora de Porto Alegre. Fica claro, tanto para a própria compreensão da Vereadora enquanto tal, quanto a partir da análise da entrevista com ela, que a infância é sem dúvidas o seu tema central. A definição da maternidade para Vereadora Mariana, reforço, se dá dentro de um quadro específico (BIROLI; MIGUEL, 2015): a de uma mulher branca, cisgênera, heterossexual e de classe média.

Por outro lado, o gênero aparece sobremaneira também em termos de divisão sexual do trabalho. A política é o trabalho destas mulheres com quem conversei e este não vem separado de outras esferas da vida onde elas

observam as dificuldades de ser uma mulher política. Uma das mais citadas pelas Vereadoras foi justamente o trabalho do cuidado. Na fala da Vereadora Lourdes, por exemplo, quando ela comenta sobre as dificuldades de ser mulher na política, ela observa que é difícil para as mulheres candidatarem-se a cargos “mais altos”, tais como Deputada Federal e Senadora, considerando que elas possuem filhos, marido e uma casa para cuidar, de forma que fica virtualmente impossível deixar tudo isso para trás e ir morar em outra cidade:

A mulher que é dona de casa ou que mesmo que milite na política, no seu Município, vamos supor, tem filhos pequenos, ela vai se candidatar a federal para pegar um avião na segunda de noite e voltar na quinta de madrugada ou sexta de manhã? Aí vem para casa, sai de novo segunda, é difícil, né? Uma família tem seu marido muito arejado para apoiar isso aí e ficar longe dos filhos. [...] Então nós temos esses empecilhos de família e de filhos e essa motivação, porque as mulheres não conseguem se reeleger (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 05-06).

Essa mesma perspectiva sobre esse machismo na política no que tange ao trabalho do cuidado e as mulheres que atuam politicamente também surge na fala da Vereadora Abgail Pereira. Ela questiona essa estrutura social sedimentada na divisão sexual do trabalho ao interrogar o motivo pelo qual as mulheres são questionadas publicamente sobre com quem estão seus filhos, como está sua casa e, ao mesmo tempo, o incômodo que levar crianças para esses espaços traz:

São recortes que a gente precisa se atentar da dificuldade das mulheres se aproximar, das mulheres se aproximarem da política também sabendo que aqueles homens todos que tem ali, eles tem filhos. **Nunca ninguém se pergunta onde estão esses filhos, com quem estão esses filhos? Mas com nós mulheres perguntam. Como que tu estás dando conta da campanha? Como é que está tua casa? E teus filhos? Com quem estão?** Para nós, mulheres, porque essa questão do cuidado, nós não nascemos cuidadoras, mas o mundo nos atribui a essa tarefa de cuidadoras. E nos cobra! E nos cobra, com quem tu deixou. **Se tu leva, tu traz um filho para uma atividade dessas num debate político e a criança tá lá, incomodada e acaba incomodando todo mundo, porque é isso. É incômodo que é visto.** Né, tu não tem um espaço que acolha as mulheres e os filhos das mulheres, não tem (Grifo meu, Abgail Pereira, p. 07).

E é este olhar que as mulheres acabam trazendo para a política também, de uma sensibilidade que para nós participar é a nossa terceira jornada, é a nossa terceira jornada. Porque tu trabalha, tu tem o trabalho doméstico que tu tem que dar conta (Abgail Pereira, p. 07).

Para a Vereadora Abgail, a divisão do trabalho do cuidado dentro de sua casa em sua infância foi um elemento que ela colocou como definidor para que ela se entendesse como feminista. Única filha mulher em uma família com onze filhos, a parlamentar relata que notou, desde muito cedo, essas diferenças de gênero dentro da sua casa, sobretudo no tratamento dispensado a ela e aos irmãos por sua mãe:

Então, desde cedo eu questionava - obviamente que eu não tinha isso elaborado - **mas eu questionava com minha mãe por que que o tratamento comigo era diferenciado, então por que que ela me chamava pras lides domésticas, para ajudá-la nas lides domésticas? Meus irmãos, não.** Por que que ao brincar na rua, e a gente brincava muito na rua, né? Porque que eu, ela, ela questionava as brincadeiras de menino, de eu participar das brincadeiras com os meninos e eu tinha que estar dentro de casa mais cedo que os meninos. Então tinha uma série de coisas que me incomodavam e eu questionava muito isso a ponto de bater pé mesmo. E tipo, não, eu não vou fazer se tu não chamar os meninos também pra fazer. Ah tu precisa lavar louça, tá bem, quem vai secar? Quem vai guardar? Eu forçava com ela (Grifo meu. Abgail Pereira, p. 02).

O trabalho do cuidado aparece nessas falas das Vereadoras imbricado profundamente com o gênero e representando uma das (muitas) dificuldades que as mulheres enfrentam ao aventurarem-se na política. Isso porque, esse trabalho está engendrado na estrutura social como um atributo natural do que significa performar feminilidade (FEDERICI, 2019). Mesmo que pensemos, por exemplo, numa cadeia de exploração e terceirização do trabalho do cuidado, ainda assim estamos falando de mulheres, via de regra, brancas, cisgêneras e de classe média ou abastadas, transferindo este tipo de responsabilidade para mulheres racializadas (FEDERICI, 2019).

Divisão sexual do trabalho e maternidade, nesse contexto, surgem como elementos que complexificam o que significa o gênero na política para essas mulheres; na forma como elas mapeiam as suas trajetórias durante as campanhas, os obstáculos que estes fatores lhes impõem como candidatas e como parlamentares eleitas.

Outro marcador social da diferença que destaco é a raça que aparece, sobretudo, como uma presença ausente em muitas falas, materializada, em muitos casos, na branquitude que marca a existência de algumas das Vereadoras, a qual é determinante, em muitos casos, tanto para a forma como

as parlamentares performam gênero, quanto para a maneira em que se materializa sua CJ.

Raça, aqui, é compreendida como um termo sociológico e relacional cuja significação está amparada e situada historicamente (MARTINS, 2022). Com Silvio Almeida (2019), defino a raça como um elemento essencialmente político das relações sociais, a partir de dois registros básicos que se cruzam. O primeiro aparece como “característica biológica”, isto é, materializada em algum traço físico, como o cabelo ou a cor da pele, por exemplo. O segundo registro, segundo o autor, é que a raça aparece materializada “como característica étnico-cultural”; é dizer, a identidade racial é associada a algum elemento relacionado à forma de existir, seja ela a origem geográfica, a religião ou determinados costumes culturais.

Correlato ao fenômeno da raça é o do racismo, que, conforme nos ensina Silvio Almeida (2019, p. 22), “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como seu fundamento”, sendo um “constitutivo dos Estados modernos” (ALMEIDA, 2019, p. 54). As consequências dessa operação do racismo é a distribuição sistêmica e desigual das vantagens e das desvantagens sociais a depender do grupo racial ao qual a sujeita é associada.

Luiz Augusto Campos (2017) contribui para o debate sobre o racismo destacando três abordagens que aparecem na análise das teorias sociológicas sobre o tema. São elas: a ideológica, a atitudinal e a sistêmica/estrutural. A primeira, afirma, compreende o racismo como algo intrinsecamente conectado com ideologias, doutrinas e ideias amparadas na concepção de inferioridade de grupos que possuem determinadas características/origens. A abordagem atitudinal, por sua vez, foca em ações, atitudes e práticas de discriminação cuja causa fundante é o racismo. A terceira, por fim, explica o autor, assenta que o racismo assume características mais sistêmicas e estruturais.

A partir dessas três abordagens Campos (2017, p. 12) propõe uma teoria tridimensional do racismo, por meio da qual as três dimensões são ontologicamente consideradas, mas mantidas analiticamente em planos distintos. Nesta senda, o autor destaca que o racismo é, de fato, uma ideologia amparada na pressuposição da diferenciação racial feita a partir de caracterizações positivas e negativas que terão impactos sociológicos na medida que são capazes de de (re)produzir práticas e tratamentos

diferenciados para aqueles que pertencem ao grupo concebido como inferior. Há uma correlação, por conseguinte, entre ideologia e práticas. Essas, por sua vez, têm consequências sistêmicas e estruturais, na medida que se retroalimentam, instituem e promovem práticas amparadas em ideologias de inferioridade racial.

No contexto da modernidade, portanto, nas sujeitas racializadas são projetados diversos ressentimentos e medos. A raça, neste diapasão:

[...] consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total (MBEMBE, 2018).

Dentro deste esquema, também porque aqui já me fiz comprometida em não realizar uma interseccionalidade sem cor, parece impossível falar sobre os processos de racialização sem falar em branquitude. Entendo esta, por sua vez, como “um sistema de poder intrinsecamente articulado com os processos de racialização e constituição subjetiva das pessoas brancas enquanto grupo hegemônico de dominação” (MARCINIK, MATTOS, 2021, p. 04).

O marcador racial surge de maneira mais explícita nas falas das Vereadoras que se apresentaram como mulheres não brancas: Karen Santos - que se declarou negra - e Abigail Pereira - que se declarou parda. A Vereadora Karen, por exemplo, já desde as perguntas iniciais da entrevista, ao conversar sobre a sua trajetória política e seu perfil de eleitoras, já demarca que uma das motivações para sua filiação ao PSOL e sua candidatura para concorrer nas eleições de 2016 foi uma continuidade da sua experiência de militância e de aprofundamento com leituras de intelectuais negras brasileiras e estrangeiras, tais como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, bell hooks e Angela Davis (Karen Santos, p. 03-05).

Neste sentido também prossegue a Vereadora ao pontuar as dificuldades ao entrar e atuar dentro da política institucional, enquanto uma mulher negra:

É óbvio que a gente vai ter muito mais dificuldade de fazer essa disputa da consciência do nosso povo, de que pessoas do tipo nós também somos legítimas e também temos capacidade de exercer essas funções de representação, de figuras públicas.

Então, sim, a gente precisa de mais recursos, porque para nós é mais difícil, até a questão do financiamento, a credibilidade. **A gente tem que mostrar muito mais trabalho.** Até conseguir algum tipo de reconhecimento. Eu acho que as campanhas vêm usando esse tipo de espaço assim, sabe? **E a lei também colocou obrigatoriedade para mulheres e para mulheres negras.** E aí, desde então, a gente vem recebendo um montante cada vez maior. Estar com o mandato também, nossa, nos ajuda muito, porque daí a gente tem os nossos salários, de todas as pessoas que constroem ali e, de certa forma, ajuda muito a gente a estruturar o coletivo. **E o debate do racismo é um debate mais para fora do que para dentro.** Vou te ser bem sincera assim, tem a questão da lei, e é isso sabe (Grifo meu. Karen Santos, p. 06).

Frases como “a gente vai ter muito mais dificuldade de fazer essa disputa de consciência do nosso povo”, “pessoas do tipo nós também somos legítimas e também temos capacidade de exercer essas funções de representação, de figuras públicas” e “a gente tem que mostrar muito mais trabalho” estão inscritas em imagens, discursos e materialidades do racismo estrutural brasileiro. Imagens, como ensina Lélia Gonzalez (2020), de mãe preta, de mulata e de empregada doméstica, que estão estruturalmente associadas no imaginário brasileiro às mulheres negras, e que implicam neste trabalho duplo de que fala a Vereadora: primeiro desconstruí-las, desassociá-las; segundo demonstrar que, de fato, uma mulher negra, uma pessoa negra, pertence ao lugar da representação política. É por isso que “a gente tem que mostrar muito mais trabalho”.

Essas falas da Vereadora Karen Santos aparecem como símbolos de um processo consciente de subjetivação e das opressões e barreiras sociais que são impostas estruturalmente para pessoas negras, e sobretudo para mulheres negras, quando falamos de competição eleitoral. Isso porque, raça, classe e gênero, quando se trata de competição e de representação política, são fatores que têm peso grande no que tange à possibilidade de captar recursos de campanha e de, de fato, ser uma candidata competitiva.

Conforme constatam Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015), candidatos não brancos contam, em média, com 37% menos recursos de campanha do que pessoas brancas. Quando o gênero entra na análise, esses cruzamentos demonstram, em números, o que a fala da Vereadora Karen Santos representa. Segundo apontam os autores, se uma pessoa não branca e mulher têm impactos significativos e dificulta enormemente a possibilidade de uma candidata acessar extratos competitivos da disputa eleitoral (CAMPOS;

MACHADO, 2015, p. 142). Isso porque, ser mulher implica receber 69% menos do que homens no que tange ao financiamento de campanha.

Adicionando a camada de classe, os autores constatam que o cenário fica ainda mais grave, eis que os três fatores revelam, a partir dos modelos apresentados pelos autores, que ser de estratos mais privilegiados economicamente, e possuir, por exemplo, ensino superior e uma ocupação profissional de maior prestígio social é fator que impacta no recebimento médio de duas vezes mais recursos do que aquelas pessoas que possuem empregos tradicionalmente alocados nas classes média ou baixa (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 133).

São camadas de dificuldade que vão sendo impostas e que refletem diretamente nas possibilidades de uma candidata lograr eleger-se. Ser mulher impõe dificuldades. Ser negra impõe uma camada a mais nessa barreira. Ser proveniente de estratos economicamente inferiores adiciona um bloqueio tríplice. É em razão disso que a Vereadora Karen Santos entende que precisa “mostrar muito mais trabalho”.

Na fala da Vereadora Abgail, o seu processo de racialização aparece conectado com o regime de apagamento racial e de branqueamento da história brasileira (BENTO, 2016). Isso porque, ao ser questionada sobre sua identidade étnico-racial, a Vereadora descreve como, em sua certidão de nascimento, ela está declarada como branca. Contudo, quando reflete sobre sua família, relata que seu avô era negro e sua avó “alemoa”, de forma que sua identidade racial e seus traços físicos são “misigenados”, pois ainda que tenha a “tez clara”, seus cabelos são “pixacos”, de forma que ela se enxerga como parda (Abgail Pereira, p. 01).

O marcador racial também aparece na entrevista com a Vereadora Abgail Pereira, a partir do que Grada Kilomba (2019) chama de políticas do cabelo. Isso porque o seu cabelo cacheado, e a sua negação em alisá-lo, aparece como um registro racial de resistência e de identificação com outras mulheres, sobretudo, negras, cujos cabelos são símbolos e instrumentos de consciência política:

Eu lembro numa oportunidade, em cima de um caminhão, num comício, que era muito comício naquela oportunidade. **E aí, uma mulherada, das mulheres negras, puxaram uma palavra de**

ordem para mim quando me chamaram para falar e elas gritavam, que elas gritavam, “abaixa a ditadura da chapinha!”. E eu achei um barato porque foi bem na explosão das chapinhas, dos cabelos alisados e eu com meus cabelos esvoaçantes. Crespo, né? E elas acharam um barato, **porque eu também não sucumbi a esse estereótipo daquela mulher padrão, branca, cabelo liso** (Grifo meu. Abgail Pereira, p. 05).

Esse processo consciente de racialização emerge na narrativa da Vereadora Abgail, outrossim, quando conversamos sobre o financiamento de campanha e a distribuição de recursos dentro do seu partido, o PCdoB. Isso porque, ao disputar a eleição municipal em 2020, também concorria pela mesma agremiação partidária a hoje Deputada estadual Bruna Rodrigues (que exerceu a vereança na Câmara Municipal de Porto Alegre entre 2021 e 2022), que é uma mulher negra. Dentro dos debates internos do partido, relata a Vereadora, foi tomada a decisão de que Bruna iria receber mais recursos em sua campanha:

Eleições 2020. É, nós tivemos uma espécie de concentração de candidaturas e digamos que a Vereadora Bruna, hoje Deputada Bruna, ela recebeu mais recursos do que eu, bem mais recursos do que eu. **Mas, é, eu entendi e foi aceito da minha parte porque ela era a prioridade, porque ela é uma mulher jovem, negra, da periferia. Tem diferença, né, tu eleger uma pessoa assim?** Então foi discutido comigo e foi apresentado. Ela recebeu mais recursos do que eu. Tu veja bem que isso virou lei, isso virou lei, hoje, que também foi outro avanço da legislação, que hoje o cômputo para tu receber valores do Fundo Partidário e tempo de espaço de televisão, é, conta mulheres e negros e negras, conta em dobro. Então foi importante nós ter eleito uma mulher negra, né? (Grifo meu. Abgail Pereira, p. 12).

Essa narrativa aparece dentro de um quadro de reconhecimento, pela Vereadora Abgail, da importância da eleição de alguém como Bruna Rodrigues, uma mulher negra jovem. Sobretudo se considerarmos os dados trazidos por Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2015), acima mencionados, em conjunto com a proposta do partido a que pertencem a Vereadora e a Deputada Estadual.

Das Vereadoras que se declararam como mulheres brancas, somente a Vereadora Mariana Pimentel, em um momento da sua fala, operou um processo consciente de racialização. Isso porque, ao comentar sobre a perspectiva que ela própria traz para a política (comentando sobre a

maternidade), ela afirma que as dores de pessoas que possuem outros marcadores não são por ela sentidas:

Eu tenho que dizer muito não para eventos. Ontem à noite tinha evento, eu não estava, entendeu, porque, poxa, o meu marido está viajando e é a realidade. **Então eu vivo essa, essa realidade que daqui a pouco um homem hétero na Câmara não iria viver. Mas daqui a pouco tem uma realidade que uma mulher LGBT na Câmara vive que eu não vivo, um homem negro na Câmara vive e eu não vivo, entendeu?** (Grifo meu. Mariana Pimentel, p. 10).

O processo de racialização das Vereadoras Cláudia Araújo e Lourdes Sprenger, por outro lado, ocorre explicitamente somente quando estas são questionadas inicialmente sobre suas identidades étnico-raciais. Em nenhum outro momento da entrevista as parlamentares (ambas mulheres brancas) abordam temas relacionados à raça ou ao racismo. Isso também porque essas não são pautas ou plataformas políticas defendidas por elas, de maneira que parece evidente que esse não seja um tema que iria espontaneamente surgir em nossa conversa, sobretudo se considerarmos que esse tema é sistematicamente tratado pela sociedade brasileira como um debate feito por e para as pessoas negras (BENTO, 2016).

Refletir sobre esse registro a partir da interseccionalidade sem cor, permite apreender o fato de que a branquitude, dentro da materialização dos cruzamentos identitários dessas mulheres, existe e as conforma. Contudo, ela é invisibilizada, na medida que “inarticulada como uma posição subjetiva interseccional”⁶⁷ (CARBADO, 2013, p. 817). Ser branca é, justamente, não ter que refletir sobre este fato, não se nomear, não se definir enquanto tal (BENTO, 2016, p. 46). Nomear a branquitude e racializar as pessoas brancas (e refletir sobre a ausência desse processo em suas falas), por conseguinte, é, como proposto por Mara Viveros Vigoya (2008, p. 192), começar a retirá-la deste lugar hegemônico da não marca, da neutralidade, e localizá-la dentro da estrutura do racismo e de suas consequências para as desigualdades sociais.

É desta maneira que a branquitude marca as falas destas Vereadoras. No lugar da neutralidade, na sombra do discurso. E isso tem reflexos para a forma como elas se relacionam com o direito, conforme veremos, sobretudo, no

⁶⁷ Tradução livre. No original: “[...] unarticulated as an intersectional subject position”.

tópico 5.4 que trata sobre a CJ na figura da legalidade enquanto hegemonia e resistência.

O último marcador social da diferença que permeia as narrativas das Vereadoras é o elemento classe. O debate sobre classe dentro do feminismo, em muitas instâncias, perpassa por uma crítica feita sobre o capitalismo e a invisibilidade da exploração das mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2015). Isto é, sobre a maneira como ocorre a incorporação das mulheres nas relações de trabalho em relação à divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017) e à subsequente e progressiva separação entre as tarefas e trabalhos realizados dentro desse sistema binário de diferenciação de gênero, eis que grande parte da força de trabalho brasileira é alocada “fora dos quadros das relações empregatícias capitalistas” (SAFFIOTI, 1979, p. 11), ou seja, o trabalho doméstico (e a sua terceirização para mulheres racializadas).

Este sistema de classe e gênero, como ensina Lélia Gonzalez (2020), fica ainda mais complexo na medida que o interpretamos a partir de um quadro de relações raciais e do racismo. Isso porque, essa estrutura de classes e gênero funciona de maneira a materializar racialmente as pessoas negras em um local sócio-econômico de desvantagem - é o racismo operando. As classes média e alta são praticamente inacessíveis para a população negra brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Quando pensamos sobre o cenário da competição eleitoral, isso se traduz no fato de que, via de regra, pessoas racializadas declaram receitas de campanha substancialmente menores do que pessoas brancas (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 130) e, portanto, pertencem estruturalmente a estratos menos competitivos dos pleitos eleitorais, na medida que há uma relação direta entre esses dois fatores.

O que vemos em termos de raça, classe e gênero, por conseguinte, é a distribuição sistemática e desigual das oportunidades sociais no que tange ao que chamamos e consideramos como “bons empregos”. Na estrutura classista e racista, as mulheres negras são as pessoas para quem o trabalho doméstico e do cuidado é terceirizado. Diferente das mulheres brancas e de classe média, elas nunca precisaram reivindicar pela possibilidade de entrar no mercado de trabalho. Nele sempre estiveram (DAVIS, 2016), seja como trabalhadoras

domésticas, serventes em escolas, hospitais ou supermercados ou “mulatas tipo exportação” (GONZALEZ, 2020).

Mas como a classe aparece dentro do material empírico? Deixo claro que todas as mulheres com quem conversei pertencem a uma determinada classe média de Porto Alegre, todas com ensino superior completo e todas exercem um cargo em que movimentam um certo poder político. Os significados desse pertencimento em termos de classe, contudo, variam significativamente.

Para a Vereadora Abgail Pereira, a classe emerge primeiro como um pertencimento e uma militância no movimento sindical no início da sua carreira política. Neste sentido, a parlamentar integrou os quadros e exerceu a Vice-Presidência de órgãos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Nestas instâncias, o debate das trabalhadoras tensionado pela Vereadora foi bastante interseccionado com o gênero, sobretudo, a maternidade e as dificuldades enfrentadas por estas mulheres:

Eu propus que eu queria o debate sobre creches. Eu já tinha filho naquela oportunidade, meu primeiro filho. E aí eu propus que na pauta do dissídio constasse a questão da reserva de vaga, como existia já na lei. Eu queria que estivessem no dissídio. Uma empresa, para cada 30 mulheres, tinha que ter uma reserva de vaga numa creche. Então a gente começa exatamente pela creche, pela necessidade de termos esse equipamento social tão importante (Abgail Pereira, p. 03).

A classe também aparece na narrativa da Vereadora Abgail conectada com a divisão sexual do trabalho, quando esta enxerga e conceitua o trabalho doméstico não remunerado como trabalho e as que o exercem como trabalhadoras:

E quando eu falo trabalhadoras, eu estou incluindo as chamadas, “donas de casa”, que as donas de casa, como se popularmente se chama, nada mais são do que trabalhadoras do lar, trabalhadoras de dentro de casa, porque são trabalhadoras e nós as enxergamos assim, nós a tratamos assim como trabalhadoras. É um diferencial isso, entendeu? Porque, no geral, se trata, digamos, as chamadas donas de casa como pessoas que não trabalham, é uma categoria que não trabalha, que não tem, e a gente sabe o quanto esse trabalho é embrutecedor, porque tu faz e quase ninguém enxerga, tu só enxerga quando tu não faz. Então um trabalho extremamente

exaustivo e nós enxergamos então a dona de casa como uma trabalhadora de casa. Então um perfil de trabalhadoras que são trabalhadoras da área de serviço, mas que são trabalhadoras também de uma classe média (Abigail Pereira, p. 10).

Na fala da Vereadora Karen Santos, por outro lado, a classe aparece antes como um sistema de dominação social e de exclusão daqueles que são desfavorecidos por ele, sobretudo de determinados espaços. A classe, aqui, figura tanto como força e poder (de excluir), como quanto a ausência deles (de ser excluído). Neste sentido, enquanto ausência, o relato da parlamentar sobre a crescente criminalização da classe trabalhadora e a forma bruta a partir da qual ela foi tratada dentro da própria Câmara de Vereadores quando da votação de projetos de lei que afetam diretamente os seus interesses (Karen Santos, p. 07-08).

Como força e poder de excluir, dentro do esquema da classe enquanto estrutura de dominação, comenta a Vereadora Karen que o poder econômico do Município utiliza aquele espaço institucional para:

[...] dar um ar de legitimidade para as negociações em relação à cidade, em relação às negociações de impostos, em relação aos benefícios, às mudanças do Plano Diretor, porque, querendo ou não, a política na cidade é isso sabe, é os interesses econômicos expressos de formas legais (Karen Santos, p. 09).

A classe enquanto um marcador social identitário, para esta Vereadora, figura como sinônimo de luta contra a opressão social sofrida por aquelas que são marcadas por esta diferença e que, portanto, aparecem no lado mais desfavorecido da balança. Destaco, neste sentido, que o imbricamento de classe e raça são fatores absolutamente relevantes para as chances de uma pessoa ser eleita e poder acessar esse espaço de disputa de poder. Conforme demonstram Luiz Augusto Campos e Carlos Machado (2017) a partir da análise do pleito eleitoral de 2014, as chances eleitorais de pessoas pretas e pardas são menores do que a de pessoas brancas por fatores relacionados à origem de classe, ao acesso aos recursos de campanha e a estruturas partidárias competitivas. E isso se reflete para além da arena eleitoral. Essas barreiras são simbolizadas também naqueles que têm acesso (físico) à Câmara de Vereadores, como vemos nas falas da Vereadora Karen Santos.

Para a Vereadora Mariana Pimentel, por outro lado, a classe surge como um elemento do seu lugar de fala, do seu processo subjetivo de identificação. Com a sua eleição e a assunção do seu primeiro mandato como Vereadora, a parlamentar reconhece que o seu pertencimento a uma classe média da cidade impõe imensos desafios. Isso porque, considerando que a sua maior bandeira no cargo é a educação, o seu posicionamento de classe coloca-a em um lugar de privilégio, no qual tanto ela quanto seus filhos estudaram em instituições privadas de ensino. Conforme narra, esta não é a realidade do Município de Porto Alegre. Por esta razão, a Vereadora percebeu a necessidade de visitar um grande número de escolas durante o primeiro ano de vereança, com o objetivo de conhecer a realidade da educação municipal (Mariana Pimentel, p. 03 e 06). Foi, nesse sentido, o cruzamento de gênero e classe de colocaram a Vereadora nesse caminho e com esse propósito.

Propus-me, na leitura e no contato com o material empírico, deixar que ele falasse comigo, não definindo de antemão quais os marcadores sociais da diferença que seriam meu objeto de estudo - com exceção do gênero, já que este foi demarcado já na largada, porém esperando que este pudesse, simplesmente, não aparecer como um tema proeminente das entrevistas, o que, entretanto, não foi o caso. Neste cenário, pretendi neste tópico demarcar e realizar um aprofundamento teórico, com amparo no material empírico, dos MSD que conversaram comigo na análise: gênero, raça e classe.

Com exceção da maternidade, que surgiu como operadora da diferença, percebo que o trinômio "clássico" da análise interseccional - gênero, raça e classe - (HIRATA, 2014) foi a pedra fundante das narrativas compartilhadas comigo. Com isso, ofereço uma breve reflexão final sobre os MSD e a política da presença (PHILLIPS, 1995).

Foram diversos os marcadores que não surgiram nas conversas com as Vereadoras. Dentre eles, por exemplo, a sexualidade e a cisgeneridade. Observo que todas as entrevistadas são mulheres cisgêneras e heterossexuais. Estes MSD, por conseguinte, não fazem parte do vocabulário dos seus cruzamentos identitários. Isso porque estão inseridos dentro de um sistema social cis-heteronormativo. A norma, nesse contexto, passa invisível no regime de inteligibilidade de si.

É por esta razão que uma política de presença é relevante. Importa quais ideias são representadas por quem. As ideias não podem ser separadas da presença.

5 O DIREITO E A CONSCIÊNCIA JURÍDICA DAS VEREADORAS DE PORTO ALEGRE

Como forma de introduzir a leitora ao caminho que percorri para realizar as análises aqui apresentadas, inicio este capítulo contando a história do caminho desta investigação e dos respectivos desafios para executá-la. O primeiro deles foi a submissão do projeto de pesquisa à avaliação ética, com todos os seus meandros burocráticos respectivos. Uma vez aprovado pelo CEP-UFRGS, foram enviados, via e-mail institucional listado no site oficial da Câmara, os convites de participação para todas as Vereadoras da Câmara de Porto Alegre. Todos os e-mails foram enviados no dia 11/07/2022.

Neste primeiro momento, obtive respostas das Vereadoras Lourdes Sprenger, Karen Santos, Mariana Pimentel, Laura Sito. A primeira entrevista realizada ocorreu virtualmente com a Vereadora Lourdes Sprenger, no dia 19/07/2022. A segunda, presencialmente com a Vereadora Mariana Pimentel, também no dia 19/07/2022. Nesta oportunidade, uma vez que compareci presencialmente à Câmara de Vereadores, aproveitei a oportunidade para entregar os convites de forma presencial, em cada gabinete.

Aqui, saliento que ao comparecer ao gabinete da Vereadora Fernanda Barth, do PODE, de direita, ao ver o convite, a assessora que conversou comigo me informou que havia lido o convite enviado por e-mail, mas que o trabalho não era “muito a pauta” da Vereadora, o que me levou a tomar esta resposta como uma negativa sutil à entrevista. Por outro lado, em decorrência dessa ida presencial à Câmara, consegui agendar mais duas entrevistas, com as Vereadoras Cláudia Araújo e Karen Santos. A primeira ocorreu presencialmente, no dia 20/07/2022, já a segunda, virtualmente, no dia 26/07/2022.

Ao entregar o convite pessoalmente junto à assessoria da Vereadora Comandante Nadia, todos os funcionários foram verdadeiramente muito solícitos comigo. Questionaram-me, contudo, se a pesquisa teria algum caráter ideológico. Alguns dias depois deste episódio eu recebi um e-mail da equipe da Vereadora me comunicando que, em razão do processo eleitoral de 2022 que se aproximava, a Vereadora não possuía agenda para me atender. Passado o processo eleitoral, reiterarei via e-mail o convite, porém a resposta permaneceu

sendo negativa. Ressalto que a Vereadora Comandante Nadia é filiada ao Partido Progressista (PP), reconhecida defensora do ex-Presidente Jair Bolsonaro, e, portanto, de posicionamento político de direita.

Conforme mencionado acima, as primeiras 4 entrevistas ocorreram no mês de julho de 2022. Após isto, eu logrei mais duas confirmações de entrevistas, com as Vereadoras Laura Sito e Daiana Santos. Ambas tinham sido agendadas para após o período eleitoral, porém as duas foram desmarcadas pelas assessorias das Vereadoras, em razão das agendas tumultuadas das legisladoras no período de final de ano e do fato de que foram eleitas para outros cargos eletivos. Em decorrência disso, não logrei entrevistar estas duas Vereadoras, enquanto estas ainda exerciam o cargo no Poder Legislativo municipal.

A assessoria da Vereadora Bruna Rodrigues, já após o processo eleitoral de 2022, questionou se a Vereadora poderia responder o questionário por escrito, o que não se fez possível, uma vez que adotei a entrevista como técnica de pesquisa. Também em razão do final do ano e da agenda complicada da Vereadora, não foi possível agendar a entrevista no ano de 2022. Esta Vereadora também foi eleita para outro cargo eletivo. Registro que não obtive qualquer tipo de resposta ou manifestação por parte da assessoria das Vereadoras Monica Leal e Tanise Sabino, ainda que o convite tenha sido reiterado via e-mail.

Em 2023, em decorrência da eleição para outros cargos por parte de algumas Vereadoras, tomaram posse novas pessoas para os cargos deixados vagos. Entre elas, está a agora Vereadora Abgail Pereira, do PCdoB. Em fevereiro de 2023, foi enviado convite para a Vereadora para participação na pesquisa, o qual foi aceito e a entrevista realizada presencialmente em 5 de abril de 2023.

Antes do pleito de 2023, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre contava com 11 Vereadoras. Após a eleição, este número foi reduzido para 9, uma vez que as então Vereadoras Bruna Rodrigues, Daiana Santos e Laura Sito foram eleitas para outros cargos junto às Câmaras federal e estadual.

Sumarizado na Tabela 6 abaixo, a leitora pode encontrar as Vereadoras, seus posicionamentos no espectro político, seus partidos, e as respectivas respostas em relação à (não) concessão da entrevista.

Tabela 7 - Relação de Vereadoras e respostas

Nome	Partido	Posição política	Resposta
Bruna Rodrigues	PCdoB	Esquerda	Negativa por motivos de agenda - eleita para outro cargo
Cláudia Araújo	PSD	Centro	Positiva
Comandante Nádia	PP	Direita	Negativa
Daiana Santos	PCdoB	Esquerda	Negativa por motivos de agenda - eleita para outro cargo
Fernanda Barth	PODE	Direita	Negativa tácita
Karen Santos	PSOL	Esquerda	Positiva
Laura Sito	PT	Esquerda	Negativa por motivos de agenda - eleita para outro cargo
Lourdes Sprenger	MDB	Centro	Positiva
Mariana Pimentel	NOVO	Centro	Positiva
Monica Leal	PP	Direita	Sem resposta
Tanise Sabino	PTB	Direta	Sem resposta
Abgail Pereira	PCdoB	Esquerda	Positiva

Fonte: elaboração própria

Destaco, dentro das minhas observações sobre essa etapa inicial da pesquisa, que todas as Vereadoras que concordaram em me conceder entrevistas, ainda que ao final não tenha sido possível, como no caso das Vereadoras Bruna Rodrigues, Daiana Santos e Laura Sito, são ou do espectro político de centro ou de esquerda. Como se pode apreender da Tabela 3, nenhuma das Vereadoras classificadas como de direita concordou em conversar comigo, sendo que algumas delas sequer responderam ao convite.

Feitas essas considerações iniciais, relativas ao meu processo de abordagem das potenciais participantes, passo a explicar os processos de entrevista. Os encontros ocorreram tanto de forma presencial quanto virtual, via plataforma Zoom. Se a entrevista ocorreu presencialmente, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) deu-se de forma física. Por outro lado, se o encontro ocorreu na modalidade virtual, a assinatura do TCLE deu-se por meio da plataforma Docusign, mediante o envio do link ao e-mail informado pela participante.

Antes de iniciar as entrevistas, busquei explicar às Vereadoras o conteúdo do TCLE de maneira a informá-las sobre quaisquer eventuais riscos e benefícios decorrentes da pesquisa. Os encontros duraram entre 53 minutos e 1 hora e 30 minutos, totalizando 84 páginas de transcrição, sendo este o meu *corpus* empírico.

Destaco, neste ponto, que inicialmente a proposta de pesquisa que foi aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS continha item relativo à anonimidade dos dados das participantes. Após a banca de qualificação, no entanto, me foi solicitado pelas professoras avaliadoras que esta previsão fosse repensada e revista, o que foi devidamente feito, tendo uma emenda ao projeto (retirando a anonimidade do local onde foi realizada a pesquisa e dos nomes das participantes) sido submetida ao CEP-UFRGS e devidamente aprovada.

Diante disso, entrei em contato com as participantes que já haviam sido entrevistadas para questionar se concordariam com a divulgação de seus nomes no trabalho e para nova assinatura do TCLE revisado. Todas concordaram com a divulgação de seus nomes e assinaram novos Termos de Consentimento.

Feitas estas considerações sobre meu caminho para realização das entrevistas, desejo também tecer algumas considerações sobre o meu acesso à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, sobre a maneira como me coloquei e como fui tratada pelas assessorias e pelas Vereadoras. Essa breve narrativa, destaco, faz parte de uma reflexão sobre o que significa, na prática, estar no meu lugar de fala.⁶⁸

⁶⁸ Agradeço aqui à Professora Vi Grunvald por sua contribuição na banca de qualificação ao me questionar o que, de fato, significa falar a partir da minha perspectiva situada.

No que concerne às idas presenciais na sede da Câmara, tanto para as três entrevistas presenciais, quanto para o acompanhamento de duas sessões plenárias, o meu ingresso, assim como meu trânsito pelo local, se deram sem quaisquer complicações. Ao contrário, todos os servidores foram absolutamente solícitos comigo e, na segunda vez que cheguei ao balcão de ingresso de pessoas externas, a funcionária sequer me questionou o que eu iria fazer naquele espaço (ao contrário da primeira vez, quando fui questionada).

Essa facilidade me impele a refletir sobre o meu posicionamento enquanto pesquisadora. Conforme expus nas sessões iniciais deste trabalho, o meu posicionamento no mundo e os marcadores sociais que atravessam a minha experiência corporificada estão relacionados com a ausência de problemas no que toca ao meu ingresso dentro do espaço físico da Câmara de Vereadores.

O fato de eu ser uma mulher branca, de classe média (o que vem simbolizado tanto nas roupas que eu estava usando, quanto no fato de que eu cheguei no meu próprio carro ao local), cisgênera, com nível superior de educação formal (afinal cheguei e tive acesso àquele lugar enquanto pesquisadora) evidentemente me fizeram, quase de forma automática, pertencer àquele espaço. Eu fui ali uma presença comum, esperada, ainda que, por se tratar de uma instituição pequena, na qual todos se conhecem, era sabido que aquele não era o meu local de trabalho.

Penso, em contraste à minha vivência, a relatada pela Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), cuja experiência como mulher negra foi de racismo ao ter sido barrada inúmeras vezes, inclusive em sua própria posse, ao entrar na Câmara Federal, seu local de trabalho, em decorrência de suas tranças e de seu turbante.⁶⁹

Reflico também sobre o contraste da minha própria experiência no acesso à Câmara de Vereadores com relação àquela relatada pela Vereadora Karen Santos sobre o acesso dos trabalhadores às sessões plenárias:

⁶⁹

Disponível

em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/11/20/interna_politica,1324381/taliria-petrone-relata-racismo-na-camara-fui-barrada-na-minha-posse.shtml. Acesso em: 23 jan. 2023.

A gente viu ali a derrota dos rodoviários, dos cobradores, dos trabalhadores da Carris, dos municipais também. E a forma com que eles foram tratados dentro da Câmara, tanto por parte dos Vereadores, de uma forma extremamente desrespeitosa, quanto também a presença da guarda, da ROMU, né. Trancar eles, muitos não conseguiram nem acessar o plenário. A desculpa da pandemia nesse sentido. Então eu percebo que a Câmara está ainda mais anti-democrática e mais antipovo do que nunca. (Karen Santos, p. 08-09)

Aparece aqui, na comparação entre o relato e a minha vivência pessoal nas idas à sede do Poder Legislativo municipal, um recorte muito forte de classe que se desvela no tratamento recebido pelos trabalhadores que estavam sendo diretamente afetados pela legislação que estava sendo aprovada pela Câmara de Vereadores, e que foram vistos pela Presidência da Câmara como uma ameaça à “ordem” (daí se explica a presença da guarda municipal e da ROMU mencionada pela Vereadora) e aos trabalhos do dia.

Reflito também sobre a diferença do que eu vivi nessa minha interação com a instituição em que fiz a minha investigação em relação à experiência relatada por Carla Akotirene (2020b), na mesma posição que eu, isto é, enquanto pesquisadora, sobre sua inserção em campo junto ao Conjunto Penal Feminino de Salvador, sobretudo no que a intelectual fala sobre suas interações com as servidoras da instituição, os sentimentos sentidos e as reações geradas, tais como o “tom de desaprovação”, o “silêncio”, a “acidez institucional” e o “repertório de antipatias”, todos ancorados, como explica a autora, no emaranhado identitário a partir do qual ela se apresenta enquanto tal: uma mulher negra, trabalhadora, cuja identidade estética é afrocentrada (AKOTIRENE, 2020b, p. 132).

Eu, contraposição, a partir da minha posição de mulher cisgênera, branca, bem vestida e pesquisadora desinteressada, não representei para nenhuma dessas sujeitas que controlam o acesso aquele local qualquer tipo de ameaça. Depois da primeira vez que eu ingressei de carro no estacionamento da Câmara (ocasião na qual eu deliberadamente parei e perguntei ao segurança como eu devia proceder), eu sequer fui parada ou questionada pelos funcionários que cuidam da entrada e saída de veículos. Minha branquitude e meu status de classe (evidenciado no veículo que eu dirigia) assegurando meu “direito” de estar e de pertencer aquele lugar. De passar pela porta da frente (quase) sem qualquer questionamento.

No que concerne ao meu próprio posicionamento em relação às entrevistas, busquei, na maior medida do possível, me adaptar ao que eu já sabia de antemão sobre a entrevistada, para um melhor estabelecimento de conexão entrevistadora-entrevistada. Nesse sentido, por exemplo, ao entrevistar as Vereadoras de centro, tentei me adaptar visualmente ao papel normativo que se espera de uma profissional do direito. Usei, então, roupas formais, como blazers e calças de alfaiataria pretas, alisei os cabelos e optei por usar bolsas de couro, ao invés de uma mochila ou uma ecobag. Todas as Vereadoras de centro, inclusive Lourdes Sprenger, que entrevistei virtualmente, me atenderam em seus gabinetes junto à Câmara de Vereadores.

Ao entrevistar as duas Vereadoras de esquerda, por outro lado, me vesti como normalmente faço, usei um macacão ou calça jeans, com uma blusa e tênis e usei meus cabelos naturalmente cacheados. Desta vez, dispensei a bolsa de couro e fui com uma ecobag ao encontro.

A entrevista com a Vereadora Karen Santos, destaco, foi a que teve um caráter mais informal, por assim dizer. Uma vez que nos encontramos virtualmente, a Vereadora me atendeu da sua própria casa, enquanto arrumava suas unhas e atendia sua cachorra (que foi uma participante ativa na entrevista). Ela também fez algumas piadas ao responder aos meus questionamentos, o que tornou a condução da entrevista bastante mais fácil no que toca ao estabelecimento de uma conexão entre nós.

Todas as Vereadoras foram extremamente gentis, bem humoradas e demos várias risadas ao longo de nossos encontros. As entrevistas com as Vereadoras Cláudia Araújo e Abgail Pereira foram acompanhadas de uma ou de duas assessoras.

No que concerne ao tratamento que recebi das assessorias das Vereadoras, nos contatos iniciais, via Whatsapp ou e-mail, todas foram muito solícitas. Na entrevista presencial com a Vereadora Mariana Pimentel, esta me atendeu tão logo cheguei, de forma que eu tive pouca ou quase nenhuma interação com a assessoria, fora as introduções formais que foram realizadas pela Vereadora. Da mesma forma com a Vereadora Abgail Pereira. Contudo, uma vez que a nossa entrevista foi acompanhada por duas assessoras, eu pude interagir e observar a interação entre elas um pouco melhor.

Na entrevista presencial com a Vereadora Cláudia Araújo, contudo, em decorrência de um atraso de cerca de 40 minutos, eu tive a oportunidade de conversar com as assessoras, que me convidaram a sentar entre elas, fizeram várias perguntas sobre a minha investigação e inclusive ofereceram recomendações de outras pessoas com quem talvez eu tivesse interesse em conversar que trabalham na Câmara.

Elenco, na Tabela 8 abaixo, os dados compilados das Vereadoras entrevistadas.

Tabela 8 - Vereadoras entrevistadas

Vereadora	Abgail Pereira	Cláudia Araújo	Karen Santos	Lourdes Sprenger	Mariana Pimentel
Gênero	Mulher cisgênera	Mulher cisgênera	Mulher cisgênera	Mulher cisgênera	Mulher cisgênera
Sexualidade	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Idade	62 anos	54 anos	33 anos	70 anos	36 anos
Raça/etnia	Parda	Branca	Preta	Branca	Branca
Pessoa com Deficiência	Não	Não	Não	Não	Não
Naturalidade	Caxias do Sul	Porto Alegre	Porto Alegre	Gravataí	Rio de Janeiro
Estado civil	Casada	Divorciada, em união estável	-	Casada	Casada
Filhos	2 (30 e 38 anos - homens)	2 (22 e 29 anos - um homem e uma mulher)	Não	1	2 (3 e 6 anos - um homem e uma mulher)
Escolaridade	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo	Superior completo
Área de formação	Psicopedagogia	Gestão pública	Educação Física	Ciências Contábeis	Administração
Modalidade entrevista	Presencial	Presencial	Virtual	Virtual	Presencial

Posicionamento político	Esquerda	Centro	Esquerda	Centro	Centro ⁷⁰
--------------------------------	----------	--------	----------	--------	----------------------

Fonte: elaboração própria

Explico, então, como procedi à divisão dos tópicos a seguir apresentados. No primeiro, que nomeei como “o direito como insuficiência”, reflito sobre como meus instintos iniciais sobre o que eu encontraria nas entrevistas foram desconstruídos. Isso porque, baseada na revisão de literatura que realizei sobre a CJ, assim como sobre a interseccionalidade, eu imaginava que o direito seria instrumentalizado pelas Vereadoras (sobretudo as de esquerda, que conformam a oposição da Câmara) como parte estratégica de sua atuação enquanto tal. Esse instinto inicial, contudo, foi desmantelado pelas falas das Vereadoras, seja porque elas abriram mão de alguns direitos na contramão das minhas expectativas, ou porque elas observam que esses mesmos direitos precisam ser amparados por estruturas sociais mais abrangentes, uma vez que não dão conta da demanda gerada pela desigualdade social que lhe deu lugar em primeiro lugar.

Chamei o segundo tópico de “o papel de fiscalizadoras” na medida que, aqui, demonstro a maneira como a CJ das entrevistadas se manifesta sobremaneira no exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo. Neste sentido, aparece de forma bastante proeminente na fala de várias das entrevistadas que o que elas fazem muito em seus cotidianos não é tanto produzir legislação, mas sim tentar assegurar que aquela que já existe seja devidamente cumprida, sobretudo, pelo Poder Executivo municipal.

Finalmente, no tópico intitulado “a legalidade enquanto hegemonia e resistência”, examino como a legalidade permeia as narrativas das participantes ora como uma ferramenta de produção de hegemonias ou de

⁷⁰ No que toca ao enquadramento político-ideológico da Vereadora Mariana Pimentel penso ser necessário tecer três considerações. A primeira é que eu adotei como critério classificar politicamente as Vereadoras a partir das suas próprias falas e a Vereadora Mariana expressamente se qualificou (e o partido ao qual ela é filiada, o NOVO) como sendo de centro. A segunda consideração que eu faço é que, pessoalmente, eu discordo desta afirmação na medida em que tanto o partido NOVO quando a própria Vereadora possuem pautas e votam em conjunto (muitas vezes sem restrições) com governos e propostas destacadamente de direita e de extrema direita. A terceira, finalmente, é que eu optei por, a despeito desta crença pessoal (e ressaltar: de muitas avaliadoras da minha banca, inclusive da minha própria orientadora), manter o critério da autoclassificação e enquadrar a Vereadora Mariana como de centro.

resistências. Isto é, de reforço e estabilização de estruturas sociais excludentes, ou ainda, de mobilização estratégica das ferramentas providas pelo direito.

5.1 O direito como insuficiência

No presente tópico, quero apresentar à leitora uma reflexão sobre como as expectativas iniciais referentes a como o direito iria aparecer nas entrevistas foram refutadas pelas falas das Vereadoras. Isso porque inicialmente apresentei como hipótese desta pesquisa que “as intersecções identitárias que marcam as experiências vividas e corporificadas das Vereadoras ao transitar pela Câmara de Vereadores são fatores fundamentais para a forma como expressam sua consciência jurídica. Isso porque, ao se depararem com uma instituição que não foi feita para que seus corpos a habitem, as Vereadoras poderiam instrumentalizar o direito para que ele as sirva, mobilizando seus recursos e habilidades, individuais e coletivos, tanto em seus discursos e ações, como em termos de judicialização estratégica de determinadas pautas. Os marcadores sociais, nesse sentido, serão determinantes para que elas tenham uma postura estratégica em relação ao direito.”

A hipótese inicial está amparada na expectativa que as Vereadoras utilizariam o direito como uma ferramenta proeminente na sua atuação enquanto tal, sobretudo considerando o ambiente da Câmara como um lugar de não pertencimento para estas mulheres. Ocorre, contudo, que isso não se provou verdadeiro, na medida que a legalidade, quando apareceu nos discursos das entrevistadas, é narrada como uma insuficiência.

Destaco também que essa hipótese foi desenhada a partir de uma perspectiva em que o direito é observado como uma ferramenta estratégica. Ele aparece dessa forma, por exemplo, nas pesquisas que Chua e Engel (2019) colocam dentro da escola da Mobilização. Estes estudos buscam compreender de que maneira o direito é empregado para transformar a sociedade - o direito como uma ferramenta a serviço da justiça e de grupos sociais marginalizados. Na minha hipótese, por sua vez, partindo do pressuposto que, por serem mulheres Vereadoras, e, portanto, pertencentes a um grupo social marginalizado dentro daquele ambiente institucional, a

expectativa era que o direito seria instrumentalizado pelas Vereadoras para que elas pudessem transitar pelo ambiente político de forma estratégica. Entendendo esse transitar como o avançar de suas propostas, seja por meio da aprovação de legislação ou do problematizar, chamar atenção e provocar mobilização social sobre determinadas pautas.

A expectativa era que o direito seria instrumentalizado pelas Vereadoras para que elas pudessem navegar no ambiente político de forma estratégica ao menos em três temas específicos que subjazem sua condição de representantes de cargos eletivos no sistema político brasileiro: a trajetória política para chegar ao cargo, a relação com o partido e o financiamento das campanhas eleitorais.

Isso porque, nessas três esferas, conforme vimos no tópico dedicado à análise do sistema político e da legislação eleitoral no pós-88 (3.2), existem mecanismos jurídicos específicos voltados a fomentar a participação política das mulheres enquanto candidatas. Notadamente: cotas eleitorais de gênero e reserva de recursos e de tempo de rádio e televisão proporcional ao número de candidatas (observada também a proporcionalidade entre mulheres brancas e negras).

Há, dessarte, uma relação mais explícita entre a legalidade e a experiência de uma Vereadora no que tange à sua trajetória política, relação partidária e o financiamento de sua campanha eleitoral. O que eu esperava, então, era escutar sobre como a legalidade se engendra neste tópico (de forma mais ou menos espontânea e explícita). O que aconteceu, entretanto, foram narrativas sobre como o direito falha ao que se propõe.

Nomeei, assim, este tópico de “o direito como insuficiência” na medida que este apareceu, bastante explicitamente, desta forma: como algo que é positivo, mas que não é inteiramente capaz de promover a mudança que se propõe.

Noto, no ponto, que me pareceu bastante curioso que, na perspectiva geral das entrevistas, a legalidade passou bastante ao largo nas respostas, sobretudo naquelas que eram mais direcionadas a inquirir sobre o cotidiano das Vereadoras. A legalidade surge mais bem pontuada quando elas foram questionadas mais diretamente sobre seu engajamento com o direito e as instituições jurídicas. Reflito que isso pode se dar pela maneira como formulei

as questões. Contudo, a minha intenção era, justamente, ver se espontaneamente o tema apareceria nas narrativas das Vereadoras. Segundo afirma Cowan (2004, p. 938), esses silêncios sobre o direito e a legalidade podem ser observados como partes tão poderosas de uma narrativa quanto o que, ativamente, está sendo afirmado sobre o direito e interpretado enquanto consciência jurídica.

Nesse sentido, penso, por exemplo, que as entrevistadas são todas mulheres que participam ativamente na política institucional, em cargos eletivos. Assim, quando a primeira pergunta do questionário foi dirigida a elas (sobre a trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora e sobre o seus percursos de campanha) eu esperava, minimamente, que a questão do financiamento das campanhas e a legislação (art. 10, §3º da Lei das Eleições - 9.504/97) que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a determinar, no âmbito da ADI 5617, que ao menos 30% dos recursos do FP deveria ser direcionado ao financiamento das campanhas de mulheres, ou ainda que a EC 117/2022 aparecesse com algum destaque - ou ao menos os problemas relacionados a esse tema.

Minha expectativa em relação a esta pergunta deu-se, sobretudo, em razão da existência de uma vasta literatura sobre o tema da participação política das mulheres e as condições da disputa eleitoral, o que inclui o recrutamento e o financiamento das campanhas, mormente quando pensamos em cargos cuja disputa dá-se pelo sistema proporcional, ou seja, o Poder Legislativo em geral, com exceção do Senado Federal. Como apontam Sacchet e Speck (2012), a partir de entrevistas realizadas com candidatas, um dos fatores mais apontados foi justamente o desequilíbrio de recursos para financiar as campanhas de mulheres e homens, até porque, no Brasil, há uma alta correlação entre recursos para o financiamento de uma campanha e o sucesso eleitoral (SACCHET, SPECK, 2012, p. 422).

Ainda sobre o financiamento das campanhas eleitorais, o Relatório Final Democracia e Representação nas Eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero (BARBIERI, RAMOS, 2019, p. 66), da FGV/SP, aponta que, no pleito de 2018, no que toca às candidaturas de mulheres para as eleições proporcionais, a despeito da legislação eleitoral e da decisão do Supremo Tribunal Federal, a ambígua regulamentação sobre o

tema feita pelo Tribunal Superior Eleitoral permitiu que várias agremiações partidárias evadissem essas regras no que toca às candidaturas proporcionais, empregando os recursos em mulheres que disputavam cargos majoritários (sobretudo como vices e suplentes). Segunda aponta o estudo, considerando-se somente as eleições proporcionais, cerca de 62% (em relação ao FEFC) e 58% (no que toca ao FP) das agremiações partidárias não teriam cumprido com a determinação de aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos oriundos do FEFC e do FP em candidaturas de mulheres.

Ademais, destacam Sacchet e Speck que, quando se trata de cargos proporcionais, há uma evidente assimetria no recrutamento de candidatos homens e de candidatas mulheres (a regra prevista no §3º do art. 10 da Lei das Eleições - a norma dos 30% de candidatas mulheres -, afinal de contas, não vem de lugar nenhum). Nesse sentido, conforme salientam Clara Araújo e Doriam Borges (2010, p. 343), a lei de cotas é um motivo relativamente frequente para que os partidos convidem candidatas mulheres a apresentarem-se nos pleitos eleitorais. A legalidade, nesse contexto, faria parte do panorama de incentivos para que as Vereadoras concorrem nas eleições.

O aspecto do financiamento no que toca às condições da disputa eleitoral, assim como a relação entre a legislação eleitoral das cotas de gênero como motivo do recrutamento eleitoral, por conseguinte, seriam fatores importantes para o percurso de campanha e foram essas observações que levaram às minhas expectativas iniciais em relação a essa pergunta do questionário.

Em sua maioria, no entanto, a não ser que diretamente questionadas sobre esta legislação e decisão do STF, esse aspecto da legalidade não apareceu de forma proeminente nas falas das Vereadoras.

Para a Vereadora Mariana Pimentel, por ser esta filiada ao partido NOVO, vinculado a uma perspectiva liberal, isso ocorre porque no estado do Rio Grande do Sul, a agremiação partidária não usa recursos públicos para financiar as campanhas de seus candidatos, sem fazer distinções de gênero:

Então, vamos lá, o partido NOVO não o não usa o fundo eleitoral, o fundo. E daí, nessa época, o partido ainda tem visões dúbias da questão dessa utilização tá?
[...]

E daí o partido criou uma série de dinâmicas que, com o dinheiro que eles conseguiram captar de investidores, de, tipo assim, se a Mari atingir tantos *leads*, se ela entregar isso, isso e isso, **mas eu tava que nem os homens, entendeu?** Então não foi uma coisa, eram metas entendeu? **Então, tipo, eu era igual o cara do lado, entendeu?** Se eu tivesse tantas curtidas, o maior engajamento nas redes, se eu tivesse entregado isso, aquilo. Era tipo gincana entendeu? Então não era diferente. **Então nós, mulheres, não tivemos nenhuma diferencial no partido, nem na parte de fundo eleitoral e nem na parte de até depois agora**, hoje o partido ainda não utiliza dinheiro no Rio Grande do Sul (Grifo meu. Mariana Pimentel, p.04).

O que o partido fez, ao invés de usar a verba do Fundo Partidário para financiar as campanhas de suas candidatas, foi, após o pleito eleitoral, fazer propagandas sobre mulheres na política:

Depois que terminou as eleições a gente gastou um valor pra questão de, de fazer uma propaganda sobre mulheres na política, com todas, não só comigo que fui eleita, mas com várias mulheres que foram protagonistas. Então a gente não fez. Eu não tive dinheiro diferente, então eu não tive dinheiro do fundão. Todo meu dinheiro foi coletado de investidores, entendeu, de pessoas que apoiaram (Mariana Pimentel, p.04).

Nesse sentido, também a resposta da Vereadora Cláudia Araújo, que, quando questionada sobre o tema dos 30% e a decisão do STF, afirmou ter aberto mão dos recursos, sem, contudo, ter dado maiores explicações das suas motivações para tê-lo feito.

A Vereadora Lourdes Sprenger, por sua vez, ainda que não tenha falado explicitamente sobre a legislação e a decisão do Supremo, foi uma das entrevistadas que falou bastante sobre as dificuldades concernentes ao gênero na relação com seu partido (MDB) e o financiamento e apoio que recebeu da agremiação, mormente na primeira vez que se apresentou como candidata a Vereadora, no ano de 2012:

A partir daí eu acho que eu fiquei muito conhecida aqui na região e fui convidada em 2012 para formar um grupo de 15 mulheres. Que o partido, o meu partido é o 15? O número é o 15. E **esse número de 15 mulheres se dão, assim, na época não davam vaga, os candidatos homens né. Não tinha essa proporcionalidade de hoje** e nós entramos e era assim: tu vai ter comitê, vai ter carro, vai ter auxílio. E no decorrer da caminhada as minhas amigas começaram a recuar. **Não tinha nada, só tinha para os homens. Era muito discriminatório.** Passava e via que aqueles candidatos novos todos tinham o comitezinho, o carro locado na frente e nós a pé (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 02).

Em sua fala, a Vereadora Lourdes observa que a falta de incentivo e a disparidade no tratamento entre mulheres e homens por parte do seu partido é um fator bastante determinante para que suas companheiras fossem desistindo das candidaturas ao longo das campanhas:

Então o pessoal foi desistindo assim, no sentido de, das caminhadas. E eu continuei. Além das redes sociais, que o voluntariado me auxiliava, eu levava material, eu não tinha ninguém. Quando chegou 15 dias antes das eleições, eu disse “eu não quero mais, eu vou sair”, “não, mas isso não existe, isso prejudica o partido, não pode desistir”. Aí nos deram o motorista para fazer o rodízio de 15 mulheres. Imagina! (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 02).

Lembro à leitora que a Vereadora aqui estava conversando comigo sobre o começo de sua carreira política no ano de 2012, quando ainda não havia obrigação jurídica de aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Partidário em campanhas de mulheres, uma vez que a decisão do STF na ADI 5617 passou a valer somente a partir do pleito de 2018 (BRASIL, 2019b). Algo bastante interessante que aparece na fala da Vereadora Lourdes sobre os recursos para campanhas eleitorais é a maneira como os partidos “burlam” as regras eleitorais na medida que, muitas vezes, repassam as verbas em momento muito próximo ao dia do pleito:

Enquanto Vereadora ajuda nas campanhas. Claro que ajuda, mas aí tu não coloca tanto recurso teu né? Privado. Porque hoje não tem doação. Eu nunca tive, mesmo doação de, assim dizer, de empresário que bancou minhas candidaturas não. Eu sempre banquei as campanhas, parcela, a gente faz, faz muita coisa. Veio os recursos, auxiliou sim, é claro que auxiliou, porque aí tu pode fazer mais material, tu pode circular mais né, mas assim, de motivar as mulheres não, porque cada mulher, por exemplo, a federal, cada mulher dá três vagas e traz votos também, **auxiliou bastante no sentido que tu não antes não te motivava a ir, porque era uma barreira tão difícil de ultrapassar e com recurso hoje até ajuda.** Mas nós temos outras questões e nós, não vou dizer de quem foi ou de quem é ou de que partido. **O recurso vem e eles te entregam na última semana. E aí? Aí tu não pode esperar. Aí tu vai gastar onde?** Em rede social na última semana? (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 05)

Vejo, no ponto, a narrativa da Vereadora Lourdes expressando a consciência jurídica da insuficiência do direito na intersecção direta que ela faz com o marcador de gênero. Perceba-se que ela reconhece a legalidade como

insuficiência nas entrelinhas da sua fala, na medida que há o reconhecimento de que o direito existe para tentar “corrigir” as barreiras criadas pelo gênero na disputa eleitoral. Ele não é o bastante, contudo, justamente porque os partidos encontram formas de burlar os efeitos concretos que ele almeja.

Também aparece na narrativa da Vereadora Abgail Pereira um relato sobre como essas normas tentam ser burladas por alguns partidos na maior medida possível, instruindo as mulheres a apresentarem-se aos pleitos para cumprir a cota eleitoral dos 30% de candidatas, mas que estas não concorram efetivamente. Isto é, que se apresentem como laranjas:

E muitas mulheres laranjas também, que é isso que também acontece com a lei. A lei de cota dos 30% foi uma lei que o movimento feminista estimulou para que se tivesse, debateu, gritou, bradou e aconteceu. Com a chegada desta lei, que os partidos têm que ter os 30%, e aí eu entro também na pauta que tu me coloca aqui de partido, no geral, **os partidos passaram a usar as mulheres como laranja**. Tu percebe essa jogada né? Porque tem que ter 30% de gênero. **Então traz as mulheres, mas elas ó, “tu vai ser candidata, tu me prepara toda documentação, só que tu não vai concorrer tá? Tu não precisa pedir voto, nada, porque não vai concorrer e pronto”**. Porque se ele não tiver esse número de mulheres, ele tem que o que? Diminuir o número de homens, né? Então, aconteceu muito disso. Aí **o movimento feminista se deu conta disso e passa a lutar para que tenha, junto com a lei de cota, a lei de financiamento e de tempo de TV. Já avançou. Opa! Agora já não dá mais para ser laranja, porque tu tem que estar na TV, tu tem que receber valores e tu tem que comprovar. Mesmo assim, a gente tem recebido denúncias de que os valores eram repassados para as mulheres, mas depois desviado para outros homens. Onde? Na TV em que a mulher aparecia calada**, somente ela e o Lector do nome e os homens falando (Grifo meu. Abgail Pereira, p. 08).

A fala e a experiência das Vereadoras, nesse sentido, corrobora as conclusões do Relatório Final Democracia e Representação nas Eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero (BARBIERI, RAMOS, 2019) no que estas afirmam que as agremiações partidárias parecem fazer esforços para burlar ao máximo as regras eleitorais sobre o financiamento da campanhas de mulheres. A relação dessas mulheres com os seus partidos, por conseguinte, é totalmente permeada pelo gênero.

A Vereadora Karen Santos, por sua vez, ao falar de sua filiação ao PSOL para concorrer no pleito de 2016 (no qual não foi eleita, mas ficou na suplência, tendo assumido o cargo em 2019) afirma que recebeu panfletos de

seu partido e foi isso. Foi uma das Vereadoras que abordou mais diretamente a legislação e o financiamento das campanhas de mulheres e, mais especificamente, de mulheres negras:

Olha a primeira campanha em 2016, o PSOL nos deu 1.000 panfletos assim. Não tinha lei de cotas ainda e foi isso, sabe?

[...]

Então, sim, a gente precisa de mais recursos, porque para nós é mais difícil, até a questão do financiamento, a credibilidade. A gente tem que mostrar muito mais trabalho. Até conseguir algum tipo de reconhecimento. Eu acho que as campanhas vêm usando esse tipo de espaço assim, sabe? **E a lei também colocou obrigatoriedade para mulheres e para mulheres negras. E aí, desde então, a gente vem recebendo um montante cada vez maior** (Grifo meu. Karen Santos, p. 06).

Os cruzamentos identitários que conformam as experiências vividas e a forma de atuar em seu cargo por parte da Vereadora Karen Santos, que se apresenta como uma mulher cisgênera, negra e heterossexual, cuja trajetória política de esquerda vem desde muito cedo nos movimentos estudantis, aparecem constante e conscientemente em sua fala, na medida que esta destaca as dificuldades patentes que esses cruzamentos causam para ela enquanto tal. A Vereadora, nesse sentido, reconhece que a legislação sobre financiamento, sobretudo para mulheres negras, é importante. No entanto, não deixa de fazer críticas ao fato que, como em todo sistema jurídico, toda a lei pode ser burlada, destacando a utilização de candidatas laranjas por diversas agremiações partidárias.

Atenta, ademais, para o fato de que a lei, por si só, não é suficiente. A mobilização política é um fator fundamental:

E o debate do racismo é um debate mais para fora do que para dentro. **Vou te ser bem sincera assim, tem a questão da lei, e é isso sabe. Foi um marco importante, mas como todas as leis sempre têm formas de burlar elas, a própria questão dos laranjas, nesse sentido, é uma denúncia que a gente vem fazendo bastante.** Então, eu acho que o pessoal tem que avançar muito nesse sentido, não só da questão dos negros e das mulheres, mas no sentido de ser uma instância que de fato busque essa, essa formação e essa união, sabe, das mais diversas correntes que atuam ali dentro, porque, querendo ou não, a gente tem e tem algo que nos unifica, enquanto, enquanto partido (Grifo meu. Karen Santos, p. 06)

A narrativa das Vereadoras Karen e Abgail sobre as insuficiências do direito em efetivar seu propósito e de criar espaços por onde os partidos possam escapá-lo estão embebidas nas suas avenidas e cruzamentos identitários, os quais levaram-nas à trajetória política que elas vêm desempenhando. O que eu gostaria de destacar, contudo, é o fato que a fala da Vereadora Karen Santos vem totalmente acompanhada de uma crítica ao sistema jurídico, a sua insuficiência enquanto ferramenta de mudança social e à ausência de mobilização social sobre o tema.

Também chama a atenção que a Vereadora Karen Santos foi a única das entrevistadas que racializou o tema do financiamento das campanhas e das trajetórias políticas. Como uma mulher negra, a raça é um tema que a participante não pode ignorar, uma vez que ela perpassa e tem destaque em todos os aspectos de sua vida enquanto mulher. A Vereadora Abgail, cuja fala perpassou por um pequeno processo de racialização e compreensão de si enquanto mulher não branca, também abordou especificamente sobre o tema do financiamento das campanhas de mulheres negras. As três Vereadoras brancas, por seu turno, não tocaram no assunto.

Ressalto, contudo, que a Vereadora Lourdes Sprenger aprofundou em sua fala sobre as dificuldades atreladas ao gênero no que toca à participação política das mulheres (vide transcrições e discussão acima), isto é, tratou de sua própria clivagem derivada de sua experiência pessoal. A Vereadora Mariana Pimentel, por sua vez, em outro momento da entrevista, tratou sobre a questão da perspectiva que trazem pessoas com outros marcadores sociais da diferença, mormente pessoas LGBTQIA+. ⁷¹

Nenhuma das Vereadoras que se declararam brancas, entretanto, fez o exercício da racialização da sua branquitude, luxo este que a Vereadora Karen, por exemplo, enquanto mulher negra, não pode dar-se. Os marcadores sociais da diferença que atravessam as experiências das Vereadoras enquanto tal, nesse sentido, são fatores fundamentais para a forma como elas refletem sobre o direito. A branquitude, nessa esteira, e mormente a falta de reflexão sobre ela, é uma maneira de reiterar que o problema das desigualdades raciais e as

⁷¹ Acho que isso é um desafio, sabe, por isso que quanto mais mulheres, mais pessoas que vêm de comunidades diferentes, de realidades diferentes, entendeu. A dor de um LGBT, eu não vou sentir, entendeu? (Mariana Pimentel, p. 08).

suas estruturas correspondentes no Brasil são problemas cuja reflexão e problematização são terceirizadas para a população negra (BENTO, 2016, p. 29), e passa como uma presença invisível no pano de fundo do debate.

Ser uma mulher branca, aqui, portanto, é ter consciência da legalidade, porém poder abrir mão dos direitos que ela confere - tal como fizeram as Vereadoras Mariana e Cláudia ao não utilizar recursos públicos em suas campanhas. A consciência jurídica não está acima da sua ideologia política.

Por outro lado, refletir sobre os direitos conquistados mediante a legislação eleitoral perpassa por compreender a existência de uma necessidade de acionar esses dispositivos para poder participar da política enquanto mulher, ainda que esses mecanismos sejam reiteradamente defraudados pelos partidos. A consciência jurídica das Vereadoras, neste sentir, aparece na forma da *insuficiência*. Isso porque, ainda que o direito possa, em tese, garantir direitos (como é o caso das cotas e do financiamento para campanhas de mulheres), ele pode muito bem ser subvertido, utilizado como um instrumento para burlar os objetivos inicialmente estabelecidos - como no caso das laranjas ou do repasse tardio dos recursos de campanha.

E é por isso que a legalidade não é suficiente. Ela não é o bastante porque não é cumprida e porque não concretiza os objetivos a que se propõe: eleger mais mulheres e mulheres negras. O papel da identidade, nesse sentido, é central para forma como essa insuficiência é traduzida na narrativa de cada Vereadora.

O que transpassa as falas das entrevistadas sobretudo no que concerne às suas trajetórias políticas, aos financiamentos de suas campanhas e à consciência jurídica que elas exprimem está intrinsecamente conectado com os marcadores sociais e as avenidas identitárias que configuram as experiências corporificadas dessas mulheres. Para a Vereadora Lourdes Sprenger, a insuficiência do direito vem traduzida na relação direta que esta faz entre as barreiras impostas pelo gênero na disputa eleitoral e na relação estabelecida com seu partido no cumprimento da legislação eleitoral. A consciência jurídica do direito como insuficiência vem manifestada nas possibilidades que ele traz em si mesmo de não ser obedecido, de poder ser burlado pelos partidos.

O resgate da legislação eleitoral feito no tópico 3.2 nos conta essa história. Primeiro, o *reservar* não significava efetivamente *preencher* as vagas

correspondentes à cota eleitoral de gênero pelos partidos políticos. Depois, para não diminuir o número de candidatos homens, aumentou-se o número de vagas das listas eleitorais para 150% das cadeiras em disputa, o que, por sua vez, diminuiu o impacto das cotas eleitorais nas candidaturas masculinas (ARAÚJO, 2001a).

Para a Vereadora Abgail Pereira, a consciência jurídica da insuficiência transparece no protagonismo que o gênero e o feminismo possuem em toda sua fala. Esse marcador social da diferença é determinante para que a legalidade possa ser descumprida. Porque as mulheres não pertencem à política é que os partidos usam as mulheres como laranjas, que os valores do FP e do FEFC são desviados para candidatos homens e que as candidatas aparecem caladas na TV.

A CJ é a do direito como insuficiência para a Vereadora Karen Santos na medida que as leis que buscam estimular a participação política das mulheres existem e é isso. Elas não logram, efetivamente, nem promover um debate social mais amplo sobre o tema, nem possibilitar uma real transformação social.

É por isso que o direito é insuficiente e que essa insuficiência está concatenada diretamente com o gênero e a raça. Por um lado, esses marcadores sociais da diferença são o motor que subjaz à aprovação e à implementação de medidas legislativas que buscam nivelar as desigualdades por eles geradas na disputa eleitoral. Por outro, esses mesmos mecanismos são insuficientes para concretizar a realidade a que se propõe: uma na qual a representação política seja mais igualitária e espelhe de forma mais efetiva os recortes de gênero e raça que interseccionam a realidade da população brasileira.

5.2 O papel de fiscalizadoras: narrativas de gênero, classe e raça

O papel precípua dos Poderes Legislativos, como já se vê em seu nome, é o de legislar, de produzir o direito. Ocorre que esta atuação não vem descolada do exercício de outras funções, que também lhe são típicas, tais como a de representação, a constituinte, a de juízo político e a de *controle ou fiscalização* (SILVA, 2010). Neste sentido, a Câmara Municipal de Vereadores

de Porto Alegre, por força do art. 55 da Lei Orgânica do Município, tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (respeitados os limites constitucionais), suplementar a legislação federal e estadual e fiscalizar, mediante o exercício do controle externo, a administração pública direta e indireta (isto é, o Poder Executivo municipal).

Ao formular a proposta de tese que deu origem à produção deste trabalho, e ao eleger estudar a consciência jurídica de representantes eleitas, eu o fiz, sobretudo, pensando na função de legislação desempenhada pelas Vereadoras. Inesperada foi, nesse contexto, a proeminência de narrativas e de consciência jurídica que exprimiram um protagonismo da função fiscalizatória na atuação das entrevistadas na vereança.

No ponto, as Vereadoras conversaram comigo sobre sua atuação enquanto fiscalizadoras de um direito que já existe, mas que, contudo, não é cumprido ou é burlado. Também sublinharam a sua relação com as demais instituições jurídicas nessa frente, tanto em termos de fiscalização das ações do Poder Executivo, por exemplo, quanto no que concerne ao estabelecimento de laços estratégicos com outras instituições, tais como a Defensoria Pública e o Ministério Público, com o intuito de criar aliados na defesa dos direitos da população, sobretudo a mais vulnerável.

Destaco aqui que a partir das falas das Vereadoras notei que essa função de fiscalizadoras está intrinsecamente conectada com as suas frentes de atuação, as quais derivam das suas pautas. O que acontece é que estas pautas defendidas pelas Vereadoras estão amparadas nas suas percepções de si, com os seus cruzamentos identitários, com os seus processos de subjetivação.

A Vereadora Mariana Pimentel, mãe de duas crianças pequenas - de 3 e 6 anos - é um ótimo exemplo de como a identidade conectada ao operador da maternidade cruza diretamente com sua atuação enquanto Vereadora, no que concerne à sua forma de existir dentro da Câmara de Vereadores (a maternidade é um aspecto definidor do seu cotidiano na instituição):

Tipo assim, eu tô, por exemplo, eu tô de férias escolares, cara, as crianças em casa, tudo. Daí tem, teve sessão passada agora que eu encaminhei, tudo online, meu time tava trabalhando, fazendo emenda aqui e eu tava no online, eu tava conectada com eles. A gente foi

esse dia até às 20h00, entendeu, e eu tava com as crianças, então facilitou muito pra mim assim sabe, essa questão de existir a possibilidade online quando bate um horário, de vez em quando, tu tem que sair correndo e daí eu vou no fone e eu vou no celular (Mariana Pimentel, p. 05-06).

A maternidade é um elemento fundamental para a Vereadora no que diz com as plataformas por ela defendidas. Isso porque, a principal bandeira da Vereadora é a educação, sobretudo a primária e o fornecimento de creches pelo Poder Público. Neste ponto, a função de fiscalização aparece na atuação conjunta da Vereadora com a Defensoria Pública e com o Ministério Público no sentido de evitar cobranças indevidas a famílias por parte de creches particulares que fazem parte da rede conveniada do Município de Porto Alegre.

Isso porque, constitucionalmente (art. 208, IV, CF), é dever do Estado fornecer de forma gratuita o acesso, para crianças de até 5 anos de idade, à educação infantil, em creches e pré-escolas. Muitos Municípios não têm estrutura própria para este fornecimento de vagas, de forma que criam convênios com instituições privadas para assegurar o fornecimento do serviço a todas as crianças.

Veja-se que a problemática aqui surge na própria estrutura deficitária do Estado que não consegue, a partir da sua própria estrutura (seja pela real impossibilidade, seja porque isso está alinhado com um projeto político de privatização da educação com um todo), cumprir com a sua obrigação constitucional, o que faz com que surja a própria necessidade de que sejam realizados convênios com instituições particulares. A função fiscalizatória, nesse aspecto, precisa ser observada a partir destas lentes.

O que ocorre, e que foi relatado pela Vereadora, é no Município de Porto Alegre muitas dessas instituições privadas realizam cobranças irregulares dessas famílias que, em sua esmagadora maioria, são conformadas por pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica e que ignoram que este serviço deve ser oferecido de forma gratuita:

Mas a gente normalmente gosta de trazer, por exemplo, essas cobranças irregulares. A gente, 80% das nossas vagas de creche em Porto Alegre são da rede conveniada, que é aquela rede que não é do Município e tem muita cobrança de taxa. **Eles se aproveitam, principalmente dos mais pobres, e cobram R\$200, R\$250 por mês. E daí dizem que a mãe vai ficar sem a vaga.** Então isso tá errado, entendeu? Só que a Defensoria não sabia o que acontecia,

entendeu? Então daí eu vou lá, vou, formalizo, falo, falo com as mães, falo “olha, vocês têm que mandar lá pra Defensoria, reclamar e não sei o que” (Grifo meu. Mariana Pimentel, p. 14).

Há, nessa fala, e na atuação sistemática dessas instituições que procedem as cobranças irregulares, um elemento de classe muito forte. É a vulnerabilidade social derivada da pobreza que coloca estas pessoas nesse lugar, alinhada a um descaso do próprio Poder Público que usa dessa “alternativa” para prestar um serviço que é sua obrigação constitucional. É a classe e o descaso que demanda a atuação conjunta da Vereadora e da Defensoria Pública enquanto fiscais das leis e dos serviços públicos. É vulnerabilidade envolta na bandeira da educação levantada pela Vereadora, ademais, que a instiga a agir em conjunto com outros órgãos do direito, tais como a Defensoria Pública, o Ministério Público e o próprio Poder Judiciário.

Destaco, outrossim, que a própria Vereadora Mariana tem um papel nessa dinâmica de fiscalização que aparece em sua fala. Isso porque, a perspectiva liberal adotada tanto por ela quanto pelo partido a que está filiada são altamente favoráveis a esse tipo de “privatização” da educação primária por meio da formação de convênios entre o Município e creches privadas. A dualidade que permanece é que por um lado a parlamentar defende este tipo de política, e por outro, ela força a Vereadora a atuar como fiscalizadora das consequências desastrosas que ela causa: a maior vulnerabilização de uma parcela da população que já sofre fortemente por sua condição socioeconômica e de gênero, eis que em geral são mães pobres que têm que arcar com essas cobranças irregulares.

Vejamos que aqui a identidade consubstanciada na maternidade enquanto operador de diferenças (de uma mulher cisgênera, branca e de classe média), que é algo muito presente e forte na fala da Vereadora Mariana Pimentel, faz um caminho desde seu círculo íntimo, passando por sua rotina na Câmara, chegando até sua principal bandeira de atuação, a educação, desdobrando-se nesse papel de fiscalizadora do cumprimento dos preceitos constitucionais relacionados ao direito à educação na primeira infância.

A atuação enquanto fiscalizadora do cumprimento dos preceitos legais relacionados às escolas também aparece nas visitas frequentes que a entrevistada faz às instituições municipais de educação:

Então, todos sabem, a Mari vai entrar no bairro lá porque é do fulano, mas a minha agenda é da educação. Eu não vou querer ficar pegando o voto lá da comunidade. **Meu objetivo é fiscalizar a escola** (Grifo meu. Mariana Pimentel, p. 07)

Outro aspecto relacionado aos marcadores identitários da Vereadora Mariana Pimentel e a sua filiação partidária ao NOVO dizem respeito a aspectos de classe e filiação ideológica a uma perspectiva liberal de um ponto de vista econômico defendida pela entrevistada e por seu partido. Como salientado pela Vereadora, essa se define como uma mulher de classe média, empreendedora (esse aspecto vem muito presente sobretudo na resposta às duas primeiras perguntas da entrevista⁷²⁷³) e se traduz no papel e na importância da fiscalização quando se apresenta um projeto de lei.

Esse cruzamento identitário concernente à identidade de classe, aliada à ideologia liberal da Vereadora, também faz com que ela perceba esse papel de fiscalizadora a partir de lentes mercadológicas, ou seja, quando chama o povo de o seu cliente, sobretudo no que concerne a conscientizar a população a reivindicar os seus direitos:

[...] de conseguir mostrar para as pessoas no dia a dia como elas precisam também falar sobre as coisas que acontecem, reclamar, entendeu, ser e ver o político também como um agente, tipo assim, querendo ou não, a população é nosso cliente. Se a mãe está tendo uma cobrança indevida na rede, na rede conveniada, por exemplo, numa vaga numa creche, ela tem que denunciar, entendeu? Ela não tem que se sentir acanhada e nós temos que ouvir, entendeu, e depois também falar para o poder público, e tudo mais. Então, eu acho que é isso também, mostrar para a população um pouco dos meus desafios é mostrar para eles também que eles têm que cobrar e participar, entendeu (Mariana Pimentel, p. 07).

A narrativa da Vereadora Karen Santos também expressa consciência jurídica na figura da fiscalização. A perspectiva que ela dá a esse papel fiscalizatório vem a partir de outras lentes e de outro percurso político, que é

⁷² Pergunta 1: “Então essas foram algumas de praxe, assim mesmo, para traçar um perfil. Mas é importante que tu que me dê essas respostas, e não que eu que presuma elas, de qualquer forma. A primeira pergunta, assim, tem a ver com como é que foi a tua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora?”.

⁷³ Pergunta 2: “Eu acho que tem, a gente até tem perfis variados. Então, o teu perfil de eleitores tu acha que é mais ou menos esse estrato porto alegre, assim, das pessoas são pais, mães, mais ou menos?”

marcado pelo fato de ela ser uma mulher negra, com participação desde jovem junto aos movimentos estudantil e negro.

O que permeia a sua fala no que toca à atuação como fiscalizadora provém dessa avenida identitária que a atravessa nesse ponto: de um lado, uma espécie de rejeição a uma institucionalidade que exclui tanto ela, quanto a população que ela defende, e, de outro, a de fiscalizar para instigar essa população a mobilizar-se por seus direitos:

Atuando mais, mostrando mais serviço em âmbito de coletividade, sabe, fiscalizando mais, denunciando mais e dando esse exemplo de que política não é só por dentro da institucionalidade assim sabe, tentando reconstituir aquela Karen militante que de certa forma foi sugada pela dinâmica da Câmara e pelas polêmicas e pelas polarizações. (Karen Santos, p. 08).

É sobre isso assim, a gente entende que a fiscalização é uma forma, e a denúncia, é uma forma também de politizar as pessoas nesse sentido, sabe, que entender que é direito e elas precisam lutar por isso, sabe, que não é porque está na lei que vai ser cumprido ou que está garantido. Nada está garantido. É tudo, é uma decisão. (Karen Santos, p. 13).

O que também merece destaque na fala da Vereadora é justamente o entendimento de que a sua atuação enquanto tal é, precisamente, mais a de fiscalizadora do que a de legisladora propriamente, justamente por essa noção de que, no Brasil, há leis que pegam e leis que não pegam, sobretudo quando estamos falando de direitos da população mais vulnerável e pertencente a minorias.

A gente se vê muito mais fiscalizando, denunciando a falta de direitos do que elaborando proposições. Tipo assim, até porque boa parte das proposições são ilegais, inconstitucionais ou imorais. (Karen Santos, p. 12)

Por isso, eu acho que muitas vezes o nosso papel enquanto legisladores não é tanto a elaboração sabe? Porque tem leis no Brasil que pegam e têm leis que não pegam. Então, isso sempre foi assim. Quem faz uma lei ser, inclusive ser executada também tem que demandar a fiscalização, força, organização das pessoas, até para uma lei sair do papel, assim sabe? Ser regulamentada e ser executada de uma forma digna, né? (Karen Santos, p. 12).

Essa visão, justamente, está intimamente conectada com os marcadores sociais da diferença que se cruzam e que são definidores da experiência da entrevistada enquanto Vereadora, cujo pano de fundo na chegada na política foi a participação no movimento negro e no movimento estudantil. Neste sentir,

a associação do papel dela enquanto Vereadora, não como legisladora, mas sim como uma fiscalizadora da aplicação das leis e dos direitos que já estão previstos na legislação, mas que são reiteradamente descumpridos, é cruzada por uma identidade de grupo pertencente a uma parcela da população que está acostumada a ver seus direitos violados, na medida que o sistema está estruturalmente formatado para dar estes resultados desiguais (ALMEIDA, 2019).

Assim, a Vereadora, ao chegar a uma posição de poder, coloca-se nesse lugar de fiscalizadora, de ativista da garantia dos direitos. Não de novos direitos, mas de asseguradora de que aqueles já previstos sejam efetivados.

Destaco também o entrecruzamento da perspectiva de classe que a Vereadora traz de maneira bastante proeminente em sua fala no que tange à fiscalização da atuação do Poder Executivo, a quem ela faz oposição, sobretudo no que concerne à violação de direitos da classe trabalhadora do Município de Porto Alegre:

Então a gente está mais às vezes nesse trabalho por fora, tentando constituir força social e fiscalizando aqueles, aquilo que já é direito hoje e que está sendo negado e está sendo violado, fiscalizando os contratos das empresas de ônibus, os contratos das empresas de ônibus, com o município de Porto Alegre, por exemplo, um contrato tem sérios problemas, tem investigações em curso há mais de seis anos no Tribunal de Contas do Estado e até hoje não houve ruptura de contratos, sendo que isso está previsto no contrato. As terceirizações, entendeu? Agora com um, de novo, a Lion, que faz o cadastro único, de novo sem pagar os trabalhadores, as trabalhadoras da Multiclean, as trabalhadoras da Cotrariu, as trabalhadoras da COOTRAVIPA. Então, são violações sistemáticas e que a terceirização permite, a lei dos contratos também. Então são leis que permitem a exploração, leis que permitem a injustiça e mesmo assim, eles ainda dão conta de criar ainda mais injustiça, sabe? São leis já que garantem a superexploração do trabalho e mesmo assim, a empresa não paga o fundo de garantia (Grifo meu. Karen Santos, p. 12).

Podemos perceber que a função de fiscalização na fala da Vereadora Karen Santos aparece involucrada num amálgama que envolve seu pano de fundo de luta social que, por sua vez, está associado aos seus cruzamentos identitários enquanto uma mulher negra que milita e atua em nome da classe trabalhadora do Município.

Também na narrativa da Vereadora Karen, assim como na da Vereadora Mariana, o papel da fiscalização também aparece imbricado com uma tentativa de conscientização da população sobre seus direitos:

É sobre isso assim, a gente entende que a fiscalização é uma forma, e a denúncia, **é uma forma também de politizar as pessoas nesse sentido, sabe, que entender que é direito e elas precisam lutar por isso, sabe, que não é porque está na lei que vai ser cumprido ou que está garantido.** Nada está garantido. É tudo, é uma decisão (Karen Santos, p.13).

A gente tenta também demonstrar, ao instigar essas instituições, o limite dessas instituições. **A gente não passa uma denúncia de fora. A gente quer também mostrar para os movimentos sociais, para o movimento dos trabalhadores, como é que é a dinâmica dessas instituições por dentro.** O tempo da justiça não é o tempo do povo, né? Quando a gente diz que a gente quer direitos já, muitas vezes é isso, essas instituições, elas estão acomodadas assim. E se a gente não instigar elas e a gente não colocar elas em contradição, a gente também não consegue trabalhar, **acelerar esses processos de consciência do nosso povo em relação aos próprios limites dessas instituições.** Assim, para garantia dos seus direitos (Grifo meu. Karen Santos, p.13).

Há um entrelaçamento entre militância, fiscalização e denúncia que transpassa essa passagem e que fundamentalmente está conectado com um processo de instigação de tomada de consciência por parte desta população vulnerável do Município de Porto Alegre, cujos interesses a Vereadora defende. O que subjaz a este movimento é, em alguma instância, a fiscalização com vistas à utilização do direito como uma ferramenta de transformação (CHUA; ENGEL, 2019), por meio dessa tomada de consciência.

Para a Vereadora Abgail Pereira, por sua vez, o papel de fiscalizadora surge intrinsecamente conectado com a perspectiva de gênero e de classe que ela frisa trazer para sua atuação política. Suas agendas externas à Câmara de Vereadores são realizadas, via de regra, por meio de conversas com mulheres, que ela afirma serem as pessoas que fazem a política real cotidianamente (Abgail Pereira, p. 07), com o intuito de averiguar *in loco* a situação das zonas mais vulneráveis da cidade.

A fiscalização para a Vereadora Cláudia Araújo, por seu turno, aparece em ações concretas relacionadas, sobretudo, a espaços públicos em desuso ou mal cuidados, localizados em partes mais pobres do Município, tais como centros comunitários, piscinas públicas, capina e iluminação (Cláudia Araújo, p.

07-08. Ademais, assim como as Vereadoras Mariana Pimentel e Karen Santos, a Vereadora Cláudia também observa uma relação simbiótica entre seu papel de fiscalizadora e a conscientização política da população:

Eu uso aqui para buscar direitos que às vezes as pessoas não sabem que tem. E aí, através da política, a gente consegue dizer “não só um pouquinho, ele tem direito a isso”. Tu segue por esse caminho, porque esse é o caminho certo para tu fazer as coisas (Cláudia Araújo, p. 10).

Finalmente, para a Vereadora Lourdes Sprenger, a relação entre vereança e fiscalização surge na relação com as pautas defendidas pela parlamentar: o meio ambiente e os animais. Neste sentido, a atuação da Vereadora Lourdes dá-se tanto de forma direta, como quando ela relata o fechamento de uma empresa poluidora em decorrência de sua pressão política (Lourdes Sprenger, p. 11), ou na articulação com outras instituições jurídicas:

E nós temos também, melhorou para a causa animal, que é as delegacias amigas dos animais. Tem duas que optaram em receber esse selo e facilita bem as ações judiciais, tu vai lá, tu faz o boletim de ocorrência, eles já conhecem a rotina. Então nos facilitou bastante. Não precisamos ir tanto no Ministério Público, o próprio Delegado já faz os encaminhamentos (Lourdes Sprenger, p. 12-13).

Subjaz às narrativas aqui compiladas o fato de que, em sua esmagadora maioria, o exercício da fiscalização e a sua ligação com a atuação das Vereadoras enquanto representantes eleitas perpassa pela mobilização de discursos sobre a implementação de direitos que já são garantidos no papel, mas que não são, na prática, gozados pela população, em especial aquela que se encontra em posições social e economicamente desvantajosas. É o descolamento entre o direito dos livros e o direito da realidade (SILBEY, 2005) que impulsiona a assunção dessa perspectiva fiscalizatória.

A legalidade, na alegoria da fiscalização, é um aspecto que dá forma às relações sociais (EWICK; SILBEY, 1998), na medida que ela permeia as interações estabelecidas entre as representantes e a população por elas representada. Esse processo, contudo, é intermediado tanto pelos marcadores sociais da diferença que atravessam a existência das próprias Vereadoras, na medida que elas irão exercer esse tensionamento a partir dessa encruzilhada

identitária, como pelos marcadores das próprias sujeitas que estão localizadas na outra ponta dessa equação, as cidadãs, justamente porque são essas suas diferenças que as colocam *ab initio* em locais sociais de desvantagem, lugares estes onde os direitos são sistematicamente violados e a legalidade significa um vazio.

5.3 A legalidade enquanto hegemonia e resistência

Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande.
(LORDE, 2021, p. 152).

Susan Silbey e Patricia Ewick (1995) ensinam que as narrativas não contém, em si mesmas, um valor intrínseco. É o contexto no qual são produzidas, quem as conta e a forma pela qual são interpretadas que as traduz em, por exemplo, histórias hegemônicas ou de resistência. A última forma que a CJ das Vereadoras toma é a da legalidade enquanto hegemonia e resistência.

Isso porque, ainda que haja aquelas que, assim como Adilson José Moreira (2019), acreditem que o sistema jurídico pode servir como uma ferramenta para a transformação social - se lido e interpretado como um jurista negro, nos termos de Moreira - a realidade do sistema jurídico brasileiro atual, contudo, é que o direito funciona majoritariamente um instrumento de consolidação e reforço das hegemonias sociais e dos sistemas de opressão.

Enquanto hegemonia, pensado como e a partir de ideias como a neutralidade e a objetividade, via de regra, o sistema jurídico muitas vezes não faz mais do que apresentar resultados sistematicamente racistas, heteronormativos, machistas, homofóbicos, capacitistas. Isto é, que reiteram e conformam as estruturas sociais opressoras sob as quais está erigida nossa sociedade, sobretudo se considerarmos o direito e a escrita como tecnologias de poder (CURIEL, 2013, p. 29).

Uma dessas estruturas é, justamente, a raça e seu fenômeno correlato: o racismo, que é uma maneira sistêmica de discriminação social que culmina, fundamentalmente, no estabelecimento de desigualdades e desvantagens sociais para uns (os racializados) e de privilégios para outros (os

branqueados/normalizados) (ALMEIDA, 2019, p. 22). O racismo, desta forma, está no âmago do próprio tecido social, ele é o *modus operandi* natural por meio do qual nossa sociedade funciona (ALMEIDA, 2019, p. 33). Ele é, assim, estrutural. Logo, se todos os fatores estruturantes do nosso sistema social operarem a partir da “neutralidade”/“normalidade”, isso significa que os nossos resultados serão racistas, na medida que o “neutro” é, justamente, racista.

O direito, nessa conjuntura, é parte integrante dessa estrutura social e, portanto, o racismo opera por meio dele - sobretudo se manejado a partir dessa suposta perspectiva “normal”, ou como um jurista branco (MOREIRA, 2019). É por meio da legalidade, segundo ensina Silvio Almeida (2019, p. 86), “que se formam os sujeitos racializados”.

As matrizes sociais de opressão, tais como o racismo, o sexismo, o classicismo e a homofobia, nesse contexto, são mantidas, reproduzidas e estabilizadas por meio do sistema jurídico. Ele opera como um elemento garantidor da estabilidade dessas desigualdades precisamente porque o direito funciona por meio de uma tecnologia que constitui “aquilo que afirma apenas representar”⁷⁴ (BUTLER, 2007, p. 03) por meio de uma “jurisprudência brancocêntrica de machos” (AKOTIRENE, 2020b, p. 202).

O que chamo aqui de “força hegemônica do direito”, portanto, parte da relação intrínseca que existe entre os sistemas político e jurídico. Isso porque as sujeitas políticas, as identidades políticas, portanto, são produzidas por meio de operações, geralmente excludentes, realizadas pelo sistema jurídico (BUTLER, 2007).

Por outro lado, a legalidade também pode aparecer como uma ferramenta da resistência, como no caso dos estudos realizados sobre a CJ a partir da escola da Mobilização, em que é articulada com o intuito de promover direitos e a justiça social.

Explico melhor. Pensemos nas cartas internacionais que reconhecem direitos, a exemplo da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 - sem sombra de dúvidas um marco histórico de reconhecimento de direitos - que hoje faz parte da Constituição Francesa, por meio de sua incorporação via Bloco de Constitucionalidade (GÓNGORA

⁷⁴ Tradução livre. No original: “[...] what it claims merely to represent”.

MERA, 2014). Tão logo foi elaborado, este documento foi quase que imediatamente contestado pelas mulheres revolucionárias francesas, notadamente por Olympe de Gouges, que em 1791, reconhecendo o caráter exclusionário da declaração supostamente “universalista”, publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (SCOTT, 2012).

Outro exemplo que acho importante explorar é o das trabalhadoras domésticas no Brasil que são, em sua grande maioria, mulheres negras (BERNARDINO-COSTA, 2015). Veja-se que até o ano de 2013, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, mais popularmente conhecida como a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) das domésticas, esta categoria de trabalhadoras, majoritariamente composta por uma parte absolutamente vulnerável da população brasileira, somente era contemplada por 9 dos então 34 direitos sociais previstos na Constituição Federal. É dizer que é apenas a partir do ano de 2013, depois de uma expressiva luta política travada pelo movimento das trabalhadoras domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2015), que estas passam a ter direitos trabalhistas equiparados às demais trabalhadoras urbanas e rurais brasileiras.

Os exemplos de como a movimentação e a luta políticas de grupos socialmente subordinados foram “alargando” os braços do sistema jurídico para encampar o reconhecimento de direitos ao longo do tempo são diversos. Podemos aqui pensar também na decisão do STF no julgamento conjunto da ADI 4277 e da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 132 (BRASIL, 2011) por meio da qual a Corte “equiparou” as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões heterossexuais, reconhecendo a sua união estável para fins civis.

Também no sentido de dismantelar o (cis)tema, penso na mobilização política da comunidade trans brasileira que culminou no julgamento da ADI 4275 (BRASIL, 2019c) por meio da qual o STF reconheceu o direito da população trans de proceder a alteração de seus nomes e gênero no Registro Civil sem a necessidade de previamente passar por um procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

Estes exemplos são paradigmas de lutas que nos fazem compreender que a sujeita “universal” de direitos normatizada juridicamente sempre, desde a sua concepção, foi uma sujeita masculina, branca e cisgênera. O que ocorre

posteriormente e ao longo de nossa história é a mobilização política de sujeitas que buscam contestar essa definição para ver seus direitos reconhecidos por este mesmo sistema jurídico que lhes subordina. É nesse sentido que o direito constrói hegemonias. Ele é, ao mesmo tempo, ferramenta de resistência e parte integral do mesmo sistema que conforma as estruturas de opressão social:

Mas boa parte das vezes a gente vem sendo também, a gente leva para essa outra instância, empodera essa outra instância. E a gente também vem sendo derrotado nessa instância, assim sabe, que é um espaço muito menos democrático do que o legislativo. Então, eu olho muito pra isso. É mais um instrumento. Não dá pra ser instrumento central assim, sabe? **Delegar a nossa força para que ela seja legitimada por esse segmento da sociedade, que também é um segmento que tem seus recortes né.** (Grifo meu. Karen Santos, p. 12).

Isso porque, há um potencial paradoxal dentro da legalidade na medida que, por um lado, o direito vem servindo historicamente como uma ferramenta de controle e de sustentação de hierarquias sociais e, por outro, conforme os exemplos acima demonstram, ele também pode potencialmente ser instrumentalizado para a transformação social (CHUA; ENGEL, 2019). Neste contexto, a legalidade edifica, mobiliza e estabiliza as identidades, normalizando as sujeitas sociais e, ao mesmo tempo, mantendo-as em seus devidos lugares ou abrindo espaço para novos por meio do seu tensionamento.

Essa disputa, e a respectiva visão da legalidade, aparece nas falas das Vereadoras mediante sobretudo, duas alegorias sobre o direito: *como ferramenta do jogo político e como muralha burocrática*.

Enquanto ferramenta do jogo político, as narrativas das parlamentares apresentam-no mediante uma dualidade. Isso porque, ainda que as Vereadoras concebam a legalidade como um instrumento de manutenção de estruturas de poder vigente - como as regras da sociedade burguesa, elas, caso necessário se faça, não hesitam em acionar as instituições jurídicas, ainda que isso implique em agir através dessa mesma estrutura.

Essas perspectivas contraditórias aparecem, inclusive, em falas de uma mesma entrevistada, a exemplo da Vereadora Abgail que, em um momento, observa que o governo do Prefeito Sebastião Melo (a quem ela faz oposição) aprova tudo o que quiser dentro da Câmara de Vereadores - utilizando

exatamente a máquina jurídico-política, como dada, para fazê-lo -, e, em outro, não hesita em afirmar que, caso necessário fosse, ela não hesitaria em recorrer ao Poder Judiciário (conformado pela mesma estrutura de legalidade) para resolver determinada questão:

Veja bem, nessa Câmara aqui a composição dela é majoritariamente ligadas ao governo Melo. A oposição aqui é diminuta. Se nós nos isolarmos em nós mesmos, nós não aprovamos absolutamente nada, nada, porque o governo Melo aprova tudo, absolutamente tudo que ele quiser, porque ele tem ampla maioria (Abgail Pereira, p. 13).

Se eu tiver que recorrer, eu vou tranquilamente. Se eu tiver um projeto e ele esbarra na mesa por uma questão jurídica, é óbvio que a gente vai se socorrer do Judiciário, de judicializar alguma ação sem problema nenhum. Eu acho que é um bom expediente. Acho que é um bom aliado na busca de aprovar políticas públicas (Abgail Pereira, p. 18)

Noto, igualmente, que esse discurso paradoxal também emerge na fala da Vereadora Karen Santos, quem afirma expressamente, sobretudo na visão demonstrada por ela sobre a legalidade em geral, que as regras do jogo político, que são normas jurídicas, não deixam de fazer parte da estrutura da sociedade burguesa, isto é, são feitas de modo a manter as estruturas sociais da maneira em que estão conformadas:

Então, o jogo é muito bem amarrado assim, para garantir que as pessoas morram na praia, para garantir a postergação das lutas, sabe? Pra ganhar tempo, pra ganhar tempo na desmobilização, para que a gente não consiga ter força pra levar até a última instância sabe? **A reivindicação do nosso direito, então é muito bem estruturada assim, sabe, pra que as pessoas morram na praia?** (Grifo meu. Karen Santos, p. 13).

Então, nesse sentido, a luta de classes ela tá mais exposta. Então tu não consegue muitas vezes as questões por um acordo, por um consenso, tu tenta pela violência, tu tenta pela força. O movimento vem tentando pela força, só que a nossa força é muito reduzida. Quem tem o aparelho do Estado, tem o monopólio das armas, então a gente sempre luta em condições extremamente desfavoráveis, assim sabe? **E eles nunca abriram mão de utilizar o aparelho repressor do Estado para colocar o povo no lugar que o povo tem que tá, assim sabe?** Então é mais ou menos assim que funciona as regras da Câmara. Isso não está em regimento, mas isso é implícito né? É o modus operandi ali, daquela coisa. (Grifo meu. Karen Santos, p. 10).

Percebo que essa perspectiva trazida pela Vereadora Karen Santos (da legalidade enquanto um instrumento de dominação e ferramenta do jogo

político) está intrinsecamente relacionada com a sua inserção e identidade políticas, recortadas a partir da noção de luta de classes que transpassa toda a sua conversa comigo.

Sob outra perspectiva, a Vereadora Lourdes Sprenger, observa essa dinâmica da legalidade enquanto estrutura de preservação de hegemonias e interesses:

Às vezes, na hora vem uma exposição de motivos tão boa que tu não consegue detectar que aquilo vai ser um funil que vai prejudicar depois ou meio ambiente, ou pessoas, ou é um jogo de interesse, **é um jogo de interesses do meio de pessoas que a gente vê na política, que eles e eles têm o seu nicho, eles estão a serviço, a serviço e de interesses até maiores e financeiros**, e a gente detecta isso (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 08).

Nesse esquema apresentado por estas entrevistadas, transparece uma legalidade cujo papel central é paradoxal, na medida em que ela tanto serve como instrumento de resistência, como conforma uma ferramenta de controle e de gestão das hierarquias sociais, eis que são “os interesses privados de pessoas brancas foram sendo traduzidos nas normas jurídicas” (MOREIRA, 2019, p. 116).

Ao mesmo tempo, ainda que a Vereadora Karen observe a legalidade desta forma, mormente com esse recorte de classe, ela narra que em determinados momentos busca a alternativa da judicialização ou recorre a determinados dispositivos previstos no Regimento Interno da Casa - que em dado momento chama de *instrumento ideológico* (Karen Santos, p. 09):

Em alguns momentos a gente tenta judicializar. Por exemplo, a gente tinha direito a compor a Mesa Diretora no início do ano, no início da legislatura, enquanto oposição. A gente tinha direito a mais de um cargo né. A direita da Câmara, por um cálculo de proporcionalidade, colocou que a gente não teria direito a nenhum cargo. E isso também foi uma decisão política da última legislatura. **A gente entrou na justiça se utilizando do regimento interno e ganhamos até agora, em segunda instância, inclusive. Então, em determinados momentos, sim, dá pra gente se utilizar do regimento interno. Quando a gente vê que não tem, que é uma injustiça muito grande que está sendo acometida e que a gente pode minimamente complicar, criar o fato político, levar para a sociedade, entrando e judicializar a questão, a gente vem também fazendo esse caminho.** (Grifo meu. Karen Santos, p. 10).

Destaco desse trecho, entretanto, o fato de que este recorrer à judicialização não está embebido em uma noção de que o Poder Judiciário irá resolver pura e simplesmente a questão em disputa. Antes, esse ato está inserido em um panorama mais amplo, da busca de “criar o fato político”, de fazer com que a sociedade, da maneira mais ampla possível, tome conhecimento da situação. A legalidade e as instituições jurídicas são acionadas enquanto um ato de resistência.

Essa perspectiva também surge na fala da Vereadora quando ela, na alegoria do direito como uma muralha burocrática, narra sobre a importância de apresentar determinados projetos de lei, ainda que inconstitucionais por conflito de competência com o Poder Executivo, de maneira que isso possa não somente ampliar o debate social sobre o tema, como também, em certa medida, “incentivar” o Prefeito a propor o projeto ou a criar um Decreto sobre a matéria (Karen Santos, p. 15). Ela aciona, assim, as próprias normas jurídicas que lhe são desfavoráveis como motor para instigar a mudança almejada.

Contrasto essa perspectiva trazida pela Vereadora Karen com aquela apresentada pela Vereadora Mariana, que observa as regras jurídicas que determinam a dinâmica da Casa a partir de uma ótica diametralmente distinta, bastante positiva. A parlamentar dá, ao longo da nossa conversa, um grande destaque ao que ela chama de “fazer o certo”, de seguir os devidos ritos:

Mas então a gente leva muito a sério o rito, assim sabe, de entender o nosso papel aqui e tanto que o partido NOVO né, o Camozzato, a gente tenta revogar leis, diminuir leis, para facilitar o cotidiano, e ter as leis que sim são importantes sendo cumpridas com seriedade né, no Município. Então, a gente vê como algo importante sim, o nosso papel aqui como legislador, mesmo não sendo do direito (Mariana Pimentel, p. 13).

E agora está sendo comentado, e tem um projeto que está correndo a segunda sessão, a primeira foi a discussão, agora na segunda sessão, que querem tirar o parecer da Procuradoria. Todo o projeto que é protocolado tem um parecer da Procuradoria. Nós, no NOVO, somos contra, tirar o parecer, porque ele ajuda no respaldo técnico, principalmente porque tem muito projeto inconstitucional, sabe? **A gente adora reclamar do STF e do Judiciário, mas tem um monte de Vereador que faz um monte de projeto inconstitucional, entendeu?** Que quer ter a caneta do Prefeito, entendeu, só que a gente não é o Prefeito. Tem coisas que eu adoraria fazer, mas daí eu tenho que mandar, quem nem essa lei, esse projeto de lei, eu falei, olha, mando lá pra eles, entendeu, mandamos pronto, entendeu. Então mandem vocês para a Câmara, mas eu não tenho a caneta do Prefeito, entendeu? **Então eu digo que, então, projetos inconstitucionais a Procuradoria ajuda pelo menos a dar um**

parecer sério, dizendo que olha, não, não tem fundamento, não é competência do Vereador legislar sobre esse tema, entendeu, e daí agora tá tramitando na Câmara tirar isso daí, entendeu? (Mariana Pimentel, p. 11-12).

No mesmo sentido ela expressa uma percepção otimista em relação às possibilidades que estas regras concedem às minorias (no caso da Câmara de Porto Alegre, a esquerda) de fazer articulações políticas:

Não, eu considero assim positivo o nosso Regimento Interno, a gente tem aí possibilidades até de minorias terem articulações, de barrar projetos e de pedir audiência pública. [...] Então o Regimento atual, ele dá capacidade de tu querendo jogar, ganhar tempo, tu conseguir bloquear uma pauta, tu conseguir ganhar capital numa pauta, entendeu? (Grifo meu. Mariana Pimentel, p. 11).

Mas eu acho que os ritos da Casa são os necessários e quando precisa ter urgência, tem como pedir o regime de urgência, entendeu? Então eu acho que é. E depois os ritos fazem parte do amadurecimento dos próprios projetos, entendeu? Porque daí é o tempo do Vereador fazer a costura, se organizar, entendeu? Então, quando, eu acho que não mudaria assim, sabe? **Eu acho que tem os espaços das minorias também conseguem articular e até ganharem capital político para barrar projetos ou para ganhar tempo pra projetos né.** Porque nós somos, no NOVO a gente não é base nem oposição, entendeu? Então, a gente, muitas vezes, está sozinho assim ou não, de vez em quando a gente se junta para um lado, de vez em quando para o outro (Grifo meu. Mariana Pimentel, p. 12).

O que jaz por detrás destas falas, contudo, é uma noção que observa a legalidade como algo neutro, objetivo e imparcial (EWICK; SILBEY, 1998) que confere e trata a todas de maneira equânime. Há uma funcionalidade do sistema racial instituído, de “pretensas escolhas e recompensas” que permite e atrai mulheres brancas a identificarem-se com as ferramentas do poder patriarcal (LORDE, 2021, p. 147). Nesta esteira, a legalidade opera para a manutenção dessa estrutura, legitimando a branquitude enquanto dispositivo de hegemonia racial (MARCINIK, MATTOS, 2021, p. 02), na medida que o sistema jurídico opera na vida das pessoas brancas e racializadas de forma bastante distintas (MOREIRA, 2019).

Isto é, ela aparece, na fala de uma mulher branca, enquanto um sistema neutro que distribui oportunidades iguais, inclusive para as minorias. Na fala da mulher negra, em contrapartida, ela surge na figura “das regras da sociedade burguesa”, parte integral da dinâmica da estrutura social hegemônica:

A nossa assessoria jurídica lá, ela trabalha muito nessa perspectiva do **direito enquanto as regras da sociedade burguesa**. Então, é um aparelho, e ao mesmo tempo que é um aparelho também faz parte de uma casta. **Quem executa o direito não, não são sujeitos alheios à luta de classes, pelo contrário, são sujeitos implicados e são sujeitos que implicam diretamente na correlação de forças da luta de classes de modo em geral.** (Karen Santos, p. 12).

O processo de racialização, ou a ausência dele, coloca a branquitude para fora das relações raciais, do sistema de cognição das categorias identitárias (CARBADO, 2013) e das suas operações. O direito, neste quadro, “aparece aqui como um sistema que não pode ser separado da política porque legitima arranjos sociais que permitem a reprodução de uma ordem social baseada na subordinação de minorias raciais” (MOREIRA, 2019, p. 81). É exatamente isso que a branquitude permite, esse não enxergar, esse silêncio (BENTO, 2016), essa identificação com as ferramentas de poder.

A legalidade somente aparece em luzes negativas, nas falas das Vereadoras brancas, quando confronta com ou conforma um obstáculo burocrático para aquilo que elas prescrevem como “justiça”. Seja a justiça quando pensada em relação a temas da cidade, seja quando envolve a própria Vereadora:

A gente tem feito assim mais comunidade que eles nos acompanham nas comunidades, porque o que a gente vê de entrave, **muitas vezes, a gente vê que tem coisas que tu poderia fazer e que a Justiça não te permite fazer, porque vai ser apontado que a parte burocrática né em si, que se a gente tivesse menos dessa burocracia, a gente conseguiria ajudar mais pessoas**. A gente vê isso nas realocações das pessoas, das áreas de risco. A gente vê em várias situações que a gente vai na cidade. Assim que a gente caminha, que a gente vê, ah botar uma ponte. Tá mais, não pode botar a ponte, porque tem que ter isso, tem que ter uma licitação, tem que ter não sei o que. Tá, mas só um pouquinho, eu tenho um empresário que pode botar a ponte que as pessoas precisam para atravessar, porque a escola está do outro lado. Não, mas tu não pode, tu vai ter apontamento. Então essas coisas é que precisam mudar. **Dentro do direito, a gente precisa ter mais flexibilidade quando a causa é justa** (Grifo meu. Cláudia Araújo, p. 11).

[...] sim, nós tivemos um caso que aí fica havendo também a justiça falha. O Tribunal de Contas foi na Câmara, no meu primeiro mandato e olhou nossos boletins. E tinha só uma pessoa que a gente sabe que ele não estava de acordo com o que deveria ser feito. [...] E aí o Tribunal de Contas disse que nós estávamos cometendo improbidade administrativa, que nós tínhamos que devolver. Não sei que dava R\$1.200 e poucos reais e eu digo **“ah não, eu não vou ser acusada de improbidade”** porque todas as minhas notícias eram revisadas por um jornalista que até eu tinha dado oportunidade para ele e que ele tinha sido secretário de imprensa. O cara sabia o que podia botar

e não botar, e eu digo, essa não. Só que assim, qual é o dano? [...] **Eu enquadrei o Tribunal de Contas e o Ministério Público pra eles aprenderem a não ficar apontando os outros quando o envolvido era só um.** Era uma pessoa que a gente sabe que eu não vou detalhar, porque que ele, que nós sabemos que era por causa dele, que o Tribunal não quis. Aí apontar 36. Mas é um desaforo (Grifo meu. Lourdes Sprenger, p. 11).

Na alegoria do direito como burocracia, a legalidade não deixa de aparecer no mesmo quadro de regras neutras e objetivas (EWICK; SILBEY, 1998), ainda que as normas jurídicas sejam vistas como injustas ou um empecilhos formais. Nesse sentido, embora as Vereadoras narrem esforços para eliminar esses obstáculos jurídicos formais, como a proposta de alteração do RI a retirada do parecer prévio da Procuradoria do Município sobre os projetos de lei apresentados (Cláudia Araújo, p. 07), ou a própria revogação de legislação que é observada como desnecessária (Mariana Pimentel, p. 13), estas ações são tomadas dentro do quadro dessa mesma institucionalidade, com as mesmas ferramentas providas pela casa-grande (LORDE, 2021).

Nas narrativas aqui recontadas, a legalidade, seja ela enquanto ferramenta do jogo político ou uma muralha burocrática, aparece em muitos momentos como instrumento de manutenção das hierarquias sociais. Não obstante, ela ainda assim é manuseada pelas Vereadoras, em alguns casos, como uma ferramenta de resistência, para alargar o leque de sujeitas incorporadas e reconhecidas pelo sistema jurídico (penso aqui, sobretudo, nas falas da Vereadora Karen Santos).

Muitas das histórias que foram compartilhadas comigo, contudo, permanecem dentro do quadro da casa-grande, utilizando os aparatos fornecidos por este mesmo sistema que (re)produz resultados sistematicamente excludentes. Nesse panorama, parece haver alternativa que não envolva a submissão a estas “regras do jogo”. Por trás desta submissão, entretanto, pode residir uma forma de resistir.

Denoto que essa (des)conformidade com as regras do jogo manifesta-se de muitas formas. Uma delas é passar por experiências de machismo e/ou de racismo dentro do ambiente institucional na medida que esta é a única alternativa para poder habitar este ambiente e, portanto, criar a possibilidade de *ser* Vereadora. Uma espécie de adesão estratégica às normas, que não deixa de ser em si mesmo um ato de resistência.

Neste sentido, a fala da Vereadora Karen Santos, ao mencionar a sua relação com seus colegas e a sua rotina dentro da Câmara, sobre episódio de assédio sofrido:

Nossa, assédio, nova de mais, bonitinha. Várias formas assim sabe de tentar te... Um dia um assessor chegou a falar que a minha beleza era uma beleza selvagem. Ele falou, eu tive que debater com ele, do porquê que o que ele estava falando que era racista. Um assessor do governo, inclusive, mas que me dá várias informações privilegiadas, então é uma ponte que eu não posso perder. Ao mesmo tempo, é isso sabe, tu se submete, assim, a ter que às vezes cumprir aquele papel de, de ser paciente com algumas pessoas. (Grifo meu. Karen Santos, p. 11)

Essa é uma experiência de adesão estratégica às normas sociais (MAHMOOD, 2006). Isto é, para habitar um ambiente institucional de poder que sistematicamente exclui pessoas, sobretudo mulheres negras, e, portanto, ter uma posição que possibilite que a presença, as ideias e as demandas dessa parcela da população cheguem a este espaço público, a Vereadora submete-se estrategicamente às normas sociais brancocêntricas que fazem com que um colega, assessor do governo, acredite ser aceitável dizer a uma Vereadora que ela possui “uma beleza selvagem”. Esse “elogio” racista traduz um exemplo de uma série de experiências de violências que as mulheres negras sofrem, consideradas em um quadro mais amplo, dentro das instituições (AKOTIRENE, 2020b, p. 184). Também performa precisamente o que nota Grada Kilomba (2019, p. 33) quando esta afirma que “no âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência”.

O que transparece nas narrativas aqui reunidas é, de um lado, a potencialidade que a legalidade possui para estender os seus tentáculos quando tensionada por movimentos que a enxergam como um sistema que protege e reproduz uma ordem social fundamentalmente ilegítima (FRITSVOLD, 2009) e que apresenta resultados sistematicamente desiguais.

O que o sistema jurídico faz ao operar desta maneira é “neutralizar-se”, é incluir e criar essas novas identidades de maneira a seguir renovando a estrutura de poder hegemônica que o retrata a partir de lentes neutras e objetivas. É como se ele dissesse: eu incluí as sujeitas oprimidas, logo eu não tenho como prover resultados desiguais, eu sou feito para tratar todos igualmente.

A CJ das Vereadoras, neste panorama, é expressa por meio de narrativas hegemônicas. Isso porque, a branquitude opera para neutralizar o fato de que o sistema jurídico reproduz as hierarquias sociais e fabrica, por meio de processos de exclusão, as sujeitas que dizem meramente representar. Neste sentido, o tratamento “igualitário” que o direito dá a pessoas que estão em posições sociais diferenciadas e hierarquizadas não faz mais do que reproduzir e estruturalmente sistematizar essas mesmas hierarquias.

Por outro lado, a consciência jurídica também é expressa em termos de resistências e de posicionamentos estratégicos, sobretudo no que toca às narrativas das Vereadoras cujos marcadores não representam a “régua” social na normatividade de raça, classe e gênero e daquelas que fazem oposição ao governo do Prefeito Sebastião Melo.

Isso porque, ao mesmo tempo que em que a legalidade é observada com cautela e a partir de uma visão de que as instituições jurídicas são compostas por pessoas que, como regra, conformam as “normas” sociais identitárias, ela é empregada como forma de estratégia para avançar as pautas políticas destas parlamentares, ou gerar discussões sobre os temas que lhe são relevantes. A legalidade, neste contexto, é ponto fundamental para produzir essa resistência.

CONCLUSÃO

A relação entre mulheres e política (e direito) não é um tema atual ou pouco pesquisado no Brasil ou no panorama mundial. A extensa bibliografia consultada para escrever esta tese de doutorado é testemunha disso.

A contribuição que eu proponho ao estado da arte desta área de estudos, neste contexto, está amparada tanto na proposta metodológica da pesquisa em si, quanto na teórica. Isso porque, no que concerne ao primeiro aporte, a tese tenta trazer ao Brasil a nova perspectiva fornecida pelos estudos sobre a consciência jurídica que, em que pese consolidados no norte global, aqui são pouco explorados. Isso porque, conforme vimos no tópico 3.1, são poucos e escassos os estudos que se utilizam e inquirem sobre a consciência jurídica em terras brasileiras. Ainda, portanto, que este ramo de investigação não seja algo novo em si mesmo, é algo que, em língua portuguesa, foi pouco explorado e possui uma gama bastante grande de possibilidades e *insights* para a pesquisa sociojurídica no Brasil.

No que diz respeito ao segundo aporte, isto é, o teórico, a tese propõe uma análise conjunta entre consciência jurídica e interseccionalidade, amparada na concepção de uma consciência jurídica interseccional, a partir da qual compreendo que a CJ das sujeitas entrevistadas não sai de um nada, de um vácuo. Ao contrário, ela está inteiramente demarcada pelos cruzamentos e pelas avenidas identitárias que atravessam suas experiências corporificadas pautadas por sistemas de gênero, raça, classe, sexualidade, aptidão corporal, nacionalidade, religião, com a vivência do direito. A maneira como a consciência jurídica aparece e se apresenta, nesta senda, não pode ser descolada de uma análise que perpassa por sua intrínseca relação com os marcadores sociais da diferença.

Foi a partir desses dois subsídios iniciais que me aventurei a investigar de que maneira os marcadores sociais da diferença que permeiam as experiências das Vereadoras da Câmara de Porto Alegre relacionam-se com a consciência jurídica por elas expressada. Para materializar a tese, parti da concepção que este trabalho foi produto de uma construção coletiva. Tanto a partir das colaborações das Vereadoras que concordaram em me conceder

entrevistas, como das pesquisadoras cujos trabalhos serviram de lentes teóricas.

É por isso que esta tese é uma produção situada de conhecimento. Conforme expus na introdução deste trabalho, não propus, desta feita, uma análise acachapante sobre a intersecção dos marcadores sociais das Vereadoras com a produção da consciência jurídica, mas tezi considerações sobre o meu objeto de pesquisa neste local geográfico, neste tempo histórico, a partir da minha própria subjetividade enquanto investigadora.

Foi demarcada por essa proposição de produção de conhecimento situado que expus o debate teórico sobre as perspectivas da representação política de Hanna Pitkin. Apresentei seus impactos em termos de como opera, na prática, quanto à representação de grupos identitários e dos resultados democráticos de um sistema que sistematicamente elege pessoas que não representam, em termos de gênero, raça e classe, a população brasileira.

Também por isso localizei os marcos jurídicos e jurisprudenciais no que tange à evolução da legislação do país cujo escopo é, justamente, corrigir as ausências nos Poderes eleitos por meio de ações afirmativas que objetivam promover uma maior participação política, notadamente, de mulheres e de pessoas negras. Destaco, no ponto, que na proposta de falar sobre o meu objeto a partir dessa perspectiva situada, também procedi uma exposição sobre o caminho da representatividade de mulheres, e de mulheres negras, junto ao meu *locus* de pesquisa: a Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Uma vez que me propus a trabalhar mediante uma honestidade metodológica, apresentei, também, meus próprios percalços sobre o caminho percorrido no contato e na realização das entrevistas. Foi por isso que dediquei o tópico 4.1 a tratar dos silêncios com os quais me deparei na realização da investigação, sobretudo aqueles que vieram de Vereadoras de direita. Ainda que eu não tenha me surpreendido com estes silêncios, achei e acho importante refletir sobre eles e sobre como isso veio em prejuízo desta pesquisa. Pareceu-me que estes sutis “nãos” que eu tive das Vereadoras de direita da Câmara de Porto Alegre partiram de um local de desalinhamento político com o tema desta tese: os marcadores sociais da diferença refletidos a partir da interseccionalidade, que é, notadamente, uma teoria cujo coração pertence ao feminismo negro. Penso, neste sentido, na possibilidade de que as

Vereadoras de direita não tiveram interesse em conversar comigo justamente em decorrência do tema que pauta esta tese e onde ele é alocado no espectro político no Brasil.

Um possível desdobramento e proposta de continuidade futura do trabalho seria, neste âmbito, investigar a consciência jurídica de Vereadoras de direita, em especial aquelas que possuem alinhamento político com, por exemplo, o ex-Presidente Jair Bolsonaro. O que elas têm a comunicar em termos da sua relação com o direito em seus cotidianos enquanto mulheres de direita que exercem a vereança? De que outras formas a legalidade surge neste contexto demarcado por mulheres que não necessariamente observam seus próprios marcadores sociais da diferença como algo fundamental para o exercício da política?

Outro percalço que encontrei foi, ademais, a proeminente ausência de alguns MSD durante as minhas conversas com as parlamentares. Dentre eles, por exemplo, a sexualidade e a cisgeneridade. Observei que todas as entrevistadas são mulheres cisgêneras e heterossexuais. Estes MSD, por conseguinte, não fazem parte do vocabulário dos seus cruzamentos identitários. Isso porque estão inseridas dentro de um sistema social cis-heteronormativo. A norma, nesse contexto, passa invisível no regime de inteligibilidade de si. Acrescento, no ponto, que é por esta razão que uma política de presença é relevante. Importa quais ideias são representadas por quem. As ideias não podem ser separadas da presença.

Finalmente, destaco que encerrei a tese analisando as três formas por meio das quais a CJ manifestou-se nas entrevistas com as Vereadoras de Porto Alegre. São elas: ausência do direito; o papel de fiscalizadoras; e a legalidade enquanto hegemonia e resistência.

Na primeira, a CJ aparece intrinsecamente conectada com os marcadores de raça e gênero na medida que, por um lado, estes marcadores são o motor que subjaz à aprovação e à implementação de medidas legislativas que buscam nivelar as desigualdades por eles geradas na disputa eleitoral. Por outro, esses mesmos mecanismos são *insuficientes* para concretizar a realidade a que se propõem: uma na qual a representação política seja mais igualitária e espelhe de forma mais efetiva os recortes de gênero e raça que interseccionam a realidade da população brasileira.

Na segunda percepção, a CJ se materializa no papel de fiscalização que assume protagonismo na compreensão da função das Vereadoras enquanto tal. Essencialmente, as narrativas das entrevistadas revelam que a fiscalização exercida pelas Vereadoras está diretamente ligada à defesa dos direitos já estabelecidos por lei, mas que, na prática, não são desfrutados pela população, especialmente aquelas em situações social e economicamente desfavoráveis. Existe uma desconexão entre os direitos teoricamente garantidos e a realidade vivenciada, o que impulsiona a adoção dessa perspectiva fiscalizatória por parte das Vereadoras.

A legalidade, na alegoria da fiscalização, desempenha um papel crucial nas relações sociais, uma vez que influencia as interações entre as representantes e a população que elas representam. No entanto, esse processo é mediado tanto pelos marcadores sociais da diferença que atravessam a existência das próprias Vereadoras - já que elas enfrentam desafios a partir dessa interseção identitária - quanto pelos marcadores que afetam as próprias cidadãs que ocupam o outro lado dessa equação.

Finalmente, a CJ surge na legalidade enquanto hegemonia, na medida que perpassa as narrativas das Vereadoras a capacidade potencial da legalidade de se estender quando confrontada por movimentos que a percebem como um sistema que protege e perpetua uma ordem social fundamentalmente ilegítima, resultando em desigualdades sistemáticas. Essa dinâmica cria novas identidades e coloca essas sujeitas "dentro" desse sistema.

O que o sistema jurídico faz ao operar desta maneira é “neutralizar-se”, é incluir e criar essas novas identidades de maneira a seguir renovando a estrutura de poder hegemônica que o retrata a partir de lentes neutras e objetivas. É como se ele dissesse: eu incluí as sujeitas oprimidas, logo eu não tenho como prover resultados desiguais, eu sou feito para tratar todos igualmente.

A CJ das Vereadoras, neste panorama, é exprimida por meio de narrativas hegemônicas. Isso porque a branquitude opera para neutralizar o fato de que o sistema jurídico reproduz as hierarquias sociais e fabrica, por meio de processos de exclusão, as sujeitas que diz meramente representar. Neste sentido, o tratamento “igualitário” que o direito dá a pessoas que estão

em posições sociais diferenciadas e hierarquizadas não faz mais do que reproduzir e, estruturalmente, sistematizar essas mesmas hierarquias.

Por outro, a CJ das Vereadoras aparece como resistência, notadamente por meio da mobilização estratégica do direito, ainda que este seja desfavorável no caso, como forma de fomentar o debate e/ou instigar as demais instituições a tomarem uma posição sobre determinados temas. Essa forma de CJ transparece, mormente, nas narrativas das Vereadoras de esquerda da Casa Legislativa, que são oposição ao governo do Prefeito Sebastião Melo, que possui alinhamento da ampla maioria dos parlamentares e governa sem maiores dificuldades.

Neste sentir, ainda que dentro da forma da CJ enquanto resistência, as Vereadoras não deixem de observar a legalidade enquanto as regras da sociedade burguesa, elas optam por aderir estrategicamente a determinadas normas para navegar o ambiente político e promover as políticas que lhes parecem importantes para a cidade.

Finalizo esta conclusão mediante algumas reflexões sobre o futuro da pesquisa. A primeira delas é a necessidade premente de analisar a CJ a partir da perspectiva do MSD da nação e da nacionalidade. Isso porque, as falas e a própria forma como a CJ aparece em uma entrevista está intrinsecamente conectada com os contextos nacional e regional onde ela está sendo produzida. Penso aqui, por exemplo, na fala da Vereadora Karen Santos sobre o fato de que no Brasil há “leis que pegam e leis que não pegam”. Subjaz aqui uma interconexão que eu deixei de explorar neste trabalho e que merece maior aprofundamento e consideração.

A segunda consideração que faço é sobre outras abordagens e técnicas de pesquisa que poderiam ter sido combinadas com as entrevistas em profundidade. Neste sentido, conforme exposto durante o recontar do meu caminho de pesquisa, eu realizei apenas duas observações *in loco* das sessões plenárias (em novembro de 2022), eis que em decorrência da minha estadia no México para o Doutorado Sanduíche estas foram as únicas oportunidades que eu tive de ir às Câmara para assistir às sessões plenárias com a participação de todas as Vereadoras que eram participantes em potencial da pesquisa.

Desta forma, suscito a mim mesma e a outras pesquisadoras uma expansão e combinação futura de observações para além das entrevistas, tais como a observações não somente das sessões plenárias em maior quantidade, como também o acompanhamento de outras aparições públicas das Vereadoras, tais como ida a locais onde elas exercem o papel de fiscalizadoras (escolas, centros comunitários, reuniões com outros órgãos) e onde elas realizam falas diretamente com a população.

REFERÊNCIAS

ABREGO, Leisy J. Legal Consciousness of Undocumented Latinos: Fear and Stigma as Barriers to Claims-Making for First- and 1.5-Generation Immigrants. *Law and Society Review*, v. 45, n. 2, p. 337-370, 2011.

ABREGO, Leisy J. Legitimacy, social identity, and the mobilization of law: the effects of assembly bill 540 on undocumented students in California. *Law and Social Inquiry*, v. 33, n. 3, p. 709-734, 2008.

ABREGO, Leisy J. Renewed optimism and spatial mobility: Legal consciousness of Latino Deferred Action for Childhood Arrivals recipients and their families in Los Angeles. *Ethnicities*, v. 0, n. 0, p. 01-16, 2018.

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *Estadão*, 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/>. Acesso em: 31 de mar. 2023.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020a.

AKOTIRENE, Carla. *Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. São Paulo: Pólen, 2020b.

ALMEIDA, Jéssica Teles de; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. a e Participação Política da Mulher Negra: da visibilização à Inclusão. *Direito Público*, v. 18, n. 98, p. 389-413, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Jeferson; CRISTOVAM, Thaianne Correa. Reflexão teórica acerca do espaço do corpo deficiente no Direito. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 30, p. 14–33, 2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, v. 1, p. 155-195, 2001a.

ARAÚJO, Clara. Cidadania Democrática e Inserção Política das Mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 147-168, 2012.

ARAÚJO, Clara. Gênero e Acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, p. 23-59, 2009.

- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, v.9, n. 1, p. 231-252, 2001b.
- ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. O Desmonte da Educação Superior no Governo Bolsonaro. *IX Encontro Brasileiro de Administração Pública*, São Paulo/SP, outubro de 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- BAINES, Beverley; BARAK-EREZ, Daphne; KAHANA, Tsvi. The Idea and Practice of Feminist Constitutionalism. p. 01-11. In: BAINES, Beverley; BARAK-EREZ, Daphne; KAHANA, Tsvi (Eds.). *Feminist Constitutionalism: global perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- BAISSO, Arley de Mattos. *Entre usos e resistências: um estudo sobre a consciência jurídica de pessoas*. 191 fls. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.
- BARCELLOS, Jorge. *Educação e Poder Legislativo: a contribuição da Câmara municipal na formulação de políticas públicas de educação no Município de Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.
- BILGE, Sirma. Interseccionalidade Desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, v. 8, n. 3, p. 67-82, 2018.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, v. 225, n. 1, p. 70-88, 2009.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- BOGDANDY, Armin von; MORALES ANTONIAZZI, Mariela; FIX FIERRO, Héctor (Coord.). *Ius constitutionale commune en América Latina*. Rasgos, potencialidades y desafíos. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto Max Planck de Derecho Público Comparado y Derecho Internacional, 2014.

- BOHN, Simone. Mulheres Brasileiras na Disputa do Legislativo Municipal. *Perspectivas*, v. 35, p. 63-89, 2009.
- BOITTIN, Margaret L. New Perspectives from the Oldest Profession: Abuse and the Legal Consciousness of Sex Workers in China. *Law and Society Review*, v. 47, n. 2, p. 245-278, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner, 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Senado Federal. Senadores em exercício. 56^a Legislatura. 2019a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>. Acesso em: 7 set. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617. Relator Ministro Edson Fachin. Brasília, 03 de março de 2018. *Diário de Justiça Eletrônico*, 8 mar. 2019b.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 7019. Relator Ministro Edson Fachin, Brasília, 13 de fevereiro de 2023. *Diário de Justiça Eletrônico*, 15 fev. 2023.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277. Relator Ministro Ayres Britto. Brasília, 05 de maio de 2011. *Diário de Justiça Eletrônico*, 13 out. 2011.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275. Relator Ministro Marco Aurélio Mello. Brasília, 01 de março de 2018. *Diário de Justiça Eletrônico*, 07 mar. 2019c.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6341. Relator Ministro Marco Aurélio Mello. Brasília, 15 de abril de 2020. *Diário de Justiça Eletrônico*: 13 nov. de 2020a.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 738. 5 de outubro de 2020. *Diário de Justiça Eletrônico*, 29 out. 2020c.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta 0600306-47.2019.6.00.0000. Relatora Ministra Cármen Lúcia, Brasília, 25 de agosto de 2020. *Diário de Justiça Eletrônico*, 3 out. 2020b.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta 0604054-58.2017.6.00.0000. Relator Ministro Carlos Horbach, Brasília, 1º de março de 2018. *Diário de Justiça Eletrônico*, 3 abr. 2018.

BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 359-369, 2021.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Lígia Fabris. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Direito e Práxis*, v. 10, n. 1, p. 593-629, 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, São Paulo, v. 32, n. 95, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 121-151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CARBADO, Devon W. Colorblind intersectionality. *Signs*, v. 38, n. 4, p. 811-845, 2013.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma Vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CERIONI, Clara. Polícia de SP investiga envio de cabeça de porco para Joice Hasselmann. Exame, 5 de dez. de 2018, atualizado em 14 de fev. de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/policia-civil-de-sp-investiga-envio-de-cabeca-de-porco-para-joyce-hasselmann/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé W.; MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. *Signs*, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

CHUA, Lynette J.; ENGEL, David M. Legal Consciousness. In: VALVERDE, Mariana *et al.* *Routledge Handbook of Law and Society*. London: Routledge, 2021.

CHUA, Lynette J.; ENGELL, David M. Legal Consciousness Reconsidered. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 15, p. 01-19, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Trad. Bruna Barros, Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 01-20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COWAN, Dave. Legal Consciousness: Some Observations. *The Modern Law Review*, v. 67, n. 6, p. 928-958, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRISTOVAM, Thaiane Correa. Uma Análise do (des)Cumprimento das Determinações Legais Concernentes à Igualdade de Gênero na Representação Política à Luz da Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. III Encontro Virtual do Conpedi. *Gênero, Sexualidades e Direito I*, 2021.

CUNHA FILHO, Marcelo de Castro. Consciência jurídica, confiança e Bitcoin: pressupostos para a criação de uma nova moeda. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, ahead of print, p. 01-23, 2020.

CURIEL, Ochy. *La Nación Heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica; en la frontera, 2013.

D'ÁVILA, Manuela. *E se Fosse Você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news*. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2020.

DATASENADO. Secretaria de Transparência. Mulheres na Política: um panorama a partir dos dados do TSE. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/pdf/ApresentaoMulheresn aPolitica.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAVIES, Margaret. Sexuality and Legal Consciousness. *Jotwell*, v. 277, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.

ELLISON, Susan Elen. 'You have to comply with paper': debt, documents, and legal consciousness in Bolivia. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 23, n. 3, p. 523-542, 2017.

ENGEL, David M.; MUNGER, Frank W. *Rights of Inclusion: law and identity in the life stories of Americans with disabilities*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. Subversive Stories and Hegemonic Tales: toward a sociology of narrative. *Law and Society Review*, v. 29, n. 2, p. 197-226, 1995.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan. Conformity, Contestation, and Resistance: An Account of Legal Consciousness. *New England Law Review*, v. 26, n. 3, p. 731-750, 1992.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan. *The Common Place of Law*. Stories from everyday life. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

FRITSVOLD, Erik D. Under the Law: Legal Consciousness and Radical Environmental Activism. *Law & Social Inquiry*, v. 34, n. 4, p. 799-824, 2009.

GÓNGORA MERA, Manuel Eduardo. La Difusión del Bloque de Constitucionalidad en la Jurisprudencia Latinoamericana y su Potencia en la Construcción del *Ius Constitutionale Commune* Latinoamericano. In: BOGDANDY, Armin von; MORALES ANTONIAZZI, Mariela; FIX FIERRO, Héctor (Coord.). *Ius constitutionale commune en América Latina*. Rasgos, potencialidades y desafíos. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto Max Planck de Derecho Público Comparado y Derecho Internacional, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALLIDAY, Simon. After Hegemony: The Varieties of Legal Consciousness Research. *Social & Legal Studies*, v. XX, n. X, p. 01-20, 2019.

HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. *Politics and Gender*, v. 3, n. 2, p. 248-254, 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble*. Durham e Londres: Duke University Press, 2016.

HARDING, Rosie. 'Dogs are "registered", people shouldn't be': Legal consciousness and lesbian and gay rights. *Social and Legal Studies*, v. 15, n. 4, p. 511-533, 2006.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

- HERTOGH, Marc. What's in a Handshake? Legal equality and legal consciousness in the Netherlands. *Social and Legal Studies*, v. 18, n. 2, p. 221-239, 2009.
- HERTOGH, Marc; KURKCHIYAN, Marina. 'When politics comes into play, law is no longer law': Images of collective legal consciousness in the UK, Poland and Bulgaria. *International Journal of Law in Context*, v. 12, n. 4, p. 404-419, 2016.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- hooks, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HULL, Kathleen. Legal Consciousness in Marginalized Groups: The Case of LGBT People. *Law & Social Inquiry*, n. 41, v. 3, p. 551-572, 2016.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KIRKLAND, Anna. Think of the Hippopotamus: Rights Consciousness in the Fat Acceptance Movement. *Law and Society Review*, v. 4, n. 2, p. 397-432, 2008.
- KUCKARTZ, Udo. *Qualitative Text Analysis: a guide to methods, practice and using software*. Los Angeles: Sage Publications, 2014.
- KULK, Friso; HART, Betty de. Mixed Couples and Islamic Family Law in Egypt: Legal Consciousness in Transnational Social Space. *Oñati Socio-Legal Series*, v. 3, n. 6, p. 1057-1069, 2013.
- LIU, Qian. Legal Consciousness of the Leftover Woman: Law and Qing in Chinese Family Relations. *Asian Journal of Law and Society*, v. 5, n. 1, p. 07-27, 2018.
- LOIS, Cecília Caballero; CASTRO, Carolina Soares Castelliano Lucena de. Feminismo Estatal, Injustiças, Metapolíticas e a Formação do Rol de Legitimados do Controle Concentrado de Constitucionalidade. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (Coord.). *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: JusPodivm, 2018.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- M'CHAREK, Amade. Race, Time and Folded Objects: The HeLa Error. *Theory, Culture & Society*, v. 31, n. 6, p. 29-56, 2014.
- MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, Agência e Sujeito Liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egípto. *Etnográfica*, v. X, n. 1, p. 121-158, 2006.

MARCINIK, Geórgia; MATTOS, Amana Rocha. 'Mais Branca que eu?': uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, p. 01-15, 2021.

MARTINS, Luís Fernando Santos. *Racismo Estrutural e Concentração Fundiária no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da sociologia histórica*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Adilson José. *Pensando como um Negro: ensaio de hermenêutica jurídica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; NARDI, Henrique Caetano. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Revista de Estudos Feministas*, v. 17, n. 2, p. 569-594, 2009.

MORITZ, Maria Lúcia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996-2016). *Gênero na Amazônia*, n. 15, p. 34-48, 2019.

MOTTA, Alda Britto da. As Dimensões de Gênero e Classe Social na Análise do Envelhecimento. *Cadernos Pagu*, v. 13, p. 191-221, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. Gênero e Geração: de articulação fundante a "mistura indigesta". In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do.. (Org.). *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

MOUSTAFA, Tamir. Islamic Law, Women's Rights, and Popular Legal Consciousness in Malaysia. *Law and Social Inquiry*, v. 3, n. 1, p. 168-188, 2013.

MUNGER, Frank. Constitutional Reform, Legal Consciousness, and Citizen participation in Thailand. *Cornell International Law Journal*, v. 40, n. 2, p. 455-476, 2007.

NIELSEN, Laura Beth. Situating Legal Consciousness: experiences and attitudes of ordinary citizens about law and street harassment. *Law & Society Review*, v. 34, n. 4, p. 1055-1090, 2000.

NISAR, Muhammad Azfar. Legal Consciousness of the Third Gender Category in Pakistan. *Gender and Society*, v. XX, n. X, p. 01-23, 2017.

NOWELL, Lorelli S. *et al.* Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 16, p. 01-13, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *CEPALSTAT*. 2019a. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=178&idioma=e>. Acesso em: 7 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Observatório de igualdade de gênero da américa latina e do caribe*. 2019b. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>. Acesso em: 7 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Observatório de igualdade de gênero da américa latina e do caribe. *Poder Legislativo: porcentagem de mulheres no órgão legislativo nacional (Câmara baixa ou única)*. 2018. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou>. Acesso em: 7 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Observatório de igualdade de gênero da América Latina e do Caribe. *Mulheres Vereadoras Eleitas*. 2018. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/mulheres-vereadoras-eleitas>. Acesso em 23 de set. 2022.

PACHECO, Marcelo Golfetti. *Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo*. 212 fls. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo; NOLL, Maria Izabel. Eleições municipais em Porto Alegre (1947-1992). *Cadernos de Ciência Política: série relatos de pesquisa*, Porto Alegre, n. 4, 1996.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 76-85, 2011.

PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, 2. ed., p. 01-08, 2015.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 339-363, 2011.

PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence: the political representation of gender, ethnicity, and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1972.

REA, Caterina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, 2018.

RESENDE, Letícia Maria de. *Mulheres nos Espaços de Decisão: mecanismos afirmativos e paridade de gênero na política institucional do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Dialética, 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICHMAN, Kimberly D. By Any Other Name: the social and legal stakes of same-sex marriage. *University of San Francisco Law Review*, v. 45, p. 357-387, 2010.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2019.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: Do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, p. 01-54, 2021.

RODRIGUES, Eduardo. Governo Bolsonaro manda cortar 87% de verbas para ciência e tecnologia. *Estadão*, São Paulo, virtual, 8 de out. 2021.

OHDEN, Fabíola. Considerações Teórico-metodológicas sobre Objetos Instáveis e Ausências Presentes: analisando processos de materialização do desejo feminino. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. *Políticas Etnográficas no Campo da Ciência e das Tecnologias da Vida*. Porto Alegre: UFRGS; ABA, 2018, p. 135-158.

RONES, Alan. Posse das deputadas marca crescimento de 18% na bancada feminina. Câmara de Deputados, 2023. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/posse-das-deputadas-marca-crescimento-de-18-na-bancada-feminina>. Acesso em: 16 mai. 2023.

SACCHET, Teresa. Representação Política, Representação de Grupos e Política de Cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revistas de Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SALDAÑA, Paulo. Bolsonaro desconsiderou 1º da lista em 40% de nomeações para reitor de universidades federais. *Folha de São Paulo*, 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/bolsonaro-desconsiderou-1o-da-lista-em-40-de-nomeacoes-para-reitor-de-universidades-federais.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, Natália Neris da Silva. Vozes negras no Congresso Nacional: o movimento negro e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 39º Encontro Anual da ANPOCS, GT32 - "*Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas*", 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e Poder: revisitando o "medo branco" no século XXI. *Revista ABPN*, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. *Las Mujeres y los Derechos del Hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1844*. Trad. Stella Mastrangelo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

SILBEY, Susan S. After Legal Consciousness. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 1, p. 323-368, 2005.

SILBEY, Susan S. Studying Legal Consciousness: building institutional theory from micro data. *Droit et Société*, v. 100, n. 3, p. 685-731, 2018.

SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (Coord.). *Constitucionalismo Feminista*. Salvador: JusPodivm, 2018.

SILVA, José Afonso da. Estrutura e Funcionamento do Poder Legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, v. 47, n. 187, p. 137-54, 2010.

TAYLOR, Whitney K. Ambivalent Legal Mobilization: Perceptions of Justice and the Use of the Tutela in Colombia. *Law and Society Review*, v. 52, n. 2, p. 337-367, 2018.

VALVERDE, Mariana *et al.* *Routledge Handbook of Law and Society*. London: Routledge, 2021.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, v. 52, p. 01-17, 2016.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La sexualización de la raza. *Memorias del 1er. Encuentro Latinoamericano y del Caribe. La sexualidad frente a la sociedad*, 2008.

WANG, Hsiao-Tang. Justice, Emotion, and Belonging: Legal Consciousness in a Taiwanese Family Conflict. *Law and Society Review*, v. 53, n. 3, p. 765-790, 2019.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

WYLIE, Kristin; DOS SANTOS, Pedro; MARCELINO, Daniel. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 01-28, 2019.

YOUNG, Kathyine M. Everyone Knows the Game: Legal Consciousness in the Hawaiian Cockfight. *Law and Society Review*, v. 43, n. 3, p. 499-530, 2014.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 13, p. 193-209, 2006.

ZAMBRANO, Elisabeth. Parentalidades “Impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006.

APÊNDICE I - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

PERFIL DA ENTREVISTADA

Nome:

Gênero:

Idade:

Cor:

Deficiência:

Naturalidade:

Estado Civil:

Filhos:

Escolaridade:

Área de formação:

Orientação sexual:

PERGUNTAS

1. Como foi sua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora? Como foi seu percurso de campanha? Qual é o perfil dos seus/uas eleitores/as?
2. Como funciona o seu dia a dia na Câmara?
3. O que você pensa de seus colegas?
4. De que forma você se assimila ou diferencia deles?
5. Você pode me contar sobre algumas das dificuldades na atuação enquanto Vereadora? Como você lida com elas? Você poderia falar mais sobre as suas ações e as ações de seus colegas envolvidos nas situações que você narrou?
6. Você se serve do Regimento Interno da Câmara para resolver as situações?
7. Quais discursos você movimenta para articular a aprovação das pautas que você representa na Câmara? Exemplos: Direitos Humanos, Regimento Interno, Direitos Fundamentais.
8. Você se descreveu como uma _____ (mulher, negra/branca, cis/trans, etc). Você acredita que essas marcas sociais afetam seu trabalho na Câmara? De que forma?

9. As pautas que você representa, você acha que o direito oferece soluções imparciais, soluções do tipo “quem sabe jogar ganha” ou que ele representa um empecilho para elas?
10. De que forma você observa a relação entre a sua atividade política enquanto Vereadora com o direito?
11. Você já teve experiências junto ao Poder Judiciário na condição de Vereadora? Quais? Quando? O que levou você a elas? Quais os tipos de temas você acha que acabam sendo judicializados?
12. Você recorre ao Poder Judiciário para rever decisões tomadas no âmbito da Câmara? E pela Prefeitura? Qual a sua opinião sobre isso?
13. De que forma essa judicialização impacta no cotidiano da Câmara de Vereadores?

APÊNDICE II - ABGAIL PEREIRA

[Entrevistadora] Então, é, a tua identificação de gênero, por favor.

[Abgail Pereira] Feminina, mulheres cis, hétero. Até agora, nunca é tarde pra se descobrir né.

[E] Nunca é tarde, exatamente. Idade?

[AP] 62

[E] A tua identificação étnico-racial?

[AP] Cara, tu sabe que na minha certidão fala que eu sou branca, eu me incomodo com isso, não porque minha tez é mais clara, mas quando eu olho a minha árvore eu percebo assim né, o meu avô era negro, minha vó era alemoa, então é uma miscigenação. Eu poderia dizer que eu sou parda, entendeu? O cabelo pixaco, quer dizer, eu tenho meu pé lá na África, né? Mas enfim, na minha certidão está como branca. Eu me enxergo como parda. Eu me enxergo parda. Minha mãe dizia que eu era bugra. Não sei se esse termo sabe?

[E] Tu te identifica ou tem como uma Pessoa com Deficiência?

[AP] Com 62 anos a gente começa a ser Pessoas com Deficiências. Eu tenho uma concepção de que isso, tu tem deficiências é, que tu nasce com ela né ou por vezes tu adquire. E infelizmente ainda não somos uma sociedade que entendeu o papel da vacina, né? E então tu tem uma paralisia infantil e tu adquire uma deficiência por conta disso. Mas eu considero que todas as pessoas a partir de 60 anos passam a ter deficiências. Então óbvio, eu sou uma deficiente visual, né? Porque por já usar óculos com grau grande, né? Mas enfim, eu não tenho deficiência de locomoção, nem, não tenho né.

[E] É, e a tua naturalidade?

[AP] Eu sou de Caxias do Sul.

[E] E o teu estado civil?

[AP] Casada.

[E] É, te pergunto quantos anos?

[AP] Que eu estou casada? Cara, quase 40. Deixa eu ver, 35.

[E] E tu tens filhos?

[AP] Dois.

[E] As idades e os gêneros.

[AP] Sim, são dois meninos, um com 30 e o outro com 37, 38.

[E] E a tua escolaridade?

[AP] Eu sou graduada, pós-graduada, Sou psicopedagoga.

[E] Bem. Bom, essa foi a primeira parte, assim, mais fechada das nossas perguntas, vou te passar, agora a gente vai... Vou entrar numa parte do questionário que é um pouco mais aberto para a gente conversar mesmo. Então, a minha primeira pergunta é como é que foi a tua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora? Como é que foi o percurso de campanha? Como é que tu te sentiu ou não acomodada para o seu partido? Essas perguntas e esse tema, assim.

[AP] Eu vou falando e aí, se tu tiveres que me interromper, não tem problema, tá? Dá pra questionar alguma, alguma situação, né? Pelo que eu entendi da pergunta tu quer um pouquinho a trajetória, o percurso político né, é, a questão de eleição e partido, né? Muito bem, vamos lá. Eu sou filha única,

mulher, de uma família de 11 filhos. Todos homens, absolutamente todos homens, eu sou a única mulher. Então eu sempre brinco que eu acabei me tornando uma feminista por necessidade, porque eu acho que, no geral, todas nós, porque a sociedade acaba nos impondo essa luta de, de igualdade, de lutarmos por igualdade na medida que as oportunidades não são as mesmas, né? Então, desde cedo eu questionava - obviamente que eu não tinha isso elaborado - mas eu questionava com minha mãe por que que o tratamento comigo era diferenciado, então por que que ela me chamava pras lides domésticas, para ajudá-la nas lides domésticas? Meus irmãos, não. Por que que ao brincar na rua, e a gente brincava muito na rua, né? Porque que eu, ela, ela questionava as brincadeiras de menino, de eu participar das brincadeiras com os meninos e eu tinha que estar dentro de casa mais cedo que os meninos. Então tinha uma série de coisas que me incomodavam e eu questionava muito isso a ponto de bater pé mesmo. E tipo, não, eu não vou fazer se tu não chamar os meninos também pra fazer. Ah tu precisa lavar louça, tá bem, quem vai secar? Quem vai guardar? Eu forçava com ela. Obviamente que naquele tempo e com a concepção patriarcal na sociedade, para minha mãe também soava estranho os meus questionamentos, mas eu insistia né. É isso? Então eu morava na serra e já começava naquele tempo a aflorar essa questão da violência das mulheres, contra as mulheres, enfim. Quando eu estava na sétima série, na época, era assim que se dizia, na sétima série, eu me aproximei do grêmio estudantil da escola. Era uma escola estadual e eu me aproximei do grêmio da escola. Passei a enxergar a partir dali já essa questão do debate mais coletivo, de, de ver a necessidade de políticas públicas. Também não era uma coisa elaborada como eu tenho hoje, mas era um pouco a minha aproximação do debate político. Bom, ao fazer isso, na cidade, foi criada uma união de mulheres, em 81, uma união de mulheres da cidade e me convidaram para fazer parte, já. A instalação desta entidade, é, lotou o plenário, assim, de uma capacidade de 500 mulheres, pra teres uma ideia. Na oportunidade eu convidei minha mãe para ir junto e ela, e ela me pediu “que que é isso?” “Ah, para discutir os direitos das mulheres”, “que direitos? Sempre soube que eu tinha deveres”. Esta foi a resposta dela. E mais eu, assim mesmo, me aproximei, me tornei depois Presidente dessa entidade, exatamente por, por esse debate todo e torno das, das mulheres e me tornei

Presidente que chamava UCA: União de Mulheres Caxienses. Na época tinha esse debate, não sei, vocês são muito jovens, mas pode, eventualmente, pela imprensa ter tido acesso. E uma moça do Paraná em que o namorado ateou fogo nela e ela queimou inteira e na época o Nick Lauda, corredor, ele ajudou e ele se solidarizou e bancou um macacão para ela, que seria a pele dela, ela tinha que usar aquele macacão. Nina, se não me engano, era o nome dela. E nós conseguimos levá-la em Caxias, dá o depoimento dela. Digamos que para a época seria a Maria da Penha hoje, que também a partir da, do seu caso individual passou a fazer uma luta disso. Na época era a Tina! Lembrei, o nome dela era Cristina e a gente chamava de Tina. Enfim, a gente trabalhava, então nós trabalhávamos muito já o debate das mulheres. Bom, com a minha participação e a liderança na cidade, já por conta disso, o PCdoB, que é o meu partido, estava neste período na semi clandestinidade, 75, 79 na semi clandestinidade e me convida para ingressar as fileiras do PCdoB. Eu entrei pro PCdoB. Eu recordo que na época nós recebíamos o estatuto do partido de forma mimeografada e era assim, era estranho porque não sabia assim, onde eu vou esconder isso. Eu tinha que esconder, porque num primeiro momento eu não abri esta, é, minha decisão de participar do partido, nem dos meus pais, nem do meu marido já, do meu primeiro marido - pra não estranhar as datas, eu casei em 77, muito moça. E enfim, eu escondia muito assim o estatuto. Teve um período inclusive que na minha rua tinha um senhor que ele era do partidão e a polícia bateu lá e foi no sótão e pegou várias coisas de documentos dele, livros e tal e eu com os olhos estalados e agora? Mas enfim, quando o partido se legaliza, eu assumi publicamente, portanto, o PCdoB. Passei a integrar as fileiras da sua direção. Então é isso, eu começo muito jovem a aproximação da política, inicio pelo movimento de mulheres e depois então me aproximo do partido pela necessidade de ter um partido que nos orientasse também. É, uma atividade, uma militância que começa e que tu vai se expondo na sociedade. Como Presidente da União de Mulheres, eu dava entrevista, fazia campanhas, enfim, eu trabalhava numa entidade que se chamava na época era COMAI, era uma entidade filantrópica que atendia crianças e adolescentes. Eu participei da associação dos funcionários e também nesse debate das reivindicações e eu acabei indo para o sindicato que representava essa categoria e passei a presidir esse sindicato. Entrei como secretária geral e como eu entro no

sindicato? Acho que é uma parte importante da política também. Eu participei de uma assembleia, a assembleia era para definir campanha salarial, dissídio, essas coisas. Na oportunidade eu levantei o dedo, pedi a palavra, a direção, que era uma direção, digamos, daquele tempo antigo de que não havia participação popular. E me olhou estranhamente por eu ter pedido para falar. Mas me deram a palavra. Eu propus que eu queria o debate sobre creches. Eu já tinha filho naquela oportunidade, meu primeiro filho. E aí eu propus que na pauta do dissídio constasse a questão da reserva de vaga, como existia já na lei. Eu queria que estivessem no dissídio. Uma empresa, para cada 30 mulheres, tinha que ter uma reserva de vaga numa creche. Então a gente começa exatamente pela creche, pela necessidade de termos esse equipamento social tão importante. E hoje, nos dias atuais, ainda com um déficit tão grande de vagas de creche. Muito bem, então eu passo a fazer parte do sindicato. Eu acabei sendo Presidente do sindicato por três gestões. No sindicato tu acaba, então, tendo muito uma militância muito maior. E eu passei a ser também de central sindical. Num primeiro momento eu fui da CUT e a CUT, nas suas confederações, eu era Vice-Presidente da Confederação Nacional, da CONTRACS, a Vice-Presidente da CONTRACS, que era dos trabalhadores no comércio e serviços. Posteriormente, e a minha corrente sindical e fundou uma outra central, CTB, que faz 15 anos agora, a daqui do Rio Grande do Sul, a seção Rio Grande do Sul, e eu fui para a sua direção estadual e nacional. Eu fui a primeira mulher secretária da mulher da CTB nacional. Então é um, é um crescente. Desde que entrei no partido, já comecei a fazer parte da sua direção municipal e depois para direção estadual. Cheguei a ser dirigente nacional do PCdoB. E nesse caminho todo, então, muitas campanhas, muitos seminários, muito aprendizado e percorrendo, inclusive, debates internacionais. Mais aqui na América mesmo né, na América do Sul, mas também na América Latina, há muita aproximação com Argentina e Uruguai nesse debate todo das, das feministas, debate por igualdade salarial, então as pautas femininas e chegando. Bom, nessa trajetória toda de exposição, de aprendizado, de contribuição, numa eleição em Caxias do Sul, uma eleição muito disputada e com algumas situações inusitadas, porque já com vários partidos, Caxias sendo uma cidade, a maior cidade do interior do Rio Grande do Sul e naquela eleição só tiveram dois candidatos, então foi

muito estranho, chamou muita atenção só ter dois candidatos que se posicionaram. Na época, então, era o Sartori que era candidato e o Pepe Vargas. Sartori já tinha sido Prefeito da cidade e o Pepe também já tinha sido Prefeito. Sartori com o seu Vice, Barbosa Velho, que também já tinha sido Vice dele e eu era candidata a Vice do Pepe. A novidade era eu. A novidade por ser uma mulher e a novidade porque era a primeira vez que eu estaria concorrendo, os outros já tinham, além de concorrer, já tinham exercido o cargo. Então, foi uma eleição muito disputada, assim, com manchete de Zero Hora, de, de jornais com circulação estadual né. Então eu participei de muitos debates de Vice, muitas entrevistas. Então teve uma participação intensa de campanha e disposição, em que eu tive que estudar muito, eu tive que me preparar muito, assim, tipo, situações e aí eu queria fazer um aparte nessa conversa contigo. Os outros concorrentes eram todos homens. O fato de eu ser mulher e concorrendo numa chapa majoritária desta capacidade, com dois, com duas lideranças muito consagradas eleitoralmente e eu chegar ali. Aí tu começa a perceber a dificuldade das mulheres na política, muita, de inclusive, assim, tu subir no palanque, sabe? Coisas assim que parecem corriqueiras, naturais. Eu não sei se pra tua entrevista, mas eu acho que é legal, porque é um recorte mesmo da participação das mulheres. Tem uma frase que é muito recorrente, que me diziam, ela nunca saiu da minha cabeça e eu procuro sempre pensar nela. Muitas pessoas me diziam assim: que coragem. Pela questão inusitada. Que coragem. E outras diziam assim: coragem! Vai! Então, uma de surpresa, outra de estímulo, coragem sempre presente, Pra nós, mulheres, é uma questão de coragem, sem dúvida. Porque tu subir num carro aberto de carreatas, não é a mesma coisa pra um homem que pula, que abre a perna e pula para dentro da caixa de um, de uma caminhonete, pra uma mulher é diferente. Descer é a mesma situação, mas eu não encontrava ninguém que espichasse a mão pra me ajudar, pra descer, nem pra subir. E eu vou discorrer aqui, tu vai ver que essa situação, é uma situação que ela continua. Não foi só lá, ela continua sendo assim, né? Pois eu vou até anotar pra eu lembrar, pra te falar de outra situação parecida com essa, que é bem assim, a questão do diferencial para as mulheres. Enfim, concorreremos, na oportunidade não logramos êxito. O Sartori ganhou a eleição em Caxias. Mas eu me consagro. É aquela situação que diz assim perdeu eleitoralmente, mas

ganha politicamente, por toda uma exposição e por uma unanimidade de quanto eu tinha me saído bem. E a surpresa, inclusive pelo fato de ser mulher, e estar participando do debate de uma cidade, um polo metalmeccânico, uma cidade como Caxias. Bom, depois, então, dessa trajetória ali de candidata a Vice, a minha próxima eleição foi, como, é, no Brasil nós temos essa questão bicameral e de quatro em quatro anos tu tem para o Senado dois candidatos, depois de quatro anos para um que eleger, porque o mandato é de oito anos, só para o Senado. Então coincidiu para que isso fossem dois. E aí nós estávamos no nosso partido, coligados com o PT e o PT solicitou a minha participação para ajudar o Senador Paim. Essa era a proposta: ajudar um homem, ajudar o Senador Paim, que já era, tem 40 anos de Parlamento, foi Deputado e de Deputado, passou a ser Senador. Então, para eu concorrer junto com o Senador Paim, para ajudar a segurar o segundo voto, porque era uma eleição extremamente disputada, né? Na época concorria Rigotto, por exemplo, né? Yeda Crusius, que já era Governadora e concorre ao Senado. Ou seja, eu estou sempre rodeada de titãs, né? E eu nunca me intimidei por isso. Eu acho que essa coragem que eu recebi lá atrás como estímulo me serviu. Ao mesmo tempo, eu observava que o fato de eu estar exposta ajudava, principalmente essas pessoas que me diziam coragem, elas também se estimulavam. Bom, se ela pode, eu também posso. E acho que esse é o grande ganho de abrir portas para que outras mulheres olhem, é, se ela pode eu também posso. Eu acho que, eu destaco isso como uma das principais questões que a candidatura, que as candidaturas sempre contribuíram. E o apoio que a gente tinha. Eu lembro numa oportunidade, em cima de um caminhão, num comício, que era muito comício naquela oportunidade. E aí, uma mulherada, das mulheres negras, puxaram uma palavra de ordem para mim quando me chamaram para falar e elas gritavam, que elas gritavam, “abaixa a ditadura da chapinha!”. E eu achei um barato porque foi bem na explosão das chapinhas, dos cabelos alisados e eu com meus cabelos esvoaçantes. Crespo, né? E elas acharam um barato, porque eu também não sucumbi a esse estereótipo daquela mulher padrão, branca, cabelo liso. Quer dizer, eu sou uma mulher baixinha de cabelos crespos, né? Enfim, lá fui eu e eu adorei. Eu também jamais vou esquecer desse episódio que foi muito marcante, assim né. Quer dizer, é, tu vai quebrando tabus, tu vai quebrando esses estereótipos. Na oportunidade,

Thiane, eu fiz 1.000.551 votos. Então de uma pessoa do interior, nova nesse espaço político, eu fiz mais votos para o Senado do que Yeda Crusius, que era Governadora, tinha saído recém saído de Governadora para candidatar ao Senado. Então mostrou que tinha espaço. Foi uma candidatura que foi acolhida pela sociedade gaúcha. Ganha esse espaço, muito apoio das mulheres, muito apoio das mulheres como essa, com esse componente: está abrindo portas, digamos, para usar o linguajar gaúcho, para que outras mulheres possam participar. Bom, concluída essa eleição, nessa oportunidade, Tarso Genro era candidato ao governo do Estado e Tarso assume o governo e a primeira pessoa que ele convida para o seu secretariado fui eu. E eu assumo a Secretaria de Turismo. A princípio uma pasta que não era muito disputada, uma pasta, digamos, que não tinha um olhar de, como saúde e educação, que são pastas primeiras, obras, enfim. Nós levamos um contingente de CCs de mulheres, muitas mulheres na nossa equipe, porque não era só pela identificação comigo.

[Brevemente interrompidas por uma assessora].

Mas o que eu queria com isso de trazer tantas mulheres? Eu queria um olhar das mulheres. E acho que esse recorte é interessante porque as mulheres raramente são ouvidas, raramente é dada a palavra para as mulheres. Eu queria este olhar das mulheres. Veja bem, o turismo, ele olha exatamente pelo, num primeiro momento, para as paisagens, para o local, para o território. Quem melhor olha para o território e sabe daquele território, como ele é ou deixa de ser? E tem uma frase recorrente que a gente traz, inclusive para nosso mandato, plagiando. Na oportunidade eu dizia em todos os lugares que eu ia como Secretária de Turismo “uma cidade só é boa para o turista se ela é boa para quem mora nela”. Porque o turista vai observar se essa cidade é segura, se essa cidade tem água potável, se essa cidade tem esgoto tratado. Isso faz parte de um bom destino. Ela pode ter uma bela paisagem ou algo que chame a atenção para aquele destino, mas ao a pessoa chegar lá e não ter hospitalidade, ela não é um bom destino. Ela precisa ter estrutura, equipamentos sociais da cidade que contemple. Então ela só é boa para turistas se ela é boa para a cidade. Hoje nós usamos esse mesmo slogan para o nosso mandato de Vereadora né, “uma cidade só é boa para todas as pessoas se ela for boa para as mulheres”. Então, a nossa pauta está colocada

desta forma. Bom, então na Secretaria de Turismo nós criamos muitas políticas públicas e nós conseguimos ter esse olhar de mulheres para com um Estado, um Estado que outrora só enxergava o turismo na Serra Gaúcha a partir de Gramado e Canela, que de verdade é um destino turístico, turístico consolidado. Mas nós temos lugares maravilhosos e que precisavam enxergar o turismo como uma economia, um, um espaço que pudesse ajudar ao desenvolvimento daquela localidade. Então nós passamos a olhar o Estado de forma territorial e nós usamos isso como uma política pública de territorialização a partir do olhar das mulheres. Eu sempre contava com esse recorte, tu percebe? Então nós olhamos para os campos de cima da serra, nós olhamos para os vales, nós olhamos e sempre com muita conversa com as mulheres da localidade. No geral, as turismólogas eram mulheres também - a exemplo da minha chefe de gabinete, que é uma turismóloga e que foi diretora da secretaria que eu dirigia. Muito bem, parando aqui para, para não ficar no debate no turismo, do que a gente fez, enfim, porque nós fizemos lei, nós fizemos, criamos o símbolo que até hoje, criamos por lei, o símbolo de, como a gente chama? A marca. A marca é, turística, e foi nós que criamos na nossa gestão. Então nós criamos muitas coisas assim, positivas, que não foi coisas de governo, foi coisas de Estado. Então fica perene, né? Bom, como a gente teve esse desempenho, digamos, e nós transitamos em todas as Secretarias levando esse debate. Nós não ficamos fechadas em nós mesmas. O que acontece? Eleição seguinte, Governador Tarso Genro, se disponha a ir à reeleição e solicita ao meu partido que me empreste para ser a candidata a Vice-Governadora. Confesso que me assustei. Um Estado como o nosso, com políticos né já com grande trajetória política. Naquela oportunidade, eu estava me preparando para ser candidata a Deputada. Eu estava com uma pré-candidatura bem posicionada, com muito apoio. É, um parênteses, eu fiquei meio triste porque, digamos que o cavalo estava passando encilhado, e eu já tinha feito uma plenária com muitas pessoas de todo o Estado, com muito apoio mesmo, porque nós conseguimos fazer um transitar de, em vários partidos. Então eu tinha apoio de partidos como o PP, Prefeitos do PP, Prefeitos do PDT, Vereadores e até do PSDB. E nós estávamos com esse, com esse apoio. Mas enfim, um convite do Governador Tarso, mais a solicitação, um convite do meu partido, eu declinei da candidatura a Deputada e fui exercer o

papel de candidata a Vice-Governadora do Estado. Obviamente que essa, esse espaço me deu condição de conhecer muito o Estado, muito. Conhecer o Estado com um olhar político, com um olhar de uma mulher que percebe a necessidade das políticas públicas e do que fazer como candidata a Vice-Governadora, eu tinha que ter esse olhar e eu me puxei né, pra todo lugar, eu ter conversa com aquelas pessoas ali, identificar os problemas de cada região, de cada cidade em que a gente percorreu. Aqui, eu anotei, inclusive eu te disse que eu queria fazer mais um recorte das dificuldades de ser mulher política, de ser mulher candidata. Teve oportunidades, e eu sublinhei aqui banheiro, e de tu ir para as cidades e os homens, com todo respeito, mas eles se escondem atrás de uma árvore, quando se escondem, porque às vezes eles só viram de costas para o público e eles dão conta de fazer as suas necessidades fisiológicas, digamos, né? E para nós? A nossa dificuldade? Teve uma oportunidade em que nós estávamos com, quase no final da campanha, eu já tinha passado por tudo aquilo que eu já te falei, de subir em cima de caminhão, de caminhonete, como desce, como sobe, como deve ser. Problema meu. Nós estávamos de avião, com um avião pequeno e estávamos ali, de novo, candidato a Governador, homem, ao Senado, homens, e coordenador de campanha, homens, só eu de mulher. E aí nós, e ir para uma cidade, vem para o aeroporto e pega o avião e vai para outra cidade. Tu fazia quatro, cinco comícios no mesmo dia, na mesma noite. E aí eu comentei com a equipe, “eu preciso fazer xixi”. E aí? Tu não... E tu não tem um espaço. Tu tem muitas cidades no interior que tu tem um aeroporto que, digamos, ele é só uma pista de voo, que tu não tem um aparato que dê conta. Daí tu tem que fazer uma barreira para procurar como é que tu vai dar conta disso? São situações que não passam pela cabeça dos homens. Não passa, não passa. Então pra nós mulheres têm dificuldades assim que parecem... Oi? Mas é assim que é, é assim que é, né? Então obviamente que tu tem que andar também vestida meio como um homem, também isso né? Então tu tem que estar de calçado baixinho, tu tem que estar de calça comprida, é assim que tu tem que estar, tu não pode também, digamos, nós mulheres também gostamos de estar com uma roupinha mais decotada ou uma sainha. Não, não, tu tem que te vestir igual um homem, né? São recortes que a gente precisa se atentar da dificuldade das mulheres se aproximar, das mulheres se aproximarem da

política também sabendo que aqueles homens todos que tem ali, eles tem filhos. Nunca ninguém se pergunta onde estão esses filhos, com quem estão esses filhos? Mas com nós mulheres perguntam. Como que tu estás dando conta da campanha? Como é que está tua casa? E teus filhos? Com quem estão? Para nós, mulheres, porque essa questão do cuidado, nós não nascemos cuidadoras, mas o mundo nos atribui a essa tarefa de cuidadoras. E nos cobra! E nos cobra, com quem tu deixou. Se tu leva, tu traz um filho para uma atividade dessas num debate político e a criança tá lá, incomodada e acaba incomodando todo mundo, porque é isso. É incômodo que é visto. Né, tu não tem um espaço que acolha as mulheres e os filhos das mulheres, não tem. E aqui, de novo, o recorte. O meu gabinete tem brinquedoteca e nós já entramos com um requerimento com pedido para mesa pedindo uma brinquedoteca na Câmara de Vereadores para que as mães possam vir e que as crianças tenham um espaço acolhedor para que ela possa participar. E é este olhar que as mulheres acabam trazendo para a política também, de uma sensibilidade que para nós participar é a nossa terceira jornada, é a nossa terceira jornada. Porque tu trabalha, tu tem o trabalho doméstico que tu tem que dar conta. Quer dizer, em campanhas eleitorais, eu tinha que ter uma mala dentro do carro e por vezes eu não tinha onde me trocar, eu tinha que me trocar no banco de trás do carro, te agacha aí e te troca de roupa aí mesmo, né? É assim que é? Então como é que é pra nós participarmos da política? Tu tem que ter esse olhar de aproximar as mulheres. Ontem mesmo, Thaiane, nós tivemos aqui uma conversa com o Presidente da Casa e eu dizia a ele. Nós, nós queríamos, nós propomos a ele fazer uma atividade aqui de um lançamento de um livro do Senador Paim, aqui. Então, essa aproximação com o Senador. E aí eu dizia a ele: “só que não pode ser à noite”, porque nós queremos que mulheres participem. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ela é deslocada de um perímetro mais de circulação de pessoas e de carros. Ela está deslocada, certo? Nós já tivemos essa experiência de ter atividade à noite aqui, que tu tem dificuldade porque nem o Uber não vem. Tu não tem ônibus que circule aqui. É muito reduzido, né? Tu não tem lotação com circulação também aqui em horário da noite, também é reduzida. Então tu impede que mulheres possam vir. Então também tu tem que pensar em atividades que contemple as mulheres. Quem tem esse olhar? Só nós

mulheres, os homens nunca pensaram nisso. Eles não pensam nisso, né? Tu veja bem, outra, outro detalhe. Quando eu estava concorrendo ao Senado e o Senador Paim me convidou para fazer uma visita ao Senado em Brasília, para surpresa, não tinha banheiro feminino no Senado. Ele é bem recente o banheiro que existe lá, bem recente. Pra tu veres como a política é masculina, ela é total masculina e as poucas mulheres que hoje conseguem se aproximar vai tentando mudar. A gente usa uma frase da Michelle Bachelet, que hoje exerce a função de executiva da ONU. E a Michelle Bachelet nos diz: “quando uma mulher entra na política, muda esta mulher, mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política”. E isso para nós é um mantra, porque nós precisamos mudar a política, entendeu? Eu me emociono até de falar isso, porque cada vez mais a gente vai tendo esse olhar de que como a política é masculina e é em ela sendo masculina, ela não olha para as políticas públicas que nos contemple. Aí tu vai num bairro e o presidente do bairro é um homem, no geral, mas ele tem que perguntar para as mulheres: tem vaga na creche? Elas que sabem. Tem posto de saúde? Tem médico no posto de saúde? Tem medicação na farmácia popular? São as mulheres que sabem. Falta água? As mulheres que sabem. Professor de geografia está tendo na escola? As mulheres que sabem. Quem cuida da agenda escolar das crianças são as mulheres. Quem cuida da saúde da família são as mulheres. As mulheres fazem política cotidianamente, mas nós ainda enxergamos a política como uma questão partidária. Não, as mulheres não estão na política. Elas fazem política cotidianamente, diuturnamente. Elas fazem a política. Elas denunciam as situações dos ônibus lotados. Eu não sei se chegaste a ver ontem a Zero Hora faz uma denúncia dos ônibus lotados. O que que acontece, além do desconforto e de tu viajar um período grande de pé, tu tem uma outra denúncia aí, que é o abuso sexual, que é a incomodação, que é o assédio dos homens se esfregando nas mulheres, por vezes ejaculando nas mulheres. São denúncias reais, reais. O absurdo que acontece, né? Então tu percebe quanto as mulheres fazem política? Elas fazem, mas elas não conseguem participar da vida partidária e se dispor a concorrer, porque, por exemplo, no mundo sindical que eu participei, que também é um mundo masculinizado e mesmo na política, o que que tu percebe? Vamos lá, vamos preparar uma atividade, as mulheres distribuem material convidando, elas, por vez, é elas que redigem, é elas que,

que que fazem todo esse material, são elas que montam mesa, e põe água, e põe a faixa, e põe enfeite, olha o som, olha tudo. Na hora que inicia, elas entregam o microfone para um homem. É assim que é. Tu entendeu este olhar, que passa despercebido para os homens que é assim, mas para nós não, nós sentimos isso. Bom, deixa eu acelerar para ti. É, e depois concorrer à Vice-Governadora, o que que eu concorri? Eu concorri ao Senado novamente. Eu concorri duas vezes. Nesta última eleição do Senado, então, eu concorri com o Senador Paim novamente. Uma eleição mais disputada ainda, que foi toda a eleição nacionalizada, em que nós tivemos ali o Senador que elegeu, Heinze, tu tinha mulheres, Carmen Flores, que depois foi denunciada, inclusive pelo uso do dinheiro público, enfim. E muitas mulheres laranjas também, que é isso que também acontece com a lei. A lei de cota dos 30% foi uma lei que o movimento feminista estimulou para que se tivesse, debateu, gritou, bradou e aconteceu. Com a chegada desta lei, que os partidos têm que ter os 30%, e aí eu entro também na pauta que tu me coloca aqui de partido, no geral, os partidos passaram a usar as mulheres como laranja. Tu percebe essa jogada né? Porque tem que ter 30% de gênero. Então traz as mulheres, mas elas ó, “tu vai ser candidata, tu me prepara toda documentação, só que tu não vai concorrer tá? Tu não precisa pedir voto, nada, porque não vai concorrer e pronto”. Porque se ele não tiver esse número de mulheres, ele tem que o que? Diminuir o número de homens, né? Então, aconteceu muito disso. Aí o movimento feminista se deu conta disso e passa a lutar para que tenha, junto com a lei de cota, a lei de financiamento e de tempo de TV. Já avançou. Opa! Agora já não dá mais para ser laranja, porque tu tem que estar na TV, tu tem que receber valores e tu tem que comprovar. Mesmo assim, a gente tem recebido denúncias de que os valores eram repassados para as mulheres, mas depois desviado para outros homens. Onde? Na TV em que a mulher aparecia calada, somente ela e o *letter* do nome e os homens falando. Então o espaço de TV era isso. Lei Falcão lá de outrora. Então, o fato, tu vai discutindo leis e aprovando leis, mas tu percebe o quanto tu tem que ainda furar barreiras e com cotovelada, e é assim, com chute, é assim que é, porque homem nenhum dá espaço para as mulheres. E nós que temos que lutar e buscar esse espaço. Bom, concorro ao Senado, mesmos problemas, identificando essas coisas e consigo fazer 1 milhão de votos, né? Então tinha Beto Albuquerque também

concorrendo. Quer dizer, tu tinha um contingente de homens, nomes consolidados na política. E de novo a gente consegue lograr esse êxito de 1 milhão de votos. Muito bem. Depois disso, então, eu fui trabalhar, eu trabalhei na Assembleia Legislativa, quando a Manuela foi Deputada, eu trabalhei junto. Ela era liderança, eu era, então, a assessora para a liderança. Trabalhei cerca de um ano e meio na Assembleia Legislativa, dois anos. E depois, então, dessa eleição no Senado eu passei a integrar a assessoria do Senador Paim. Ele, por reconhecimento de todo o desprendimento que eu tive e de toda ajuda que eu acabei emprestando a ele, ele me convidou para fazer a assessoria dele, não pra ir pra Brasília, para ficar aqui, exatamente, e fazer a representação política dele na, nesse eixo Porto Alegre-Serra, Porto Alegre-Caxias. Então, todas as atividades eu participava, eu ajudava ele na elaboração né de políticas e propunha situações de projetos para ele e fazia a representação política dele aqui, né? Trabalhei com ele até janeiro agora, quando eu me exonero, porque eu concorri a Vereadora, na oportunidade eu tive grandes dificuldades. Eu transfiro o meu título para Porto Alegre, eu me instalei em Porto Alegre, já tem mais de 15 anos que eu estou em Porto Alegre, desde que vim trabalhar, que concorri lá atrás ao Senado, eu vim pra Porto Alegre. Um filho ficou em Caxias com meus netos, lá em Caxias, e o outro me acompanhou, que ainda é solteiro e ainda mora comigo, o de 30, mora comigo ainda. E aí então eu concorro e faço uma plenária dia 10 de março, linda, maravilhosa e no dia 12, 13 de março se instala a pandemia né? Eu tenho problema de saúde, eu tenho diabetes. Digamos que não é um problema, mas é uma dificuldade, uma comorbidade e fato de ter diabetes, eu comecei, eu comecei a campanha, eu fui em alguns bairros. Como eu já era, digamos, conhecida, as pessoas chegavam, queriam tirar fotos, te abraçar, o que para a gente é muito bom, qualquer político gosta disso. Mas eu tinha esse impedimento. E nos bairros eu tinha muita dificuldade das pessoas usarem máscaras. E não era muito assim. E aí eu tive uma reunião da coordenação. Não sei se tu tava nessa reunião Camila? [pergunta à assessora] Em que eu disse: está decidido que eu não vou ganhar essa eleição. E o pessoal da minha coordenação assustou. Eu disse, não, a partir de hoje eu não vou mais, eu só vou, em campanha, em lugares abertos. Não me leve para casa, dentro de casa de ninguém. Então eu vou, tipo, eu vou para a feira, eu vou para o Gasômetro, eu vou para os parques, lugares abertos e, e

de máscara. Portanto, para tu fazer uma foto, postar, já não é a mesma coisa né, que uma campanha eleitoral. E eu acabei fazendo reuniões. Minha campanha foi online, porque eu fazia as reuniões online com grupos pela internet. Para nós da esquerda, pode ser que para alguns isso foi tranquilo, mas para nós, da esquerda, que gostamos de falar e sabemos que faz diferença tu aproximar as pessoas da política é no toque, é no olhar. É de tu estar presente, é de tu sentar na casa da dona Joana e tomar um cafezinho com ela. É de tu trocar um chimarrão com o seu Antônio. E isso nós fomos impedidos. E para nós isso era extremamente importante. Nossa, era vital. Era isso que nós precisávamos. Mas se nós considerarmos o fato de ser mulher, o fato de eu estar há pouco tempo, digamos, em Porto Alegre, na oportunidade 13 anos em Porto Alegre, de não, portanto, não estar enraizada num território ainda. Eu fiz mais de 3.000 votos. Foi muito voto, muito forte. Significa que foi uma candidatura bem aceita. Ter feito reuniões pela internet, né? Eu não esqueço uma família inteira que pediu para reunir comigo. Uma moça organizou a família dela e aí a gente mandou o link. Então eu fiquei meio assim assim não, né, Bianca? [chama a assessora] Bianca? Foi a Bia que organizou. A Bia organizou. Era uma família do bairro Petrópolis. E eu entro na reunião. [conversando com a assessora] Oi Bia, tu lembra, eu estou contando a ela agora aquela passagem da família do bairro Petrópolis, que reuniu durante a campanha conosco. E eu me surpreendi. Eu não sei se tu lembra, assim, eu estou tentando falar pra ela que eu me surpreendi porque eu não levei muita fé, porque a moça tinha organizado aquilo. Então tinha assim de todas as idades né, pai, mãe, filho, nora, irmão e tal, numa reunião comigo e se dispuseram inclusive a me ajudar financeiramente na campanha, porque sabiam das dificuldades. Quer dizer, sentiram a firmeza de que era importante ter esse espaço e estava contando que não, que eu não vou esquecer.

[Assessora] E foi uma reunião bem significativa, assim. Foi a convite deles, né? Então foi uma família que ouviu falar, mas já conhecia a Biga das outras, de outras oportunidades e queriam saber as propostas da Biga para, para Porto Alegre. Então elas nos convidaram e nos receberam. Como foi durante a pandemia foi online, mas aí eles reuniram a família toda para nos receber e propor coisas.

[AP] Assim como uma outra grata surpresa do meu querido Canibal, como é que é? Valdir Canibal, Valdir Canibal, uma figura boníssima. Nossa, saudade dele. Era um senhor, Presidente do Sindicato das Panificadoras, panificadoras. Era um padeiro. Uma liderança comunista, uma liderança do bairro, uma liderança dos trabalhadores. E ele, comemorando o aniversário dele. Camila [assessora], eu acho que foi de 80 anos, não foi? Qual era o presente para ele, como ele quis comemorar, cantar os parabéns, online e com toda a família, comigo presente, eu era o presente pra ele. Tu tem noção de um negócio desses? E não tem como não emocionar, né? Eu falo saudades porque ele se foi esse ano, ele se foi. Uma rica дума criatura. E aí reúne, assim, familiares que estão no exterior, inclusive, filhos que moram no Mato Grosso. E aí, todo mundo online, meio dia. Eu entrar na sala, online, um parabéns no zoom, com direito a torta e nós cantarmos os parabéns e ele dar a palavra para mim, para dizer a todos os filhos deles que o presente que ele queria era a minha eleição. Cara, isso não tem preço. Isso não tem preço. Pessoas de diversas idades estarem apostando de que, sim, é possível tu fazer a política diferente, certo? Bom, eu fiz esses votos, ajudei para o quociente eleitoral do nosso partido. Nós conseguimos eleger, nós não tínhamos bancada, nós não tínhamos Vereador, e nós conseguimos eleger Daiana e Bruna, duas mulheres, duas mulheres negras. Também Porto Alegre acorda para essa discriminação de que os negros, e especialmente as negras, não ocupam espaços de poder.

[E] Essa eleição foi um divisor de águas.

[AP] Foi um divisor de águas, quando Porto Alegre elege uma bancada negra com cinco negros com cara, e mulheres Karem, Bruna, Daiana e Laura Sito e mais o Mateus, cinco negros e negras. Então isso foi motivo de muito orgulho da gente ter conseguido participar e contribuir para esta eleição. Eu fiquei de suplente, com a eleição das duas companheiras a Deputada, a Bruna, depois de dois anos, na Câmara, ambas era a primeira vez exercendo o papel de parlamentar. E daí a Bruna vai a Deputada estadual e a Daiana a federal. Então, assumo na Câmara de Vereadores agora em 1 de fevereiro. Então é

recente a nossa chegada aqui, mas a gente chega já mostrando. Esse é o nosso objetivo: mostrar para as pessoas que esse espaço precisa ter a nossa voz. Precisamos ouvir e que nós precisamos abrir mais portas para mais mulheres estarem aqui. Os nossos projetos, Thaiane, a grande maioria deles é relacionada às mulheres.

[E] Vou te interromper nisso porque é basicamente uma das perguntas subsequentes. Mas antes eu queria dar um passo atrás para duas perguntas que me interessam que surgiram na tua fala. Tu falou bastante dos teus eleitores, eleitoras. Eu queria saber quem tu pensa, mais ou menos, que é o teu perfil de eleitores e eleitoras da cidade. E eu queria também, mais especificamente sobre essa campanha de 2020, 2019 né?

[AP] Sim, a campanha em 2019 para a eleição 2020.

[E] Como que foi assim? Bom, tu comentou sobre a lei de cotas, depois sobre o financiamento né, que desde 2018 é obrigatória o 30% ou proporcional à quantidade de candidaturas de mulheres e sobretudo de mulheres negras. Como é que foi o teu financiamento nessa campanha? Como é que o partido te tratou? Porque me interessa saber, assim, algo que apareceu na tua fala que é assim “ah, o direito existe, ele está lá, mas em alguma medida, assim, vai se dando um jeitinho brasileiro de burlar essas regras na maior medida possível”. Então, assim, eu queria ver a partir da tua experiência pessoal, como é que foi isso e teu perfil de eleitores.

[AP] Certo. Bom, o perfil é muito claro: mulheres, né. Mulheres, mulheres trabalhadoras. O fato de eu ter sido sindicalista, ter sido a primeira secretária da mulher na CTB, de ter esse discurso muito voltado para as mulheres trabalhadoras. E quando eu falo trabalhadoras, eu estou incluindo as chamadas, “donas de casa”, que as donas de casa, como se popularmente se chama, nada mais são do que trabalhadoras do lar, trabalhadoras de dentro de casa, porque são trabalhadoras e nós as enxergamos assim, nós a tratamos assim como trabalhadoras. É um diferencial isso, entendeu? Porque, no geral, se trata, digamos, as chamadas donas de casa como pessoas que não

trabalham, é uma categoria que não trabalha, que não tem, e a gente sabe o quanto esse trabalho é embrutecedor, porque tu faz e quase ninguém enxerga, tu só enxerga quando tu não faz. Então um trabalho extremamente exaustivo e nós enxergamos então a dona de casa como uma trabalhadora de casa. Então um perfil de trabalhadoras que são trabalhadoras da área de serviço, mas que são trabalhadoras também de uma classe média. Eu tinha na minha campanha muitas, muitas farmacêuticas, muitas em grupos assim organizado, que me acompanham ainda agora, mas que, digamos, estão num patamar, relacionado às profissões né, médicas, farmacêuticas e enfermeiras. Eu tive muito apoio do pessoal da área da saúde, muito que a gente tem que até chamar, né Camila? Um pessoal lá da PUC, do Hospital da PUC, do Hospital Conceição, do Clínicas, do Femina, né? Então a gente teve muito apoio exatamente por conta do nosso discurso e do olhar para as mulheres. Então, o perfil, óbvio que a gente tem homens. Óbvio, né? Mas são homens que entendem esse nosso discurso. São homens que identificam, não são os homens machistas, digamos, que são aliados de enfrentamento ao patriarcado. São nomes que identificam quando a gente diz que uma cidade boa para as mulheres é boa para todas as pessoas, que as nossas pautas não são específicas nossas, digamos, qual é a nossa pauta específica? É absorvente para enfrentar a pobreza menstrual. Essa é uma pauta exclusiva nossa, digamos, que diz respeito à nossa vida. Agora, para fazer uma comparação, é, quando a gente, as nossas pautas, creche, creche não é um direito da mulher, é um direito da criança - filho de mulheres e de homens -, tu entende a diferença? Então, as nossas pautas são pautas da humanidade que fazem avançar a humanidade. Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede. A pauta contra a violência, quando nós pedimos paradas seguras, iluminação nas ruas, quando nós pedimos, e agora a gente entrou com o projeto do selo Mulheres Seguras, para que o, as casas noturnas, os times de futebol e tal tenham este selo quando tratam de, da proteção, digamos, para as mulheres, nós estamos pensando em enfrentamento à violência de toda a nossa família, não é só para nós, né? Porque tu ter ruas seguras, iluminadas, tu protege a todos, jovens, comunidade estudantil, enfim, não é só para nós. Então são pautas que fazem avançar a humanidade. Então, o perfil do meu eleitorado é este, é esse pessoal que se dá conta de que nós estamos aqui para mostrar. E às vezes, um

parêntese, uma amiga minha diz assim: “Biga, eu faço, eu fico cansada de olhar a tua agenda, de olhar o teu Instagram e vê agora tu tá aqui, agora, tu tá ali dentro, já está lá e tudo. Eu fico cansada só de olhar, como é que tu dá conta? Pra que tanto?” Aí eu falo: “se é para nós estarmos neste espaço e fazer política de forma burocratizada, cumprir o ritual de uma Câmara de Vereadores, sessão segunda, quarta, eventualmente quinta, das sessões solenes, terças as Comissões. Tá bom, e o resto do tempo, não precisa, né? Não, precisa. Precisa. Eu faço agenda, às vezes eu peço para minha chefe de gabinete: “me dá um tempinho para eu fazer a unha? Pelo amor de Deus, me dá um tempinho pra eu ir ao médico. Põe na agenda, eu preciso. Eu sou uma pessoa normal”. Mas o fato é que é a agenda pegada. Pra quê? Por que eu faço tanta agenda? Por que que eu visito tantos bairros? Por que que eu vou no posto de saúde e alguém que está lá esperando pra ser atendido, um senhor, a Soraia estava comigo, não, era o Latino que estava comigo né? E eu, e o senhor diz assim: “que isso, uma Vereadora em época que não é de campanha eleitoral aqui no posto? As pessoas se surpreendem. Mas é exatamente isso que eu quero, mostrar que o meu, o fato de eu estar aqui é para mostrar que dá para fazer uma política diferente. A política pode ser feita de forma diferente, que dá para dizer para o povo que a política pública impacta a sua vida. Então eles têm que se aproximarem da política. Eles tem que dizer como, esta visita que eu fui fazer lá no bairro São José, no posto de saúde Vila Vargas deles, eu tinha recebido denúncias que não tinha médicos e eu fui lá para ver *in loco*. É isso que tu tem que fazer. Então tem que mostrar de que dá para fazer a política diferente, que não é essa tradicional, e tentar fazer com que o povo se aproxime da política. É um olhar diferenciado. Então, esse perfil, respondendo um perfil, esse é o perfil das pessoas que se aproximam de mim, que eu quero aproximar cada vez mais, como ontem eu fui visitar uma escola lá na Rubem Berta, uma escola, conversar com a diretora da escola e eu fui conversar com ela sobre transporte público. Como é que a gurizada chega na escola? Eu fui, fui conversar com ela sobre o ginásio de esportes, que pode ser disponibilizado para a comunidade toda, não só para a comunidade escolar, e está lá deteriorado e não recebe verbas públicas para aquele espaço. Está ocioso. Fui lá ver isso. É esta forma de fazer política na vida das pessoas. Então esse é o perfil, aqui te respondendo. Eleições 2020. É,

nós tivemos uma espécie de concentração de candidaturas e digamos que a Vereadora Bruna, hoje Deputada Bruna, ela recebeu mais recursos do que eu, bem mais recursos do que eu. Mas, é, eu entendi e foi aceito da minha parte porque ela era a prioridade, porque ela é uma mulher jovem, negra, da periferia. Tem diferença, né, tu eleger uma pessoa assim? Então foi discutido comigo e foi apresentado. Ela recebeu mais recursos do que eu. Tu veja bem que isso virou lei, isso virou lei, hoje, que também foi outro avanço da legislação, que hoje o cômputo para tu receber valores do Fundo Partidário e tempo de espaço de televisão, é, conta mulheres e negros e negras, conta em dobro. Então foi importante nós ter eleito uma mulher negra, né? Então ela recebeu bem mais do que eu, assim como o Giovani, que hoje é meu colega aqui na Câmara, recebeu mais do que eu, mas por um aporte em relação à juventude, que é outro debate que a gente faz, é, tu vê, o Geovani, hoje, é o nosso Vereador mais jovem da Câmara de Vereadores né, e que nós fizemos também um estímulo aos jovens se aproximar. Então nós, e foi por iniciativa do nosso partido, além dos jovens de 16 anos terem o voto facultativo [inaudível] então foi por votação de Edmilson Valentim, o Deputado do Rio de Janeiro, que propôs isso. Então também o nosso partido tem um olhar, um estímulo muito grande para jovens estarem na política, assim como as mulheres, né? Então eu tive menos recursos, para te responder. No geral, o nosso olhar, que nós sabemos, né, eu tive, por exemplo, pra tu ver como é interessante, eu tive mulheres concorrendo, de outros partidos e que vieram me pedir ajuda, como é que ela tinha que fazer dentro do partido para ela acessar essas coisas, de outros partidos, “como que a gente faz? Eu sei que tu defende a mulher, que, né, e que que ultrapassa as fronteiras partidárias, como mulher, me ajuda e tal, como é que eu faço?” Porque sabia que era isso: “olha, vou te passar R\$50.000,00, mas R\$30.000,00 tu passa para o fulano ou nós vamos fazer material conjunto, só que tu não vai sair na foto, teu nome vai sair pequenininho ali, a foto vai ser do José, entendeu?” Então são burlas que acontece visivelmente, visivelmente, que alguns denunciam e depois posteriormente se pega. No nosso partido felizmente não teve isso. Mas sim, a Bruna teve mais recursos do que eu, apareceu na TV mais do que eu, mas que foi consensuado. Não fui uma laranja. Então, é do perfil e da eleição. Se eu, se eu consigo responder à tua pergunta.

[E] Exato. É, então minha próxima pergunta tem mais a ver, assim, com teu cotidiano aqui na Câmara. Como é que funciona? Tu já, assim, falou um pouco, né? Ah, têm sessões, têm Comissões, a gente sai, faz agenda externa. Assim, um panorama geral de como funciona, assim, o teu cotidiano aqui na Câmara.

[AP] Tá bem. É corrido, é bem corrido, por que? Primeiro que nós nos demos essa dinâmica, a dinâmica que é nossa. Segundo, que assim, aqui, aqui o cotidiano tu não precisa acompanhar que tu conhece né? Pode ir, agora sim [falando com a assessora]. Que que acontece, Thaiane, eu poderia ter um ritmo menos acelerado, mas nós temos que fazer quatro anos em dois. Então essa é uma necessidade também de acelerar, o pé tem que estar no acelerador, não tem jeito. Então tu tem que estar muito próximo. Eu procuro, por exemplo, eu estou agora contigo aqui, eu tenho em seguida, que eu não sei se já não está aí a minha próxima agenda, que é a com quem? Uma liderança da vila do Quarto Distrito, que hoje tem todo um debate no plano diretor e tal. Eu quero me aproximar. Eu faço agendas, mesmo que eu esteja em sessão eu faço a agenda o dia todo. Ou eu faço aqui na Câmara nos dias de sessão, porque aí eu tenho esse espaço, qualquer coisa eu corro lá e vou votar, eu acompanho pelo rádio aqui, eu preciso ir lá, tem que falar sobre isso. Então a gente acompanha né, online, e corre no plenário, e dá conta. Mas, nos outros dias que não tem sessão, eu tô na rua, eu tô na rua. É isso. Ontem eu fui lá pro Rubem Berta, eu vou pra São José, vou pra Bom Jesus, eu vou pra Restinga, eu vou pro Sarandi, eu faço agenda, assim, postos de saúde, projetos que estão acontecendo, que acontecem, tipo um projeto maravilhoso que eu fui conhecer e chama? Cuidado que Mancha, cara, é muito lindo. O projeto que é feito aqui no Mãe de Deus, do Menino Deus, na Azenha, Menino Deus ali, entre o Menino Deus e a Azenha, maravilhoso, com mulheres, assim, que não é aquele projeto assistencialista, sabe? Só de dar. Não, vale a pena conhecer. Como eu fui conhecer um projeto lá, aquela vila chama como? Era o bairro São José, mas já é mais uma vila lá do, do projeto da menina que está indo para São Paulo, o CADE, o CADE. Ai que projeto lindo. CADE se chama: cuidar,

aprender, se divertir? Qual é a coisa, que a gurizada, que eles fazem turno inverso.

[E] Ah, que legal.

[AP] Duas mulheres, assim, que fazem um projeto, que vivem de doação, entendeu? Eu falei que ela tá indo para São Paulo, porque ela está indo numa apresentação dela, no Favela Power. Olha que legal! Então então a gente vai conhecer esses projetos, sentar, sentar sem pressa, assim ouvir, ouvir, ouvir, ver como a gente pode ajudar, conhecer as políticas públicas que a sociedade, a comunidade, no geral mulheres, vê nesse Cuidado que Mancha, mulher, nesse do CADE, mulheres, ontem a agenda lá com a Vice-Diretora da escola Ângelo Brunelli, mulher. Mas com pautas assim né da vida real, vida real, né? Aí tu vem pra uma Câmara e tu vai pro plenário, e eu confesso aqui pra ti, é tóxico, é na veia. Eu saio da sessão muitas vezes com dor de cabeça e com o estômago embrulhado, porque o debate, especialmente na sessão de segunda-feira, é um debate aqueles ideológico, um debate de moções. Para ter uma ideia, uma moção, nós estamos com o nosso governo, que vence a democracia no Brasil, um governo de três meses, mas a Câmara de Porto Alegre, já foi apoiado a moção de solidariedade ao projeto de impeachment ao governo Lula. Que base? Que sustentação material de argumento político pode ter um negócio desses? Mas foi aprovado. Agora te pergunto, tá bom, discute o que mesmo de Porto Alegre? Que projetos estão apresentando, essas figuras estão apresentando para Porto Alegre, sabe? Então, é uma rotina que é assim. Por isso eu costumo fazer muitas agendas aqui, porque quando começa esse debate que não leva a lugar nenhum, eu aproveito para fazer reuniões, eu atendo ali no anexo, eu né, eu desço no café e vou conversar com pessoas que aí sim altera, que ajudam na política, de ouvir alguns colegas, digamos assim, que só fazem esse tipo de debate.

[E] Vou fazer um gancho, já que a gente entrou nesse assunto, justamente a minha próxima pergunta é como é... Tu te relaciona com os teus colegas aqui na Câmara? O que que tu pensa deles, assim e tal? De que forma

vocês, porque também a gente tem uma divisão assim, bem, mais ou menos delimitada.

[AP] Veja bem, nessa Câmara aqui a composição dela é majoritariamente ligadas ao governo Melo. A oposição aqui é diminuta. Se nós nos isolarmos em nós mesmos, nós não aprovamos absolutamente nada, nada, porque o governo Melo aprova tudo, absolutamente tudo que ele quiser, porque ele tem ampla maioria. Agora, como é que nós vamos aprovar se nós somos tão pequenos? Nos relacionando com eles. Então, esse espaço, obviamente que tu tem mais facilidade de se aproximar de alguns do que de outros. Digamos que a extrema direita, essa não se aproxima e não permite que nós nos aproximemos, né? Mas tem projetos que a gente vota porque sim, é bom. Eu já votei projetos da Comandante Nádia, que para mim é extrema direita e eu já aprovei junto com ela projetos relacionado à creche, por exemplo, né Camila? [falando com a assessora]. Tem um outro dela da violência ou homenagens para a questão de doenças raras, eu não sei o que. Tá bem. Isso é do jogo democrático, digamos, né? Então nós participamos, nos relacionamos, digamos, de forma até fraternal, com alguns mais ligados ao centro. A Vereadora Mari Pimentel, por exemplo, que é do NOVO, que é um partido novo, né? Então, às vezes ele está mais para cá, às vezes mais pra lá né, tem essas dificuldades. Mas eu sou Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento aqui da Câmara, que chama CEFOR, a Mari é a Presidente, eu me dou super bem com ela, discuto com ela com tranquilidade, nos respeitamos, em muitas oportunidades ela está de um lado e eu de outro, mas nos relacionamos sem problema, sem problema. Isso, para nós, o respeito democrático faz parte, especialmente para nós que já fomos um partido que vivemos na clandestinidade, a democracia para nós é ar que a gente respira, então nos relacionamos e nos cumprimentamos com a extrema direita sem problemas, nesse sentido, se nós podemos existir numa democracia, eles podem existir também. É isso.

[E] E como é que tu, tu pode me contar, assim, sobre algumas dificuldades que tu enfrenta nessa atuação enquanto Vereadora? Claro.

[AP] Claro. É, digamos que, do ponto de vista pessoal, como nós impingimos essa dinâmica domingo a domingo, é isso, porque final de semana nós temos na comunidade, às vezes nas festas das comunidades. Por exemplo, domingo passado tinha o carnaval das gurias, tem que estar lá, porque é isso, tu tem que fazer parte da paisagem da cidade, seja nos problemas que a cidade enfrenta, e tu tem que debater isso, mas seja nos momentos de lazer em que a cidade está presente. Então, às vezes tu está num ambiente festivo, é legal porque, a Camila costuma dizer, nós temos uma agenda *light* e esse final de semana, nós temos agenda divertida, mas é a agenda. Tu tem que estar lá, tu tem que estar lá, né? Então vamos lá, vamos percorrer. Então é uma, tudo faz parte de estar fazendo parte desta paisagem. Do ponto de vista pessoal, te confesso que o meu guarda roupa tá pedindo socorro pra eu arrumá-lo. Porque é isso, ninguém sabe, a maioria homens aqui, quem é que está arrumando o guarda roupa deles? Quem está organizando a roupa deles que, sim, precisa ser lavada, precisa ser passada, precisa botar, ela não vai pra máquina sozinha, ela não sai do varal sozinha. Alguém tem que fazer, né? E eu não tenho empregada por opção. Então eu tenho, sim, uma senhora que, que vai fazer uma limpeza, uma diarista, mas a gente dá conta. Como eu sou uma feminista de verdade, que tem algumas que dizem que são, mas na prática não é assim, né? Em casa nós convivemos em três pessoas: eu, meu marido e meu filho. Meu marido faz comida, é com ele fazer comida. Meu filho cuida da cozinha, de lavar louça, guardar louça, tirar a mesa, pôr a mesa, é com ele, e tirar o lixo. E eu cuido da casa, organização da casa e da roupa, é comigo. Então a gente divide isso tacitamente, é assim que é. A mesma coisa quando vai no mercado. Então meu marido faz hortifrutigranjeiros, meu filho faz alimento e eu faço produtos de limpeza. Pronto. Não, uma vez que nos encontramos [inaudível]. Mas é assim, uma rotina que, e é verdade, não é brincadeira, quando eu tenho que pedir para a Camila na agenda, por favor, me inclui unha, eu tenho que fazer, me inclui médico, eu preciso ir no oculista, põe na agenda. Então tem essas dificuldades por conta dessa agenda corrida. Por favor, deixa eu ver meus netos, porque eu preciso, eu sou muito família, né? Tem que estar na agenda. Então, o que eu quero dizer com isso, te exemplificando, a agenda pessoal se confunde muito com a agenda política. A agenda pessoal fica num segundo plano. Primeiro é a

agenda política. Se sobrar tempo, tu consegue fazer aquele raio X, ó, não vai dar, vamos jogar para frente, então, mas tu precisa ter esse cuidado contigo mesma, porque eu sei que eu sou importante para política, então tenho que cuidar de mim. Então a gente tem esse olhar também, tem que ter, e a gente procurar ter. É, a dinâmica é essa, eu chego aqui cedo, eu ando muito de Uber. A Câmara tem uma situação que é difícil. Outro dia, num debate aqui na Câmara, acalorado, um Vereador novo que chegou, coincidentemente de NOVO, ele denunciou publicamente de que os Vereadores têm uma verba além do seu salário, digamos que limpo é R\$12.000,00 um salário de um Vereador, e tu tem uma verba de R\$17.000,00. E ele denunciou essa situação, como se este valor do Vereador somasse com esse valor que está à disposição do Vereador e que foi errado ele ter feito isso, porque não é verdade. E isso a gente tem essa dificuldade. Por exemplo, se eu pedir agora uma caneta para o meu gabinete, ele vai sair dessa verba aqui, e essa verba aqui tu tem restrição, tu não pode usar ela para qualquer coisa. Por exemplo, se eu vier de Uber para cá, para cá, ou se eu tiver que lá no bairro, o Uber eu não posso tirar daqui, isso é um problema meu. E mesmo que eu esteja fazendo política para a cidade, se eu pedir uma cadeira porque a minha quebrou, vai sair dessa verba. Então esta verba aqui é para manutenção do gabinete, computador, régua, papel, xerox, tudo sai daqui. É para isso a verba, não é pro meu bolso. Eu usei, beleza, vai sair daqui, eu não usei, eu devolvo, entendeu? É assim que é, né? Então nós temos, nós encontramos dificuldades aqui, de um gabinete desse tamanho, ridículo, de ter uma equipe, por exemplo, tu estás fazendo doutorado em direito, se eu tiver que ter, eu tenho, uma advogada no meu gabinete. Agora, veja bem, o salário dos nossos assessores é R\$3.500,00, jornalista, advogada, como é que eu consigo num mercado trazer um profissional legal para cá com o valor desses? Tu entendeu? É muito baixo, e eu não posso ser hipócrita e dizer “ah, mas Salário Mínimo é R\$1.000 e pouco”. Sim, meu querido, mas tu não trabalha com qualidade, o mercado, tu trazer uma jornalista competente e capaz, uma profissional do direito, por um valor tão baixo. Então acaba que a equipe é militante também, porque aceita, né? Claro que ajuda, é currículo, lógico, a gente consegue dar um plus, né? Mas é isso, uma dificuldade grande. E aí um partido como esse diz “ah porque eu não uso essa verba”, sim, tu ganha de outras formas para bancar, tu tem outras formas,

nós não. A esquerda não tem, né? Tem essa dificuldade. Então a gente encontra, encontra isso. Tem algumas coisas que são hilárias, aí não é por ser mulher, por ser baixinha, por exemplo. Eu já reivindiquei e já reivindiquei, acho que eu vou por no SEI agora. Tá no SEI.

[Assessora] A Vereadora Cláudia fez.

[AP] A Cláudia fez.

[Assessora] Colocou teu nome, o do Giovani, de todos os baixinhos.

[AP] Que que acontece, porque é isso, nós três somos os Vereadores mais baixinhos da Câmara, nós subimos no púlpito, nós sumimos. Tu acredita no negócio desses? E aí essas mulheres né, tem que, e eu que, que chamei a atenção pra isso, embora a Vereadora Cláudia esteja aqui há mais tempo, que pena que foi ela que entrou, queria ter sido eu [conversa com a assessora]. Mas é isso, a dificuldade até para subir na tribuna e ser vista né, porque tu some lá, tu não consegue uma foto, porque a gente é baixinho, eles tem três Vereadores que tem são baixinhos. Enfim, a tua pergunta do nosso cotidiano aqui na Câmara, o fato dela estar nesse espaço geográfico, ela não tem, por exemplo, tu fica amarrada. Eu tenho almoçado muito aqui [conversa com a assessora].

[E] Vamos tentar seguir então. Bom, e assim, eu queria entender mais ou menos assim como é que funciona quando tu tem, tido assim, dificuldades em relação à articulação política dos teus projetos, o que que tu usa para fazer funcionar, passar, por exemplo, pode, tem instrumentos no Regimento Interno, se tu precisa ganhar capital político, ou, sei lá, na Lei Orgânica do Município, tem instrumentos jurídicos que tu usa pra ultrapassar as determinadas dificuldades que tu tem aqui na Câmara com, para atuar, assim, enquanto Vereadora, eu quero passar por determinado projeto, eu estou vendo uma resistência, como é que tu faz para ultrapassar esse tipo de dificuldade?

[AP] Um pouco na tua pergunta está embutida a resposta, é isso, é articulação política com os pares e é a busca jurídica. Se tu tem que alterar uma Lei Orgânica, propor né para ser alterado. Por exemplo, agora o debate principal aqui na Câmara é o debate do Plano Diretor, que passa por articulação política. Quer dizer, o Plano Diretor de Porto Alegre está atrasado dois anos, pela lei, ele tem que acontecer de dez em dez anos e não aconteceu nos últimos 12 anos. E hoje ele passa a ter um papel central aqui. Então, isso é muito debate político, muita articulação política com os partidos e é, por exemplo, hoje o meu debate é assim, eu quero saber, vai ter uma Comissão aqui de 14, não foi nomeada ainda, só foi aprovado que terá uma Comissão de 14 pessoas, 14 Vereadores e Vereadoras e eu estou discutindo que tem que ter mulher nessa Comissão, tem que ter a voz das mulheres ali né? Então, e como que eu consigo isso? Isso é articulação política, isso é articulação política. Agora, eu quero aprovar um projeto, por exemplo, como esse do selo que eu te falei, isso passa por debate jurídico, inclusive. Como que se dá, é obrigatoriedade ou é indicação de uma política? Então, isso passa pela questão jurídica, inclusive. A prefeitura vai sancionar, né? Às vezes é uma articulação política com o Executivo. Eu, por exemplo, estou solicitando, já está ali também registrado no tal do SEI, que é o sistema, né? Eu quero uma agenda com o Melo, eu quero uma agenda com o Prefeito, porque se trata também de o Executivo, é, dar conta de um projeto que eu estou apresentando, né? Então é essa articulação política de Executivo com o Legislativo e com o Judiciário. Por exemplo, eu tive uma agenda com a Defensoria Pública para discutir, que hoje é um espaço que, que está tendo uma maior resolutividade para vaga de creche, entendeu? Então, a articulação política, ela, ela ultrapassa a fronteira da Câmara de Vereadores com os meus pares. Então ela vai no Executivo, ela vai pro Judiciário ou ela vai com a sociedade civil, entendeu? Então é, eminentemente, a articulação política para tu aprovar alguma coisa, ontem, quando eu falava com a diretora do Júlio Brunelli, eu dizia a ela “para tu garantir isso aqui, tu precisa mobilizar tua comunidade, traz a comunidade aqui para dentro”. Porque não adianta eu apresentar um projeto se a decisão política do Executivo vai olhar e dizer, não, isso aqui não. Agora, se ver comunidade presente é diferente, então tu tem que fazer política diuturnamente também, é na articulação política. E por vezes é isso, por que eu

tenho uma advogada no meio do meu estafe, digamos, porque precisa do olhar jurídico. Não, eu tenho que dar um parecer de um projeto que não é meu, mas eu sou relatora na Comissão. Eu tenho que dar um parecer, eu tenho que ter um olhar jurídico. Então nós temos aqui a Camille, que é a nossa advogada, que nos acompanha, que presta esse assessoramento.

[E] Então, assim, tu te descreveu como uma mulher cis, com determinada idade, com uma identificação parda, de, racializada, que não tem deficiência, etc e tal. Tu acredita que esses marcadores sociais afetam o teu trabalho na Câmara? De que forma? Se sim, tu acha que isso se entrelaça com esse trabalho que tu faz enquanto Vereadora?

[AP] Esse meu olhar, por exemplo, quando eu te digo, eu tenho, assim, uma mulher negra no meu gabinete, eu tenho uma, eu tenho é LGBTQIA+, eu tenho no gabinete, porque eu me declarei cis. Isso não significa que eu exerça discriminação nesse sentido ou que eu não aborde o debate da da comunidade, digamos da população LGBTQIA+. Então nós fazemos esse recorte e nós olhamos, quando eu te falo que eu sou uma feminista, nós olhamos a interseccionalidade, é, sempre, a classe, raça, gênero, né? E isso precisa estar presente. Não é pelo meu biotipo de ter pele mais clara, de ser baixinha ou de ser assim ou assado. Mas é pelo meu discurso e pela minha prática, pela política que eu dou conta. Então isso é que me aproxima ou me afasta, né? Tu não vota numa pessoa negra pelo fato de ela ser negra. Ponto. Que nós temos negros de direita, como aquele papagaio de pirata que eu nem lembro o nome, que ficava sempre atrás do Bolsonaro e era um negro. Então não é, não é isso. É isso, pra nós é importante tanto quanto quando eu te digo “não, a Bruna teve mais valor do que eu porque nós achamos que, nós julgávamos que era importante”. Então é uma prática, é uma prática, né? Então, claro que o fato de eu ser mulher me aproxima mais do debate das mulheres. Isso sim, isso sim. Agora, por eu ser de pele mais clara ou mais escura, ou de, isso não, não, acho que eu não. Não, nunca vi assim.

[E] Então, assim, dentro dessa perspectiva teórica que eu estou trazendo pra minha tese, tu pode enxergar, e aí eu estou te, eu também tive

interesse em entrevistar as Vereadoras porque a gente vê o papel institucional de uma Vereadora como uma pessoa que faz o direito, ou seja, uma legisladora. E dentro dessas pautas que tu representa, tu acha, o direito pode representar três arquétipos, digamos assim, três esquemas. É, tu acha que o direito, ele apresenta, dentro das pautas que tu te articula aqui dentro, ele apresenta, por exemplo, soluções imparciais, ou seja, tu vai jogar no Judiciário ou vai apresentar uma solução jurídica que vai ser imparcial para todo mundo? Tu acha que o direito vai apresentar uma solução assim, quem sabe jogar melhor com os problemas que ele tem vai ganhar ou que ele vai representar um empecilho pra essas pautas, um obstáculo?

[AP] Opção B.

[E] Opção B.

[AP] Opção B, é certo né, o direito tem um papel fundamental, fundamental, nesse debate todo, porque é isso mesmo. Nós estamos aqui no Legislativo, o debate já, é, ele percorre leis, né? Como é que aquela lei federal e o debate que a gente faz desta simbiose de o que está na lei tem que estar na vida, do que está na vida, tem que estar na lei. Como é que isso se dá? E vamos buscar essa brecha que a lei tem, vamos conseguir fazer um projeto nos usufruindo desta lei, vamos. E esse é o debate, esse é o debate. Então, o papel do direito, ele é fundamental, ele é fundamental. Eu, inclusive, estou aqui desafiando a Camila, eu quero constituir um grupo de apoio de mulheres de carreira jurídica. Nós temos relação com algumas mulheres da OAB, algumas desembargadoras, juízas, defensoras, vão lá. Eu quero constituir um grupo de apoio de mulheres do direito exatamente para nos ajudar a ver isso: como é que a gente pode avançar, né? E tem esse grupo que a gente participou agora do 50/50, da paridade das mulheres. Eu participei num seminário com elas, que aprovou uma carta, enfim, dessa jornada, é porque nós entendemos que é extremamente importante. Nós queremos muito e precisamos muito da ajuda de vocês. Quando as gurias me falaram dessa agenda contigo, disse “nossa, tudo, tudo”, porque, claro, o teu estudo, o que tu estás apresentando é extremamente importante exatamente para nós, enquanto mulheres, enquanto

feministas e Vereadoras. Como é que um Parlamento que discute leis vai abrir mão de um debate desses né. Então, opção B.

[E] Bom, isso já respondeu um pouco a minha pergunta subsequente, que era de que maneira se observa essa relação...

[AP] Conversa com a assessora.

[E] Então agora eu vou entrar nas minhas últimas três perguntas, que elas são basicamente sobre experiências que tu teve em relação com o Poder Judiciário enquanto Vereadora. É, por que que, se tu teve, por que tu acabou judicializando em determinadas questões? Que tipo de tema que tu acha que é judicializado aqui dentro da Câmara?

[AP] Como eu sou muito falante, tu poderia adiantar as outras perguntas, porque eu sou muito falante, eu fico muito tempo com uma só, entendeu? Se tu puderes me facilita um tempo.

[E] Elas giram em torno, basicamente, de judicialização. Se tu recorre ao Poder Judiciário para rever decisões, por exemplo, tomadas no âmbito da Câmara, como já aconteceu em relação à Mesa Diretora na gestão passada. E de que forma essa judicialização, tu acha que, se ela ocorre, ela impacta aqui no cotidiano da Câmara? Em resumo, são essas as últimas três perguntas.

[AP] É, eu, veja bem, eu, eu particularmente não tive a experiência nessa questão mais relacionada à questão da mesa ou do próprio trâmite das questões aqui, pelo fato de eu estar pouco tempo aqui. Eu entrei em 1º de fevereiro, nós estamos em início de abril, então é dois meses, né? Nesse sentido, agora, é óbvio que ela tem impacto. Veja bem, hoje a questão de creche que eu falava, que a gente teve a nossa reunião com a Defensoria Pública, porque muitas demandas que chegam no Judiciário, que chegam a partir da judicialização do pedido de creches na cidade, assim como a questão da amamentação, o direito à amamentar, nós temos uma relação com o plantão materno né Camila, com a Cris Machado, que é do plantão materno,

que dizem respeito à questão da amamentação, dos espaços de amamentação, que outrora já foi, inclusive, capa de jornal. E é um debate também que a gente trabalha com o Judiciário. Agora, em relação, eu vou ficar te devendo, em relação à minha experiência, como tu diz, já aconteceu no passado, de ter que recorrer. Se eu tiver que recorrer, eu vou tranquilamente. Se eu tiver um projeto e ele esbarra na mesa por uma questão jurídica, é óbvio que a gente vai se socorrer do Judiciário, de judicializar alguma ação sem problema nenhum. Eu acho que é um bom expediente. Acho que é um bom aliado na busca de aprovar políticas públicas. Então, pra ser mais curta nessa resposta de agora e ser curta exatamente pelo período curto que nós estamos aqui, então eu não teria assim para exemplificar alguma coisa que eu tenha me socorrido. Não sei se a Camila teria alguma que a gente tenha que buscar na judicialização, ou de ter visto aqui alguém que tenha buscado.

[Assessora] Esse ano legislativo ainda não teve nada disso.

[AP] Ainda não teve, não.

APÊNDICE III - CLÁUDIA ARAÚJO

[Entrevistadora] Hoje a entrevista da Vereadora Cláudia Araújo. Dia 20 de julho.

[Cláudia Araújo] Dia do amigo.

[E] Exato. Dia do amigo de 2022. Bom Vereadora, primeiro queria te agradecer muito por ter concordado, muito importante para uma pesquisa. E é assim. Eu tenho uma metodologia que é uma metodologia de pesquisa, que a metodologia de pesquisa em construção, em co-construção, com participantes da pesquisa, no caso, são as Vereadoras que concordaram, entre elas tu. Então assim, a minha pesquisa, depois que, uma vez que eu tenha defendido ela é tese de doutorado, eu vou compartilhá-la contigo, mas assim, os dados da pesquisa vão ser todos anonimizados. Eu não vou dizer que eu fiz pesquisa na Câmara de Porto Alegre, mas que eu fiz uma pesquisa empírica com Vereadoras. Então, basicamente, essas são as minhas.

[CA] As regras.

[E] Exato. A primeira pergunta e as perguntas todas são super tem a ver com a tua vida. Não tem nada a ver e só eu quero saber como é que funciona o teu trânsito aqui dentro da Câmara. Como é que foi pra chegar até aqui. E a minha primeira pergunta justamente eu queria saber como é que foi a trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora.

[CA] Na verdade, eu sou uma política nova. Eu me filiei a primeira vez em 2015 no PSD, que o partido que eu estou até hoje, em 2016 eu concorri pela primeira vez ao cargo de Vereadora. Era uma pessoa que, como nunca tinha sido política, não tinha a credibilidade política que poderia ter. Então não tive apoio, nem financeiro, nem nada. Então minha primeira campanha foi feita lá com R\$7.900,00, meia dúzia de santinhos, de panfletos e de coisas e baseado no meu e do meu trabalho social, que é o que eu já tinha mais de cinco anos. A gente tem, eu tenho um grupo que é o Amor ao Próximo, que

ajuda pessoas com vulnerabilidade, moradores de rua, famílias que estão desempregadas. Então a gente ajuda com diversas ações e isso nos trouxe, mas principalmente na área da saúde. O nosso grupo ajuda muito, com cestas básicas, com cadeiras de rodas, com cama hospitalar, com medicação, com curativos, com essas coisas básicas. Tipo morreu, dá Cláudia, porque a Cláudia pode ajudar. Então a gente. A questão da medicação é uma questão bem complicada, porque tem que ter as receitas sempre, tudo certinho. Então temos gente que, se não a gente tem a Fundação São João, que é o nosso apoiador, que a gente entrega tudo para a Fundação São João. E aí, quando a gente precisa, a gente com a receita, a gente busca. Então a gente tem parceiros que trabalham nessa construção, ao longo desses anos, a gente trabalha também curativos, essas coisas todas envoltas, roupas, móveis. Tudo que a gente ganha a gente dedica pra alguém, entrega, pra alguém. Normalmente a gente é meio bússola lá, essas coisas grandes que a gente acaba não conseguindo pegar, buscar. Então as pessoas buscam direto, então a gente só indica onde. E fazendo esse trabalho social. Eu fui comerciante por 30 anos, vendi roupa, 30 anos. Tive loja, tive fábrica, tive tudo e estava fazendo feira aqui na Câmara de Vereadores quando uma menina que trabalhava com um Vereador disse porque tu não concorre a Vereadora? Tem um grupo, ela participava já do grupo e disse: tem aí há cinco anos o teu grupo. Por que tu não vem? A gente de mulheres na política e de pessoas que realmente fazem entrega que ninguém faz. E aí foi quando eu decidi vir para a política. Nunca tinha, nunca fui política, não tinha amigo, não tinha aparente político, não tinha conhecido. Votava no menos feio que nem a grande maioria da população. Que tipo assim? Sabe em quem vai votar? Pensa na última hora. Então sempre foi meio assim. E aí concorri. Fiz 2078 votos, fiquei como quarta suplente, acabei assumindo dentro do mesmo pleito e isso foi. Então isso foi em 2016, que eu concorri. Sim. Em 2016, eu fiquei como quarta suplente e aí o Vereador Tarcísio faleceu. O Vereador Dr. Tiago se elegeu Deputado, tem um Vereador da casa que foi cassado por infidelidade partidária. Eu acabei assumindo, sendo a quarta suplente, então eu fiquei um ano e meio como Vereadora e veio a pandemia, toda aquela questão. Concorri de novo em 2020 e me reelei com o dobro dos votos, com 4071 votos. Renunciei ao fundo eleitoral, fiz campanha com recurso próprio e fiquei eleito por quatro anos. 2018 eu concorri a

Deputado estadual, fiz 7457 votos, também praticamente sem recurso. Não era Vereadora, assumi em 2019 como Vereadora, então eu não tinha gabinete e não tinha nenhum apoio assim político e estava na segunda campanha. Então foi uma bela votação para quem não era político assim, não tinha assumido ainda. Eu assumi em 2019, quatro dias depois de um acidente doméstico, fazer um sopão para moradores de rua. Panela de pressão explodiu. Eu queimei 20% do corpo. Eu assumi como Vereadora pela primeira vez, com 20% do corpo queimado. Mas a gente tem uma força interior que nos diz o que a gente tem de missão e a gente segue fazendo e toca pra frente que a gente está reeleita, trabalhando. Hoje eu sou pré candidata a Deputada estadual, então a gente vai seguir na luta, seguir construindo o que a gente acha que quanto mais tu adquire poder, mais pessoas tu pode ajudar. Eu vejo a política desta forma, que quanto mais consegue subir em degraus, em mais abre portas e mais tu ajuda pessoas. E na verdade, para isso que eu estou na política, minha missão é ajudar pessoas. Foi assim que eu entrei para a política.

[E] Eu só vou fazer umas perguntas anteriores que eu preciso fazer, porque o perfil nos como a gente já começou a conversar e também eu acabei me passando Bom, vou fazer fazer umas perguntas que pra ti podem ser obviedades, mas eu prefiro que tu me diga o que é do que eu assumir qualquer coisa. Então teu o gênero.

[CA] Sou hétero. É isso que tu quer saber? Feminino.

[E] Mas essa pergunta também vai vir depois, então já respondeu. A tua idade?

[CA] 54

[E] Tua identidade racial?

[CA] Eu sou branca.

[E] Eu te identifica, ou já te identificou com uma pessoa com deficiência?

[CA] Se eu tenho alguma deficiência?

[E] Isso.

[CA] Não tenho.

[E] Tua naturalidade?

[CA] Sou brasileira, porto alegreense.

[E] Tenho o estado civil?

[CA] Sou divorciada e tenho união estável.

[E] Tu tens filhos?

[CA] Eu tenho filhos. Tenho dois.

[E] Eles têm que idade?

[CA] 29 e 22.

[E] Dois meninos?

[CA] Um casal

[E] Tua escolaridade?

[CA] Superior completo.

[E] E atua na área de formação?

[CA] Gestão pública.

[E] Agora sim eu fiz todas as perguntas iniciais. E quem tu acha que é; bom retornando agora, tu contou um pouco da sua trajetória. E como é que foi assim? Eu tenho a curiosidade de saber como foi o teu percurso de campanha porque, por exemplo, bom, tu é uma Vereadora relativamente recente, tu está no teu segundo mandato. Como é que foi a recepção em relação ao partido? Por que escolheu esse partido? Como é que foi a abertura lá dentro? Porque a gente tem alguns dispositivos jurídicos que asseguram aquela cota de gênero 30%. E aí, recentemente, uma decisão do STF que assegura que tu tem direito a 30% dos recursos já disse que abriu mão dos teus recursos.

[CA] Agora, nessa campanha eu abri mão.

[E] Exato. Então me interessa saber assim como é que foi esse essa sua relação em relação ao partido.

[CA] Na verdade, eu vim para o PSD porque foi o partido que me convidou para entrar para a política. Aí fui estudar o partido, fui ver como é que era a situação e o que me agrada, que é um partido que a gente não vota, não tem voto fechado, me deixa votar e me deixa falar. Eu sempre digo isso e quando deixar de fazer, eu. Eu não aceito um partido que determina o meu voto, porque quem me elege é a população. Eles não elegem meu partido, eles elegem a pessoa sempre e eu vou lutar para que a gente tenha voz própria, tenha opções próprias, porque eu sou responsável pelo meu voto. A pessoa que votou em mim é o meu eleitor ou não o eleitor. Ele vai cobrar da Cláudia política. Ele não vai cobrar do PSD. Então eu acho que a gente tem essa responsabilidade, tem que ter essa autonomia. Eu lembro bem assim. Quando eu entrei, sempre vendi roupa. Fui comerciante por 30 anos. As pessoas olhavam e diziam, porque eu vendia aqui na Câmara há mais de 20 anos. Então as pessoas me conheciam como a Cláudia fashion. A Cláudia das roupas, que era como eu era conhecida. E e aí que, principalmente os homens, tem uma, tem uma, o machismo, né? Que não é declarado, mas que tu sente que existe, né? Que tipo bah, que que tinha na época? Quatro? Eu fui a quinta Vereadora mulher. Eram quatro. Eu assumi o lugar de um homem. Foi a quinta

e hoje nós somos 11 mulheres. Então a gente conseguiu ampliar bastante a nossa, a nossa, o nosso número de mulheres, né? E eu lembro que era bem assim, tipo o que está fazendo aqui, ela que vendeu roupa sempre. Então eu tive que ocupar os espaços. Eu tive que buscar e mostrar para eles que eu não estava aqui. A bonitinha para ser. Estava aqui, para fazer a diferença, para construir política pública, para fazer projetos que pudessem melhorar aqueles que estão lá fora. Então sempre foi essa construção. A gente não agrada a todos, então nunca vai através do seu voto. Vai ter aquele que acha “Ah, mas por que tu votou nisso? Tu prejudicou 3000 trabalhadores”. Mas olha só nós somos 1.500.000 de porto-alegrenses. Eu tenho que pensar no macro. Não posso pensar no micro quando se faz uma votação. O que é melhor para a grande maioria das pessoas é isso. Então, assim, às vezes tu desagrada alguns. Não tem como agradar a todos. É essa polarização que a gente vive hoje é ainda mais difícil, porque ou tu é uma coisa ou tu é outra, não pode ser meio termo. E o PSD é um partido de centro, é um partido que não tem lado, é um partido que tem causas e quando a gente tem causas, elas podem ser de oposição ou de situação. Eu sou uma Vereadora de causas, eu sempre digo isso. Votei muito com oposição no governo Marchezan Voto muito. Hoje sou base do governo como vice-líder do governo na Câmara, sou o presidente do PSD municipal. Então fui ocupando os meus espaços. Sou presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara. Então, acredito que a gente tem potencial, principalmente as mulheres, de não se “mixar”, como a gente diz, de não se deixar dominar a gente quando tu sabe o que tu pode fazer, o que pode construir, o que tu pode entregar, tu tem que buscar o seu espaço e tu tem que chutar as canela que tiver que chutar para fazer o que tu tem que fazer, porque assim ninguém é melhor do que ninguém. Tudo é construção e a política oportuniza isso. A gente sempre fala que a gente não gosta de política e a maioria das pessoas que começa a conversar, “Bah, não gosto de político”, claro né não sabe votar. Tu vai gostar de política, porque a vida da gente é política, quando tu aprender que o seu voto tem um valor inestimável, é grande demais para tu votar em qualquer um. Como eu falei lá no início que eu votava no menos feio. Hoje eu sei a importância de saber em quem vai votar. E eu acho que assim independe de partido isso. Tu tem que votar em pessoas que constroem, pessoas que entregam para a sociedade, independente do partido

que ela seja, porque é complicado tu votar. “Ah, eu só vou votar nos meus”, tá, mas o que os teus fazem? Hoje a gente tem, graças a deus, dentro do PSD, a gente tem bons nomes que entregam. A gente tem o Deputado Danrlei, que está indo como pré candidato à reeleição, como Deputado federal, que agora nós estávamos ali fazendo alguns vídeos, ele entregou 300 milhões para os Municípios gaúchos. Então é muito dinheiro que beneficia os Municípios, que faz com que os Municípios possam crescer. E a grande entrega dele é dentro da área da saúde, os hospitais filantrópicos, então assim, que é a minha pauta né. Minha pauta principal é a saúde e meio ambiente. Desde que eu entrei na Câmara lá em 2019, eu sempre fui da Comissão de Saúde. Foi bem naquela época que o Vereador do MDB saiu, que deu alguns problemas aqui e assumiu o Vereador... Acho que o Freitas, depois a Vereadora Lourdes. Então, assim eu ali. Eu era só um membro da Comissão. Depois, ano passado, eu fiquei como vice-presidente da Comissão. Esse ano, como presidente da Comissão. Então sempre eu estou na Comissão de Saúde, porque é que eu me identifico, é a que eu trabalho, e é a minha bandeira. A gente está sempre buscando alternativas para melhorar a saúde das pessoas e a pandemia complicou muito essa questão de saúde. As pautas são gigantes, a gente está sempre correndo atrás para fazer o melhor.

[E] E qual é o perfil dos teus eleitores e eleitoras, dentro da tua percepção?

[CA] Tu diz em idade?

[E] Perfil em geral, quando eu pergunto perfil o que vem na tua cabeça?

[CA] Na verdade assim, hoje a gente trabalha muito com as mídias sociais, como Instagram, Facebook. O meu público é muito do Facebook. Eu tenho a minha faixa etária é dos 25 aos 60. A média, assim. Então eu pego as pessoas um pouco mais velhas, as pessoas já mais engajadas. Gostaria de pegar os jovens. Gostaria de pegar o pessoal mais jovem, que tem uma boa cabeça, que quer mudança, que é a que a gente fala, que a gente precisa não politizar, mas trazer a política para discussão. E esse pessoal tem uma mente

mais aberta e eu também acho que é bem importante. Mas hoje eu atinjo mais as pessoas com, acima de 25 anos e eu trabalho em todas as mídias, mas a gente vê que o nosso resultado melhor é ainda no Facebook, sim.

[E] E como é que funciona, assim, o teu dia a dia na Câmara?

[CA] Eu trabalho todos os dias aqui. Na verdade, eu trabalho todos os dias na Câmara. A gente tem algumas agendas externas que a gente encaixa. Então a gente tem visitas, eles nos postos, nas escolas. Eu faço muita agenda com o Prefeito, porque não só por ser base do governo e por ser vice-líder, porque eu confio muito no trabalho dele. Eu acredito muito nele como Prefeito. Então, o que é diferente da outra gestão que eu fiquei um ano e meio que eu nem ia no Paço. Então são coisas diferentes, construções diferentes. Hoje ele me representa muito com o que ele entrega, com o que ele faz para a cidade, que nem eu te disse. Não vai agradar todo mundo. A gente não agrada a todos. Mas eu acho que ele vai deixar um grande legado para Porto Alegre, então a gente acaba nos finais de semana, ele tem agenda fora das comunidades. Eu sempre acompanho porque é a minha pauta, as pessoas com maior vulnerabilidade, que precisa de moradia, que precisa de algum tipo de assistência, que precisa, que reclama sobre o posto de saúde, sobre a escola que não tem e sobre a vaga de falta. E a gente busca, dentro disso, fazer essas construções e tentar trazer projetos para melhorar essa essa construção toda. Agora mesmo a gente protocolou um projeto para que nas subprefeituras a gente tenha uma nutricionista, porque é porque as subprefeituras estão em cada região da cidade, as regiões dos orçamentos. A gente tem uma subprefeitura em cada região. Então, se a gente tiver uma nutricionista, ela vai atender as escolas. Ela vai atender os postos de saúde e as pessoas daquela, daquela região, daquela comunidade. E a gente fala muito em insegurança alimentar. Então, quando a gente fala disso, a gente precisa de um profissional capacitado para isso. Então, a gente fez o projeto para que a gente possa ter, porque eu acho que há subprefeituras que antigamente eram CRIPS. Elas têm que ter mais poder no sentido de de entregar para aquela região, para que ela hoje ela. Para que serve a subprefeitura, para trocar a lâmpada, para encaminhar o esgoto que está entupido, para ver um buraco que tem no

asfalto. Essas coisas mais de serviços urbanos. Eu acho que a subprefeitura tem que ser um ponto focal para ter um profissional da educação física que atenda a terceira idade, porque as praças daquele entorno daquela região têm que ter um nutricionista para atender as escolas e os postos de saúde. Então, se a gente conseguir isso, a gente tira um pouco da responsabilidade dos CRAS, que é só entregar e a gente cadastra essas pessoas. A gente aprovou agora na semana passada o mapeamento e o recadastramento e cadastramento das pessoas LGBTQIA+, porque a gente, para construir política pública, a gente precisa saber o que a gente tem. Hoje a gente não sabe o que a gente tem. Então a gente aprovou. O Prefeito disse que vai sancionar a nossa lei, porque ela é muito importante, mapear isso. Hoje nós temos três centros que fazem o acolhimento, mas que não é um acolhimento permanente, é um acolhimento temporário. Então, assim tu não constrói política assim. Muitos saem de casa, não se sentem acolhidos, não têm amigos ou coisa assim e acabam virando de rua e acabam se prostituindo. Acabam. Sei lá. Tanta coisa acontece e a gente fala em acabar com a pobreza na rua, com os moradores de rua. Como é que a gente acaba com isso? Socializando? Como é que a gente se socializa primeiro? Acolhendo, e o acolher para mim e eu, Cláudia, não é botar numa pousada ou botar numa casa de acolhimento, é tu conversar, ver o que ele é, porque a gente tem gente formada na rua. A droga acabou com essa pessoa, mas a gente tem gente que poderia estar incluso numa sociedade que acaba ficando jogado. Então, a gente tem que primeiro entender a vida dessa pessoa. Se ela realmente quer, aí ele tem um cachorro, o cachorro não pode junto ele não vai. Aí ele bebe a cachacinha dele. Daí não pode beber a cachacinha dele, ele não vai. Então assim, tu vai permitir a droga. Tu não vai permitir. Tu vai primeiro limpar. Ele tem que passar por um centro de recuperação, eu acho. Primeiro pra ser um pai, para depois poder ir para um acolhimento, para tentar se achar, tentar se entender e tentar, dentro do que ele já fez na vida, porque muitos já foram alguma coisa importante no sentido de profissão e perderam tudo isso em função da droga. Então, tentar buscar aquilo; a gente não vai salvar todos. Mas a gente consegue melhorar muita coisa dentro dessa realidade. Então não é tirar da rua e largar numa casa de acolhimento. Não vai construir, não vai fazer. Então, a ideia é essa, sempre buscar essas alternativas para que a gente deixe de fazer o que o Amor ao

Próximo faz, que é assistencialismo. A gente precisa construir política para isso.

[E] Realmente. E como funciona, assim, a tua relação com os outros colegas, Vereadores e Vereadoras?

[CA] Eu sou super amiga de todos. Como se diz, eu sou, eu acho que a única Vereadora que tem entrada nos dois lados. Sou base do governo, inclusive muita oposição vota junto comigo, com muitos projetos meus, meus, da Vereadora Cláudia, não do governo, mas da Vereadora do mandato. A gente tem, inclusive, essa semana nós tivemos. Coisas que a gente consegue construir, porque eu tenho acesso, eu tenho entrada. Eu respeito muito todas as pessoas, porque para mim pessoas são pessoas e não partidos. Então eles conseguem entender bem. Eu sou assim, então é bem bem tranquilo assim. Até uma das Vereadoras tinha um projeto. Eu pedi para ela retirar o projeto que a gente tenta construir uma emenda, porque ia rejeitar o projeto e o projeto era bom, desde que tivesse algumas adaptações. Então a gente está sempre. Eu não quero rejeitar porque é oposição e nem aprovar, porque é base. Eu quero que seja uma coisa que possa acontecer realmente, que possa a cidade possa executar, porque leis nós temos muitas, a maioria não são executadas, não são não. Então não adianta ter lei. A gente fez o projeto dos agentes comunitários de endemia para poderem entrar nos espaços fechados e privados, públicos ou privados, porque isso é um problema que a gente tinha muito grave. Agora, com a dengue, se agravou muito mais. Quem não tem alguém que mora do lado de alguém que tem uma piscina podre, que não é cuidado, que a casa está abandonada, o que tem pneu cheio d'água que tem e as pessoas morrem de dengue. Antes a gente só conseguia fazer isso de forma judicial. Hoje, com o decreto do Prefeito, a gente consegue entrar nos espaços. A gente está terminando o decreto ainda não tá publicado, mas a gente está ajustando com e com o Prefeito, com a Secretaria de Saúde, com a Vigilância Sanitária, com a Guarda Municipal, porque os agentes não podem entrar num espaço que não é teu. Sozinhos assim, sem. Então as pessoas são notificadas. Se elas não respondem, elas são notificadas novamente e depois de 20 dias é que o agente comunitário pode entrar, dependendo do lugar, com o apoio da Guarda

Municipal. E aí a Vigilância Sanitária faz, faz o trabalho, faz a limpeza, bota cloro para piscina, retira as águas paradas, faz tudo e a ideia é que esse custo seja cobrado no IPTU do proprietário, porque tu que tem que ser responsável pelo teu bem. Então, é isso que a gente está tentando construir dentro do decreto, para a gente ver como faz, mas está por sair também.

[E] E tu pode me contar algumas dificuldades que tu vê na atuação enquanto Vereadora, assim, como é que tu lida com ela? Que tipo de medida tu toma em relação a quando uma dificuldade se coloca? Seja assim pela aprovação de projeto de lei, seja uma negociação.

[CA] A gente tem mais 35 Vereadores, cada um com as suas certezas e com as suas, as suas pautas, as suas construções e às vezes alguns te chutam as canelas para ter protagonismo. E eu acho que fazer política não é só ter protagonismo, é ter uma construção como um todo. Às vezes tu corre para fazer e entregar uma, uma demanda, fazer alguma coisa, chega um Vereador lá e diz que foi ele que fez. Então é muito complicado essa, essa, essa parte da política, onde depois que a criança nasce de olho azul, todo mundo quer ser o pai, né? Mas até chegar lá a coisa é mais complicada. Então, assim eu acho que respeito é primordial, entendeu? E eu, quando eu chego num lugar que me chama para uma demanda, aí eu preciso que tu veja isso aqui, que eu vejo que tem algum Vereador que já tá, que já encaminhou, eu digo, olha, já está sendo encaminhado, o Vereador tal já está fazendo, porque tem que ter esse respeito. Senão vira bobagem, vira disputa de poder e não pode ter disputa de poder para a gente construir cidade.

[E] E como é que tu enxerga, assim, essas normas que regulam o dia a dia na Câmara, tipo a Lei Orgânica do Município, o regimento interno?

[CA] A gente até está trabalhando para mudar o regimento interno. Em algumas questões. Eu sou autora, junto com outros Vereadores, da questão da Procuradoria, porque todos os projetos precisam passar pela Procuradoria, ter o parecer da procuradoria para ir para a CCJ e tem projetos que eu acho que não têm que passar pela Procuradoria. Nós temos quatro procuradores e

muitas vezes assim os projetos ficam anos parado numa procuradoria e não andam. Às vezes o Vereador sai de mandato e o projeto fica lá. As vezes tem um projeto que às vezes entra em votação, que é de 2015 a 2012. Bernardino já morreu e tem projeto dele sendo votado. Então assim, isso não pode acontecer, porque quando tu faz um projeto, tu faz, porque a cidade está precisando naquele momento, daquele projeto, ninguém faz projeto só por fazer. Faz porque sabe que tem uma demanda represada daquela pauta que precisa ser construída. Então ela tem que ser de imediato. Então, a nossa ideia é que passe direto para a CCJ e que depois até a Procuradoria dê o parecer final em cima da construção. Mas que ela não seja base para a gente poder seguir em frente, porque tem a Comissão de Justiça que já é para isso.

[E] Sim, entendi. E assim, tu enquanto Vereadora tem algumas pautas que tu encampa, tipo saúde e meio ambiente e via de regra, são suas pautas desde que entrou na vereança.

[CA] Eu tenho quatro frentes parlamentares. Uma a gente está lançando agora, dia 5 de agosto, que é a Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Educação Física. Teve a grade curricular da educação física, que foi reduzida a nível de Estado e de país, que a gente não concorda, que eu acho que a saúde tem que estar junto com o esporte. Então, a gente está trazendo essa Frente Parlamentar para discutir isso, valorização dos profissionais e colocação desses profissionais, por exemplo, em subprefeituras, em praças, para atender a terceira idade, para atender os jovens. Então tem muitas. Os nossos centros comunitários. Nós temos hoje oito novos centros comunitários bem desassistidos. Nós temos 19 no total em Porto Alegre, mas oito ou nove deles, inclusive um deles, eu peguei como piloto e estou trabalhando para que a gente possa ocupar aquele espaço que é o circo flor lá no Cristo Redentor, na Vila Floresta, porque a piscina é piscina semi-olímpica, maior piscina semi-olímpica, daqui de Porto Alegre, está vazia. Tinha problema nos canos. A gente conseguiu que o DMAE fosse trocar os canos. Eu fui lá com eles e conseguimos que eles trocassem. Agora vão consertar os azulejos que caíram, nós vamos ter piscina. Então, hoje o CRAS está lá dentro. Eu quero que o CRAS não esteja, porque ele não é uma área, não tem nenhum

ônibus. Os ônibus foram retirados na pandemia e ainda não voltaram. Então a gente quer que o CRAS seja realocado para um espaço que tenha mais vulnerabilidade. Por exemplo, tem um espaço ali na Sertório popular, que pode ser um CRAS, então que é um lugar que tem mais acesso das pessoas, que têm pessoas que precisam mais de assistência social. Então, tem várias coisas que a gente quer transformar. Aí nós precisamos dos profissionais de educação física para ocuparem aquele espaço para dar aula. Porque eu me lembro que eu era criança e eu me criei naquela região. E é por isso que eu estou começando por ali, porque a gente começa por casa, né? Dizem que não, mas eu acho que sim. Se a sua casa não for boa, tu não arruma a casa dos outros né. Então, a gente, eu lembro assim que tinha reunião dançante. Aquela época tinha muito, tinha as oficinas de artesanato, ensinavam várias coisas. Hoje não tem mais nada disso. Agora a gente conseguiu a capina. Está conseguindo a iluminação. Vão colocar essa semana. A Secretaria do Esporte está trocando toda a parte de iluminação. Então, aos pouquinhos a gente vai, mas tem mais oito depois desse, iguais a esse, a gente precisa ocupar esses espaços, né? Então a gente está sempre pensando nessa construção para buscar essas melhorias. Então, a gente tem a frente do SOS hospitais, que é toda voltada para a saúde, porque nós tivemos aí mais de 12 ou 13 hospitais que fecharam nos últimos 15 anos e nenhum abriu. Estivemos abertos 60 leitos pro COVID que foi feito pela iniciativa privada entregue para o Independência ali do lado e tivemos os leitos do Santa Ana, que são leitos de retaguarda. Tu opera? Tu vai pro Santa Ana. Tu tá esperando uma cirurgia? Tu vai pro Santa Ana. Mas não são leitos de hospitais, né? Então a gente não tem um hospital nascendo, a gente tem o hospital morrendo. A gente está aí com um problemão no IPE, que é a nível de Estado, mas que se a gente não resolver, se não forem resolvidos, é 1 milhão de usuários sem assistência. Os Municípios do interior estão com muitos problemas. Uruguaiana fechou a pediatria. Rio Grande está por fechar a Santa Casa de Rio Grande se não for absorvida pelo Município. Se alguém não tomar conta, são 1000 leitos. Então, vai somatizando isso. Canoas tem um baita problema de saúde, que está judicializado, que agora tem os editais abertos para ver se alguém absorve. Então assim, os nossos Municípios vizinhos, os Municípios, todos estão, todos não, mas muitos estão com problema. Então a gente tem a Frente Parlamentar do SOS Hospitais, que é

justamente para a gente discutir todas essas pautas e tentar buscar juntos soluções. E depois eu tenho a Frente Parlamentar da Logística Reversa, que a gente está com os projetos aqui na casa do Município, que vieram do Executivo que fala das embalagens, outro que fala dos eletroeletrônicos, lâmpadas, pilhas e baterias e o outro que fala dos medicamentos. Então são três PLS que nós estamos trabalhando para a gente ajustar, para que a gente possa aprovar na Câmara também. Então, a Frente Parlamentar trabalha essa questão. E a última é das energias renováveis sustentáveis, que hoje a gente trabalha muita energia limpa e trabalha muito a questão das fotovoltaicas, dos biodigestores e tudo mais. Então, nesta frente a gente discute esse tipo de iniciativa. Hoje eu vi uma reportagem que as fotovoltaicas hoje aqui no Estado, elas são uma das maiores fontes de energia. As pessoas estão aderindo à energia solar, então a gente vai ter uma mudança grande de paradigmas.

[E] Sim. Bom, tem todas essas pautas e todas as frentes que tu está fazendo parte, algumas articulando.

[CA] Essas frentes da Vereadora Cláudia, não faço parte.

[E] E elas representam, evidentemente, alguns temas e porque algumas delas estão sendo projetos de leis e etc. E pensando assim, em termos de discursos que articula para promover essas pautas, por exemplo, professores de educação física que tiveram suas cargas horárias diminuídas em decorrência de uma alteração da legislação federal sobre matriz curricular. Bom, como a gente articula essa, essa movimentação, esse deslocamento, os professores e os profissionais para outras áreas da cidade.

[CA] É por isso que a gente está abrindo a Frente Parlamentar dia cinco, para trazer esses profissionais para eles nos trazerem as dificuldades e para a gente juntos poder construir política através de projetos de lei.

[E] Sim, mas me interessa também saber que tipo de discurso está por trás disso. Tipo assim, de direitos trabalhistas dessas pessoas ou não chega em nenhuma medida nesse tipo de discurso?

[CA] Tem todos os tipos de discursos, porque a gente vai pautando dentro da necessidade daquele tempo. É que nem saúde. A gente tem uma parceria grande com o Simers, que é o sindicato médico, que está sempre buscando valorização dos profissionais da saúde e que eu sei que é justo, que é legal, mas que tu não consegue atingir muitas vezes aquilo que eles estão pedindo porque quebra a cidade. Porque é que nem diz, o Melo sempre fala, o Prefeito sempre fala, que assim ó, tudo bem, tu quer 31% de reajuste para o professor? Tu quer que eu dê 33% de reajuste pro médico? Só me dizer de onde eu tiro que eu dou. Eu acho que eles merecem. Mas onde é que a gente? Como é que a gente trabalha isso? Porque uma coisa é lá em cima, em Brasília, eles dizerem que tem que fazer, outra coisa, eles mandarem recurso específico para isso, porque o recurso acaba vindo carimbado, ó é X para a educação, X para isso, ele sempre diz durante a pandemia, eu tinha dinheiro na educação, as escolas estavam fechadas e eu não podia usar na saúde. As pessoas estavam morrendo por falta de recurso. Então ele vem pronto. Aquele dinheiro só pode ser usado naquilo ali. Então essas coisas é que a gente precisa mudar. E aí a gente só vai conseguir mudar falando, trabalhando, mudando pensamentos, mudando e levando ela para cima, porque é lá que tudo acontece. Agora o piso da enfermagem. Eu sou super a favor, mas quem é que como paga? Eu sei quanto trabalharam durante a pandemia, muitos não iam para casa para não passar o vírus para a família, entendeu? Eu acompanhei muito. Eu sempre dizia quando fizeram aquelas coisas de aplauso. Eu achava aquilo assim ó. Não é assim. Muito bonito de ver, mas não é isso que eles precisam. Eu estava brigando por 40% de insalubridade. Nós fizemos um indicativo. Nós fizemos um projeto que não passou na CCJ, que era para dar 40% para todos os profissionais de saúde, porque o que é insalubridade? É grau de risco, e nós estava numa pandemia, não é o grau máximo? Todo mundo que trabalha na saúde tem que ganhar o grau máximo. Isso não é uma coisa que a Cláudia quer fazer, não, é lei né. Então, essas coisas sabem que.

[E] Bem assim. Então, no começo, quando a gente começou a conversar, te descreveu como uma mulher de 54 anos, com ensino superior completo, com dois filhos, em união estável. Tu acha, se é que tu acha que

essa tua, essa tua marca social é essa roupa de Cláudia que tu veste todos os dias, ela afeta o teu trabalho na câmara ou ela muda a dinâmica, a tua dinâmica na Câmara?

[CA] As pessoas sempre diziam, “ah tu vai virar Vereadora, tu nunca mais vai ajudar ninguém”. Pelo contrário, a gente ajuda muito as pessoas, muito, porque chegam muitas questões para nós, muitas pautas. Tem coisas que a gente ajuda enquanto Câmara. E tem coisas que eu ajudo enquanto Amor ao Próximo. Porque uma coisa eu nunca vinculo a outra. Tanto que assim eu uso meu sábado da tarde, o meu no domingo para atender as pessoas na sede da Amor ao Próximo, as pessoas que precisam de ajuda. São coisas à parte. Eu uso aqui para buscar direitos que às vezes as pessoas não sabem que tem. E aí, através da política, a gente consegue dizer “não só um pouquinho, ele tem direito a isso”. Tu segue por esse caminho, porque esse é o caminho certo para tu fazer as coisas. Então a gente dá essa orientação e outra coisa é o que a Cláudia faz social. São coisas completamente diferentes, mas foi o social que me trouxe para a política. As pessoas que me colocaram aqui são as pessoas que já foram um dia ajudadas pelo Amor ao Próximo, que acreditam no meu trabalho, que acreditam na minha pessoa, que sabem que mesmo vindo para a Câmara e não deixei de ser a Cláudia Araújo.

[E] Sim. Por exemplo, então, vamos pensar no projeto de insalubridade que tu disseste que tu propôs, que não passou na CCJ. Tu acha que em relação às pautas que tu representa e das pautas que a gente conversou hoje, tu acho que o direito ele oferece soluções imparciais, tipo as regras estão imparciais e é isso que acontece. A solução que a gente tem, uma solução imparcial que o direito fornece.

[CA] Acho que tem, como em toda profissão tem os parciais e os imparciais, como em toda profissão. A gente teve liminares que foram acolhidas aqui, por Juízes, que não deveriam ser acolhidas, mas que eram partidários.

[E] Sim. Então, a gente poderia dizer assim que, o direito, assim, a gente pode ver de algumas formas.

[CA] Mas eu acho que ele mais acolhe do que do que desacolhe.

[E] Assim, a gente pode ver o direito, por exemplo, como uma coisa imparcial, tipo o juiz está lá, ela tá dada, independentemente da qual sou partidária, a visão de mundo, o direito vai oferecer a mesma solução, ou seja, uma solução imparcial. Ou ele vai ser um instrumento na mão. Tipo a bola no jogo, quem joga melhor ganha. Ou ainda a gente pode ver o direito como empecilho. O direito é uma coisa que é uma trava. Sempre atrapalha o que a gente quer fazer na Câmara. Dentro dessas transações, por exemplo.

[CA] Acho que é a do meio.

[E] Tu acha que o direito funcionaria como isso. Com um jogo assim, quem tem as melhores instrumentos acaba conseguindo.

[CA] Tem uma solução melhor.

[E] E é de que forma tu observa a sua relação ou relação entre a sua atividade política como Vereadora com o direito, com as instituições jurídicas, com as as instituições do sistema de justiça? Eu me refiro a todas.

[CA] Eu sempre tive uma relação bem tranquila, bem boa. Às vezes que eu precisei. Por exemplo, eu entrei com um Mandado de Segurança para não fechar um posto da Tronco, que era um posto de saúde que tinha 33 anos e que era e ficava a 600 metros do posto da Cruzeiro. Só que são duas comunidades dentro de uma comunidade onde quem é atendido por uma não podia ser atendido por outra. Nós estávamos em uma pandemia. Não tinha porque aglomerar aquelas pessoas que já estavam acostumadas naquele posto a vir para o outro posto. Então, assim a gente teve audiência com a juíza. Eu expliquei tudo isso para ela, que me recebeu virtual, que na época era virtual e tudo mais. Indeferiu o meu pedido, que era um pedido justo, indeferiu.

Ela deve ter os motivos dela. Mas assim sempre fui atendida, sempre foi ouvida. Eu sempre fui independente da, e a gente tem feito. O Prefeito tem feito uma construção muito boa com Ministério Público, Defensoria. A gente tem feito assim mais comunidade que eles nos acompanham nas comunidades, porque o que a gente vê de entrave, muitas vezes, a gente vê que tem coisas que tu poderia fazer e que a Justiça não te permite fazer, porque vai ser apontado que a parte burocrática né em si, que se a gente tivesse menos dessa burocracia, a gente conseguiria ajudar mais pessoas. A gente vê isso nas realocações das pessoas, das áreas de risco. A gente vê em várias situações que a gente vai na cidade. Assim que a gente caminha, que a gente vê, ah botar uma ponte. Tá mais, não pode botar a ponte, porque tem que ter isso, tem que ter uma licitação, tem que ter não sei o que. Tá, mas só um pouquinho, eu tenho um empresário que pode botar a ponte que as pessoas precisam para atravessar, porque a escola está do outro lado. Não, mas tu não pode, tu vai ter apontamento. Então essas coisas é que precisam mudar. Dentro do direito, a gente precisa ter mais flexibilidade quando a causa é justa. Por exemplo, ontem a gente ainda estava falando. A gente tem um recurso da educação, do Fundeb, que é um recurso próprio, que pode ser destinado, pode ser executado somente para a educação. Tu não pode comprar uniforme para as crianças do ensino municipal porque aquele dinheiro não pode comprar uniforme, porque se é para a educação, as crianças não têm roupa para ir pra escola. O troço oportuniza até sapato. A gente cansa de fazer pelo Amor ao Próximo campanha de sapato. E tem criança que não vai pra escola, que não tem sapato. Então porque? O dinheiro tá ali, pode ser executado, vai ser comprovado que está sendo comprado material? Vai ser feita a licitação para compra do material. Por que não pode comprar o uniforme para as crianças? Então é umas coisas que eu não consigo entender.

[E] Sim, parece que te dá soluções que são, que não fazem, que não tem lógica.

[CA] Não tem lógica, porque são coisas que poderiam ser viáveis e que ajudariam muito mais e que acabam tendo entrave porque tem uma burocracia que não permite, que vai apontar o Prefeito.

[E] Sim, sobretudo em termos de Tribunal de Contas.

[CA] Exatamente.

[E] Então, tu já disse agora que entrou com Mandado de Segurança, mas a minha próxima pergunta é se tu já teve alguma experiência com diretamente com o Poder Judiciário na condição de Vereadora, quais foram elas? Quando que elas foram?

[CA] Eu, contra mim, não.

[E] Não contra ti. Em geral, tanto tu propondo, por exemplo...

[CA] Na verdade, eu entrei judicialmente. Foi por infidelidade partidária. O partido entrou com um processo que durou em torno de seis meses e a gente ganhou por sete votos a zero o direito de eu ser Vereadora, porque o Vereador que foi cassado por infidelidade saiu do partido fora da janela eleitoral. Então ele perdeu o direito dele, sim. Então já começou a minha história com o Judiciário. E a gente teve esse Mandado de Segurança que a gente precisou. Teve mais algumas pautas relacionadas ao IMESF que eu participei, do TRT4, de algumas mediações. Eu participei. Nós fizemos uma visita para uns juízes que estavam tratando do caso aqui no Tribunal de Justiça. Então, assim a gente teve algumas relações com o Judiciário, com esses órgãos competentes em função do IMESF que a gente era contra a extinção do IMESF. E como foi uma determinação da juíza, da ministra? A gente queria que o Prefeito fizesse uma empresa pública e absorvesse essas pessoas, o que não aconteceu e o que hoje está trazendo um grande transtorno para o Município que nós já temos mais de 1000 judicializações, que não precisariam acontecer. E eu fui uma das Vereadoras que disse que vai ter um caminhão de judicialização. Na verdade, foi uma indicação estar falando da AME, que é a atrofia medular espinhal, que é uma doença que a gente oficializou agora em novembro eu tive em Brasília e eu levei o ofício para o Ministério de Pesquisa, Ciência, Tecnologia. Levei para o Ministério da Saúde.

Levei porque assim primeiro a gente precisa de mais incentivo em pesquisa, principalmente na área da saúde. Uma coisa assim. Nós temos hoje 40 casos no Brasil inteiro. Eles não têm interesse de pesquisa para 40 crianças e a medicação mais cara que a gente tem aqui no Brasil que é o Zolgensma é 12 milhões e a criança pode tomar até dois anos de idade. Depois não adianta mais, só judicializando. Nós tínhamos um menino que todo mundo recolhia tampinha. Todo mundo fazia coisa para ajudar esse menino a tomar a medicação. E aí um dia eu ligo para Brasília. Vieram me pedir R\$2, que isso todo mundo deposita R\$2. Eu não vou fazer isso. Eu vou te ajudar de outra forma. Eu vou tentar, porque eu sempre fui metida. Vou ligar para Brasília e vou pedir para falar com o Ministério da Saúde, eu vou saber porque que eles não, se tem uma judicialização, porque não estão entregando. Faltava quatro meses para o menino fazer dois anos e aí eu descobri que o processo estava mal feito. Eles tinham pedido o tratamento para o menino e eles tinham que pedir a medicação, porque o tratamento é uma coisa e a medicação é outra. Aí informei a família. Eu falei “olha, está errado, fala porque o advogado”, instruí ele que veio um pedido de retorno ao Poder Judiciário. O Judiciário não respondeu para Brasília. Então ficou parado o processo e aí a família se mexeu. O resumo, eu acho que foi dois dias antes ou três dias antes de ele fazer dois anos, ele recebeu a medicação e foi bem. Então, ninguém sabe que foi a Cláudia que instruiu e faz parte. Acho que foram muitas mãos que ajudaram. Muita gente se juntou para fazer isso acontecer, mas a gente, quando a gente fez o ofício lá para Brasília, a gente mostrou que uma criança com AME ela tem X tempo de vida. Mas, em média, o tempo estimado de vida de um de um paciente com essa doença, e que hoje tem medicação, mas tu precisa internar para fazer a medicação todos os meses, tu aplica todos os meses. Então, se pegar a estimativa de vida dessa pessoa, o custo desse medicamento durante essa estimativa e mais a hospitalização, o custo que tem para a cidade fazer essa internação é muito mais que os 12 milhões, entendeu? Então, por que não? Por que tem que ser tão difícil? Então, assim a gente está sempre nessa.

[E] Exato. E é assim que é aqui na Câmara. Que tipo de tema tu acha que acaba sendo judicializado? Em geral...

[CA] Agora nós temos Comissão de Ética e a gente está cheio de processo de Comissão de Ética, porque a coisa tá complicada no plenário. É uma falta de respeito muito grande. Eu acho assim, tu pode ter uma posição, tu pode ter a tua ideologia política, tu pode ter as tuas pautas, mas tu não pode faltar com respeito, porque todos que estão aqui foram eleitos, cada um pelos seus, entendeu? Mas são só 36 em 1 milhão cento e poucos eleitores. Então não é para qualquer um. A gente tem que, no mínimo, se respeitar. Tem muito problema aqui de xingamento de de tu é isso e tu é aquilo, e acaba indo para a Comissão de Ética. E eu faço parte da Comissão de Ética. Uma das doze Vereadores, doze Vereadores que fazem parte da Comissão, inclusive, a gente está com um processo que a gente entregou agora, mas já devem ter uns sete ou oito e a Comissão foi lançada não faz dois, três meses. Eu fui procuradora da mulher no ano passado também e no início desse ano, e não, até fevereiro, do ano retrasado e depois ano passado seis meses. E a gente tinha muitas coisas assim que a gente achava que a procuradoria não servia para muita coisa, porque, na verdade, quando ela foi construída, constituída, foi para acolher as mulheres servidoras da Câmara e a gente achava que tinha um papel mais do que isso, que tinha que acolher as mulheres da sociedade, porque a Câmara dizem que é a casa do povo, então tem que acolher as pessoas. A gente não tem poder de delegacia, de polícia, mas a gente pode fazer o primeiro atendimento e o primeiro encaminhamento. Mas a gente tem que ter o suporte para isso e a gente não tem. Aí nós inclusive pedimos que tivesse uma pessoa disponibilizada, concursada da casa, que fosse servidor, que atendesse também junto na procuradoria, e não só o Vereador e a Mari me disse que aprovaram né? Vai ter uma pessoa. Nós não tínhamos nem impressora, então tu queria fazer um material explicativo, coisa, aí a gente conseguiu, oficializou a casa e a gente conseguiu. Então, a gente teve algumas conquistas ao longo disso. Agora nós tivemos um problema no plenário com um Vereador e uma menina que disse que foi assediada. E eu, a primeira coisa que eu pedi, “ah vai lá que tu é Vereadora mulher”. Eu digo não, vou chamar a procuradora da mulher, que hoje é a Mari, aí a Mari foi junto lá. Nós fomos lá, acolher, ver o que tinha acontecido. Mas esse é o papel da procuradoria da

mulher. É estar nesses momentos assim, fazendo esse acolhimento, como a gente está sempre nesta.

[E] Bom, assim eu estou nas minhas últimas duas perguntas aqui e a última vai ser um pouco mais direcionada. Então, tu é vice-líder do governo na Câmara, então tu tem uma relação super próxima com o governo. E como é que funciona essa relação assim da Câmara com o governo? As coisas são muito judicializadas? Se resolve mais no âmbito do político. Como é que funciona essa relação?

[CA] Olha, a base hoje são 26 Vereadores. Tem algumas pautas que a gente chega a 23/24, porque o PDT às vezes não, não concorda e o PSB também não. Mas fora isso, todos os Vereadores são da base. Quando o Vereador não quer votar, porque é uma pauta dele, o suplente normalmente assume para votar, mais ou menos assim que funciona. Ah é uma pauta, a gente teve a pauta dos cobradores. Todo mundo saía para não votar, para não dar a cara a tapa. Eu votei contra a extinção dos cobradores no governo Marchezan e a favor no governo Melo. Aí tu vai me dizer, tá mas por que que tu mudou de lado? Não é lado, é o tipo de construção do projeto que foi apresentado. Então lá é em 2020, 2019 a gente aprovava o projeto e eles eram demitidos no dia seguinte. E eu era contra isso. Hoje, a extinção ela é gradativa, ela é em quatro anos, até quatro anos, tinha o PDV, que foi uma emenda minha que foi aprovada. Então já foi feito o PDV. Inclusive, eles estão contratando o motorista porque teve muito motorista que saiu, que queria sair no PDV e que isso é bom, porque assim eram pessoas que tinham 20 anos, que talvez deixassem de receber seus direitos e acabaram recebendo seus direitos. E tu está contratando um cara novo que não tem, não tem trabalhista, não tem anos de trabalho, não tem. Então, para o Município também é bom essa troca. A gente aprovou a emenda dos carros articulados que os carros que têm elevador, essas coisas continuam tendo o segundo o homem até as paradas estarem prontas e adaptadas para, então assim, tem toda a construção que foi feita, entendeu? Não é uma coisa assim. Tem os cursos de capacitação, que tem gente que diz que não tem. Sim. Eu me informei com o governo, tem já os cursos e tem gente que não quer fazer. E tem os que vão

ser demitidos, porque toda empresa é assim. Se tu é ruim, tu vai para rua. Tem gente que está há anos encostado de atestado, que tem estabilidade e não tem cidade que cresça desse jeito. Então, a gente, é que nem há cinco anos atrás eu entrava num elevador, tinha alguém para apertar o botão do elevador para ti. Hoje não tem mais. Tu faz sozinha. Nem tem dentro do elevador. Tu aperta embaixo e ele te diz. Tu bota onde é que tu quer ir e ele te diz qual é o elevador que tu pega. O nome disso é progresso, é modernidade, é cidade inteligente. E como é que a gente faz isso? Mudando né? Tem coisas que vão sair, que qualquer dia não vai ser tu que vai abastecer, o frentista que vai abastecer o teu carro, tu vai abastecer sozinho teu carro, não vai ter mais frentista e isso faz parte da modernidade da cidade. As coisas têm que mudar, e o cobrador é a mesma coisa. Então, hoje a gente tem uma outra construção que não desassistente, que capacita, que dá oportunidade, que faz o PDV, que é bem importante e que lá no final nós temos, dos 3600 cobradores, tinham mais de 800 cobradores há mais de cinco anos em atestado de saúde e pagando. Difícil, né? Então em tudo isso. Agora a gente está trabalhando a lei para mudar também da questão dos atestados. Tem muita gente que pede atestado frio. Isso tem que acabar. Não quer trabalhar fica em casa, mas não ocupa o lugar de quem quer trabalhar. Tem muita coisa que está se trabalhando, mas eu acho que a gente vai conseguir entregar uma boa cidade.

[E] Bom, é isso. E tu acha, assim, voltando assim que essa última parte mais focada mesmo. Tu acha que, por exemplo, o governo, vamos fazer um comparativo. Eu não tenho tanto uma experiência de campo nisso. Mas eu imagino que, por exemplo, o governo anterior sofria muito mais com, por exemplo, judicialização e contestação o tempo inteiro do que o governo atual

[CA] Com certeza.

[E] E aqui a Câmara, como é um órgão conjunto, em alguma medida, dentro da divisão dos poderes. Impacta para vocês o trabalho de vocês, porque o governo e a maioria dos projetos de lei que são aprovados na Câmara...

[CA] Nós tivemos 100% de aprovação no primeiro semestre dos projetos do Executivo.

[E] Predominância do Executivo, como é característica do Brasil. A forma, o governo Bolsonaro que mudou um pouco essa tendência. Mas tu acha que aqui na Câmara a mudança de governo impacta o trabalho de vocês em termos de o que vocês recebem de demanda do governo, em termos de relação de vocês com o Judiciário, no trabalho da Câmara, dos projetos de lei aprovados aqui, no trabalho dos Vereadores e das Vereadoras. Isso mudou, muda, teve muita diferença, teve pouca diferença?

[CA] Para mim, teve muita diferença, porque eu não era base do governo anterior. Eu não acreditava no governo anterior e eu não gostava da forma como o governo anterior trazia as questões. Então eu não era parceira, tanto que eu te disse, eu votei mais com a oposição do que com a situação. Então, hoje mudou muito essa relação. Hoje a oposição sai da sala, como eu digo, sai do plenário para não votar porque concorda com muita coisa, e por ser oposição não vota. Alguns se abstém quando o projeto é bom. Então isso não se via. Então eu acho que é uma construção, porque o Prefeito recebe todo mundo, seja a situação, seja a oposição. Ele entrega demanda de todo mundo. É claro que ele dá preferência para a base, porque é quem bota cara a tapa e quem trabalha em parceria para aprovar os projetos do Executivo. Mas ele atende. O outro não atendia. A gente trabalha. A gente trabalha a construção das emendas juntos. Tipo assim olha só. A reforma da previdência foi um exemplo. Eu era o 24.º voto e eu disse pro Prefeito, eu não vou votar. Eu estava numa reunião da base que 23, 22 Vereadores disseram “tem que votar e tem que ser igual a federal”. E eu disse se for igual a federal, eu voto não. Eu não vou votar. Aí tinha eu e o Ferronato, que éramos os dois, que íamos decidir o projeto, o resto estava decidido. E aí eu falei do Prefeito, digo olha Prefeito, o senhor sempre disse que era Prefeito do diálogo. Eu não vi nada ainda. O senhor vai ter que sentar comigo, vai ter que dialogar. Eu fiz o primeiro encontro aqui de todos os sindicatos, aqui na sala das Comissões, onde estava AIAMU, que é dos auditores, dos procuradores, o SIMPLA, o SindiCâmara, todos sindicatos voltados para essa, todos esses, esses, essas associações e

sindicatos. Pra gente começar a compor, eu fiquei cinco meses tendo reuniões com todos discutindo, vendo a diferença, aí o Prefeito trouxe uma minuta onde ele dizia “ah o governo federal é 100% de aproveitamento das contribuições. Eu quero 95”. Eu disse “eu quero 90”, porque hoje nós temos 80, 90 é meio, é centro. É isso que nós queremos. Então, assim eu quero um um ano, não, nós queremos dois anos de contribuição, de liberação, isso não. Então, sempre se você trabalhou e aí, quando tudo estava mais ou menos redondo que eu, disse “bom, agora eu voto” ai entrou o Ferronato e disse “não, eu quero mais isso”. E o Prefeito prontamente, dentro do possível ele disse “se for uma coisa que desconfigura, eu nem vou levar pra Câmara, porque aí eu não consigo ter o retorno que se precisa financeiro para o Município”. Eu digo não. Isso aqui é mais isso aqui. Foi. E aí a gente aprovou o projeto. Então, hoje eu tenho gente que diz assim “eu te odeio porque tu votou e eu fui trabalhar mais seis, sete anos”. E eu disse “olha só, tu começou a trabalhar”, como uma pessoa que disse para mim “eu comecei a trabalhar com 17 anos e vou trabalhar mais sete anos por sua causa. Eu te odeio”. E eu disse “eu comecei com 12 e vou trabalhar até morrer”. Cada um tem a sua preferência. Eu não estou ali para agradar uma pessoa. Eu estou para construir. Se nós não fizéssemos a reforma, nós ia perder o sistema porque não tem dinheiro para pagar, não se mantém e talvez daqui há 15 anos nós tenhamos que fazer outra reforma. Espero não ser Vereadora. Tinha um parecer negativo no meu cadastramento dos LGBT. Não tinha existência de óbice, não tinha custo para o Município e tinha um parecer negativo. O líder do governo foi para a tribuna dizer que era para votar contra. A vice-líder do governo e eu disse “eu estou falando pelo meu mandato aqui, não estou falando como vice-líder do governo”. Não tem existência de óbice, não tem custo para o Município, eu peço aos pares que votem. Nós ganhamos por 21 a 4. E teve reunião com o governo, porque o parecer foi contrário? Esse mesmo Vereador tem um tema que é muito importante, que é do autismo e que tem existência de óbice que tem custo para o Município e o parecer é favorável. E eu vou votar a favor, porque eu acho que a gente tem que ter construção para o autismo, independente de qualquer coisa. O Prefeito decide se veta ou não. Mas eu, como Vereadora, eu vou votar favorável. Então tem todas essas.

APÊNDICE IV - KAREN SANTOS

[Entrevistadora] Bom. Então, antes de entrar mais afundo na entrevista, queria explicar um pouquinho como é que funciona essa pesquisa. Bom, eu sou a Thiane minha pesquisa de doutorado. Eu estou pesquisando basicamente como é que funciona o cotidiano e a consciência das pessoas que produzem o direito, das mulheres que produzem o direito no âmbito da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Antes das perguntas, eu vou fazer um pequeno perfil teu, porque, como a minha, o meu marco teórico passa pelos marcadores sociais da diferença é importante que tu te auto identifique, ainda que haja presunções. Eu acho, é melhor que tu te identifique. Então, teu gênero?

[Karen Santos] Feminino.

[E] Tua idade?

[KS] 33.

[E] A cor?

[KS] Branca. A louca, tô brincando. Negra, vai dizer né, bah ia te pegar de surpresa aí.

[E] Tu te identifica como uma pessoa com deficiência?

[KS] Não

[E] Tua naturalidade?

[KS] Brasileira.

[E] E de que cidade aqui do Brasil?

[KS] Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

[E] O Estado civil.

[KS] Luterano.

[E] Tu tem filhos?

[KS] Eu tenho um pet. Ai tu explica isso na pesquisa.

[E] A escolaridade?

[KS] Superior completo.

[E] E a área de formação?

[KS] Educação Física.

[E] A orientação sexual?

[KS] Heterossexual.

[E] Esse era só um perfil, que é importante que eu já vou, então, vamos passar para as perguntas diretamente. Para começar assim, eu queria entender um pouco como que foi a tua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora. Como é que foi o percurso de campanha? Esse tipo de trajetória? Porque tu escolheu o partido que escolheu? Esse tipo de memória sobre a sua trajetória até chegar à vereança?

[KS] Então, eu estava no movimento estudantil da UFRGS, no diretório acadêmico da educação física. Eu entrei na UFRGS em 2007/2, e ai logo que eu entrei eu comecei a trabalhar no IBGE. Eu comecei a fazer a pesquisa POF e a PNAD, POF é orçamento familiar e a PNAD é a nacional de amostras por domicílios e que, de certa forma, me permitiu conhecer diversas realidades da cidade de Porto Alegre e da região metropolitana. A minha irmã mais nova,

Renatinha, ela é minha veterana. Quando ela entra na UFRGS, ela já começa a tentar se organizar politicamente. Minha irmã, ela também era do diretório acadêmico de educação física, mas acho que deu um ano de diretório acadêmico, e ela se organizou no PSTU. Então, em casa, já ela me trazia alguns livros, Mauro Iasi, sobre a... Como é que era outra também que estava muito na moda a leitura na época. Eu estou com a Biscaia na cabeça, mas não é. A Clara Zetkin que falava sobre a liberdade das mulheres, direitos das mulheres, sobretudo as conquistas da Revolução Russa. Então a minha irmã de certa forma que começou a trazer esse tipo de bibliografia para dentro de casa e eu trabalhando no IBGE. Quando eu saio do IBGE e eu participo do EIV, que é o primeiro estágio interdisciplinar de vivência, o que era um estágio junto com os movimentos sociais do campo, o Movimento dos Camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Atingidos por Barragens e eu acho que eram esses assim. E eu participo muito verde e participo porque eu queria viajar, olha a minha cabeça né, queria viajar, queria conhecer o interior, queria conhecer gente e aí faço esse estágio junto com os movimentos do campo. Eu fico 15 dias assentada com uma família no norte do Rio Grande do Sul. 15 dias em estágio com o grupo e 15 dias a gente faz essa experiência de campo real no campo. Então o companheiro da família que eu estava era do MST e a esposa era do Movimento de Mulheres Camponesas. Foi bem bem legal mesmo. Foi uma imersão assim nas lutas, no modo de vida e nos valores. De certa forma, enquanto uma mulher negra amarrar o meu o bode nesse lugar, assim, acho que fui bem ousado. Não tinha muita dimensão assim. Enfim, do que é o movimento de esquerda, né? Sobretudo aqui no Rio Grande do Sul, no interior do Rio Grande do Sul. Então, fui bem bem pela falta de noção, mesmo assim que eu fui, se tivesse um pouco mais de noção, talvez o medo tivesse me impedido de fazer esse tipo de estágio. Mas também sempre estudei em colégio particular, sempre, e então sempre fui bem inserida no meio branco e de certa forma, tive que desenvolver formas de lidar com o racismo. Então, esse receio, esse medo de estar neste tipo de espaço assim, de certa forma também não tive. Eu saí do IBGE e participo desse estágio e começo a me organizar no diretório acadêmico de educação física. 2013 né, tem todo aquele processo de luta contra a Copa,

contra o aumento da passagem. O diretório acadêmico fazia parte do bloco de lutas contra o aumento da passagem, a gente ocupa junto à Câmara de Vereadores. Em 2013 eu já estou me formando na faculdade. Já tinha passado no concurso do Estado, estava esperando ser chamada e indo apresentar o TCC no final do ano. Nesse processo que veio a necessidade da gente pensar em um coletivo mais amplo do que só o coletivo de educação física, educação física, história era, na época. A gente tinha um coletivo que era Terceiro Amanhã , que era o coletivo de jovens independentes da educação física e da história da UFRGS. A gente teve uma aproximação na greve de 2012, na greve que teve das federais, quantos impactos a reforma universitária. Então, ali a gente, nós e alguns colegas da história da UFRGS, com muito assédio, principalmente das organizações de esquerda, a gente resolve criar um coletivo que era o Terceiro Amanhã . Em 2013 a gente vê um pouco essa necessidade de ser um coletivo de não só movimento estudantil. Boa parte de nós já está se formando, né? E em 2013, a ocupação da Câmara de Vereadores nos colocou muito essa demanda, assim, de dialogar com mais problemas do que os problemas do currículo ou da falta de permanência na universidade. A importância de falar sobre acesso à cidade, a importância de falar sobre a violência policial, a importância de falar sobre os nossos direitos e aquele processo de luta que foi o povo indo pra rua de forma massiva, de forma espontânea, porque não havia uma convocação, não havia lideranças. Pelo contrário, há uma desorganização muito grande. A importância de enxergar e entender aquele fenômeno. O Alicerce, ele vem muito disso, a gente se junta junto com uma galera que já tinha sido do diretório acadêmico de gerações passadas e que já estavam formados e na época, se eu não me engano, faziam parte do [inaudível], que era a corrente interna do PSOL. A gente cria o Coletivo Alicerce 2013 e final de 2013 e início de 2014. Em 2016, vem a ideia da gente concorrer às eleições nessa perspectiva e seguir aprofundando essa experiência de ter um coletivo de trabalhadores, de movimento social, de movimento estudantil, de mulheres, de homens, negros, brancos, que buscassem um pouco dessa totalidade. Olhando muito, porque, sobretudo na universidade, na fragmentação das pautas, da especialização, no fenômeno, fez com que a gente perdesse um pouco essa noção de sociedade, de totalidade, da dinâmica mais ampla e geral, da luta e da importância, como

expressa nos específicos, mas pontuais. Mas como é importante a gente não perder essa dinâmica geral de mudança das coisas no sentido mais amplo, de pensar Brasil, de pensar a luta de classes e, nessa perspectiva, de um projeto de Brasil, não só um projeto de integração, de fragmentos, de segmentos da sociedade. Disputar esse projeto que está colocado, destruir esse projeto por ser um projeto novo. Então, o Alicerce dessa perspectiva é a campanha de 2016, uma forma de ampliar um pouco mais essa discussão, testar também esse debate na realidade. Eu, especialmente, me filiei democraticamente para concorrer no PSOL, não fazia parte de nenhuma corrente interna, das instâncias, dos debates, o PSOL é um partido que permite isso assim, esse tipo de filiação. E aí, hoje, enfim, faz parte uma corrente que ajudei a formar, que é a atualidade da revolução, mas na época a gente não tinha muito essa perspectiva, assim sabe, de ter uma atuação mais fixa, mais permanente dentro do PSOL. Assim, por entender também alguns limites do pessoal, inclusive em 2013, de contribuir para a organização, potencializar aquela luta, romper também com algumas questões que a gente vê que são legados do petismo no movimento social, da representatividade, do aparelhamento do movimento, de não buscar o enraizamento permanente do trabalho de base, combinado com trabalho de massas, combinada com uma disputa ampla e geral, uma discussão de um projeto novo de sociedade. A gente sempre viu os limites dentro do PSOL, na sua estrutura e na sua organização. Mas ao mesmo tempo, foi o que juntou e ajudou a não dispersão de boa parte da esquerda ali nos anos, inícios do petismo no governo, a expulsão das lideranças, Babá, Luciana, Eloisa, enfim, e a forma como se constitui e cumpriu um papel histórico muito importante, mas que enfim tem alguns limites e a gente vem vendo esses limites aí até hoje, e eu acho que essas eleições agora vão ser bem determinantes nesse sentido. Então, a gente tem um debate que tem uma análise do pessoal e olha para a importância do Alicerce, muito nesse sentido, que é o coletivo que as pessoas não precisam estar filiadas, que é um coletivo que as pessoas podem experimentar o que é esse trabalho de massa, o que é trabalho de base e ter espaço de formação, tem instância, ter plenária. Ao mesmo tempo, a gente também tem a atuação que é a atualidade da revolução, que é uma coluna mais firme que a gente coloca, que são os quadros da nossa organização, que também são fundamentais para alimentar

o coletivo no sentido teórico, político, organizativo. E também ter essa intervenção dentro do pessoal. 2016 a gente conseguiu a primeira suplência do partido e acho que ali a gente conseguiu ter uma expressão assim, inclusive depois assumimos em 2019 permitiu a gente ter estrutura, ter visibilidade, ter um pouco, essa política assim, ganha um pouco de moral, tanto no meio da vanguarda da esquerda, quando também entre nós mesmos, assim, que a gente vê que tem muito espaço para fazer esse tipo de discussão, no sentido da denúncia, de não prometer nada e não ficar naquele checklist das promessas ou das proposições que a gente sabe que não se resolvem sem mudanças mais estruturais e sem o protagonismo, principalmente das pessoas que são impactadas assim. Acho que esse tempo de vereança, esses quatro anos, vem reafirmando muito isso, sabe, todo aquele checklist que eu via muito lá em 2016, questões básicas né, coisas que as pessoas têm direito. Saneamento, asfalto, moradia, alimentação. Isso não é viável dentro da estrutura que está colocada, dentro da nossa estrutura econômica, dentro dos marcos da crise, que não é só uma crise brasileira, uma crise mundial, global, do sistema. Muito diferente fica a periferia do mundo, o que só tem a ver com as condições de vida e exploração do nosso povo e essa impossibilidade da burguesia brasileira de garantir os direitos mais básicos. Assim, o básico, o mínimo pra tu reproduzir a tua força de trabalho e trabalhar no outro dia, nem isso é garantido. O próprio genocídio, a pandemia também. As opções da burguesia brasileira na pandemia também permitiram que a gente enxergasse um pouco desse, do que que é essa identidade, essa falta da identidade nacional, daqueles e daquelas que nos regem politicamente, economicamente e ideologicamente. Identidade nenhuma compra povo. E fizeram opções de destruir força de trabalho, em peso assim, de matar de fato, idosos, indígenas, quilombolas, pobres, pessoas em situação de rua, analfabetos, desempregados, destruição de força de trabalho daqueles e daquelas que são os sobrantes, que são os invisíveis, dentro de um sistema extremamente exclusivo e está cada vez mais exclusivo. Enfim, é um pouco essa discussão que fez a gente criar o coletivo e estar dentro do Parlamento hoje.

[E] Ah, bom! Sim, é um percurso assim, muito, de fato, muito inserido dentro de uma militância muito forte, desde muito jovem, sobretudo porque tu é

uma pessoa super jovem. E dentro desse teu percurso de campanha, quem é que tu define ou tu enxerga como teu perfil de eleitoras, de eleitores?

[KS] Olha, como a gente tem esse perfil de campanha bem coletiva, professores de estado, do Município, federal, terceirizados, trabalhadores autônomos, donas de casa. Trabalho em mais de dez periferias aqui em Porto Alegre. Então, fica difícil delimitar. A gente olha muito para o que foi o resultado das urnas e aí é isso. A gente tem uma votação bem expressiva nos bairros ali do Bonfim, no bairro da Independência, no Centro Histórico, que é onde se localiza boa parte dessa esquerda universitária, servidora pública. Temos também a segunda ou terceira urna mais votada, Restinga, e a segunda ou terceira, a Mapa lá da Lomba do Pinheiro. Então, esse trabalho que a gente faz que é um trabalho bem massivo nos terminais de ônibus e as caixinhas de correio dentro dos bairros e dentro das comunidades, das vilas. Isso permite a gente chegar e ter um perfil bem estratificado, assim sabe, em relação a quem é o povo que batalha, a gente não tem muita, muita seletividade. Óbvio que o que o movimento negro, que o movimento de mulheres elencou assim né a minha candidatura, as nossas candidaturas também, enquanto o mérito é um fruto desse trabalho do movimento que nasceu no último período, ele não, movimento lá de denúncia do assassinato do Jorge Floyd, isso vem se desdobrando aqui no Brasil também. Uma campanha contra o genocídio, marchas, cada vez mais politizadas, no sentido né do racismo estrutural. Acho que isso foi um dos legados dessa onda dos últimos dez anos, fruto das ações afirmativas, fruto dessas pesquisas, dessa desse desenvolvimento também de trabalhos acadêmicos em torno da presença negra dentro da sociedade. Isso é um legado de uma luta lá dos anos 80, da Lélia, do Abdias, e eu acho que eu sou fruto disso. Inclusive esqueci de falar da trajetória, a gente constrói o coletivo Negração, que é o primeiro coletivo de estudantes negros ali da UFRGS, em 2012, depois de uma ocupação ali de reitoria pelos cinco anos da política de ações afirmativas. Esse ano a gente está completando 10 anos de coletivo. O coletivo não existe mais, mas a gente reuniu mês passado e a gente foi fazer um sambarau no Largo Zumbi, no dia 20 de setembro, que é o dia de criação do coletivo, que a gente faz uma intervenção na marcha farroupilha questionando o massacre de porongos, assim. Eu acho que o processo das

cotas diz muito sobre isso, assim sabe, a auto organização dos estudantes negros nas universidades. Lembro que a gente chegou a fazer um encontro com um que acho que foi em Pelotas. A gente chegou a fazer um encontro de coletivos com estudantes negros, era negrada, era negradinha, tinha era o [inaudível] em Santa Catarina, era o Negração em Porto Alegre. Hoje, boa parte desse pessoal deve estar formado. Inclusive o Mateus, que é Vereador comigo, também fez parte do coletivo Negração. Então, acho que ali também foi uma iniciativa nossa, óbvio que tinha pessoas que eram de partidos políticos. Eu era independente, Mateus era do PSTU na época, a Luana era da CST, tinha pessoas organizadas politicamente assim, mas os próprios partidos de esquerda tinham muita dificuldade de fazer uma leitura sobre a raça, classe, e gênero. Então, esse debate da interseccionalidade, que é algo que hoje está dado sim, pelas mulheres negras, bell hooks, Angela Davis, etc, mas que naquela época, pra nós ainda eram polêmicas. Ainda eram polêmicas a questão do panafricanismo e a questão do marxismo negro, do feminismo negro e do mulherismo africano. Então, são questões assim que eu acho que lá atrás a nossa formação nos permitiu também acessar por nós mesmos, assim sabe, a gente estudava, a gente fazia os grupos de estudo, matava a pau nas discussões teóricas, assim, sendo que a gente nem sabia tanto. A gente trouxe Carlos Moura para fazer um debate na universidade, sabe, que é um cara que foi banido de Cuba por fazer uma discussão do racismo no regime do Fidel. E a gente, a gente tinha muita gana assim, sabe de de se formar, de militar, de fazer denúncia dos professores racistas, de ir pra cima, de ocupar espaço na universidade. Eu acho que muito dessa leitura hoje de Brasil que a gente tem assim é muito desses movimentos, né? Com certeza não foi só a região sul aqui, foi em âmbito de Brasil, assim sabe, que despertou e é um reflexo, um pouco, das ações afirmativas que contribuem de uma forma um pouco mais sistematizada sobre os problemas das nossas comunidades, do nosso povo, etc. Então tem muita negrada assim que é de comunidade, mas que tem a graduação, tem o mestrado, tem o, sabe? Tem o doutorado, e que está refletindo e está produzindo conhecimento sobre a sua realidade. Isso daí acho que é um fenômeno novo dessa conjuntura política, que as pessoas não se distanciaram assim dos problemas, até porque tu é negro e tu não não tem como se distanciar de alguns problemas né? Então, eu acho que isso vem

permitindo candidaturas, mandatos, esse tipo de compromisso, sabe? E assessoradas também por pessoas que têm esse tipo de compromisso.

[E] Sim, com certeza. Bom, então assim, tu acha que não tu tem necessariamente um perfil demográfico, porque tem várias Vereadoras e Vereadores, por exemplo, que têm perfis demográficos específicos de eleitores e eleitoras. Mas me interessa um pouco também saber, e eu imagino aí, nesse sentido, que o PSOL seja um partido que se organize de uma forma um pouco diferente, mas sobretudo pela sua fala, que tu não necessariamente estava vinculada a uma política institucional partidária, o movimento social ainda é política institucional, mas não de uma forma vinculada a um partido político. Depois que tu te vinculou ao PSOL, te filiou, como é que foi essa recepção dentro do partido? Como é que foi o financiamento da campanha? Como é que tu te relacionou com isso? Porque, por exemplo, alguns partidos claramente são ambientes hostis para as mulheres, sobretudo as mulheres negras, sobretudo as pessoas LGBT, pessoas que estão diferenciadas das normas sociais hetero, patriarcais, brancas. Então, como foi para ti, te inserir nesse partido? Tu disse que tem algumas ressalvas, mas como é que foi assim essa recepção tua em relação a sua campanha, à tua vereança hoje? Como é que é essa questão?

[KS] Olha a primeira campanha em 2016, o PSOL nos deu 1000 panfletos assim. Não tinha lei de cotas ainda e foi isso sabe? Meu coletivo é um coletivo que eu acho que deve ter mais pessoas brancas do que pessoas negras assim sabe? Então eu sou a figura pública, mas ele é um partido que tem bastante gente branca. Nesse sentido, eu acho que não foi nem tanto a questão do racismo, e sim, por ser uma figura pública. É óbvio que a gente vai ter muito mais dificuldade de fazer essa disputa da consciência do nosso povo, de que pessoas do tipo nós também somos legítimas e também temos capacidade de exercer essas funções de representação, de figuras públicas. Então, sim, a gente precisa de mais recursos, porque para nós é mais difícil, até a questão do financiamento, a credibilidade. A gente tem que mostrar muito mais trabalho. Até conseguir algum tipo de reconhecimento. Eu acho que as campanhas vêm usando esse tipo de espaço assim, sabe? E a lei também

colocou obrigatoriedade para mulheres e para mulheres negras. E aí, desde então, a gente vem recebendo um montante cada vez maior. Estar com o mandato também, nossa, nos ajuda muito, porque daí a gente tem os nossos salários, de todas as pessoas que constroem ali e, de certa forma, ajuda muito a gente a estruturar o coletivo. E o debate do racismo é um debate mais para fora do que para dentro. Vou te ser bem sincera assim, tem a questão da lei, e é isso sabe. Foi um marco importante, mas como todas as leis sempre têm formas de burlar elas, a própria questão dos laranjas, nesse sentido, é uma denúncia que a gente vem fazendo bastante. Então, eu acho que o pessoal tem que avançar muito nesse sentido, não só da questão dos negros e das mulheres, mas no sentido de ser uma instância que de fato busque essa, essa formação e essa união, sabe, das mais diversas correntes que atuam ali dentro, porque, querendo ou não, a gente tem e tem algo que nos unifica, enquanto, enquanto partido. Ao mesmo tempo, a gente tem muitas diferenças táticas e falta instância, falta espaço sabe, amplo, democrático, transparente, tanto para fazer formações, por para termos campanha junto, para ter uma experiência acumulada. E aí a gente desenvolvendo relação de confiança, relação de afeto, relação de camaradagem. Sem isso não tem sabe? Sem isso fica só uma negociação entre correntes, né? Eu acho que é o que acontece em boa parte dos partidos de esquerda. Falta processos de luta em unidade. E falta amadurecimento também, sabe? Às vezes eu vejo uma infantilidade daqueles que se colocam enquanto os quadros, os dirigentes políticos, né? Falta experiência, falta humildade, falta leitura do que fazer, falta iniciativa, muita força de vontade, porque às vezes eu acho que está está muito tempo fazendo o que fazem. Já abriram mão sabe de, de apostar, sabe, nas pessoas, apostar no novo e isso nas minhas impressões. Acho que são questões mais subjetivas do que objetivas, assim, grandes polêmicas né, que também hoje faz com que a gente se distanciem assim né, em âmbito de leitura do que do que fazer com o partido. O partido hoje vem passando por um processo bem difícil. A gente tentou a candidatura própria, achando que era importante a gente manter uns debates e se, se apresentasse a possibilidade de a gente ganhar em primeiro turno, de a gente retirar a candidatura né. No caso, o Lula né, no primeiro turno, a gente não conseguiu fazer esse tipo de discussão dentro do partido assim sabe? Um balanço programático. Do que que foi os, do que que

foi o petismo né. O que é o programa democrático popular? Porque que é um programa reformista, porque que é um programa que não resolve a fundo as questões que eles mesmos se dizem e se propõe resolver. Porque que a crise não vai passar? Então, esse tipo de formação é um debate político que para gente, pra uma campanha, seria fundamental, ter um porta voz para levar esse tipo de debate para o nosso povo. É fundamental e é sobre isso. Isso também é uma das grandes divergências que faz com que o partido seja cada vez mais fragmentado. Para além das questões do método e organizativo, que também é ruim, também é atravessado. Mas aí é bem de boas, sabe isso. Conversando com os camaradas do PT, do PC do B, todos eles têm críticas em relação a método e organização. Mas em relação à política, que eu acho que é o que vai pra fora, é o fundamental, assim sabe, ter espaço pra tu ir ajustando a política, fazendo esses balanços dos acertos e dos erros. Não faz um debate de situação política para justificar a tua política né, faz uma análise da realidade e aí tu tira uma política né. E eu vejo muito o oposto, assim sabe, eu vejo muito tu pincelar elementos da realidade para justificar algumas políticas. E a realidade ela é o que é né, ela é contraditória. Então, tem elemento ali pra tudo. Em última instância, assim, qual o nosso projeto de poder? O que que a gente quer com tudo isso. Enfim, tem que estar lembrando e reforçando se o tempo inteiro, inclusive na luta parlamentar, é muito fácil se perder.

[E] Vamos entrar um pouquinho assim, no começo, vamos falar um pouquinho mais, então, de repente, no teu, na tua vida na Câmara, assim. Como é que funciona assim, tipo, o teu dia a dia, e como é que é a tua relação com os teus colegas? Como é que tu acha, que tipo, tu diferencia, assimila em relação a eles, em relação a essa tua, no teu dia a dia mesmo enquanto Vereadora na Câmara de Porto Alegre?

[KS] Olha, não tem muita relação com os meus colegas. To há quatro anos lá, nunca tive assim sabe, nunca fui de fazer aquela política da boa vizinhança, de ficar puxando assunto e conversando nos corredores para tentar aprovar projetos, porque tem que ter, de certa forma, uma relação ali de boa vizinhança, né? E sobretudo nessa composição que está a Câmara hoje, assim, sabe? Não estou fazendo muita questão de manter muitas relações ali

com aquele pessoal que são os meus colegas Vereadores. Tem relação com os da oposição, porque estamos muito na trincheira, mas com os demais 26, assim, é uma relação de trabalho bem, bem delimitada, sabe? Quando vou presencial, porque agora, com a possibilidade de um trabalho remoto, estou participando mais remotamente do que presencialmente. Quando tenho que fazer alguma intervenção na Câmara ou quando tem algum projeto polêmico, eu vou. No mais, assim, quando é só nome de rua, a frente parlamentar e aquelas homenagens toscas que eles vêm promovendo, não estou indo presencialmente. Estou usando a tribuna de uma forma bem, também, pontual. Até porque a gente vem percebendo, assim, que a polarização vem criando um ambiente ali ainda mais hostil do que já era a Câmara de Vereadores e que se criou uma Comissão de Ética e a gente tem quatro Vereadores da oposição sendo investigados na Comissão de Ética por quebra de decoro. Fake news, essas coisas. Então, aquele espaço ali também se transformou num espaço hostil, assim, para ti ir e se manifestar, não é subir na tribuna e falar o que quer da forma que quer, porque usar aquele espaço, também vem sendo utilizado, e eles têm uma correlação de força dentro da Câmara, inclusive para questionar e cassar os mandatos, assim como aconteceu com o Vereador lá de Curitiba né, o Renato. Então a gente tem uma leitura, assim, de que a Câmara de Vereadores, desde que eu entrei em 2019, na gestão Valter Nagelstein, ela piorou muito assim, sabe, no sentido de ser um espaço de debate amplo, de disputa e de mobilização. Os movimentos sociais também estão com uma política muito grande. Tem os Foras Bolsonaros né, que acontecem, sei lá, no mês e olhe lá. Mas isso não se desdobra em lutas locais. A gente vê diversas violações de direitos em relação ao transporte, em relação a contratos de trabalhadores terceirizados, em relação à falta de dignidade nas comunidades, como falta de água no Morro da Cruz, na Lomba do Pinheiro, enchentes no Sarandi, na Ponta Grossa, no Rincão, falta de asfaltamento. Só que isso não vem se desdobrando em luta dentro da Câmara de Vereadores. Isso, primeiro, é um legado da pandemia né, que ficou muito tempo foi fechada, e segundo, também, a forma com que os trabalhadores vêm sendo criminalizados e, inclusive, atacados desde então né. A gente viu ali a derrota dos rodoviários, dos cobradores, dos trabalhadores da Carris, dos municipais também. E a forma com que eles foram tratados dentro da Câmara, tanto por parte dos

Vereadores, de uma forma extremamente desrespeitosa, quanto também a presença da guarda, da ROMU, né. Trancar eles, muitos não conseguiram nem acessar o plenário. A desculpa da pandemia nesse sentido. Então eu percebo que a Câmara está ainda mais anti-democrática e mais antipovo do que nunca. Então, onde é que está a nossa força? Como é que a gente reconstitui essa força por fora desse espaço? Porque toda vez que o povo está indo pra lá, o povo está sendo maltratado, o povo não está conseguindo acessar a Câmara. E nós ainda estamos se expondo para o que a gente sobe na tribuna, fala as coisas que a gente tem que falar, as galerias vazias, assim sabe? Então para quem estamos falando? Então eu estou muito nessa linha, assim, de preservar nossa atuação ali dentro, no sentido de entender as limitações daquele espaço para as mudanças que a gente necessita e reconstruir e tentar recompor um pouco dessa força política, dessa força social por fora, assim sabe? Atuando mais, mostrando mais serviço em âmbito de coletividade, sabe, fiscalizando mais, denunciando mais e dando esse exemplo de que política não é só por dentro da institucionalidade assim sabe, tentando reconstituir aquela Karen militante que de certa forma foi sugada pela dinâmica da Câmara e pelas polêmicas e pelas polarizações. Sempre vai ter polêmica ali dentro e sempre vai ter uma polêmica porque a polêmica, sobretudo a extrema direita, ela adora né, porque os dois polos crescem né, e tu deixa de debater os problemas de fundo da cidade. Então tu fica num debate muito mais ideológico e que às vezes não faz tanto sentido para a nossa população, que é uma população despolitizada, que é uma população analfabeta funcional, ou de uma população que é de uma, que é alfabetizada, que inclusive tem graus de escolaridade elevados, mas que ficam só comentando nas redes sociais, entendeu? Ou curtindo ou tratando o Vereador como um popstar, sabe? Me representa, com uma euforia e um fanatismo muito grande, sabe, que também me preocupa muito, sabe, que são pessoas que, enfim, poderiam estar contribuindo de outras formas na luta e que não contribuem, porque não são convocadas e não são disputadas pra isso, sabe? São disputadas a fazer fã clube, sabe, de Vereadores e de Vereadores, coisas que são, não contribuem pra nada, assim sabe, nessa consciência que a gente tem que desenvolver os nossos, em relação ao sentido técnico da luta, que são problemas técnicos da cidade, que não dá para a gente ser assessorado pelos bunda mole da prefeitura e também

no sentido político, se a gente não estiver com o povo para defender as instituições públicas. Não tem atalhos, sabe? A gente pode ter os melhores argumentos técnicos, a razão, a verdade do nosso lado, eles vão ter a maioria de votos e vão votar, como aconteceu com a Carris, como aconteceu com outras instituições públicas importantes, assim, que a gente não teve nem margem de argumentação, sabe? Então eu vejo isso, sabe? O povo, de uma certa forma, inclusive que essa vanguarda mais intelectualizada, de um ponto de vista de esquerda, de outro assim sabe, a galera parece que está sem tarefa nessa, nessa batalha que a gente está, assim. A não ser votar, né? A não ser votar. Fica tirando uma onda na internet, no criando memes e indo nos atos Fora Bolsonaro uma vez no mês e olhe lá, quando a CUT, o CTB, etc, chama.

[E] Assim, tu falou uma coisa que achei bastante interessante, que é que essa instituição tá meio antipovo, assim, como se, que as pessoas que estão dominando aquele ambiente, aquele espaço institucional, elas meio que usam as instituições para colocar o povo para fora do que supostamente seria a casa do povo, que é a Câmara de Vereadores aqui em Porto Alegre, pelo menos. Tu acha que a gente usa, por exemplo, que instrumentos a gente usa, se são usados instrumentos jurídicos, assim, para colocar o povo, por exemplo, para fora. Tipo, qual é a justificativa para não deixar, por exemplo, os cobradores acessarem o plenário quando tava sendo votada. Tem algum dispositivo do Regimento Interno, alguma legislação ou alguma coisa que pelo menos dá uma maquiagem de legalidade para essas ações que eu vou chamar talvez de antidemocráticas dentro, porque a gente está votando algo que, por exemplo, agora com os cobradores, algo que diz diretamente com uma classe específica de trabalhadores de Porto Alegre, uma classe muito grande de trabalhadores de Porto Alegre.

[KS] É, ali foi bem na época da pandemia, assim. Eu acho que ela foi utilizada para justificar o esvaziamento do plenário. Aí tem uma obra, tinha, agora ela foi reinaugurada e abriram as portas da frente ali da Câmara de Vereadores. Começaram a fazer uma obra e a obra, sei lá, durou mais de dois anos. Esse ano foi reinaugurada e *a priori* eles estão abrindo as portas ali da

frente da prefeitura. Antes estava entrando só pela lateral, há mais de dois anos desta obra, que eu acho que também foi um dos motivos, assim, que ajudou a deixar as pessoas não acessarem a Câmara de Vereadores. Outra coisa agora que também aconteceu foi a invasão da Câmara de Vereadores. Um grupo de extrema direita invadiram a Câmara de Vereadores e atacaram principalmente as Vereadoras da bancada negra. Conversei isso com meus colegas Vereadores da bancada e isso também pode ser utilizado como uma forma ainda maior de impedir as pessoas de usarem o plenário, as abordagens na entrada, etc, etc. Então, aquele espaço ali, pela natureza daquele espaço, é um espaço que, desde a ocupação de 2013 da Câmara de Vereadores né, eu acho que ali a burguesia da cidade, que se organiza com seus representantes políticos, percebeu que sim, é possível ter uma intervenção direta né, a Alesp também foi ocupada em São Paulo. Então eu entendo assim que eles vêm olhando para esses espaços que eles construíram para dar um ar de legitimidade para as negociações em relação à cidade, em relação às negociações de impostos, em relação aos benefícios, às mudanças do Plano Diretor, porque, querendo ou não, a política na cidade é isso sabe, é os interesses econômicos expressos de formas legais e ali tem os interesses do comércio, tem os interesses dos rodoviários, das empresas de transporte, ali tem os interesses das construtoras, ali tem os interesses da especulação imobiliária, ali tem interesse das igrejas, ali tem o interesse dos militares, tem o interesse, sabe? Então a burguesia se organiza pra disputar esses espaços e fazer dali também um balcão de negócios dos seus interesses. E tem pessoas que se dizem de esquerda, que também representam alguns interesses né, que vão lá para defender também determinados interesses. Então, é sobre isso, sabe, quando a gente diz que a Câmara não representa os anseios da população né, em geral, da classe trabalhadora em geral, porque tinha, por exemplo, o Paulinho Motorista, que representava o segmento dos motoristas, dos rodoviários, mas em determinadas pautas que, por exemplo, eram, afetavam até a categoria dos rodoviários de uma forma indireta, ataques à educação, desmonte da assistência social, etc. Pelo posicionamento do partido, ele votava a favor, sabe? Mas na pauta dos rodoviários ele foi uma pessoa determinante. Então, quando eu te coloquei lá atrás né, a fragmentação da classe trabalhadora, a fragmentação das lutas, essa visão pós moderna das

caixinhas. Os rodoviários, os professores, os garis, as mulheres, as mulheres negras, os indígenas. A busca de uma totalidade, do que unifica de forma em geral, todos esses segmentos que paulatinamente estão sendo derrotados, inclusive nessa conjuntura difícil de crise, que a margem de negociação tá cada vez mais reduzida. Então, a importância da união, a importância de uma busca, de uma discussão em conjunto dos nossos problemas em geral. A Câmara, ela expressa essa fragmentação. Ela expressa essa fragmentação e expressa também o poder econômico regendo as leis da cidade, com ar de democracia e a forma com que eles atuam ali dentro, se utilizando do Regimento Interno e quando o Regimento Interno pode ser modificado. Esses dias eu estava vendo, tem uma proposição para que se proíba também dentro dos órgãos de administração direta e indireta e dos órgãos Legislativos, o uso da linguagem neutra. Eles aprovaram isso nas escolas e agora querem aprovar dentro do parlamento. Então o Regimento Interno também é um instrumento ideológico né, no Regimento Interno, hoje, não tem nada que coloque, inviabilize as pessoas de usar o plenário. Mas é uma decisão política do presidente da Câmara. Quando ele se sente, que o espaço pode ser, é, que o espaço pode ser intercedido, que o espaço pode ser, enfim, parte de algum tipo de atuação mais abrupta do movimento social, do movimento sindical, ele tem, ele pode vir a chamar a guarda, a ROMU, e é o que eles vêm tendo como praxis, assim sabe. Por que isso? A margem de negociação de emendas para melhorar projetos, para amenizar projetos, para tentar chegar em consenso, está reduzida. Então está difícil construir, terceiras vias, está difícil de construir mediações aos projetos que vêm do governo e tá indo para o tudo ou nada. Então, nesse sentido, a luta de classes ela tá mais exposta. Então tu não consegue muitas vezes as questões por um acordo, por um consenso, tu tenta pela violência, tu tenta pela força. O movimento vem tentando pela força, só que a nossa força é muito reduzida. Quem tem o aparelho do Estado, tem o monopólio das armas, então a gente sempre luta em condições extremamente desfavoráveis, assim sabe? E eles nunca abriram mão de utilizar o aparelho repressor do Estado para colocar o povo no lugar que o povo tem que tá, assim sabe? Então é mais ou menos assim que funciona as regras da Câmara. Isso não está em regimento, mas isso é implícito né? É o *modus operandi* ali, daquela coisa.

[E] Então assim, eu acho tu, pelo menos pela tua narrativa, assim, tu passa por algumas dificuldades de atuação, assim né, enquanto, enquanto Vereadora e assim por ti também observar dentro de uma categoria de oposição, o que já é uma posição super complexa. Como é que tu lida com essas, essas, essas barreiras? Tu pode me contar um pouquinho sobre, tipo, o que que tu faz, como é que tu e os teus colegas, que eu imagino que vocês têm uma frente bastante unida enquanto oposição, como é que vocês fazem para lidar com essas situações de dificuldade na atuação? E de, bom, ainda que tu não tenha assim um check list de propostas que tu tenha feito. Mas tu tem uma agenda geral que tu quer cumprir enquanto Vereadora. Como é que tu faz dentro da Câmara para lidar com essas dificuldades? Tu, por exemplo, o regimento, agora tu falou, é um instrumento ideológico para quem está dentro do espaço de poder, que tem a posição hegemônica do poder ali dentro daquele espaço. Mas tu também acha que o regimento pode ser um instrumento de subversão desse ideológico ou, por exemplo, a legislação que rege o dia a dia da Câmara enquanto instrumento de, instrumento institucional. Ela está só desfavorável para vocês? Em alguma medida, ela só serve como empecilho? Ou vocês também conseguem usar esses instrumentos para avançar as pautas de vocês ou tu vê...

[KS] Em alguns momentos a gente tenta judicializar. Por exemplo, a gente tinha direito a compor a Mesa Diretora no início do ano, no início da legislatura, enquanto oposição. A gente tinha direito a mais de um cargo né. A direita da Câmara, por um cálculo de proporcionalidade, colocou que a gente não teria direito a nenhum cargo. E isso também foi uma decisão política da última legislatura. A gente entrou na justiça se utilizando do Regimento Interno e ganhamos até agora, em segunda instância, inclusive. Então, em determinados momentos, sim, dá pra gente se utilizar do Regimento Interno. Quando a gente vê que não tem, que é uma injustiça muito grande que está sendo acometida e que a gente pode minimamente complicar, criar o fato político, levar para a sociedade, entrando e judicializar a questão, a gente vem também fazendo esse caminho. Quando o Regimento Interno é descumprido. Então, também tem um certo, um certo ar assim, não é vale tudo. O Regimento

Interno, ele vem sendo respeitado, apesar da conjuntura. Está difícil ali dentro para a oposição. Em determinados momentos a gente consegue se apoiar nele pra minimamente dar um, ganhar um tempo para que a gente, como a gente diz né, a necessidade de audiências públicas, a necessidade de, a necessidade da pauta ter sido conversada entre as lideranças da oposição antes de entrar na ordem do dia, que que vai entrar na ordem do dia, de consenso. Então são algumas questões, assim, que [inaudível] na Mesa Diretora. Então são questões, assim, que minimamente, é do ritual, sabe, de boa convivência dos líderes dos partidos?

[E] É bom, tu descreveu, tu te descreveu como uma mulher negra, solteira, mãe de pet, é..., atuante em movimentos sociais. Como é que tu acha que essas marcas sociais, assim, que, que são fundamentais né pra tua forma de te inserir no mundo, como é que tu acha que elas afetam o teu trabalho na Câmara, a forma como tu te insere ali? A forma como as pessoas te inserem também, porque a gente tem uma relação... próxima e péssima.

[KS] Péssima. É péssimo. Nossa, assédio, nova de mais, bonitinha. Várias formas assim sabe de tentar te... Um dia um assessor chegou a falar que a minha beleza era uma beleza selvagem. Ele falou, eu tive que debater com ele, do porquê que o que ele estava falando que era racista. Um assessor do governo, inclusive, mas que me dá várias informações privilegiadas, então é uma ponte que eu não posso perder. Ao mesmo tempo, é isso sabe, tu se submete, assim, a ter que às vezes cumprir aquele papel de, de ser paciente com algumas pessoas. Então a gente escolhe ali com quem tu vai comprar briga, porque não dá para comprar briga com todo mundo. Então percebo muito isso assim. As pessoas ali o tempo inteiro, e é um espaço de muita disputa de poder, The House of Cards assim. Então é muita puxada de tapete entre a própria direita. Eu percebo isso. Eu percebo isso pelas conversas, a forma com que as pessoas vêm se abrir para ti. Tudo tem uma intencionalidade por trás. Toda pergunta tem uma intencionalidade, sabe, no sentido de, de saber, de captar, sabe? De querer forçar uma relação que não existe, de coleguismo que não existe. Então eu percebo assim uma falsidade, aqueles fatos [inaudível] quase todo local de serviço é um pouco assim, né? Mas ali,

por essas questões do poder envolvido e por pessoas quererem mostrar mais serviço, acho que pra determinadas pautas, pra determinados segmentos da sociedade. Então tem muita coisa que é muito forçada ali, é um teatro muito grande, assim. É isso que eu percebo, sabe? Um teatro sabe? Muito grande em relação a diversos, diversos discursos, tanto da esquerda quanto da direita. E parece que é isso que as pessoas querem às vezes, né? Ver o circo pegar fogo. Faz parte um pouco dessa crise de representatividade, dessa crise política, assim sabe? Torcer mais pela briga do que por qualquer um dos lados. Eu me vejo nesse lugar assim, sabe? Ai não estou a favor de nenhum, estou a favor da briga, porque tu vai conhecendo ali por dentro, assim, sabe. E, enfim, ali ninguém vai pro céu. Nem eu.

[E] Dentro do marco teórico que eu tô usando pra minha tese, a gente pode olhar para o direito de três formas, basicamente. O direito como um instrumento que oferece soluções imparciais, ou seja, tu vai colocar o teu problema jurídico ali, independente de quem está acionando, o resultado vai ser o mesmo, não importa se é uma pessoa negra, branca, se é uma pessoa LGBT, se é cara, se é mulher, não vai fazer diferença. Ou seja, o direito oferece soluções imparciais. O direito pode ser que nenhum jogo, pode ser, assim, quem sabe jogar ganha. Então quem tem o melhor advogado, quem tem mais instrumentos jurídicos, quem sabe jogar, o direito é a bola, quem sabe lidar melhor, quem tem mais habilidade ganharia, em tese, ou o direito pode ser visto também como um empecilho. Então, assim, o direito sempre está causando problema para aquilo que se quer atingir. Dentro dessas três visões, assim, em relação às pautas que tu representa, às populações e as coisas que tu quer ver, o projeto de sociedade e o projeto de poder que tu tem em mente enquanto representante Vereadora, que tipo de solução tu acha que o direito apresenta, dentro desses três esquemas que eu estou te apresentando.

[KS] A nossa assessoria jurídica lá, ela trabalha muito nessa perspectiva do direito enquanto as regras da sociedade burguesa. Então, é um aparelho, e ao mesmo tempo que é um aparelho também faz parte de uma casta. Quem executa o direito não, não são sujeitos alheios à luta de classes, pelo contrário, são sujeitos implicados e são sujeitos que implicam diretamente na correlação

de forças da luta de classes de modo em geral. E a gente percebe isso nas greves, nas ocupações, como a correlação de forças, ela é muitas vezes determinada por esses aparelhos que não, não refletem a justiça social, refletem posicionamentos de classe. E eu acho que o direito nesse sentido... Por isso, eu acho que muitas vezes o nosso papel enquanto legisladores não é tanto a elaboração sabe? Porque tem leis no Brasil que pegam e têm leis que não pegam. Então, isso sempre foi assim. Quem faz uma lei ser, inclusive ser executada também tem que demandar a fiscalização, força, organização das pessoas, até para uma lei sair do papel, assim sabe? Ser regulamentada e ser executada de uma forma digna, né? E isso a gente não, é difícil de pensar hoje um projeto, assim que, dentro desse marco, que seja. Isso daí é uma boa pesquisa inclusive né? Uma lei que seja executada de forma digna. Uma lei para o povo, para a população né, pagar assim um recorte. Vai ver tudo tem limites né. O orçamento de gestão, de concepção, e é sobre isso, assim, sabe? Então não serve para garantir a justiça, pelo contrário, é pra manter interesses, né? E eu entendo que infelizmente, em alguns momentos a gente consegue se debruçar, quando a gente tem uma organização, quando a gente está com força, quando a gente tem correlação para isso. Mas boa parte das vezes a gente vem sendo também, a gente leva para essa outra instância, empodera essa outra instância. E a gente também vem sendo derrotado nessa instância, assim sabe, que é um espaço muito menos democrático do que o Legislativo. Então, eu olho muito pra isso. É mais um instrumento. Não dá pra ser instrumento central assim, sabe? Delegar a nossa força para que ela seja legitimada por esse segmento da sociedade, que também é um segmento que tem seus recortes né.

[E] E como é que se observa a tua atividade política como Vereadora em relação ao Direito?

[KS] A gente se vê muito mais fiscalizando, denunciando a falta de direitos do que elaborando proposições. Tipo assim, até porque boa parte das proposições são ilegais, inconstitucionais ou imorais. Tudo que a gente quer propor, não dá Karen. Isso daí é atribuição do Executivo, sabe? Ou não tem correlação para passar nunca na vida. Então é isso. Então a gente está mais

às vezes nesse trabalho por fora, tentando constituir força social e fiscalizando aqueles, aquilo que já é direito hoje e que está sendo negado e está sendo violado, fiscalizando os contratos das empresas de ônibus, os contratos das empresas de ônibus, com o Município de Porto Alegre, por exemplo, um contrato tem sérios problemas, tem investigações em curso há mais de seis anos no Tribunal de Contas do Estado e até hoje não houve ruptura de contratos, sendo que iso está previsto no contrato. As terceirizações, entendeu? Agora com um, de novo, a Lion, que faz o cadastro único, de novo sem pagar os trabalhadores, as trabalhadoras da Multiclean, as trabalhadoras da Cotrariu, as trabalhadoras da COOTRAVIPA. Então, são violações sistemáticas e que a terceirização permite, a lei dos contratos também. Então são leis que permitem a exploração, leis que permitem a injustiça e mesmo assim, eles ainda dão conta de criar ainda mais injustiça, sabe? São leis já que garantem a superexploração do trabalho e mesmo assim, a empresa não paga o fundo de garantia. Mesmo assim, o Município não tem um fundo público para colocar lá todas as contribuições para que as empresas não fiquem com essa responsabilidade de não pagar, ao fim dos contratos, isso poderia ser criado ne? Poderia, mas não se cria. E criar fundo é uma atribuição do Executivo, isso não passa do... Não pode ser uma intervenção do Legislativo. Então, o jogo é muito bem amarrado assim, para garantir que as pessoas morram na praia, para garantir a postergação das lutas, sabe? Pra ganhar tempo, pra ganhar tempo na desmobilização, para que a gente não consiga ter força pra levar até a última instância sabe? A reivindicação do nosso direito, então é muito bem estruturada assim, sabe, pra que as pessoas morram na praia? Não tem uma assessoria, não tem um movimento, não tem força, porque a gente não tem sempre força social para fazer as lutas necessárias. Tu entra numa greve já pensando como é que vai sair dela. É isso, tu entra numa ocupação já pensando como é que tu vai desocupar, porque é um problema para nós, porque a gente sabe da criminalização. A gente sabe que é uma bomba relógio assim. A gente sabe que a gente precisa sair dali com algum tipo de pauta ou algum tipo de mediação, algum tipo de vitória que a gente consiga acenar pro movimento. E está muito difícil fazer a luta nesse período. E eles sabem disso. Eles conhecem a esquerda melhor que a esquerda, então eles jogam também muito com isso. Com a nossa fragmentação, muito com essa política da

representatividade vazia. Então, a gente está representando ao mesmo tempo, sem força, sem luta, sem movimento social junto para nos ajudar a empurrar aqueles espaços. É sobre isso assim, a gente entende que a fiscalização é uma forma, e a denúncia, é uma forma também de politizar as pessoas nesse sentido, sabe, que entender que é direito e elas precisam lutar por isso, sabe, que não é porque está na lei que vai ser cumprido ou que está garantido. Nada está garantido. É tudo, é uma decisão.

[E] Sim, bom, pensando assim, bom, tu é uma Vereadora de oposição. Evidente que quando a gente está conversando, sei lá, eu conversei com outras Vereadoras que são da situação que eu fiz essa pergunta para elas e elas não tinham muito para me responder. Eu quero ver a perspectiva que vai trazer, eu acho algo bem diferente, que é assim: tu usa as instituições jurídicas, eu acho que a gente já falou um pouco sobre isso, mas eu tenho uma pergunta específica eu quero ver, tu usa as instituições jurídicas e aí eu me refiro, assim, Tribunal de Contas, Poder Judiciário, Ministério Público, a Defensoria Pública.

[KS] Sim, denunciemos tudo o que a gente tem, elementos, a gente denuncia, a gente busca reunir com o procurador, com o promotor. Agora tem uma reunião essa semana com o Dr. Pedro Nicolau, do Ministério Público Federal, em relação a uma ação que nós entramos pelo desrespeito à Convenção 169 da OIT, que fala sobre o direito dos povos originários serem consultados para qualquer mudança no Plano Diretor, obra pública, que vai impactar os povos tradicionais. E isso vem sendo desrespeitado aqui em Porto Alegre a torto e direito pela essas construções né, e a gente teve uma decisão negativa e a gente vai conversar com ele, pra tentar sensibilizar, para tentar entender, sabe, qual é que é a leitura? Porque talvez ele esteja enxergando, sempre foi um parceiro nosso no sentido da luta dos povos originários. Mas qual é a correlação, que que ele está enxergando que a gente não está enxergando para ter dado uma decisão ruim e negativa nesse sentido? Com o da Camino do Ministério Público de Contas, direto também. A última foi a denúncia dos mais de 1 milhão que o DMAE estava oferecendo para uma obra privada para construção de estabelecimentos comerciais na zona norte da cidade. Então, o transporte também. A gente tenta também demonstrar, ao

instigar essas instituições, o limite dessas instituições. A gente não passa uma denúncia de fora. A gente quer também mostrar para os movimentos sociais, para o movimento dos trabalhadores, como é que é a dinâmica dessas instituições por dentro. O tempo da justiça não é o tempo do povo, né? Quando a gente diz que a gente quer direitos já, muitas vezes é isso, essas instituições, elas estão acomodadas assim. E se a gente não instigar elas e a gente não colocar elas em contradição, a gente também não consegue trabalhar, acelerar esses processos de consciência do nosso povo em relação aos próprios limites dessas instituições. Assim, para garantia dos seus direitos.

[E] Sim, tu acha, com então, acho que, o que eu queria saber primeiro, assim, como é que é a recepção em relação a essas instituições. Por exemplo, tu falou ali do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas, do MPC, do Ministério Público do Tribunal de Contas, é, como é que é a receptividade de vocês?

[KS] A gente vem encontrando parceiros assim, tipo da promotora Débora Menegat, por exemplo, que ajudou muito na denúncia em relação ao transporte coletivo, a gente constituiu junto audiências públicas, junto ao CEJUSC, junto à juíza Dulce, no sentido de ouvir as comunidades. A gente colocou mais de 15 lideranças ali da [inaudível], do Rincão, da Lomba do Pinheiro, da Mapa, da Restinga, da Graciliano, para colocar os problemas do transporte na pandemia. Então, o acolhimento foi muito bom, assim, com a juíza Dulce, também, em relação a uma galeria de água, de contenção de água da chuva do DMAE que engoliu uma casa na Vila Jardim. Levamos pro CEJUSC, a gente conseguiu também que o DMAE se comprometesse com pagamento de indenização e algumas questões ali. Apesar da construção ter sido irregular, o DMAE nunca avisou aquela família que eles não podiam construir as casas naquele terreno, que é um terreno delas, que elas pagam IPTU por todo o terreno e assim começa, as casas são diversas, as casas em Porto Alegre que são construídas em cima de galerias de contenção de água, e o DMAE não fiscaliza. Então são bombas relógios, assim, que né? Como aconteceu agora na Zona Sul, que estourou uma caixa dessas de contenção de água da chuva e inundou a aqui a Icarafá, na altura do BarraShopping.

Então, são violações assim, da falta de fiscalização, sobretudo, do desmonte das instituições públicas, sobretudo. Não é isso que a gente quer denunciar de fundo, e como o povo sempre paga a conta. O povo sempre paga a conta. Quando tem essas inundações, a prefeitura tem que indenizar. Até hoje a gente está cobrando a indenização da última enchente que teve lá no Sarandi, por falta de desassoreamento do arroio, que a gente fez pedido de providência com duas semanas de antecedência, sabe? Então é sobre isso assim, sabe? Mostrar também como é que funciona, né? Os interesses públicos e privados dentro dessas negociações, assim, do que que é a cidade, do que que é o bem público. Mas, de modo geral, somos bem recebidos. Essa semana também com mais uma promotora sobre uma ação para que a prefeitura cumpra a lei federal da necessidade de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. A gente está lutando por essa regulamentação, o Melo ficou de até o mês de julho agora trazer uma proposta de lei que coloca ali o impacto financeiro e quanto seria essa contratação de profissionais. A gente quer contratação, mas que tenha a obrigatoriedade do concurso público para manter o vínculo, o território, a permanência no trabalho que é fundamental, e um trabalho como esse né. E até hoje, até agora a gente não teve uma resposta. A gente já está no dia 26 de julho. Então a gente fez essa representação. A prefeitura ainda não se manifestou e a gente pediu uma reunião com a promotora ou o promotor, enfim. Tem a reunião essa semana para a gente tentar também sensibilizar e colocar que poxa sabe, é lei cara, tem que ser cumprida. E inclusive, está havendo várias movimentações da oposição e da situação para que assim que essa lei venha a gente aprove essa lei, então, a importância de ter recurso. Tem recursos do Fundeb, sabe, sobrou recurso da última gestão. Então é sobre isso assim, vira e mexe está tensionando também essas instituições. Eu gosto muito de pedir agenda até para conseguir conhecer quem são essas pessoas, quem são essas figurinhas assim pessoalmente, para conseguir ter um pouco mais também de análise. Até porque a gente sente, né? Quando a gente está numa conversa, qual é que é da pessoa, qual é que é de uma última instância, assim, para além do papel de papel que todos nós cumprimos ali, dentro de uma certa formalidade, a gente consegue também perceber assim com quem nós estamos falando. A forma com que a gente é recebida, dá forma com que [inaudível], a gente

consegue ver até o limite daquelas pessoas em relação a cada uma das pautas, né? O limite da legalidade. Teve uma vez que eu perguntei assim, poxa cara, apesar de tudo isso, não dá pra fazer nada? O projeto da Carris vai ser votado, e ele Karen eu não vou me meter, não vou me meter no trabalho do Legislativo. Os poderes têm independência, blá, blá, blá, blá. E sabe, então tu vê assim que, por mais que tivessem vários indícios de fraudes na investigação, ela tinha que ser concluída dentro dos ritos da porra da investigação, que até agora não foi concluída. Então, é sobre isso, as pessoas estão ali também cumprindo, não podem fugir muito também dos regramentos, porque também podem vir a ser perseguidos e penalizados. Então são essas regras né.

[E] Sim. Bom, agora estou indo pras minhas últimas duas perguntas já. Eu. Em relação agora, tu falou do Prefeito, em relação à relação com o poder Executivo e algumas decisões que são ilegais dentro do próprio âmbito da Câmara. Vocês se usam assim, por exemplo, do poder judiciário, para recorrer dessas decisões?

[KS] Sim, desrespeitou o Plano Diretor, desrespeitou a convenção 169, não teve audiência pública. Vira e mexe sim, a gente tá acionando a justiça nesse sentido. Às vezes a gente perde, a gente ganha.

[E] E tu acha que essa judicialização impacta no cotidiano da Câmara? Porque tem uma simbiose que acontece assim tipo...

[KS] Sim, tem Vereadores ali, por exemplo, que são muito legalistas assim sabe, então tem questões que são inconstitucionais. Tipo assim, o Vereador não pode constituir, criar fundos públicos. A gente tem a demanda de um fundo público de mobilidade urbana, por exemplo, para alocar os recursos da bilhetagem, das multas, da propaganda. Isso desde a lei lá de contrato de licitação de 2015. Isso nunca foi criado porque não é uma atribuição do Legislativo. Hoje eu vejo que está tramitando inclusive esse mesmo debate desse fundo, uma proposição do Vereador Moisés Barbosa, maluco do bem, que é um Vereador do governo. Apesar de ser inconstitucional, politicamente, a

gente acha que é necessário, sim, que se regulamente isso. Então por mais que seja um Vereador no governo, por mais que seja um Vereador que vai trazer uma proposta que fere o que é atribuição de um Vereador, a gente acha que isso, que é uma proposta necessária, e que se aprove a lei, que o Melo vete, mas que depois ele crie e que decrete. Mas fazer esse tensionamento assim sabe? Já temos Vereadores que se utilizam muitas vezes, por terem divergência com a pauta, se utilizam dos marcos legais para serem contra, né então, por mais que haja assim a necessidade do debate, necessidade do regramento, eles pegam a questão formal para ser contra e colocam o debate da legalidade acima do debate político. Então, eu vejo assim que a Câmara se comporta dessas duas formas. Quando existe o interesse, pode tudo. Ah, o parecer da procuradoria da Câmara, ele é opcional. Um parecer favorável ou contrário, mas tem determinados momentos que ele é tudo e tem determinados momentos que ele é opcional. Vai muito do interesse que está em jogo assim e da correlação de força da maioria.

[E] Bom era isso. Eu vou parar aqui a gravação.

APÊNDICE V - LOURDES SPRENGER

[Entrevistadora] Então. Comecei a gravação. Bom, primeiro, a primeira pergunta é a tua identidade de gênero, imagino que tu te identifique como uma mulher

[Lourdes Sprenger] Feminino.

[E] A tua idade?

[LS] 70.

[E] O teu perfil étnico racial?

[LS] É branca né, a cor branca, é isso?

[E] E eu não imagino que tu não seja, em nenhum, que tu não tenha, não te identifique como uma pessoa com deficiência.

[LS] Não, não tenho, graças a Deus.

[E] A naturalidade.

[LS] De Gravataí.

[E] Teu estado civil.

[LS] Casada.

[E] Se tu não te importar, vou te perguntar há quantos anos?

[LS] Há mais de 30 anos.

[E] Não precisa confirmar exatamente, era só uma estimativa.

[LS] Pouco mais de 30. Acho que 34 ou 35, eu tinha que calcular.

[E] Tu tens filhos?

[LS] Tenho um filho.

[E] A tua escolaridade?

[LS] Nível superior superior completo.

[E] E a tua área de formação?

[LS] Auditoria, em Ciências Contábeis e eu me especializei em auditoria. Hoje é controlar.

[E] E a tua a orientação sexual?

[LS] Eu acho que é isso, que é feminina é isso, né? Masculino ou feminino, agora tem LGBTQI eu não sei quê, mas é feminino, sou do tempo que só tinha dois, masculinos ou feminino.

[E] Então é heterossexual, em termos de orientação sexual, é isso. Bom, essas foram as perguntas, assim, para traçar o seu perfil, porque são informações importantes. Mas então a primeira coisa que eu queria saber um pouco é como é que foi a tua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora.

[LS] Eu sou uma profissional liberal, auditora, mas eu sempre, sempre trabalhei e sempre me envolvi com assuntos do bairro, assuntos do coletivo. Sempre tive essa influência. Sempre fui voluntária de entidades, voluntária, eu digo participante de diretorias, que era o que hoje a gente vê, o tempo de lazer que se tinha. E eu sempre estive envolvida em entidades de classe, política classista da minha categoria profissional. Depois, da associação de bairro e

nós ganhamos uma grande demanda em 2002 aqui na Zona Sul. E aí eu vi que através do coletivo tudo muda, muda muito as situações. A partir daí eu acho que eu fiquei muito conhecida aqui na região e fui convidada em 2012 para formar um grupo de 15 mulheres. Que o partido, o meu partido é o 15? O número é o 15. E esse número de 15 mulheres se dão, assim, na época não davam vaga, os candidatos homens né. Não tinha essa proporcionalidade de hoje e nós entramos e era assim: tu vai ter comitê, vai ter carro, vai ter auxílio. E no decorrer da caminhada as minhas amigas começaram a recuar. Não tinha nada, só tinha para os homens. Era muito discriminatório. Passava e via que aqueles candidatos novos todos tinham o comitezinho, o carro locado na frente e nós a pé. Era eu, na época eu já tinha um tablet e a minha camioneta e a rede social que faz parte da rede social desde o tempo, 1999, desde o tempo do Orkut, Lista Google, então eu passei toda essa transição em rede social e até nós chegarmos hoje a WhatsApp, que naquela época era orelhão né, telefone. Então o pessoal foi desistindo assim, no sentido de, das caminhadas. E eu continuei. Além das redes sociais, que o voluntariado me auxiliava, eu levava material, eu não tinha ninguém. Quando chegou 15 dias antes das eleições, eu disse “eu não quero mais, eu vou sair”, “não, mas isso não existe, isso prejudica o partido, não pode desistir”. Aí nos deram o motorista para fazer o rodízio de 15 mulheres. Imagina! E aí, na última semana, me deram em tempo integral o rapaz e nós saíamos às 07h00 e fazia a cidade toda e atendendo também as entregas e sem recurso, meus recursos eram da família, ganhamos esses folders, mais o tempo de TV, isso que é obrigatório o partido dá. E aí foi muito engraçado, que as mulheres não gostavam do candidato a Prefeito que não era do nosso partido. O vice era do partido e elas nos chamaram lá, que tinha uma reunião em que tinha uma surpresa para nós. Chegamos lá, tinha 25.000 folders desse candidato, do vice, que era nosso, e do, e da da candidata. É três fotos né. As gurias olharam e disseram “ nós não vamos entregar coisa nenhuma” e eu peguei aquelas 25.000, em três dias nós entregamos em tudo o que tu possa imaginar e eu me elegi e eu competi, inclusive, com o filho de ministro com recursos, um filho de Deputado e eu me elegi na primeira com a enorme votação, porque nós concorremos com mais de 600 candidatos na época. Hoje é 800. E eu me elegi o primeiro mandato, com a bandeira da causa animal e a bandeira da fiscalização das contas públicas,

bem na época do mensalão. Então foi assim algo impressionante, porque eu virei um *case*, até o Estadão e me entrevistou, como que sem recurso no partido grande, eu tinha me eleito. Eu tinha realmente muito trabalho, voluntariado e posições que eu tomava na região. E essa experiência de política classista também me deu, assim, uma facilidade de enfrentar uma eleição. E assim começou em 2013 o meu primeiro ano de mandato. Hoje eu estou no terceiro e eu ocupo espaço. Eu na Câmara, eu fui Presidente da Escola Legislativa de Câmara Municipal e funcionando, Escola Legislativa, Câmara Municipal e Assembleia Legislativa. Fui Presidente. Eu fui Presidente duas vezes da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Eu fui procuradora especial da mulher, que também é um cargo voluntário, e a Vereadora aceita se quer. Eu fui na pandemia, acho que eu ajudei pessoas e conheci como funciona esse mecanismo de procuradoria para as mulheres. E hoje eu sou corregedora da Comissão de Ética e me candidatei corregedora, porque eu fiz isso, investigação administrativa eu fiz a vida inteira. Então, pra mim isso, como eu disse, eu me candidato, porque eu vou olhar vocês com isenção, eu não vou olhar que aquele colega que vota contra meus projetos, eu vou encaminhar ele para ética, porque não gosto dele, porque não gosto do trabalho que ele faz contra os meus trabalhos. E aí foi isso. Isso aí é desafio. E fora isso também no partido, eu sou Vice-Presidente da executiva municipal. Eu já fui estadual, também membro, fui Presidente da da, do núcleo das Vereadoras. Então eu participo. Eu estou sempre participando de alguma coisa mais. Claro que agora eu quero pensar um pouco mais em mim, nesse aspecto de tantos voluntariados e mais o voluntariado da causa animal, que é bem desgastante.

[E] Sim, eu imagino mesmo. E como é que tu imagina, assim, tu tem, claro, eu imagino, tu já tá no teu terceiro mandato, essa pergunta deve ter mais. Qual é mais ou menos o teu perfil de eleitores e eleitoras? Que que tu acha?

[LS] Mulheres de 35 a 60 anos, que é das minhas redes sociais, por aí. Tem homens também, tem homens também. Eu tenho esse segmento de auditores que ainda me reconhecem e eu tenho também essa extensão de amigo, do amigo, do amigo. Eu não sou política que eu tenho o voto de curral,

o voto dentro do partido, o partido. Eu tenho essa história porque eu não sei fazer a política pegajosa, né? Então eu não sou uma pessoa tão querida no partido que eu observo por alguns, sim, mas pela por essa base de Porto Alegre que eles já têm lá os candidatos deles. E eu nem faço questão, porque o meu eleitorado vem de vários partidos. Então, se observar, eu não ataco. Eu faço a minha posição, mas eu não ataco os partidos nunca. A esse partido é um lixo. Esse partido não sei o que, ah só pode ser daquele partido, não, eu não ataco porque eu tenho eleitores e eu acho que eu vou ofender essas pessoas que acreditam no meu trabalho. Mas eu tenho clara a posição do meu partido.

[E] Claro, e como é que funciona assim? É, bom, a gente pensou agora na tua trajetória até chegar na Câmara. Como é que funciona o teu dia a dia na, dentro da Câmara mesmo?

[LS] As pessoas não têm noção, elas acham, assim, que a nossa vida é glamour. Nós temos compromissos com as Comissões permanentes. Todo Vereador tem às terças-feiras reunião permanente de manhã. A minha Comissão é opcional e híbrida. Mas a nossa só está online até hoje, porque a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que sempre tem participação. Então, por causa do covid, a gente está só online, mas é aberto pra quem quiser buscar o link para participar. Então, todas as terças-feiras, quintas-feiras, são as reuniões extraordinárias, ou seja, visitas que surgem, alguma outra, alguma outra demanda que tenha que se fazer reunião nas quintas. Isso de manhã. Como é que é de tarde. Bom, aí eu já tenho a manhã, a minha manhã tomada, e da tarde é a plenária começa às duas e aí às vezes 04h30, 06h30, 08h30, depende o que se vai votar. Eu já saí de lá 04h00 na votação do orçamento. Então isso acontece nas Câmaras, nas assembleias, conforme o tema. Muitas emendas, tu vai ficando e tu vai ficando, e sem comer porque fecha bar, fecha tudo e tu vai indo. Então esse é um compromisso. Hoje tem híbrido, mas é importante se estar no plenário, porque ali tu convive com o que está acontecendo, com a posição dos colegas. É todo um dia a dia. Na quarta-feira, idem. São os dias mais pesados de votação. Tem também pelas tribunas populares, homenagem no início da sessão. Nas quintas-feiras, esse ano não

se abriu ainda, seria o dia para as homenagens, para a discussão de projetos, mas não se abriu ainda esse ano, não se conseguiu se organizar, vamos dizer assim, para uma híbrida nas quintas feiras. Então nós temos livre para as visitas e atender gabinete. Então me sobra para atender o gabinete, terça de tarde, quinta de tarde e sexta. Mas e como é que fica a cidade? Tu tem a demanda e a cidade é grande, por exemplo, eu vou no Sarandi, é uma tarde tu vai sair de lá 16h00 para voltar, por exemplo. Se tu vai de manhã, foi a tua manhã. Então esse é o nosso, seria a nossa rotina. Mas nós temos audiências públicas, normalmente à noite e hoje está online, tem as audiências públicas, às vezes tem reuniões de Comissões, Comissões que se cria dentro da Câmara e mais a criação de projetos, que esse, tu tem que ler, tu tem que pesquisar, tem que estar atenta para ver o que tu pode apresentar de projeto de lei e os projetos que chegam, tu tem que também ler. Nós aprovamos mais de 60 projetos do Executivo. Ele vem já prontinho, chega ali na tela do computador pelo sistema eletrônico. E tu tem um assessor, mas o assessor vai, vai ler e vai e vai te dar a visão dele. Então tu tem que ler. E o ano passado se aprovou, fora os nossos, 60 projetos executivos pesados, polêmicos, alguns, e agora vão entrar outros polêmicos também. E isso para nós, eu sou da base do governo porque o Prefeito também é do meu partido, mas não quer dizer que eu concordo com tudo e então isso, ele é desgastante, é desgastante, o confronto de ideias também é desgastante. As queixas, as pessoas querem para ontem. Eles não têm ideia, que eu vou te dar um exemplo. Por exemplo, um cachorródromo, que é a área de lazer entre tutores e animais, conforme as praças, se tem muito a frequência, as pessoas pedem um cercamento. Então a gente chama os cachorródromos. Tenho aqui um local que as pessoas, muitas vezes, moram em apartamento, precisam levar o animal para se desestressar, para não ficar latindo o dia inteiro, incomodando os vizinhos também. E então eu comecei aqui na região uma solicitação antes da pandemia. Eu repassei recursos. Ontem que começaram. Então, a vizinhança não quer saber se ah esse Vereadora não fez, é muito lerdo. Eles não sabem o que o extremo, dito, e tu vai pra cima do secretário. Às vezes um secretário, vamos dizer assim, ele tem uma influência muito grande, externa, tu não consegue combater, tu perde, faz corpo mole, bota outras prioridades na frente. Então isso também desgasta porque se tu tem palavra, isso também te

aflige. Porque se é o homem, eu não sei se eles são assim como nós. Eu sou assim, eu acho que as mulheres, como nunca tiveram o poder, elas são mais preocupadas em atender, elas são mais combativas nesse aspecto e também faz a gente sofrer, porque tu chega em casa e tu não está, tu não consegue te desligar e tu abre uma rede social e tu ver tanta injustiça. Às vezes tu trabalha, trabalha tanto que as pessoas acham “não tá ganhando muito”, mas eles não têm ideia. Por exemplo, tu não vai tá dizendo na rede o que tu ajuda. Não se diz, isso é campanha, é compra de voto, se tu olhar o rigor da lei. Mas a gente ajudou um monte nessa pandemia. Então, nós não temos empresário que nos mantenha. Então nós compramos muitas cestas básicas, ajudamos muito. Eu coloquei uma pessoa cadastrando numa região paupérrima, que eles não sabiam como se cadastrar para ganhar o auxílio. Eu coloquei uma pessoa com um computadorzinho lá para ajudar e são pessoas assim que não vão te dar retorno, não é pelo voto, é porque são pessoas que tu passa um ano sem ir lá, vai outro. Aí no dia da eleição, vão lá, fazem uma doação, aí a pessoa acaba, nem se lembra mais de ti. Mas a gente fez isso pelo lado humanitário, a gente tem isso aí também. Eu tenho isso comigo. Se eu me preocupo com animais, não vou me preocupar com gente? Claro que a gente se preocupa. E então a gente tem essas críticas também. E fora isso, nós temos as falas, tu não vai para uma tribuna sem conhecer o assunto, ou tu não vai falar num grande expediente sem fazer uma pesquisa antes, um texto. Isso tudo eu não sei como a gente arruma tempo. Um assessor me levanta os tópicos básicos e aí eu desenvolvo em cima daquilo ali e vejo altero, né? Mas é uma função burocrática. Tu comanda ainda um gabinete com recursos humanos e ali funciona uma empresa, porque ali tem folha de pagamento, ali tem o atestado médico e tem a sua preocupação no que que tu vai assinar. A demanda que a pessoa não atendeu, não deu retorno pra quem pediu isso. Isso tudo te gera, assim, incomodação porque tu trabalha tanto, a gente não tem fim de semana. Olhou aquela agenda ali começa a pipocar mensagem, tu tem que sair e tentar resolver. Então, pra nós, mulheres que temos ainda a atividade da casa, tu tem que ter muito apoio da família, ou quem é casado, teu marido ajuda a assumir ou tu não consegue, tu não consegue. Eu não consigo mais assim, não tenho mais tempo para minha casa e até hoje é um período eleitoral, pior ainda. E às vezes tu pensa “poxa, mas será que vale a pena?” Por todas as portas que se

abre, por todas as realizações, vale a pena. Aí é uma realização pessoal tua, que tu vai ser esquecido. Sair de lá, a gente é esquecido. E isso funciona assim.

[E] Então, antes, assim, tu tava comentando, assim, a tua relação com secretários e de como tem que se esforçar às vezes para fazer passar as coisas e como é que é a tua relação, assim, eu fico pensando no teu, na tua fala inicial, assim sobre “ah quando eu comecei a minha carreira na política, nós não tínhamos essa regra de paridade nem de recursos” que hoje, por exemplo, tem, né? Por exemplo, a decisão do Supremo que colocou, que disse que tem que ter 30% dos recursos do fundo de campanha, tem que ir para as campanhas das mulheres. E esse tipo de regras, assim, como é que elas influenciam, se é que elas influenciam de alguma forma, a tua relação, tanto com seus colegas dentro da Câmara, quanto com o teu partido, assim que acha que essas regras elas colocaram alguma diferença, justamente porque tem esse antes e depois assim, tu acha que essas regras, essas regras, elas colocam uma experiência no dia a dia enquanto Vereadora?

[LS] Enquanto Vereadora ajuda nas campanhas. Claro que ajuda, mas aí tu não coloca tanto recurso teu né? Privado. Porque hoje não tem doação. Eu nunca tive, mesmo doação de, assim dizer, de empresário que bancou minhas candidaturas não. Eu sempre banquei as campanhas, parcela, a gente faz, faz muita coisa. Veio os recursos, auxiliou sim, é claro que auxiliou, porque aí tu pode fazer mais material, tu pode circular mais né, mas assim, de motivar as mulheres não, porque cada mulher, por exemplo, a federal, cada mulher dá três vagas e traz votos também, auxiliou bastante no sentido que tu não antes não te motivava a ir, porque era uma barreira tão difícil de ultrapassar e com recurso hoje até ajuda. Mas nós temos outras questões e nós, não vou dizer de quem foi ou de quem é ou de que partido. O recurso vem e eles te entregam na última semana. E aí? Aí tu não pode esperar. Aí tu vai gastar onde? Em rede social na última semana? Não adianta. Rede social é um trabalho de construção do teu dia a dia. Não adianta tu querer fazer fotos milagrosas na última semana, então isso acontece ainda. A gente tem que, por exemplo, tu tá num partido e aí eles resolvem não te passar o recurso agora vai ser bem mais

controlado e aí tu vai fazer o quê? Tu vai lá brigar com o teu partido? Se tu tem o mandato, se tu enfrentar. Claro que é difícil, mas pode ser expulsa do partido, ficar sem, sem partido. Então, o poder em tudo que é situação, sempre ele vai falar mais alto. E nós, como temos só 10% da representatividade no geral, nas Câmaras, nas Assembleias e na Câmara Federal, nós somos minoria, as minorias não têm a voz, nós não conseguimos convencer as mulheres de que nós só vamos mudar se nós tiver o apoio delas, porque aí nós vamos ter um cargo mais poderoso, nós vamos dar cargos mais poderosos para as mulheres, não vão ficar de auxiliar, de secretária, trabalhos administrativo ou um pouco mais. Nós podemos indicar secretários de Estado e nos próprios Ministérios, por exemplo. Mas se tu não chegar lá, tu nem sabe, tu nem sabe que tem isso. Então tu fica sempre subordinada a um candidato, porque ele se elegeu, porque ele tem esse poder. Então, para nós tudo é muito difícil. Eu não vejo, eu vejo que está faltando mulher pra ir a federal, primeiro porque tem outros empecilhos. A mulher que é dona de casa ou que mesmo que milite na política, no seu Município, vamos supor, tem filhos pequenos, ela vai se candidatar a federal para pegar um avião na segunda de noite e voltar na quinta de madrugada ou sexta de manhã? Aí vem para casa, sai de novo segunda, é difícil, né? Uma família tem seu marido muito arejado para apoiar isso aí e ficar longe dos filhos. Eu sei que muita gente vai até para o exterior fazer pós-graduação e deixa os filhos, o marido. Isso acontece, mas aí é temporário. Agora isso é quatro anos. Ou também vim do interior para a capital. A gente sabe que tem muitas que não se candidatam, porque tem que vir pernoitar aqui e ficar aqui quase toda semana, porque às vezes dá viagens de cinco, seis horas, né? Não tem como tu ir todo dia e voltar, né? Então nós temos esses empecilhos de família e de filhos e essa motivação, porque as mulheres não conseguem se reeleger. Tu vê. Nós não temos um partido do tamanho, que é o MDB, eu acho que é o maior partido hoje, Deputada Federal, tu acredita isso, que pelo Rio Grande do Sul, nós não temos Senadora do meu partido. Na Assembleia Legislativa a gente conta nos dedos, eu acho que deu uma, duas, três hoje e só temos uma, que ela entrou de suplente e aí casualmente um Deputado foi eleito Prefeito e ela assumiu. Então, essa consciência, essa forma como as mulheres são levadas nesta hora, pela mesma conversa e nos deixa só com muita garra e buscar o eleitorado de fora do partido. Dentro dos

partidos já tem o seu curral eleitoral. Eu já tenho o Deputado Estadual, Federal. Então, assim, o desafio é tão grande que tu senta numa mesa e eles começam a fazer os cálculos. Fulano vai fazer 40.000, a beltrano não se elege. Então fica tu pensando, “mas será que eu vou fazer isso? Porque é que eu estou me candidatando?” Eu acho que é essa coisa interior, de disputa, de mostrar alguma coisa. Mas é frustrante quando a gente faz poucos votos ou não se elege. Então, eu acho que a mulher entra na política porque é o desafio. Nunca conseguiu, nunca conseguiu vencer essa barreira. E então ela entra. E eu acho que ajuda. Mas olha só, tu vai ganhar 30% do tal fundo. E aí, para concorrer, vou começar pelo maior, federal. Federal já ganha uma bolada para concorrer, porque eles já têm cargo, desse mesmo fundo. Eles têm prioridade. Ai tu olha a Zero Hora, eu vendo essa área de números, de orçamento. Graças a Deus que eu fiz um seminário de Vereadoras e era o que eu mais queria, o detalhe das tais emendas. E eu peguei um contador lá maravilhoso do Ministério, que nos ensinou o beabá dessas emendas. Então, olha só, eles passaram 14 milhões/ano de emendas, depois, tem a emenda mais rápida, que vem direto para o caixa do Município, para uma, para um determinado projeto. Depois tem a emenda do líder, não sei quê do relator, que eu não lembro agora, e aí tu vai competir com essa pessoa que distribuiu 14 milhões/ano para os Municípios? Como é que tu vai chegar lá? E eu vou te dizer, contar uma história. Em 2014, eu me aventurei a ser candidata a federal. E aí fiz a campanha, era poucos recursos, considerando os milhões deles. E eu perdi por 200 votos para um conterrâneo, que tinha um, dois, três, quatro, quatro vezes mais recursos do que eu. Para ele foi frustrante, para mim foi a glória. E aí eu fiquei em quarta posição. Aí assumiu o primeiro e o segundo cargos aqui de Secretário de Estado, o terceiro, um Ministério. E eu fiquei de primeira suplente, primeira suplente. Um teve 30 dias no hospital, ninguém me chamou para substituir. E estava uma confusão em Brasília. Se ir para lá e assinar alguma coisa que tu chegou e não leu o contexto do que vai resultar. É um risco. Fiquei aqui como Vereadora bem satisfeita. Aí eu estava no carro depois de um ano, isso, e aí eu vi assim “fulano de tal assume uma Secretaria com status de Ministério”. Tô dentro. Agora eu vou ou agora não quero saber, eu vou ficar esses dois anos que faltam, sendo Deputada, aí meia hora depois “não vai, assumiu o João da Silva”. O João da Silva não era Deputado. Aí eu perdi o cargo. Então fiquei um

ano, tu vê, quatro anos, tu vê, como é a política. Ninguém me chamou para dizer, um dia, eu sou do Rio Grande do Sul, e defendo a causa animal, por exemplo. Então, essas coisas assim, a sorte que eu sou muito blindada, vamos dizer assim, senão eu já tinha desistido, já tinha. E eu incentivo as outras. Não desistam, vão. E eu estou passando assim, tentando influenciar uma candidata. Ela tem trabalho e ela começa “pois é, fizeram a reunião, não me convidaram”, pois larga de mão, vai para a rua. Vai vender suas propostas na rua. Não fique esperando sigla partidária, né? É assim que as coisas funcionam para nós, mulheres. As barreiras são muito difíceis de transpor. Então, quando uma mulher chega e o meu partido ficou oito anos sem Vereadora, mulher, e eu entrei em 2013. Antes nós tivemos umas duas ou três durante toda essa trajetória e a última tinha ainda mudado de partido. Então nós estamos há mais tempo sem ninguém. Mas não, tu não é prestigiado como tu pensa, não é? Tu convive educadamente e socialmente. Mas na hora do apoio, como é que tu vai transpor? Vem pra casa, ou tu vai para uma reunião com amigas ou às vezes uma reunião também com assuntos políticos. Mas o homem fica até de madrugada num bar, articulando, vamos dizer, aconchavando ideias. Nós, mulheres, não temos esta, então é outro mundo. Então este mundo precisa entrar para a política, esse mundo precisa. Mas tu não pode entrar sem uma base técnica, sem um conhecimento e também uma estrutura emocional, senão tu não resiste. Porque são essas coisas, esses melindres, esta sutileza de te escantear. Tem que te fazer de unha grande, como a gente diz popularmente. Para poder enfrentar.

[E] Adorei a frase sutileza de te escantear, muito bom.

[LS] É a sutileza, tu sabe que tão fazendo, que não te indicaram para aquilo ali, não é importante, mas poderiam ter te consultado. Isso tem, quando pessoal diz “eu não tenho problema com os colegas”, mas são as situações que tu nota que sempre tu é escanteadas. “A fulana foi Presidente, aquilo é louca, aquilo foi péssima”, pô, a pessoa fez um baita trabalho. Então a primeira coisa é um rótulo, rótulo sutil, engraçado. Mas isto não, a gente pensar que vamos tratar como é mesmo nível não. Tem que ser grosseira, bater na mesa. Se não, tu não, não, não, não ultrapassa muitas coisas.

[E] Sim, tá bom, então a gente está falando desse, é, dessas dificuldades inerentes a ser uma mulher na política, que, evidentemente, é uma coisa super complexa mesmo. Eu queria saber, assim, então, talvez se tu puder me citar um exemplo, alguma vivência tua, de uma dificuldade que tu tem na atuação, na tua atuação enquanto Vereadora, assim, como é que faz para lidar com essa dificuldade? Como é que tu reagiu em relação a quando essa situação de dificuldade se colocou diante de ti, dentro da atuação da tua atuação como Vereadora?

[LS] Com três mandatos já tem uma vivência. No meu primeiro mandato, eu ia para a tribuna e discordava que dava, dava minhas indiretas diretas, vamos dizer assim, mas hoje, assim, eu já procuro avaliar, tu não tem como reverter aquela situação, então deixa passar, porque vai ter a volta. Sempre tem a volta na política. É uma roda. Hoje, o colega aqui que alterou o teu projeto para não passar, que deu o parecer contrário, ele vai precisar de ti e aí tu vai avaliar bem com ele, é assim um bom projeto que tu trabalha um tempo, apresenta, tramita, meses né, e aí chega na hora, cai lá numa Comissão e vem o parecer esdrúxulo que nem aquela, e tu vê que aquilo ali é para justamente derrubar o teu projeto. Isso acontece sempre com todos e então, quando vier um projeto, se eu concordar, vai bem. Agora, se eu discordar, realmente eu faço um trabalho igual. Porque tu aprende né, tu aprende. Então é mais ou menos, não digo um toma lá dá cá. Mas é uma observação né, é uma observação de que às vezes tem a coisa intencional. Tem a coisa técnica que a pessoa justifica muito bem, mas tem aquela intencional por disputa de espaço. E a disputa, espaço hoje eu faço muito bem, hoje eu aprendi. Então eu tiro de letra. Eu vejo que aquele espaço me foi cerceado, mas eu saio. Eu sempre procuro sair e dar a volta de outra forma. E para vencer isso aí que eu não vou mudar. E isso faz parte da política, da pessoa de dizer que vai votar o teu projeto e sair na hora para tomar um cafezinho. E tu só fica observando. Eu não tenho esse caráter, se eu digo que eu voto, eu voto, eu não... Ou, se eu não, não concordo que algo assim ó, a pessoa é um baita colega, bah eu não concordo. Eu não vou votar contra na frente dele, eu vou ser mais educada. Eu vou procurar fazer uma abstenção. Eu vou procurar justificar muito bem,

porque não vale a pena assim, se ter um enfrentamento com quem tu considera, que tem o relevante trabalho para a cidade né? Mas assim de dificuldade. E eu tive uma grande dificuldade de assinar contra o governo, que depois eu fiquei de oposição. Mas foi pior para quem, foi pior o enfrentamento contra mim, porque eu tinha muitas armas, muitas armas de informação, porque essa é minha função. Então, ali foi mais nocivo para quem tentou me atacar por esta posição, do que para mim. Eu saí muito bem. São posições que às vezes tu tem que tomar. Por exemplo, eu não voto contra o meio ambiente, eu analiso muito. Eu não voto contra animais. E tem certas situações que eu não voto a favor, seja de quem vem. Então, isso eu sempre digo nas reuniões, “olha, vocês sabem a minha posição não me tragam e não conte com meu voto nesses projetos”. E então é essa essa minha forma de atuar. Aparecem, as pessoas acham que por eu parecer muito calma, mas eu analiso profundamente cada situação e hoje eu já tenho mais experiência com três mandatos das consequências de tu aprovar um projeto que vá atingir o coletivo. Às vezes, na hora vem uma exposição de motivos tão boa que tu não consegue detectar que aquilo vai ser um funil que vai prejudicar depois ou meio ambiente, ou pessoas, ou é um jogo de interesse, é um jogo de interesses do meio de pessoas que a gente vê na política, que eles e eles têm o seu nicho, eles estão a serviço, a serviço e de interesses até maiores e financeiros, e a gente detecta isso. Hoje a gente tem uma experiência que tu já sabe quem defende o que, eu pego, as [inaudível] em Brasília, a Câmara Federal, eu já consigo identificar porque que isso está assim. Vou te dar um exemplo. Animais. Nós te, há muito tempo nós fizemos um trabalho de ampliar as penalidades para quem comete atrocidades contra animais. O projeto tramitou, tramitou e vai e chegou a votação. No dia da votação, eles só escolheram duas espécies para dar dois a cinco anos de cadeia, regime fechado, que é cães e gatos. Aí tu pergunta, e os cavalos, e os bois, e as vacas? Entrou a bancada do agronegócio, não deixou passar. Por que? Nós podemos influenciar numa decisão judicial? O caso, por exemplo, do matadouro e ralar com a vida da pessoa, claro. Então, eles não deixaram passar. Agora, a luta é para tentar incluir cavalos, cavalos têm os rodeios, e aí tem o grupo dos rodeios. Então a gente, conforme o assunto, a gente sabe não, não passou porque aí é esse e aquele interesse. Ou vai passar porque aquele outro interesse. Então isso é

bom porque tu fica conhecendo. Vamos dizer assim. Não é o mundo, tu fica conhecendo os segmentos, porque, como a política é importante, ela muda a tua vida. Quando vê tem um carnê que tu vai pagar e que não sabe mais como, passou por uma Câmara, passou por uma Assembleia, passou para uma Câmara Federal. Daí é pior, aí fica a legislação federal e as pessoas “eu não quero saber de política”. Eu digo, mas vocês não sabem o poder que tem o Vereador, um Deputado, ele muda, tu incomoda lá alguma coisa. E tu tem alguma, algum problema que, que possa influenciar negativamente, o cara vai lá e apresenta o projeto e muda, muda a situação e as pessoas não sabem. Eles não sabem o que faz um Vereador na cidade, eles não sabem o que é um Deputado e infelizmente não chega para a população. E a população não quer saber, criaram essa imagem desses políticos que, que são, vamos dizer assim, que vive da corrupção, que são, que não tem postura, que não tem ética e ai eles nivelam a gente por isso. E eu que venho de uma profissão que tinha todo um regimento de postura, para mim é isso aí. Os outros não dão bola, eu dou bola, eu dou bola. Eu, se eu vejo que é nocivo para a Câmara, eu me posiciono para defender aquilo ali, porque não é, não são todos iguais, né? Mas a maioria já está acostumada. Acha que é normal todas as situações que acontecem.

[E] Eu acho que conflitos é inerente, sobretudo quando se está atuando como uma pessoa política, assim. Então, eu diria que, em alguma medida, tu acha assim, já vi várias vezes, assim, quando tu tem, por exemplo, alguma pauta, alguma coisa que tu quer ser aprovada e acontece essas situações que tu me narrou, tu usa, por exemplo, algum instrumento que, sei lá, está no Regimento Interno da Câmara para conseguir, de repente, reverter essa situação negativa que aconteceu e depois vê aprovado. Isso é possível? O Regimento Interno ele te vê ferramentas, assim, para conseguir fazer esse jogo de cintura.

[LS] Pode, tu pode recorrer, tu pode também pedir diligências. Tem várias situações que tu pode mudar. Eu estou passando isso com o projeto que eu fiz, com o colega de outro partido, porque ele é de uma área que ele conhece mais do que eu. Então, eu uni o meu conhecimento com o dele, que

perguntei, “tu quer participar desse projeto?” Chegou lá e a gente viu que foi intencional esse parecer, para derrubar. Botaram, colocaram, foi colocado um conceito ali, que não tinha nada a ver. Aí nós recorremos. Entrou aí, botaram uma peninha, aí nós fizemos o outro, e outro parecer, e agora saiu desse lugar, com alguns votos favoráveis, foi para outra, porque tramita em várias Comissões e cada Comissão tem seis Vereadores. E vai chegar a plenário, vai chegar a plenário e nós, eu acho que vamos conseguir aprovar. Mas e como é que eu vou te dizer, eu nem uso a tribuna para contestar. Eu já acho isso natural, eu já acho natural. Por exemplo, eu não vou votar a favor, sei lá, de projeto, “ah é da oposição”, mas se o projeto é bom, eu voto a favor. Ah, eu voto. Eu tenho uma relação boa com a oposição, mesmo que a gente tenha, assim, as divergências, os atritos. Mas, no geral, eu tenho uma boa relação com eles. Eles têm uma preocupação também com esse, com o social que eu tenho. E eles têm bons projetos, mas nem tudo é viável, nem tudo tem recursos e então eu faço, eu procuro ser muito justa nos projetos que vêm, mesmo do colega que lá sempre vota contra as minhas bandeiras. Procuro fazer isso. Mas tem sim. A gente tem que ler o Regimento, tem muita coisa que dá para mudar.

[E] O Regimento funciona mais ou menos como uma arma estratégica. Em alguma medida, também, pode ser, né?

[LS] Pode, ele pode, ele determina, por exemplo, audiências públicas, período que tu tem que convocar, porque nós temos ainda a Lei Orgânica do Município, que a gente também tem que seguir. É também, seria um guia, né. Ali tem a ética, tem um tempo de duração de reuniões, de assembleias, todos os procedimentos das Comissões, os dias que deve funcionar. É todo um roteiro. Mas é tão complexo que às vezes tu procura no Regimento uma situação e às vezes não existe ali. Então tu tem que ir por uma interpretação. E a Lei Orgânica também. Ela é um guia para nós, do que está estabelecido para a gente seguir. E mais e são os outros códigos né, por exemplo, a gente tem também... Hoje nós temos a Comissão de Ética e tem a conduta do parlamentar que ele tem que ter uma postura, ele não está numa rua em cima do púlpito, a gritar, a ofender as pessoas com palavras de baixo calão. Isso não pode. E a pessoa que foi envolvida com, por exemplo, nós temos um caso de

um Vereadora cassado e ele está recorrendo. Eu já fico muito incomodada com esse tipo de coisa, porque a pessoa está ali, tem os mesmos direitos teus, porém, na justiça, ele foi cassado e está se defendendo. De repente, ele consegue ficar postergando esse mandato e tu convivendo né. E eu sou muito, talvez por causa da minha profissão. Se a gente cometesse algum ato, nós já era, nós já saía do do setor, não tinha mais condições de continuar. E eu vejo ali que existe esses, as manobras na justiça que vão deixando a pessoa, né? Então, infelizmente, isso acontece e também desprestigia né, que a pessoa que está fora, que vê “pô o fulano tá lá dentro com pompa ainda”. E eu acho muito, tem coisas na justiça que são muito demoradas.

[E] É, então agora, vou fazer esse gancho, e vou falar um pouquinho mais, assim, sobre essa, esse tipo de solução que o direito tem para oferecer, digamos assim. Quando a gente está diante de uma vivência de uma pessoa que fabrica o direito né, que produz, assim, que nem é uma Vereadora, que, cujo trabalho é eminentemente é legislar. Então, como é que tu acha assim, tu observa essa tua relação entre a atividade política como Vereadora, com o direito, tanto o direito como o produto final daquilo que tu faz, quanto a coisa que serve para regular a tua atuação. Sabe? Não sei se essa pergunta ficou muito clara, mas.

[LS] Vou ver se eu entendi. Assim, quando tu vê assim, foi uma decisão política, não é a decisão jurídica. Tu pode ter uma decisão, vamos dizer assim. Vou dar um exemplo. Vem um processo de um Vereadora contra outro, sendo que este primeiro já colocou na justiça o assunto, mas nós temos que dar a decisão disciplinar. Eu posso tomar uma decisão política e dizer assim, como corregedora: “considerando que já está no âmbito judicial essa questão, recomendo que, recomendo que seja aguardado o resultado” e esse resultado vai ser um, dois, três, quatro, cinco anos. Eu dei a minha decisão, mas foi política. A decisão técnica: “encaminho para a Comissão de Ética para averiguações, conforme denúncia A, B, processo que está na justiça, prova tal” que vai ter uma outra decisão interna. Então, a decisão política que, ela ela usa um subterfúgio que não é ilegal, ele não é ilegal. Vai a um Tribunal de Contas, tu, o auditor faz uma auditoria, ele encaminha para os conselheiros. Os

conselheiros, todos são políticos. Todos são ex-Deputados. Parece, com exceção de um ou outro que é indicado diferente, o que eles vão tomar? Poxa vida é uma, uma, é um relatório que se ele for tomado ao rigor da lei, ele implode, desmonta, monta tudo, vamos dizer assim, e vai dar muito mais prejuízo, porque vai tirar, muito mais prejuízos para a sociedade, se tomar essa decisão, e o que que vão fazer? Eles vão tomar uma decisão. Mas não vai ser aquela radical, aquela radical de acordo com a lei. A punição de acordo com a lei, por exemplo, dá para se tomar uma decisão política, punindo, sem ser a judicial. Não sei se eu consegui te fazer entender. Então, essa é a decisão política, porque eu, por exemplo, às vezes, por exemplo, o Prefeito está fazendo um ótimo trabalho. Aí o cara vai lá e diz, “mas tem isso aqui porque não sei o que” e realmente lá, o Secretário errou, ou não viu, ou não estava. Estava lá, no alcance do subalterno lá embaixo. Mas o cara que erra lá com o Secretário, com o Prefeito, aí entra uma decisão política. “Não, vamos pegar, abrir essa investigação”. Eu estou dando um exemplo, assim, conforme, para te tentar captar. Não digo isso vai acontecer. E não mas, foi o auxiliar que foi o cara que fez. O Secretário já tomou as providências e o Prefeito também. Tu não vai abrir uma CPI para investigar um Prefeito, se o fato tá lá em baixo, está visto que não tinha nenhum conluio, né? Então aí eu acho que pode se dizer também que foi uma decisão política. Se viesse para a Câmara, por exemplo, é uma decisão política. Vai envolver, sim, a pessoa diretamente, mas tu não vai abrir uma CPI para culpar o Prefeito que está lá com 18 Secretarias, né? Então, tem, tem esse pensamento, agora, se tu pega a oposição, oposição vai querer o fígado, ela não vai querer essa decisão política, ela vai querer ir, como, cobrar do Prefeito, cobrar do o Secretário, que às vezes foi negligente também. Mas é mais ou menos assim, então, não, se eu tiver que tomar uma decisão política, por exemplo, eu vou fazer com muita justiça, não vou fazer uma coisa para não deixar que seja averiguado mais tarde ou não deixar que isso aí não seja apurado. Eu já faria um parecer assim.

[E] Bem. E, então, conversando sobre a cidade, a gente falou do Tribunal de Contas e tal. Tu já teve, assim, alguma experiência na condição de Vereadora com o Poder Judiciário ou com o Tribunal de Contas, por exemplo. Seja que tu acionou o Judiciário, ou seja, tu judicializou uma questão, ou tu foi

envolvida em uma questão que foi judicializada? Como é que funcionou? Quando é que aconteceu? Que o que levou até essa judicialização?

[LS] Eu trabalho muito com boletim de ocorrência que acaba saindo um inquérito, se ele for bem feito, ele vai para a justiça. Eu faço muitos boletins de ocorrência contra, no caso de maus tratos aos animais ou outro dano que eu não tenha uma força assim, eu procuro, esse caso inicial. Também uso o Ministério Público. Eu já entrei na Procuradoria do Estado, na Procuradoria do Ministério da Justiça contra o empreendimento e o meio ambiente, um assunto maior. Eu também, eu não vou dar o nome da empresa, mas era um caso de poluição ambiental muito grave para a população, e eu investiguei, descobri da onde era, porque que causava aquilo, nessas regiões. E... E os órgãos público estadual e municipal, na época, eles não estavam, não tinham, vamos dizer, não tinham força, eu acho para, para tomar posição. E eu fui. Tive apoio da imprensa, e nós fechamos uma baita empresa. Então, assim eu nem quero dizer o nome, por questão até de segurança, porque tu fica também exposto né. Eu não tenho dinheiro para pagar um guarda para mim e para marido e filho para andar comigo. Então, isso aí eu não digo que foi gratificante. Foi gratificante porque evitei doenças e evitei essa poluição terrível que estava acontecendo para as pessoas. E esse eu consegui. Depois, o outro maior, não o outro foi o envolvimento da justiça, sim, nós tivemos um caso que aí fica havendo também a justiça falha. O Tribunal de Contas foi na Câmara, no meu primeiro mandato e olhou nossos boletins. E tinha só uma pessoa que a gente sabe que ele não estava de acordo com o que deveria ser feito. Fazia boletim das tuas atividades, passava para um Vereadora, ele conferia se, não tinha nenhuma propaganda política. Não podia botar assim “o meu MDB”, mas não, era o meu trabalho. Assim funcionava. E aí o Tribunal de Contas disse que nós estávamos cometendo improbidade administrativa, que nós tínhamos que devolver. Não sei que dava R\$1200 e poucos reais e eu digo “ah não, eu não vou ser acusada de improbidade” porque todas as minhas notícias eram revisadas por um jornalista que até eu tinha dado oportunidade para ele e que ele tinha sido secretário de imprensa. O cara sabia o que podia botar e não botar, e eu digo, essa não. Só que assim, qual é o dano? E eu paguei um advogado, advogados, então para ti não vai botar no teu trabalho. Eu gastei

R\$35.000, eu gastei, eu, só eu, ninguém entrou. Todo mundo ficou esperando. E o advogado era tão bom que trancou, o Ministério porque o Tribunal apurou e o Ministério Público nos apontou. Ele trancou o andamento no Ministério Público, comprovando, mas eu tive um trabalhão, eu tive que tirar todas as notícias da onde estava o link da Câmara, onde estava o link da TV. Foi um trabalho do cão. E o que aconteceu? O Ministério Público, sabe o que ele disse? Arquiva-se. Arquiva-se. Aí já estava na justiça. Saiu do Ministério Público e estava no juiz, o juiz ficou pê da vida e disse assim: “eu vou, e vou continuar”. Mas o juiz não pode averiguar, ele tem só julgar e a ação caiu, caiu. Eu fiquei na minha. Outro dia, passou aquele mandato, veio o seguinte, há um dia uns falando lá “pois é aquele processo é, mas aquilo caiu. Caiu, vocês sabem por quê? Porque eu paguei sozinha essa ação e derrubou pra todo mundo e eu paguei. Quer saber quanto eu paguei?” Aí eles me olharam, e ficaram, pasmem, sabe? Porque eles achavam que aquilo estava andando e não estava nem aí. Mas gente, improbidade hoje não é mais crime, mas tu fica lá, perde a primariedade. Imagina, eu digo “eu não pago R\$1.200 porque eu fiz correto”. Passou e a Câmara foi apontada também por essa multa, alta, a Câmara, eu acho que era de R\$300.000 ou R\$600.000, alguma coisa assim. Agora, terceiro mandato, tô lá numa reunião, “pois é, porque a Câmara foi apontada pelo Tribunal de Contas não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, porque senão o Tribunal...”. “Mas apontada em que?”. “Ah, naquela vez nos boletins”. Mas eu digo, “mas vocês são desinformado”. E tava o jurídico da Câmara junto. “Vocês não tão sabendo que aquela ação caiu, que eu derrubei? Vocês querem cópia da minha defesa? Eu dou pra vocês defender a Câmara, e derrubar la o que tá apontado aqui”. Então esta foi uma das situações e para mim foi gratificante, não foi gratificante para o bolso. Eu terminei de pagar o ano passado, todos os meses eu tive que pagar R\$1.000 e poucos R\$2.000 pro advogado. Eu digo, mas eu acho que vale a pena, sabe? Para mim, valeu a pena, porque eu sabia que eu estava certa. Eu enquadrei o Tribunal de Contas e o Ministério Público pra eles aprenderem a não ficar apontando os outros quando o envolvido era só um. Era uma pessoa que a gente sabe que eu não vou detalhar, porque que ele, que nós sabemos que era por causa dele, que o Tribunal não quis. Aí apontar 36. Mas é um desaforo. Aí nós perdemos o, os boletins nós não temos mais. E agora a gente faz esse online. E a gente faz lá

no gabinete o online, mas não tem mais aquela, o impresso. E muita gente não é do online, tem muita gente que gosta de receber as tuas atividades, o que que tu fez. E aí eu faço o card hoje, do que que eu fiz, a lei que eu aprovei, eu aprovei mais de 60 projetos. Quer dizer, eu trabalhei. Eu sei de Vereadores, de Deputados também, que consegue aprovar 1 ou 2. Não é assim também tão fácil tu passar. E eu tive assim, é uma experiência, na hora que está passando tu incluir um teu, por exemplo, numa hora de fim de ano né. E eu consegui porque são projetos, assim, que é questão de saúde pública também, da minha profissão, tem um que está tramitando também, tem uns 10 tramitando. Então eu trabalhei bastante também nessa área.

[E] É bom e... Que, assim, agora é uma pergunta a mais em relação à tua impressão em relação à dinâmica da Câmara. Já estou me encaminhando para o final. Já imagino que esteja bem cansada, assim, de falar. Mas eu queria saber assim as suas impressões sobre se tu já teve ocasião de judicializar ou de ver judicializado algum tema que estava tramitando, assim, no âmbito da Câmara. Qual é a tua impressão sobre isso? Se tu acha, por exemplo, que é uma coisa positiva ou negativa judicializar ou, digamos, usar o Judiciário como um segundo fórum de discussão. Sabe, assim, pra coisas que estão sendo debatidas no âmbito da Câmara. Se tu acha que esse tipo de judicialização impacta a dinâmica ali do dia a dia da Câmara. De que forma?

[LS] Não, assim, como isso não é tão usual né, utilizar a justiça. Primeiro que eu acho que tem decisões que não cabe à justiça interferir. Nós somos um Poder separado, nós somos o Poder Legislativo e tem o Executivo e Judiciário. Tem decisões que é nossa, que até muitas vezes o juiz manda de volta dizendo que é uma decisão do Poder Legislativo, ações né, que podem entrar, mas assim, se tiver algo de que haja uma suspeição, eu acho que cada Vereadora deve ir na justiça para esclarecer, se não conseguir ter uma boa esclare..., uma boa informação ou justificativa, eu não vejo problema nenhum de entrar na justiça e impactar não, porque aí aquele projeto sai de cena e os outros continuam. A rotina continua, até vir uma decisão. Não, não, não tem. Agora saiu uma decisão de lá de 2021, que quando houve a posse desse mandato, eu até presidi essa solenidade, porque eu era Vice-Presidente, o Presidente

não se reelegeu e o outro primeiro vice também não. Então eu tive que presidir. E aí a oposição entrou com uma ação na justiça pedindo equiparação de espaço, porque eles tinham 10 Vereadores deles, que não tinham representação. Bom, isso aí teve uma audiência rápida depois dessa posse, em fevereiro, eu dei posse de novo para os novos que entraram nas Comissões e mesa diretora. E só agora saiu. Aí diz assim, a avaliação do mérito né, que se diz. E agora saiu a decisão. Aí eu pensei, eu liguei para o jurídico, "mas como se eu presidi e já foi tudo resolvido?" "Não, agora que foi concluído", um ano depois, aquela justiça também é demorada para dar a conclusão final. Embora já, já tá tudo, na prática, tudo foi definido, tudo foi acatado. Então tem isso. Agora, eu não vejo problema nenhum. Sou auditora, eu também. Eu entrei com essa ação na Procuradoria, lá, não no Ministério Público, na Procuradora, que está acima, eu também, no Conselho de Meio Ambiente, eu tô sempre envolvida. Agora até eu tô me achando mais calma, não tô achando tanta coisa para buscar fora. E nós temos também, melhorou para a causa animal, que é as delegacias amigas dos animais. Tem duas que optaram em receber esse selo e facilita bem as ações judiciais, tu vai lá, tu faz o boletim de ocorrência, eles já conhecem a rotina. Então nos facilitou bastante. Não precisamos ir tanto no Ministério Público, o próprio Delegado já faz os encaminhamentos. Mas e eu assim, olha, se me fizerem alguma coisa, também, eu, se eu tiver que ir para a Justiça, eu vou, sem, como tomo um cafezinho, sabe? Com a maior naturalidade. Só o dinheiro que é que é né, tu paga, porque tu não tem direito a advogado, tu pode ter advogado no gabinete, mas ele não pode advogar pra ti. É só o dinheiro.

APÊNDICE VI - MARIANA PIMENTEL

[Entrevistadora] Bom, então vou começar basicamente assim, com algumas perguntas mais sobre perfil do que qualquer coisa, porque são coisas importantes para a pesquisa. Tua identidade de gênero?

[Mariana Pimentel] Feminino.

[E] A tua idade?

[MP] 36.

[E] A identidade étnico-racial?

[MP] Branca.

[E] Tu te identifica como uma pessoa com deficiência? Tem algum tipo de deficiência?

[MP] Não.

[E] Naturalidade?

[MP] Brasileira.

[E] E...

[MP] No Rio de Janeiro, capital.

[E] Teu estado civil?

[MP] É, casada.

[E] Tu tem filhos?

[MP] Tenho dois.

[E] Dois filhos, dois meninos?

[MP] Não, uma menina e um menino.

[E] Um casal.

[MP] É, uma de 3 e um de 6.

[E] Tua escolaridade?

[MP] Superior completo, tenho mestrado, na UFRGS também.

[E] Na UFRGS também? E a área de formação?

[MP] Administração.

[E] E a tua orientação sexual?

[MP] É, hetero.

[E] Então essas foram algumas de praxe, assim mesmo, para traçar um perfil. Mas é importante que tu que mê dê essas respostas, e não que eu que presuma elas, de qualquer forma. A primeira pergunta, assim, tem a ver com como é que foi a tua trajetória política até chegar ao cargo de Vereadora?

[MP] Então, eu não venho de família política, não venho de origem política. Eu fui sempre a empreendedora. Eu venho de família empreendedora. Meus pais são do varejo. Então eu me formei em administração na PUC. Abri minha primeira loja com 22 anos, logo que peguei meu diploma. Trabalhei no mercado financeiro também. Depois trabalhei numa empresa de capital aberto e quando eu tive o meu primeiro filho, eu saí de trabalhar, eu parei de trabalhar

em empresa e abri uma barbearia. Então eu tenho duas barbearias, uma aqui e outra em Caxias, e daí isso foi quando nasceu o Luigi e que agora tem seis anos. E daí quando nasceu a Lara, eu nunca me aproximei de política, nunca fui de diretório, nada assim sabe, filiada, nem participei de nada, nem grêmio estudantil, nada de nada. Então, daí quando nasceu a Lara, eu tinha um amigo de um grupo de jovens empresários, que era o Felipe Camozzato, que se elegeu nesse meio tempo do Luigi, Vereador em Porto Alegre. E eu tinha perdido o contato com eles, quando tu vira mãe tu não tem muito aquela vida social, então não participava de eventos, não. E daí quando nasceu a Lara, ele mandou uma mensagem no grupo de jovens empreendedores dizendo que ele precisava de uma ajuda para algum cargo lá. E eu falei poxa né, eu não tenho ninguém pra te indicar para esse cargo, mas assim que eu parar de amamentar a Lara eu prometo que vou te ajudar com alguma coisa na política, alguma coisa voluntária, e tudo. Daí eu parei de amamentar a Lara e mandei uma mensagem pra ele, e daí a gente se encontrou num almoço e daí ele falou “ó, porque tu não se candidata?” E eu achei que ele ia me chamar para ser voluntária, fazer qualquer coisa assim né. E daí eu falei poxa eu nem nada de política, nada de nada né. E daí ele falou, então, ele, eu pedi pra ele. Então, eu gosto muito de ler, sabe? Eu sou uma pessoa que, eu me sinto segura com base em informação. Eu não iria me jogar, assim sem nada. E daí eu pedi pra ele alguns livros e ele me deu alguns livros, uma lista de livros para ler. E nesse período eu li esses livros e tinha um evento do partido lá em um encontro nacional em São Paulo. A minha irmã trabalha em São Paulo, mora em São Paulo, e a minha irmã é mais ligada, até num direcionamento de esquerda, do que do partido NOVO. Falei assim, poxa, se a minha irmã se eu convidar ela para ir comigo e ela falar que eu posso entrar nesse partido, que é legal, eu acho que tem porque confiar, né? Porque independente da questão ideológica, irmão é sempre irmão, é aquela pessoa que tu, né? E eu sou uma pessoa que para mim a política preenche um papel, mas não é a vida, entendeu? Então, eu confio totalmente na minha irmã. E daí ela foi comigo nesse encontro. E daí ela viu e falou “ah Mari, acho que aqui tá de boa, vai tranquilo, acho que tu vai curtir”. E daí que eu me filiei no NOVO. Então foi alguns meses antes de terminar esse processo de poder se filiar. Então não era uma coisa que foi premeditada. Foi uma coisa assim, em cima desse incentivo do Felipe e... Que

já era Vereador. E daí eu validando com, principalmente primeiro com a questão da família. Meu irmã ai que me deu essa anuência e é daí que começou, daí que eu me candidatei e vivenciei toda essa parte de ser candidata. Foi uma época de pandemia, então eu tava com os filhos em casa. Foi uma campanha bem diferente, porque não tinha as escolas. Então eu fiz assim. Eu tinha uma brinquedoteca lá no meu comitê, porque meus filhos tinham que né, era a dinâmica. Começou sendo dentro da minha casa, entendeu? E as filhas de outras mulheres, a grande maioria da minha campanha foi feita por mulheres e nenhuma tinha trabalhado em política. Tipo a, quem era a coordenadora de campanha era uma guria do marketing que tinha feito aquela caravana da Coca-Cola. Falei, cara se ela fez a caravana da Coca-Cola passar na cidade, ela consegue fazer uma campanha política, entendeu? Então foi indo assim, entendeu? A guria que fez as minhas redes sociais, que eu não tinha, não atuava nas redes, eu tinha aversão a, nunca consegui, não era aquele tipo de pessoa assim, sabe? Ela era uma guria que era secretária e fazia as redes sociais da academia que eu fazia triathlon, entendeu? Então, nada a ver com política. E foi assim entendeu, foi com pessoas assim, tipo, aleatórias, que foram se juntando à campanha que a gente foi formando time e a grande maioria tinha, acho que tinha um menino só e a grande maioria mulheres, que a gente fez a campanha. Então óbvio que errei muito, acertei outros poucos aí e deu, foi o sucesso. Foi uma época que eu peguei bem na liga, assim, de tentar trazer quem eu era, eu acho, trazer um pouco mais da minha verdade. Eu tentei trazer muitas inovações para a campanha. Nós escrevemos um jornal para dizer as minhas propostas. Então a gente colocou mais de 40.000 tiragens do jornal na cidade. Em questão de pouco, uma semana. Eu contratei uma startup pra me ajudar a analisar os pontos da cidade que eu deveria estar posicionada, tendo em vista o meu perfil. Ah, vamos lá, a Mari não vai pegar um público de 60 anos, não é o público que vai converter. Quem é que vai votar na Mari? Principalmente homens e mulheres com filhos pequenos que vivenciam as mesmas dores, valorizam as mesmas coisas que a Mari valoriza na política, entendeu, o que eu considero importante na cidade. Então a gente mapeou isso e essa startup, que trabalhava com o varejo, ela analisa, tipo assim, ah tu quer abrir uma loja, entendeu? Nunca trabalhou com política. Essa startup nos ajudou a posicionar

em que lugares na cidade eu ia estar. Então, foi sempre uma questão de trazer, sempre uma questão de inovação e visões diferentes para dentro de uma campanha. Então, eu não tinha muita experiência assim sabe, mas eu sabia que, que tinha que aparecer, tinha que falar para as pessoas e que quanto mais pessoas eu impactasse e conhecessem as minhas propostas e a minha verdade, mais chance eu tinha de ser eleita. Então foi mais ou menos isso. Não foi uma coisa super. Depois que eu cheguei na Câmara, eu vi que a grande maioria tinha já uma trajetória política, sabe?

[E] Eu acho que tem, a gente até tem perfis variados. Então, o teu perfil de eleitores tu acha que é mais ou menos esse estrato porto alegreense, assim, das pessoas são pais, mães, mais ou menos?

[MP] Então, a minha principal bandeira sempre foi a educação. Eu sempre fui uma pessoa que pautou muito a educação. Eu tive pessoas votando pra mim em todos os, todas as urnas, assim, em todas as escolas, até mesmo em regiões mais pobres que a gente, querendo ou não, eu faço parte de uma classe média e eram as pessoas do meu network grande parte. Mas eu sempre tive envolvida, por exemplo, no esporte, sempre tive empreendendo também, então teve muita gente que teve contato comigo. Então, eu fui, sempre competi, desde jovem, entendeu? Tipo, judô, futebol. Então, eu conhecia muita gente, então também isso ajudou bastante, mas eu vejo como um público assim que vinculou, era essa questão dessas pais e mães, assim, de crianças, de pequenas a adolescentes. Tipo eu não pego o público dos 18 nem dos 60. São poucos, assim, entendeu?

[E] Sim. E em questão, assim, de estímulo dentro do partido. Como é que você sentiu, por exemplo, hoje a gente tem recentemente decisões do Supremo que determinam, por exemplo, que a gente tem uma cota eleitoral lá desde 94 dos 30% e tal. Mas, para além disso, recentemente a gente teve aquela decisão do Supremo, que disse que se tem que aplicar, de fato, recursos nas campanhas de mulheres, proporcionais à quantidade de candidaturas. Tu acha, por exemplo, que isso fez uma diferença ou que tu teve um incentivo partidário. Como é que foi essa relação tu assim, com o partido?

[MP] Então, vamos lá, o partido NOVO não o não usa o fundo eleitoral, o fundão. E daí, nessa época, o partido ainda tem visões dúbias da questão dessa utilização tá? Da verba de mulheres. Então, o que fez. Depois que terminou as eleições a gente gastou um valor pra questão de, de fazer uma propaganda sobre mulheres na política, com todas, não só comigo que fui eleita, mas com várias mulheres que foram protagonistas. Então a gente não fez. Eu não tive dinheiro diferente, então eu não tive dinheiro do fundão. Todo meu dinheiro foi coletado de investidores, entendeu, de pessoas que apoiaram, ah o primeiro que doou. Eu tava, o primeiro dia de campanha eu lembro que era de chuva e eu tava na Encol e ele me viu lá embaixo de chuva, entregando panfleto, montando gazebo, e foi o cara que fez minha primeira doação. E daí o partido criou uma série de dinâmicas que, com o dinheiro que eles conseguiram captar de investidores, de, tipo assim, se a Mari atingir tantos *leads*, se ela entregar isso, isso e isso, mas eu tava que nem os homens, entendeu? Então não foi uma coisa, eram metas entendeu? Então, tipo, eu era igual o cara do lado, entendeu? Se eu tivesse tantas curtidas, o maior engajamento nas redes, se eu tivesse entregado isso, aquilo. Era tipo gincana entendeu? Então não era diferente. Então nós, mulheres, não tivemos nenhuma diferencial no partido, nem na parte de fundo eleitoral e nem na parte de até depois agora, hoje o partido ainda não utiliza dinheiro no Rio Grande do Sul. E eu fora do Rio Grande do Sul, eu sei que já está tendo alguns eventos promovidos com esse dinheiro das mulheres para incentivar mulheres na política. Mas no Rio Grande do Sul ainda não está sendo utilizado nenhum recurso do fundão e nem do fundo eleitoral, nem do fundo partidário para a promoção das mulheres. E não, só pra dizer que né, como é que é diferente do NOVO.

[E] É diferente, de verdade, é um perfil super, super diferente? Eu sabia disso. Depois que tu falou eu pensei ah, é verdade.

[MP] Que a gente não usa assim. Ah a gente sabe que é difícil assim, eu não conhecia ninguém no partido, então eu tive que criar um, então não foi, a minha campanha não foi, eu fui conhecendo as pessoas no NOVO

principalmente depois de eleita, entendeu? Tipo eu cheguei e falei e eu fazia campanha em pracinha, eu comprava balão, eu sabia que o tempo que eu tinha com o balão, e o professor, um personal trainer que eu pagava R\$40 pila a hora e ele fazia dinâmica com as crianças, e eu conseguia conversar com as mães, entendeu? Nas pracinhas, então não era porque tinha um super apoio do partido, entendeu? Então, tipo assim, o meu *network* não era o *network* do partido, entendeu? Não era, que eu não era uma pessoa super conhecida, entendeu.

[E] O teu público eleitoral, digamos, não é o que a gente chama de currais eleitorais, que é pessoas cativas de dentro do partido. Não, tu é uma pessoa que veio...

[MP] É, vim de fora. Então eu não era nem a preferida, nem nada, entendeu. Foi ganhando e depois em proporção à minha campanha porque fui entregando o resultado. Mas não era, tipo assim, né, eu não conhecia ninguém. Conhecia o Camozzato.

[E] E como é que funciona aqui na Câmara, assim, o teu dia a dia? A tua rotina na Câmara?

[MP] Tá, então, vamo lá. Segundas-feiras é nosso dia de votação. A gente vota de tarde, então de manhã a gente normalmente recebe o que que nós vamos votar. Daí a gente tem toda uma equipe jurídica que analisa. Então eu normalmente chego de manhã aqui, por umas 10h00, que eu tenho reunião de comunicação, uma série de reuniões. E daí nós temos reunião com a equipe jurídica que daí eu sei “ah vai votar”, que projeto vai entrar, que que a gente vai votar, como é que tá a organização do dia. E normalmente nós trabalhamos como partido, muito alinhados, eu e o Camozzato. Acho que que nem a gente tem só o pessoal da esquerda, entendeu, que nós temos um, nós votamos quase tudo igual. Então nosso time se junta e daí a gente bate todas as votações. Daí as 14h00 começa a sessão. Daí a grande questão é a seguinte: poucas sessões, assim, algumas sessões passam das 18h00, que daí é a grande questão das crianças, né? Então, tanto que quando eu fui entrar, falei,

“Camozzato, quantas vezes tu precisava ficar até tarde?” E daí algumas sessões que vão até mais tarde, mas são poucas, assim. A gente teve agora a última, que foi até às 20h00. Mas a gente já teve sessão que, ano passado, foi até às 02h00. Dependendo do que, e daí é o seguinte, o online ajudou muito, porque eu já tive dias que estava botando os dois na cama e com o online votando, entendeu? Então, bah o online, nesse quesito, cara, trouxe a possibilidade da mulher conseguir fazer, entendeu? Tipo, me ajudou muito assim sabe?

[E] E essa dinâmica do online. Como é que funciona assim? O Presidente da Câmara, que decide se pode ou não pode?

[MP] Não, todo sempre está livre, mas é uma decisão da presidência. Então, pode ser que o ano que vem o próximo Presidente diga que só tá presencial. Tipo a Assembleia voltou presencial, entendeu?

[E] É, tipo, por exemplo, a Câmara Federal...

[MP] Tu pode votar online, mas tu não pode encaminhar online né.

[E] E também é muito decisão da presidência. Então, às vezes, é, se é uma questão mais sensível, aprovada, deixa todo mundo votar, se não...

[MP] Ah não, o nosso dá pra ser online. Tipo assim, eu tô, por exemplo, eu tô de férias escolares, cara, as crianças em casa, tudo. Daí tem, teve sessão passada agora que eu encaminhei, tudo online, meu time tava trabalhando, fazendo emenda aqui e eu tava no online, eu tava conectada com eles. A gente foi esse dia até às 20h00, entendeu, e eu tava com as crianças, então facilitou muito pra mim assim sabe, essa questão de existir a possibilidade online quando bate um horário, de vez em quando, tu tem que sair correndo e daí eu vou no fone e eu vou no celular. E as crianças sabem e vida que segue. Facilitou assim, sabe? Então essa questão online. E daí nas terças a gente tem de manhã a Comissão. Eu sou hoje Vice-Presidente, atualmente já com o falecimento do Mauro Zacher, eu sou Presidente da

Comissão de Finanças, então é às 10h00 a gente tem uma reunião da Comissão de Finanças, daí nós vamos chamar a luz. A gente pode chamar um secretário para vir prestar conta. Nós podemos debater itens entre os Vereadores, então a gente pode chamar uma instituição. Então daí normalmente eu e os outros colegas que pautamos como vai ser a próxima reunião. Mas então, terças e segundas de tarde é obrigatório. Terças de manhã, Comissão de Finanças. Daí eu posso dar o tom, se eu quero que seja online, presencial ou híbrido. Então a nossa penúltima foi presencial, a última foi uma on-line. E daí nas quartas a gente vota também, quartas de tarde a gente vota também e nas segundas-feiras tem a reunião de líderes, das quartas, tem reunião de líderes. Então nas quartas-feiras, às 11h00, antes estava sendo presencial, agora virou online. Todos os líderes dos partidos se reúnem para dizer quais projetos nós vamos votar nas próximas duas sessões. Então né tipo, vai estar o líder do NOVO, o líder do PT, do PSOL, do MDB. Daí nós vamos falar, “ah, a gente quer esse projeto”, daí o governo fala “eu quero esse projeto”, daí a gente se alinha e daí ir para a quarta da tarde começar a sessão. Então quarta tem essa dinâmica de às 11h00 tem essa reunião de líderes e de tarde tem a sessão novamente. Quinta seria um dia que teria sessões se quisesse ter, festivas, assim, não sessões de de votar, mas não tá tendo. Não tá tendo, desde que eu comecei não está tendo sessões na quinta ou pode ser uma convocação extraordinária. Mas eu acho que assim, num ano e meio, a gente teve duas extraordinárias. É super difícil. E daí depois a agenda é facultativa para Vereadora. Eu, como não era da política, eu precisei criar capital político na questão de aprender sobre a cidade. Se a minha bandeira de atuação era a educação, eu precisava conhecer a educação porque os meus filhos estudam em escola particular e eu estudei em escola particular. Não é a realidade do Município. Então eu visitei ano passado mais de 100 escolas. Então, eu atuo muito forte, tipo amanhã de manhã eu to em escola, de tarde eu tô em dois hospitais. Daí, mas isso é facultativo do Vereador. Eu podia querer ficar aqui sentada no gabinete, entendeu? Cada Vereador tem uma dinâmica, tu entendeu, de atuação. Tem uns que são mais de uma comunidade, tem uns que ficam só na sua comunidade. “Ah, eu sou da Zona Sul, eu sou da Mário Quintana”. Cada um tem essa dinâmica. Eu, como eu sou em cima de um tema, eu transito toda a cidade. Mas principalmente

com foco nas escolas e na primeira infância. Então eu visito. Vou visitar esses hospitais pela dinâmica da pediatria, entendeu? É o meu principal foco de atuação e eu precisava aprender muito. Por isso que eu visitei tanta escola. Daqui a pouco né, tem gente que já vem de uma militância, já não tinha tanta, já tinha essa vivência. Eu tive que ganhar um conhecimento muito rápido em um ano, entendeu, de ser uma mulher de uma realidade para conhecer a realidade do Município.

[E] E como é que é a tua relação assim com os outros colegas, Vereadores e Vereadoras?

[MP] Não, é tranquilo, que nem eu falei a gente, a gente conversa muito assim, independente da posição ideológica. Atualmente, assim, a turma tá bem politizada, bem polarizada, atualmente, nos últimos meses, principalmente. Mas eu não sou nem candidata agora, a Deputada. E eu sempre fui uma pessoa que busco construir, entendeu? Então eu converso com tanto o pessoal da esquerda, como da direita, para a construção. Então eu tento construir com o Executivo, eu tenho projetos que a gente emenda com o voto do pessoal do PT, do PSOL. Tem vezes que eles não vão conseguir capital político para botar o projeto, eles pedem ajuda e eu projeto, eu protocolo. Então, eu sou um perfil de política mais pragmática na questão de entregar resultado do que o debate tanto ideológico, entendeu? Então, óbvio que vai ter vezes que a gente vai divergir, na tribuna, vai falar. Mas, tipo assim, depois a gente está conversando aqui, entendeu? Vai ter vezes que elas vão fazer o projeto, eu vou falar “que legal, valeu” e outras vezes vão votar o meu. Então assim, faz parte. Mas então o convívio assim é tranquilo. Assim, vai ter, óbvio que vai ter Vereadores que têm mais afinidade, outros menos. E tu vai aprendendo com aquilo, que nem eu te falei, eu não sabia dessas coisas de ter bairros, mais de Vereadores e outros não, entendeu. Então, todos sabem, a Mari vai entrar no bairro lá porque é do fulano, mas a minha agenda é da educação. Eu não vou querer ficar pegando o voto lá da comunidade. Meu objetivo é fiscalizar a escola. Então, e todos respeitam assim, sabe? Então, que nem eu falei, a Câmara vai, a galera [inaudível] vai fechando os espaços, entendeu? E vai se organizando. Então,

hoje todo mundo sabe qual é a minha agenda, entendeu? Então, acho que é um pouco disso.

[E] E como é que tu lida, assim, com, me contar um pouco, assim, sobre as dificuldades de atuar como Vereadora, o que que tu vê como, assim, os obstáculos no caminho desse tumultuado percurso que deve ser atuar politicamente?

[MP] É, eu acho que, assim, é aprender um pouco mais os incentivos, ver que daqui a pouco para um partido, um projeto, se eu vender de um jeito, ele olha no olho, de um jeito e para o outro um partido eu vou vender de outra maneira, entendeu? Entender que de vez em quando tem que passar primeiro para um lado, para depois passar para o outro. Porque se daqui a pouco, vamos lá, se eu pegar as assinaturas da turma da esquerda, daqui a pouco a da direita não quer assinar. Daí tem que mudar primeiro para os da direita, pra depois os da esquerda, entendeu? Saber brigar, egos, que a política é feita de ego né. Então, sendo bem sincera, né? Então, egos. Saber como isso também é fazer as coisas andarem. Tipo assim, quando eu quero propor alguma coisa para Executivo, saber como eu vou conseguir levar, mostrar que aquilo pode ser legal, como falar né, esses aí. Como fazer a coisa, a questão andar, entendeu, de alguma questão, tipo assim, amanhã a gente tá indo nessa escola porque ficou 30 dias sem aula, porque ficou sem telhado. Eu falei com o Executivo, daí eu tive que ir na tribuna falar um pouco mais forte. Então, agora amanhã eu to indo na escola lá, e a diretora chamou para lá, ver como é que ficou. Então assim, entendeu, tu tem que saber o jeito que tu vai falar para conseguir que as coisas andem, entendeu. Saber de vez em quando que o bom é melhor que o ótimo, entendeu? De vez em quando, óbvio que eu queria que essa escola tivesse resolvido em 3 dias, o telhado, se fosse lá em casa, 3 dias o telhado tava resolvido. Mas que daqui a pouco pro poder público, 15 dias, 20 é a realidade. E entender, e não, entendeu? E não se frustrar, entendeu, lidar com as próprias frustrações, também acho que é um pouco importante, assim sabe, na política. Quem que era de fora, que nem eu. E acho que é isso assim. Eu acho que esse está sendo um aprendizado e, principalmente, de conseguir mostrar para as pessoas no dia a dia como elas

precisam também falar sobre as coisas que acontecem, reclamar, entendeu, ser e ver o político também como um agente, tipo assim, querendo ou não, a população é nosso cliente. Se a mãe está tendo uma cobrança indevida na rede, na rede conveniada, por exemplo, numa vaga numa creche, ela tem que denunciar, entendeu? Ela não tem que se sentir acanhada e nós temos que ouvir, entendeu, e depois também falar para o poder público, e tudo mais. Então, eu acho que é isso também, mostrar para a população um pouco dos meus desafios é mostrar para eles também que eles têm que cobrar e participar, entendeu. A política não vai mudar sozinha, entendeu. A gente é a Câmara de Vereadores, é um reflexo da sociedade, entendeu? Então, se a sociedade quer que mude os serviços públicos, mude a Câmara, eles vão precisar cobrar da gente, entendeu. Não adianta só votar na gente, entendeu? Tipo assim não volta só daqui a quatro anos. Então, acho que isso é um desafio. Mas são os próprios desafios que eu vou colocando em mim mesmo, assim sabe. Daí cada Vereador eu acho que tem as suas, os seus principais desafios e tudo mais. E eu acho que um grande desafio que eu me coloco também é conseguir incentivar outras pessoas a entrarem na política. Meu objetivo não é ser uma carreirista política, não ficar sempre na política. Eu acho que é uma trajetória que eu escolhi para conseguir gerar um impacto na sociedade, mas que mais pessoas de fora tem que entrar e mais gente boa tem que entrar. Porque da mesma maneira que, daqui a pouco, eu consigo ter um olhar crítico na educação, tem gente que consegue ter saúde, tem gente que consegue ter em outras, outras áreas da cidade e vivenciar aquelas dores, tipo eu não vivenciei a dificuldade de habitação, mas tem gente que vivenciou isso e pode trazer um olhar. Então, quanto mais a Câmara for, ter mais pessoas diferentes, com dores diferentes, olhares diferentes, mais rico fica o Parlamento, e mais rico fica as cobranças também em cima do Executivo. Se só tiver pessoas que nem a Mari, não adianta, entendeu. Que só tiver gente que nem... Acho que isso é um desafio, sabe, por isso que quanto mais mulheres, mais pessoas que vêm de comunidades diferentes, de realidades diferentes, entendeu. A dor de um LGBT, eu não vou sentir, entendeu? Eu não senti. Eu posso ter empatia perante, mas eu não... Então, isso é legal, sabe? Que nem eu te falei, a questão de saber que o online ele é ótimo para uma mãe, só uma mãe de duas crianças pequenas, entendeu. Então tem coisas que

eu acho que é isso que é legal entendeu, de ter cada vez mais pessoas com visões diferentes de mundo e vivências diferentes para participar também da política.

[E] Sim. E quando a gente pensa, quando eu penso assim, por exemplo, em relação aos projetos que tu propõe. Por exemplo, às vezes tu articula com os colegas da esquerda, da direita ou, enfim, de qualquer outro espectro ideológico. Como é que funciona essas articulações em relação, por exemplo, a Poder Executivo, aos teus outros colegas, aprovação na tribuna? Como é que tu movimenta? Como é que faz esse movimento? Assim, tu usa, por exemplo, o Regimento Interno? Quando uma coisa não vai para frente e tu quer que vá?

[MP] A gente usa algumas vezes a questão do Regimento Interno. A gente normalmente se liga. Grande parte da questão é uma negociação política assim, sabe. Mas já teve vezes que a gente teve que, questão de usar o Regimento Interno para entender onde a gente podia entrar com alguma questão assim. A gente não tem uma questão de judicializar muito aqui no NOVO e nem no nosso perfil. Mas tem gente que judicializa mais questões, quando a coisa não anda, assim. A gente chega, em alguma situação, a entrar com pedido de informações, pedido de providências junto com o Executivo, se a gente tá achando que tem uma coisa meio obscura ali, a gente pede informação, pede contrato, pede informações. E daí com os colegas, a gente, tipo assim, tem vezes que a gente tem o Regimento embaixo do braço ou, embaixo do braço. Outras vezes é uma questão política de tu saber que tu tinha uma brecha de ganhar no Regimento, mas ficou com uma carta na manga, caso precise, entendeu, para alguma situação.

[E] Como se precisasse, assim, saber jogar com as ferramentas que a política tá te oferecendo, sejam elas jurídicas ou mais políticas.

[MP] Exatamente, exatamente. E daí acontece assim, vamos lá, faz de conta... Tem um projeto de lei, tenho alguns que eu consigo que alguém vá votar, eu já ligo né, vejo, ó ficaram com dúvidas. Tem outros que só num acordo

de cavalheiros, por exemplo. A oposição não vai votar meu projeto, mas um acordo de cavalheiros, por exemplo, eles falam que não vão encaminhar, não vão ficar demorando, não vão tentar barrar. E ficou o acordo de cavalheiros. Eu vou votar contra, mas é um acordo de cavalheiros, eles não vão obstruir. E de vez em quando a gente muda projeto. Agora teve um de idosos que a gente queria revogar toda a questão da lei, uma lei que era da isenção dos idosos para questão dos esportes. E daí, numa construção, a gente viu que não ia conseguir passar esse projeto. Que que eu fiz? Eu derrubei esse projeto. Isso foi um projeto que veio de próprios idosos, que nadam. A gente refez, junto com outros 5 Vereadores. Isso, a Vereadora Bruna do PCdoB, o Vereador Ferronato, Vereador da direita, da esquerda, de todos os lados tinha, com esses 5, e daí refizemos e a gente conseguiu passar de maneira unânime na última sessão, entendeu? Então o meu projeto ótimo, eu tive que derrubar, entendeu? E fizemos, reescrevemos, de maneira como conseguiu a assinatura dos outros 5 e passamos. É isso que eu queria dizer, entendeu. De vez em quando é saber que, é *step by step*, entendeu?

[E] O possível, o possível é o melhor que dá pra fazer.

[MP] Exatamente isso, aí tu tem que saber a regra, por exemplo, isso aí a gente conseguiu derrubar, conseguiu recolocar, entendeu? Daí tu tem que saber. De vez em quando eu coloco uma emenda que impede outras, entendeu? Então a gente tinha, na última sessão, a Secretária de Educação, a gente tinha criado uma emenda para um projeto da educação e daí ela queria que a gente derrubasse para colocar outra emenda. E daí a gente sabia que se tivesse - isso no meio da sessão - se terminassem os Vereadores de discutir e a gente não tivesse colocado a nova emenda que ela falou que queria que a gente redigisse, ficava sem um período para botar a emenda e eu ia ter, entendeu, ficado sem a minha emenda e sem a emenda que ela falou mim redigir. Então o que a gente fez, a gente segurou e a gente fez que nem poker entendeu. Não, a nossa emenda está aqui. A gente sabe que se o cara parar de falar lá na tribuna, eu posso ficar sem a emenda e daí a gente podia ter voto não e podia ter voto sim, entendeu? Mas aí a gente segurou, porque a gente estava com o Regimento, entendeu? Ela podia ter blefado e nos deixado. Mas

cada um dos, entendeu. Então a gente tem que saber o Regimento, a gente usa, só que no fim é sempre uma arte da negociação, um pouco...

[E] E quando, assim, é tu tem, por exemplo, o projeto, que tem uma bandeira muito grande em relação, sobretudo, à educação. Quando tu tem projetos, sobretudo nessas áreas temáticas, que são sensíveis e são a tua chapa eleitoral, digamos assim, que tipo de discurso tu articula para avançar esses temas, seja com o Executivo, seja em projetos de lei, tipo tu fala em termos de direitos fundamentais ou algo um pouco mais, talvez menos jurídico, mais pragmático. Que tipo de discurso está por trás dessas pautas?

[MP] Então, vamos lá, normalmente é mais pragmático. Eu vejo, tipo eu gosto de tentar sempre falar simples. Se eu vejo que as pessoas entendem que eu falo. Eu penso assim, todo mundo tem que entender o que eu falo, não é, não é culpa da pessoa que não entendeu, é culpa de eu, por não ter conseguido me expressar bem, independente de classe social ou de nível de educação de uma pessoa. Então, eu sempre tento falar fácil, mesmo sabendo que eu não consigo falar tão bem fácil. E também da minha galera dizer que eu falo muito rápido. Mas, independente disso, eu sempre tento trazer no ponto de vista do pai e da mãe, entendeu, eu sempre tento fazer a pessoa entender aquela visão. Por exemplo, a gente está com um projeto que a gente fez uma indicação para Executivo, que hoje tem uma lei no Município que impede as escolas, por exemplo, quebrou uma torradeira, quebrou uma máquina de liquidificador. Hoje tu tem uma lei que impede tu comprar, por exemplo, isso nas escolas. Entendeu, então, e em vez de entrar com toda a terminologia técnica, que a compra de permanente e tatatau, é tu dizer, gente a gente tem uma escola com 1000 alunos que, por uma situação de quebrar um liquidificador, fica sem conseguir fazer alimentação, entendeu? E daí tu traz pais e mães. Vocês entendem que como isso burocratiza a vida atrasa e dificulta a vida da diretora da escola? Então esse projeto, por exemplo, eu já falei com a diretora da escola, já falei com a Secretaria de Educação, a gente escreveu aqui no gabinete e mandamos, mas quem tem que quem tem que mandar é o governo. Então a gente escreveu o projeto e demos pro governo para protocolar. Então, na tribuna, por exemplo, eu já falei com o Vereador do

PT, já falei com outros Vereadores, provavelmente quase todos vão votar, sim, entendeu. Então e é trago na maneira assim ó, tu entende que estragou a torradeira, estragou qualquer coisa básica que seja considerado permanente, assim, a escola para porque a gente tenha 500, 600 refeições num dia, a escola municipal é uma escola que tem alimentação, não é que fique nem estadual. Então, eu sempre tento contextualizar as pessoas no dia a dia para se colocarem na empatia naquela situação. E nunca, e daí quando eu trago algum projeto de transparência, tipo agora a gente fez um projeto, a gente criou uma emenda para o projeto do governo, que eles iam dar uma bolsa para permanência da criança na escola. Daí eu falei “poxa, legal, né?” Só que a criança, principalmente a mais vulnerável, ela não faz uma vida escolar sempre na mesma escola, o pai perdeu o emprego, ela vai morar com o tio, vai morar com a avó, com o avô. Então a gente sabe que não é nenhuma família totalmente estável e, principalmente, mais vulnerável que teria acesso a essa bolsa de permanência, ganharia esse valorzinho. Então eu criei uma emenda dizendo que, se a criança sair da nossa rede, esse valor fica congelado para ela depois poder sacar, então ela não perde esse direito, que depois, se ela comprovar que terminou os estudos, ela tem direito a bolsa, entendeu, mesmo que ela tenha ido para uma rede estadual, voltou depois para a nossa municipal. O que a gente sabe que a trajetória dessa criança vai ser assim, pulando, entendeu? Mas se terminou a educação está ótimo, entendeu? Independente de... Então eu fui lá e expliquei “pessoal, vamos lembrar quem é o público alvo, aquela criança, criança mais vulnerável”. Como é que é a realidade da vida dela, tu entende? Então, em vez de entrar com questões, falas difíceis, questões econômicas, assim, eu tento colocar as pessoas no contexto daquela criança, porque eu vejo nas escolas, entendeu? Tu vai numa escola, hoje, tu vai ver que na secretaria vão tá fazendo umas 10, 15 mudanças, transferências de criança por semana, porque elas mudam muito, entendeu? Então, e numa situação de crise alimentar que a gente está vivendo, é uma realidade, entendeu, elas vão para onde tem alguém, tem emprego, tem comida né. Então eu digo que isso sabe, é o meu jeito de falar é mais tentando trazer para a empatia das pessoas entender aquele ponto de vista do que é, e ver se elas conseguem entender essa.

[E] E, bom, assim, tu te descreveu como uma mulher, mãe, heterossexual, casada, etc., todos esses marcadores sociais que a gente conversou no começo. De que forma, assim, tu acredita que esses marcadores sociais, eles afetam, se é que afetam de alguma forma, a tua vivência aqui na Câmara como Vereadora?

[MP] Não, como eu falei. Acho que afetam totalmente, porque são os olhares que eu tenho perante as situações, entendeu, e eu vou ter, tendo dois filhos pequenos, eu vou ter um olhar diferente para a cidade do que se eu fosse uma idosa, por exemplo, que tivesse dificuldade, daqui a pouco, de alguma questão de locomoção. Ou se eu tivesse uma, fosse LGBT, eu teria outro olhar perante outras situações e outras né, alguma questão de preconceitos, entendeu, que nem eu te falei. Eu tenho que dizer muito não para eventos. Ontem à noite tinha evento, eu não estava, entendeu, porque, poxa, o meu marido está viajando e é a realidade. Então eu vivo essa, essa realidade que daqui a pouco um homem hétero na Câmara não iria viver. Mas daqui a pouco tem uma realidade que uma mulher LGBT na Câmara vive que eu não vivo, um homem negro na Câmara vive e eu não vivo, entendeu? E então eu acho que eu vivo, eu tenho certeza que a minha é o meu estereótipo que tu colocou ali é o, reflete nas minhas vivências e o olhar que eu tenho, entendeu? Eu posso ter empatia perante os outros, entendeu? E tu pode encontrar e dizer “bah Mari, ser uma mulher com outra situação é diferente” e eu posso ter empatia contigo, mas eu nunca vou saber isso. Eu não vou ter esse olhar aguçado. Então eu tenho certeza que reflete. E ter adotado essa bandeira da educação é porque eu trago um pouco dessa questão de vivenciar isso hoje, o meu dia a dia, o meu hoje, o meu dia a dia é escola, médico, dentista, atividade, não sei o que, entendeu. E quando eu vejo uma criança, eu consigo olhar, poxa, uma criança de 4 anos, eu comparo com a minha filha, entendeu? Se é uma criança que a gente teve quarta, com 4 anos, a diretora da escola fala “poxa, essa daqui, a mãe disse que é chorão que nem o tio”, poxa, nenhuma criança é chorão que nem o tio, entendeu. Está tendo alguma questão, a gente tem que olhar, tu entra numa sala de aula, todas crianças extremamente agitadas e muitas vezes até tendo problemas de briga, não é normal. Tu vai comparar com a realidade do teu filho e tu vai ver, poxa, precisamos olhar de frente. Mas isso é diante do

que eu sou e que eu vivo, entendeu? Então eu tenho certeza que aquilo que eu te descrevi é o olhar que eu consigo ter, e entregar o meu melhor na Câmara, entendeu, é óbvio que com, tendo a capacidade de ser administradora, tendo um time altamente competente aqui de advogado e economista. Mas todos eles [inaudível] com esse meu olhar de, e para algumas agendas, claro que a gente pergunta, entendeu? Eu tenho questões que eu sou muito de perguntar, então se eu vou, tem algum projeto aqui na questão, não sei, de mobilidade e a gente tem pessoas que estudam mobilidade, que são pessoas que eu posso me aconselhar, eu pergunto, entendeu? Eu gosto de procurar, tipo médicos, para votar o projeto tal, tal e tal de medicina. Chamo o pessoal para falar, entendeu? Então eu gosto de buscar ampliar essa minha visão. Mas eu nunca vou ser proponente desses projetos, porque eu não vivencio a dor desses projetos, que daqui a pouco uma médica, eu consigo tentar votar bem, tentar emendar bem, mas dificilmente eu seria a protagonista, entendeu? Não sei se tu entendeu.

[E] Deu para entender perfeito, era bem isso assim. Eu não estou esperando nada com as perguntas mais direcionadas para eu estou buscando, mas é a tua fala que me interessa de fato. Então, assim, por exemplo, as pautas que tu representa, então, tu acha que aqui na Câmara, as normas que permeiam o dia a dia da Câmara, assim, elas funcionam como um juiz imparcial, digamos assim, de tudo o que vocês vivenciam. Elas providenciam soluções para, tipo assim, ah quem sabe brincar melhor com essas normas ganha ou tu acha que ela representa, por exemplo, um empecilho para essas pautas, que é sempre assim, ah, alguém vem e essa, e essa norma X, mais atrapalha do que ajuda de qualquer coisa?

[MP] Não, eu considero assim positivo o nosso Regimento Interno, a gente tem aí possibilidades até de minorias terem articulações, de barrar projetos e de pedir audiência pública. De vez em quando a gente quer ganhar tempo, entendeu? Vai pegar com o Regimento embaixo do braço tu pede uma audiência pública, entendeu? De vez em quando eu peço para uma instituição “olha, pede uma audiência pública diso daqui que está te afetando” e a gente ainda não conseguiu articular com Executivo, entendeu? E daí o pessoal do

sindicato tal, da instituição tal vai pedir uma audiência pública, ou eu posso pedir. Então o Regimento atual, ele dá capacidade de tu querendo jogar, ganhar tempo, tu conseguir bloquear uma pausa, tu conseguir ganhar capital numa pauta, entendeu? Então ele dá essas ferramentas, o que é positivo eu acho assim, né questão, a minhas agendas né, na questão de educação e tudo mais. Daí, a partir daí, é conseguir os votos necessários e a construção política necessária, é saber de vez em quando, de vez em quando é o dia, é o tempo, de vez em quando tem gente que ah naquele dia tu não vai conseguir passar os votos, entendeu? Porque é um tema sensível, mas daqui a pouco, tu dá 2 meses, tu consegue passar um projeto, entendeu? De vez em quando é construir primeiro um artigo na imprensa, construir, construir uma massa crítica, conseguir, tu entende? Tu tem que pensar sempre como fazer a articulação assim. E os projetos daí tramitam na casa, nas Comissões. Então, nas Comissões tu já consegue ter uma ideia, sabe, dos projetos, se tu ganhou os votos sim, se tu ganhou votos não, se já tem alguma ressalva e daí tu consegue já ver como é que tá a questão das votações. E aqui na Câmara a gente é assim, vamos lá, a gente, ano passado foram protocolados 800 projetos de lei.

[E] Sim.

[MP] Então é absurdo de projeto. E agora está sendo comentado, e tem um projeto que está correndo a segunda sessão, a primeira foi a discussão, agora na segunda sessão, que querem tirar o parecer da Procuradoria. Todo o projeto que é protocolado tem um parecer da Procuradoria. Nós, no NOVO, somos contra, tirar o parecer, porque ele ajuda no respaldo técnico, principalmente porque tem muito projeto inconstitucional, sabe? A gente adora reclamar do STF e do Judiciário, mas tem um monte de Vereador que faz um monte de projeto inconstitucional, entendeu? Que quer ter a caneta do Prefeito, entendeu, só que a gente não é o Prefeito. Tem coisas que eu adoraria fazer, mas daí eu tenho que mandar, quem nem essa lei, esse projeto de lei, eu falei, olha, mando lá pra eles, entendeu, mandamos pronto, entendeu. Então mandem vocês para a Câmara, mas eu não tenho a caneta do Prefeito, entendeu? Então eu digo que, então, projetos inconstitucionais a Procuradoria

ajuda pelo menos a dar um parecer sério, dizendo que olha, não, não tem fundamento, não é competência do Vereador legislar sobre esse tema, entendeu, e daí agora tá tramitando na Câmara tirar isso daí, entendeu? Então a gente está meio que contra e tentando construir uma emenda para pelo menos dar um prazo. Então, ah se o Procurador não emitir em até 60 dias, daí não tem, entendeu? São para construir uma emenda para não tirar totalmente, entendeu?

[E] Sim, para justamente também jogar com a própria Procuradoria, para ela não poder ter esse instrumento que às vezes não sai o parecer e aí elas ficam segurando...

[MP] Ficam segurando também, então é isso aí. Então a gente tá tentando dar uma...

[E] Acabar com esse *quid pro quo*...

[MP] Exatamente, mas então a gente né, eu considero hoje que as regras são as necessárias, que são boas. A gente tem um número muito grande de leis, que nem eu te falei, 800, teve o fim de semana passado foram protocolados 40. Entendeu? E aí, numa visão muito grande dos Vereadores atuais, que eu imagino que quanto mais a gente vai amadurecendo como democracia, a gente vai vendo que não é o, as leis que vão fazer a gente evoluir como sociedade, entendeu, o número de leis, entendeu? E daí, mas que nem eu te falei, as 800 leis são um reflexo de quem, nós fomos eleitos pelo povo, né? Então tem muitos, eu acho que tudo tem que ter lei, entendeu? Tem muita gente, “ah aqui, eu não gosto do barulho do meu bairro”, daí quer botar uma lei, entendeu. “Ah, eu não gosto disso daqui”, quer uma lei. As pessoas são assim, entendeu, no convívio, querem ter muita lei. Então a gente teve 800, daí óbvio que vai demorar, entendeu? Mas eu acho que os ritos da Casa são os necessários e quando precisa ter urgência, tem como pedir o regime de urgência, entendeu? Então eu acho que é. E depois os ritos fazem parte do amadurecimento dos próprios projetos, entendeu? Porque daí é o tempo do Vereador fazer a costura, se organizar, entendeu? Então, quando, eu acho que

não mudaria assim, sabe? Eu acho que tem os espaços das minorias também conseguem articular e até ganharem capital político para barrar projetos ou para ganhar tempo pra projetos né. Porque nós somos, no NOVO a gente não é base nem oposição, entendeu? Então, a gente, muitas vezes, está sozinho assim ou não, de vez em quando a gente se junta para um lado, de vez em quando para o outro.

[E] É, eu acho que é bem isso assim. Então agora vou fazer uma pergunta que é um gancho para uma outra parte, assim, das minhas perguntas, e já são as 4 perguntas finais, que têm mais a ver assim com o direito mesmo, tá? Como é que tu observa a tua relação de Vereadora, ou seja, a pessoa que faz o direito, com um produto, ou seja, com o direito mesmo, assim, como é que, tu te enxerga dessa forma, que faz...

[MP] Sim.

[E] Que faz leis, que que, como é que tu vê, assim, essa dinâmica?

[MP] Sim, tanto que a gente leva muito a sério, né, a gente tem um time forte de jurídico aqui. A gente é pautado muito pelo time jurídico, a gente tem uma equipe técnica muito boa, assim, que eu tenho aqui dois, duas pessoas aqui do gabinete são do jurídico aqui, do Camozzato tem mais dois ali, entendeu? Então a gente sempre está muito, tanto que eu não projeto, a gente não, a gente não vota projeto inconstitucional, a gente evita ao máximo, entendeu, ter que votar, só se é uma questão muito assim. A gente bate muito forte no método de fazer certo. Então, tipo assim, de vez em quando eu vou na tribuna falar “gente eu concordo com o mérito, mas o método tá errado”. Então a gente vai votar não, o partido encaminha como não. Daí todo mundo “ah, ah”, mas, os Vereadores chamam, tanto que a gente tem toda uma planilha, por exemplo, eu faço minha parte da Mesa Diretora tá. Eu tenho todos os pareceres de tudo que eu vou votar na Mesa Diretora. O diretor Legislativo, que está desde 87 aqui, ele falou que eu sou a única Vereadora que chega com o parecer de tudo, entendeu? A gente tem parecer de todas as votações, todo projeto que tramita, que começa a tramitar na CCJ, a gente tem planilhado e

tem um parecer já, entendeu? Então se tu pegar um projeto agora, a gente tem o parecer e tem planilha, entendeu? Então não, nada nos pega, assim, de supetão. Então, a gente né, e porque me dá tempo de emendar, me dá tempo de construir capital político. Que nem eu falei, vai ter projetos que eu vou querer, que eu vou fazer um artigo na imprensa, vai ter projeto que eu vou fazer um post e vai ter projeto que eu vou criar uma emenda, ou posso fazer os três entendeu? Mas eu preciso de tempo. E se eu não consigo pegar os projetos antes, eu não consigo fazer isso, entendeu? Então, por isso é que eu me vejo muito séria, porque cada lei nova que tu cria, é, tu coloca toda uma estrutura em cima de uma lei nova né, de fiscalização. Isso impacta a rotina das pessoas. Então a gente vê com muita seriedade, tanto que eu protocolei 2 ou 3 projetos de lei em um ano e meio, entendeu? E todos muito bem costurados, normalmente quando eu vou protocolar o projeto de lei, eu também vou em busca do Executivo ver se é possível de ser implementado, mesmo não sendo né, um, então eu vou falar, vou fazer um projeto de transparência, eu vou lá no Executivo falar “nós vamos botar esse projeto e isso, isso e isso, vocês conseguem executar?” Pra não ficar criando mais leis em cima de leis, entendeu? De vez em quando não é o momento de colocar aquela lei, daí depois é a minha... papel também cobrar que seja implementado, entendeu? Mas então a gente leva muito a sério o rito, assim sabe, de entender o nosso papel aqui e tanto que o partido NOVO né, o Camozzato, a gente tenta revogar leis, diminuir leis, para facilitar o cotidiano, e ter as leis que sim são importantes sendo cumpridas com seriedade né, no Município. Então, a gente vê como algo importante sim, o nosso papel aqui como legislador, mesmo não sendo do direito.

[E] Não, mas sim, eu sou, longe de mim achar que as pessoas que produzem as leis, elas têm que ter uma relação com o direito, justamente porque eu estou totalmente de acordo com o que tu diz assim, que cada pessoa traz, de fato, aquilo que ela é e os olhos que ela tem pra vida né. Então, é importante porque se todos fossem juristas, a gente precisaria de outras perspectivas ainda assim. É, e assim, e tu, enquanto Vereadora, tu já teve alguma experiência com o Poder Judiciário, enquanto Vereadora?

[MP] A gente conversa algumas coisas com o Poder Judiciário. A gente já entrou com uma ação coletiva sobre alguns projetos, algumas questões, acho que até daí a nível do Estado. Mas como Vereadora, vamos lá. A Defensoria. Tá, vamos lá, um desafio do nosso Município: 6.000 crianças fora da escola. Então, tem vezes que, pela minha vivência de conseguir em campo, eu vou lá e converso com Ministério Público, converso com a Defensoria, entendeu, para falar como é que está, entendeu, porque pra eles terem uma outra visão, sem ser só do Executivo, da Secretária de Educação, que ela vai botar os entraves, ela vai dizer como é que é, e eu vou trazer uma outra perspectiva, entendeu? “Olha, aqui está indo bem e que está indo mal, aqui falta criança na escola, aqui não tem monitor para criança com problemas né, que tenha deficiências”. Então eu digo, eu vou, a gente faz também articulação muitas vezes com o Ministério Público, por vezes em questão de denúncia formal e, por vezes, um contato de dizer, olha, como é que tá indo, entendeu. Então a gente busca, tipo, agora a gente tem a FICAI que é a Ficha de Aluno Infrequente, que parou de ser usada pelas escolas, então vamos lá, o teu filho não estava indo na escola? Era um método das escolas notificarem e ia pro Conselho Tutelar. Foi um convênio feito pelo Ministério Público, o Conselho Tutelar. Então a gente foi lá e disse que não estava funcionando, a gente deu algumas soluções. Então eu uso também essa articulação com o Judiciário de vez em quando, para dar soluções, dá ideias e até eles convocarem o Executivo de vez em quando, para conversar, entendeu? E quando precisar, a gente vai, faz denúncia também no Ministério Público, se necessário, entendeu? Mas a gente normalmente gosta de trazer, por exemplo, essas cobranças irregulares. A gente, 80% das nossas vagas de creche em Porto Alegre são da rede conveniada, que é aquela rede que não é do Município e tem muita cobrança de taxa. Eles se aproveitam, principalmente dos mais pobres, e cobram R\$200, R\$250 por mês. E daí dizem que a mãe vai ficar sem a vaga. Então isso tá errado, entendeu? Só que a Defensoria não sabia o que acontecia, entendeu? Então daí eu vou lá, vou, formalizo, falo, falo com as mães, falo “olha, vocês têm que mandar lá pra Defensoria, reclamar e não sei o que”. Então eu digo que são coisas que a gente vai trazendo. E daí eu falo lá para Defensoria, daí ela “ah, tá bom, então vou...” Tanto que a gente queria colocar agora, no termo, todo aquela mãe que tiver uma vaga judicializada, ou

tiver uma vaga que venha para o convênio, a gente estava negociando com a Defensoria que eles iam negociar daí com a Secretaria de Educação, de explicar como é que funciona. “Olha, você não deve ser cobrada pela escola de nenhuma taxa disso, disso e daquilo, nem de material, nem de mensalidade”. Para as mães saber os seus direitos, porque as mães não sabiam. Então eu digo que tipo a gente usa o Judiciário, se necessário, entendeu, assim, e formaliza algumas coisas de denúncia, se necessário também, também junto, hoje a gente denunciou 4 escolas que, por exemplo, das cento e poucas que eu fui, 4 não tavam de acordo. Então, se precisar, a gente também vai, né. Fui na frente de uma escola, tinha criança trabalhando irregular num, numa questão de lixo, também. Essa parte de, a nossa reciclagem informal tem muito trabalho infantil. Então, tipo assim, entendeu? A gente joga o jogo quando... Por isso que é bom ter um time bom de jurídico, entendeu? Que eles vão me dando assim, quando a gente vai para um nível mais formal, vai pra um...

[E] Sim, exato.

[MP] Entendeu?

[E] E, assim, dentro da Câmara, qual é a tua, assim, a tua percepção sobre que tipo de demandas, assim, por exemplo, ah, tu falou que vocês já judicializaram algumas demandas [inaudível] coletivas. Que tipo de demanda, assim, tu acha que acaba sendo judicializada, assim, aqui, tanto no âmbito da Câmara, quanto, assim, em relação a coisas do Estado, que derivaram em alguma medida da tua condição de Vereadora?

[MP] A gente entrou e a gente normalmente entra mais, mais com um perfil de partido tá. O pessoal da esquerda entra com outros perfis, entendeu? A gente quando tem alguma cobrança, algum pagamento irregular, por exemplo, hoje nós temos o teto do Prefeito, entendeu? E daí, teoricamente, ninguém pode ganhar acima do teto do Prefeito na prefeitura. E nós temos algumas pessoas que estão ganhando acima por uma questão que está em trânsito em julgado, ainda, pelo, pelo, mas já tem todos os pareceres do STF dizendo que não é para pagar e depois tu sabe que isso né, as pessoas depois

de ganharem o salário não vão devolver pra prefeitura se tiver... Então isso é um dos, isso é um exemplo, então, mas é um perfil do partido NOVO, de ser muito responsável com o dinheiro público e quando tem privilégios, que quando tem pagamentos acima do que pode né, ah, e tanto que é uma das brigas que, de vez em quando, a gente também tem com o Ministério Público, quando tem aquelas. Então a gente acaba entrando em situações, assim, como a questão dos honorários de sucumbência, entendeu? Então, essas coisas nós entramos, entendeu? Mas é mais um perfil de partido, entendeu. A turma, o pessoal da esquerda entra mais com algum um projeto que é alguma coisa que eles não gostaram da votação, que eles questionam, entendeu? Eles entraram agora, a questão daquele, daquela compensação das lojas da HAVAN, lembra. E daí foi o pessoal do PSOL que fez isso, entendeu? Então, coisas que, mas é um pouco do perfil entendeu? Então é onde tu, por isso que eu falo, o colchão, ele é, ele é curto, entendeu, eu não consigo fiscalizar a cidade toda. Então a gente tem a nossas brigas, e vai ter outros Vereadores com as deles, entendeu? Aí a gente vai. Então, por isso que é bom ter os 36.

[E] É muito importante que tenha um grande número pra representar bastante. E então tu acha que em alguma medida, assim, essa judicialização, seja por vocês, ou seja pelo partido, pelos partidos de esquerda, outros tipos de perfis de partidos mais à direita, eles, eles influenciam, assim, no dia a dia da Câmara, tu vê isso como algo que acontece, que muda, que as decisões do Judiciário que acabam que, interferindo no que vocês estão fazendo, ou é uma coisa que é mais, assim, muito pouco, ou que não faz tanta diferença.

[MP] Pouco, bem pouco. Ainda, que nem eu falei, a gente, acho que, né, que a gente vota muito projeto constitucional e a gente tem um projeto, e atualmente o nosso, e o Prefeito não tem vetado muita coisa, diferente do governo passado. Até esse Diretor Legislativo, se tu gosta de falar com gente que entende. É muito bom. O cara é fantástico. Ele tá desde 87 aqui. Ele trabalhou com os governos da direita, da esquerda, de todo lado. E ele falou que o Melo não tem vetado o projeto, entendeu? Então ele está desde 87, ele tem uma, ele sabe a história dessa Câmara de Vereadores, entendeu? Então, e daí, de vez em quando, o Judiciário vai ter que barrar e dizer “essa lei é

inconstitucional”. Vamos lá, e eu sou super a favor do *homeschooling* tá? Eu não sou nada contra, mas é inconstitucional o Município, o Município, entendeu, legislar sobre, entendeu. E daí vai vim o TJ e vai vir em cima, entendeu, porque é inconstitucional. Uma coisa é passar a nível federal ou a nível estadual, mas municipal não pode.

[E] Sim, sim. E o que que tu acha disso? Por exemplo, se, ah, tem um projeto inconstitucional que foi aprovado, o Prefeito não vetou, promulgou a lei. Vocês por acaso pensam ou já fizeram alguma vez de, ah não, vamos entrar com uma ação de inconstitucionalidade aqui no TJ, por exemplo?

[MP] A gente nunca fez isso como partido, mas eu sei que, eu acho que o próprio TJ já fica de olho, entendeu, tem questões que eles já estão de olho, assim. Mas a gente não fica no dia a dia porque tem muito projeto inconstitucional, entendeu, então, a gente sabe que nem vai ser, entendeu, que vai ser, vai pra frente, entendeu. Até agora votou um que era, se a pessoa quiser, ela pode trabalhar por 1 ou 2 dias na prefeitura e a gente pagar *freelancer*. Cara, adoraríamos pagar *freelancer*, mas não é a realidade, entendeu, do sistema de administração pública, entendeu. Daí isso provavelmente vai cair, entendeu? Então eu digo que tem muito, assim, sabe? A gente votou não, mas muita gente votou sim. Eu nem sei se já passou pela sanção do Prefeito. E, de vez em quando, ele, pra não, projetos polêmicos assim, ele deixa pro Presidente da Casa sancionar. Se ele não sanciona num projeto, num período, vai para a Câmara, entendeu, volta pra gente.

[E] Então tu acha que não tem nenhum tipo de judicialização, que a judicialização é pouca e quando tem, ela não impacta tanto assim na dinâmica da Câmara. Não é uma coisa, assim, que tu diria que, assim, o Judiciário, ou as instituições jurídicas, não fica aqui dando pitaco no que vocês estão fazendo...

[MP] Não, não. Não, são tranquilos, nesse sentido. Eu acho que ele tem um respeito necessário e a distância necessária atualmente.

[E] A divisão institucional de poderes, em Porto Alegre, digamos assim, não é só no papel, ela funciona.

[MP] Funciona, exatamente, exatamente.